MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

RELATÓRIO

DOS SERVIÇOS EXECUTADOS EM 1946

APRESENTADO AO EXMO. SR. MINISTRO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, ENGENHEIRO CIVIL CLOVIS PESTANAL PELO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS, ENGENHEIRO CIVI CLOVIS DE MACEDO CÔRTES

1950

Departamento de Imprensa Nacional

Rio de Janeiro — Brasil

337.1/.81
R382

666 106952

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

		Págs.
Introdução		7
Finalidades e objetivos		10
Legislação concernente aos portos		11
Estrutura e posição hierárquica		44

SEGUNDA PARTE

Situação geral no ano de 1945		55
Registro das atividades levadas a efeito durante o ano de 1946:		
Estado do Amazonas e Territórios do Acre, Rio Branco e Guaporé	(DPRC — 1)	58
Estados do Pará e de Goiás e Território do Amapá	(DPRC — 2)	61
Estados do Maranhão e Piauí	(DPRC — 3)	67
Estado do Ceará	(DPRC — 4)	73
Estado do Rio Grande do Norte	(DPRC — 5)	79
Estado da Paraíba	(DPRC — 6)	82
Estado de Pernambuco e RNEA	(DPRC — 7)	85
Estado de Alagoas	(DPRC — 8)	91
Estado de Sergipe (Anexo ao 11.º DPRC)	(DPRC — 9)	95
Alto e Médio São Francisco e seus afluentes	(DPRC — 10)	97
Estado da Bahia	(DPRC — 11)	102
Estado do Espírito Santo	(DPRC — 12)	107
Distrito Federal	(DPRC — 13)	110
Região Sul de Aparelhagem	(RSA)	115
Estado do Rio de Janeiro	(DPRC — 14)	117
Estado de São Paulo	(DPRC — 15)	123
Estado do Paraná	(DPRC — 16)	130
Estado de Santa Catarina	(DPRC — 17)	135
Estado do Rio Grande do Sul	(DPRC — 18)	144
Estado de Mato Grosso e Território de Ponta Porã	(DPRC — 19)	154
Programa de Estudos e Melhoramentos para o exercício de 1947		158
Estatística		161

PLANTAS

Comissão de estudos complementares do Pôrto de Mucuripe — planta topo-hidrográfica	76.C
Rio São Francisco — Projeto do estaleiro da Ilha do Fogo	102.B
Laboratório de Hidráulica Experimental — projeto do edifício sede	116.A
Planta topo-hidrográfica da embocadura do rio Paraíba do Sul	122.A

GRAVURAS

	Págs.
Serviços de limpeza e desobstrução no rio Itapecurú	70.A
Serviços de limpeza e desobstrução no rio Mearim	70.B
Serviços de limpeza e desobstrução no rio Parnaíba	72.A
Vista do quebramar do pôrto de Mucuripe	76.A
Vista do Titan empregado na construção do quebramar do pôrto de Mucuripe	76.A
Obras de proteção da praia de Iracema	76.B
Vista do cais do pôrto de Natal	80.A
Vista do ancoradouro do pôrto de Natal	80.A
Atalaia, com a fundação descoberta, devido a erosão da praia de Camalaú	84.A
Outra vista da erosão da praia de Camalaú	84.A
Canal de Goiana	88.A
Vista da erosão da praia de Olinda	88.A
Vista dos fundos da oficina da Região Nordeste de Aparelhagem	90.A
Vista de uma das carreiras da Região Nordeste de Aparelhagem	90.A
Rebocador "Santo Antônio", em reparo nas oficinas da Região Nordeste de Aparelhagem	90.B
Draga "Paraíba" no pôrto do Recife	90.B
Cais acostável do pôrto de Maceió	92.A
Cais de saneamento e armazéns internos do pôrto de Maceió	92.A
Trecho de margem da lagoa Manguaba	94.A
Vista parcial do vale do rio Coruripe	94.A
Vista do canal de Santa Maria	96.A
Estado atual do revestimento das margens do canal de Santa Maria	96.A
Vista das dunas fixadas em São Sebastião	96.B
Draga "Santa Maria"	96.B
Vista da muralha do cais de Juazeiro, em construção	98.A
Serviço de escavação para construção do cais de Sento Sé	100.A
Vista do cais de Canavieiras	100.B
Vista do armazém do cais de Canavieiras	100.B
Vista das obras do cais da cidade de Barreiras	102.A
Draga "Barboza Gonçalves"	104.A
Lança da draga "Barboza Gonçalves"	104.A
Draga Ceará	104.B
Rebocador "Guaxindiba"	104.B
Trecho da ponte de Maragogipe	106.A
Formas para concretagem da ponte de Maragogipe	106.A
Armazém frigorífico do pôrto do Rio de Janeiro	112.A
Estação de Expurgo do Pôrto do Rio de Janeiro	112.A
Cábrea "Vitor"	114.A
Instalação da sonda geológica	114.A
Tronco retirado do leito do rio Iguaçú	132.A
Espigões de faxina, para regularização do rio	132.A
Movimento portuário em pôrto Amazonas	132.B
Madeira depositada em pôrto Amazonas	132.B
Espigões do 5.º trecho do rio Iguaçú	134.A
Espigões de pedra no 6.º trecho do rio Iguaçú	134.A

PRIMEIRA PARTE

INTRODUÇÃO

Senhor Ministro

Tenho a honra de apresentar a V. Excia. o relatório das atividades do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais processadas durante o ano de 1946, em que são prestadas contas dos serviços realizados nos vários portos do Brasil e em grande número de vias fluviais, tendo como objetivo precípuo o melhoramento das condições de navegabilidade e a obtenção de facilidades de acesso, a par de maior eficiência nas operações de carga e descarga dos navios.

Essas, são as finalidades imediatas dêste Departamento, e elas são de grande importância, principalmente quando se considera que um dos problemas capitais da economia nacional está em assegurar facilidades de transporte e comunicações através de nossa vasta extensão territorial, de modo a estimular a produção.

E, a par do melhoramento das vias de penetração para o interior, é preciso também melhorar cada vez mais os nossos portos, não só quanto às suas obras de acesso e de acostagem, mas também quanto aos seus serviços, visto que o pôrto, refletindo o "hinterland" a que serve, é o traço de união entre a navegação marítima, de um lado, e as vias de transporte terrestre e a navegação interior, de outro.

No que diz respeito ao problema do melhoramento das vias navegáveis e dos nossos portos, já tive a honra de focalizar os principais aspectos ao apresentar o relatório do ano passado.

Apreciando-os, cabe-me salientar que o primeiro, excessivamente complexo, terá de ser conseguido paulatinamente, elaborando-se um programa geral de trabalho e cumprindo-o sistemàticamente. E' um problema para muitos anos, mesmo porque, com a sua execução, maiores exigências vão sendo feitas, e os pequenos melhoramentos iniciais evoluem naturalmente para a regularização do rio, encarando-se ao mesmo tempo os vários problemas correlatos, quais os de defesa contra as inundações, irrigação das terras marginais, aproveitamento de energia e saneamento, enfim numa utilização "optimum" das águas fluviais, a que se chamou a "maximalisação dos rios".

E' muito oportuno reproduzir aqui o apêlo ingente de Euclides da Cunha, referindo-se ao rio Purús: "De qualquer modo, urge iniciar-se, desde já, modestíssimo, mas ininterrupto, passando de Govêrno a Govêrno, numa tentativa persistente e inquebrantável, que seja uma espécie de compromisso de honra com o futuro, um serviço organizado de melhoramento, pequeno embora em comêço, mas crescente com os nossos recursos, que nos salve o majestoso rio". Aplica-se essa diretriz exatamente a todos os nossos rios e pode, e deve, ser encarado objetivamente o problema.

O melhoramento dos portos, no que se refere às suas obras, teve no Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de

1945, a sua solução, visto que por êle se criou a "taxa de emergência", com cujos recursos se irão executar novas obras de ampliação e adquirir aparelhamento.

Durante o ano de 1946, a grande maioria dos portos apresentou a relação-programa para essas obras e aparelhamento e, depois de devidamente estudadas, foram elas aprovadas por êsse Ministério. E' assim que, nesse ano, foram aprovadas as relações-programa apresentadas para os portos de Belém, Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Paranaguá e Rio de Janeiro, algumas delas sofrendo posteriormente evolução, e conseqüentemente modificações.

O problema mais urgente de ser encarado no momento é o do desconges-tionamento de vários dos nossos portos, principalmente dos de Rio de Janeiro e Santos.

Durante os seis anos de guerra, os portos não sòmente do Brasil mas de todo o mundo, tiveram de suportar uma pesada sobrecarga, com imensos sacrifícios do seu aparelhamento, cuja conservação não poude ser mantida convenientemente, pela dificuldade de aquisição de materiais de tôda espécie. A par disso, se exigia dêsse aparelhamento o máximo de rendimento, mormente quando da chegada dos comboios marítimos, em que era preciso descarregar ràpidamente todos os navios, e aprestá-los todos no mais curto prazo. E, ainda mais, era quase impossível obter novos fornecimentos de material para suprir as deficiências existentes.

Considerando-se que, já em 1939, o aparelhamento de nossos portos era deficiente, é bem de ver as dificuldades que os mesmos apresentavam nas operações de carga e descarga, ao terminar a guerra.

Sentindo o problema, e prevendo o grande surto de desenvolvimento que seria de esperar no comércio, especialmente no internacional, após a terminação do conflito, êste Departamento dirigiu, em agôsto de 1944, uma circular aos vários concessionários de portos, solicitando-lhes apresentar uma relação de suas necessidades mais imediatas, com um orçamento estimativo das despesas a realizar, de modo que pudessem enfrentar a situação prevista.

Infelizmente, porém, e a despeito de reiteradas solicitações dêste Departamento e diretamente do próprio Ministério da Viação e Obras Públicas, a grande maioria dêsses concessionários deixou de atender, com a devida presteza, aquela recomendação.

Assim mesmo, não dispondo geralmente êsses concessionários de recursos para cumprir tal empreendimento, os resultados práticos do problema não puderam ser obtidos e, quando se apresentou, em meados de 1946, a crise de congestionamento de alguns portos, com tôdas as suas conseqüências, estavam êsses organismos com franca deficiência de recursos em aparelhamento e instalações.

O fenômeno se fêz sentir com maior intensidade nos portos de Rio de Janeiro e Santos, mesmo porque neles se processa sessenta por cento do movimento total de mercadoria dos portos brasileiros.

Nesses portos, passaram então os navios a aguardar ao largo durante um tempo muito acima do normal para poder atracar, e além disso a demora excessiva da retirada das mercadorias por parte dos respectivos consignatários, acarretando a ocupação quase total dos armazéns e pátios, e mesmo da faixa do cais, obrigou a um decréscimo de rendimento nas operações de carga e descarga dos navios.

Embora o problema fôsse encarado com tôda a energia, a solução não foi fácil de achar, pois ela envolvia uma série de providências, algumas de atribuição exclusiva das respectivas administrações dos portos, mas outras que necessitavam entrosamento com outras repartições, inclusive de Ministérios diferentes.

No caso especial de Santos, a situação ainda se agravou com as sucessivas greves do pessoal da Estrada de Ferro Santos Jundiaí e chuvas continuadas.

Não obstante as vàrias providências postas em prática, ao terminar o ano de 1946, ainda perdurava a situação de congestionamento dos portos do Rio de Janeiro e Santos, crescendo sempre a fila de navios aguardando atracação.

Cumpre ressaltar, a propósito do congestionamento de nossos portos, que isso não constituiu um fenômeno regional, pois que crise semelhante atingiu, também, os maiores e mais bem aparelhados portos do mundo. Nos Estados Unidos, mesmo, êle se fêz sentir, e a êsse propósito, o Presidente da American Association of Port Authorities expôs o ponto de vista de que o congestionamento verificado em alguns portos não decorre essencialmente de deficiência de instalações ou culpa das Administrações, mas do desgaste das instalações no período da guerra, da impossibilidade de reaparelhamento e das dificuldades verificadas nos transportes em virtude de greves e perturbações do trabalho.

Foram essas, justamente, as causas que entre nós deram como conseqüência o congestionamento dos portos.

Além das medidas de caráter urgente, postas em prática para debelar a crise de congestionamento, foi pelo então Ministro da Viação e Obras Públicas determinado a êste Departamento que organizasse um programa geral de reaparelhamento e melhoramento de nossos portos, o que foi feito, verificando-se que as necessidades imediatas dos mesmos montava, na época, a Cr$ .... 1.450.091.061,00.

Cogitava-se, então, da obtenção de recursos por meio de um empréstimo feito no estrangeiro, o que não veio a se concretizar. Nesse montante, estavam incluídas, também, as necessidades dos portos dados em concessão, seja aos Estados da União, seja às emprêsas particulares, aos quais seria destinada uma importância equivalente aos melhoramentos a realizar, e da qual seria o Govêrno Federal oportunamente indenizado.

Não obstante não ter sido possível conseguir êsse financiamento para os seus empreendimentos, foi baixado pelo Govêrno Federal o Decreto-lei número 9.681, de 30 de agôsto de 1946, autorizando os concessionários dos portos a lançar empréstimos por meio de títulos ao portador, denominados "Obrigações Portuárias", e cujo produto se destinará ao financiamento das obras a realizar e do aparelhamento a adquirir, e com base nesse decreto-lei e no que criou a taxa de emergência, já foi dado início ao reaparelhamento dos portos.

FINALIDADES E OBJETIVOS

Tanto no Decreto-lei n.º 6.166, de 31 de dezembro de 1943, que reorganizou os serviços e deu a atual denominação ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, como no Decreto-lei n.º 8.904, de 24 de janeiro de 1946, que o substituiu, e pelo qual se regeram pràticamente tôdas as atividades dessa Repartição durante o ano de 1946, tem o referido Departamento por finalidade promover, orientar e instruir tôdas as questões relativas à construção, melhoramento, manutenção, aparelhamento e exploração dos portos e vias dágua do país, no que se refere às condições de navegação, quer marítima, quer interior.

Dentro dessas finalidades, constituem objetivos imediatos dos serviços a cargo dêste Departamento, de um lado, o estudo, projeto e execução, ou fiscalização dos melhoramentos dos portos e vias navegáveis do país, e por outro lado a fiscalização do fiel cumprimento dos contratos de concessão dos portos, seja daqueles que estão sendo explorados pelos Estados da União, seja daqueles que o estão sendo por emprêsas particulares.

Intimamente ligados aos interêsses do transporte, os serviços a cargo dêste Departamento assumem uma importância verdadeiramente extraordinária, mòrmente para um país como o nosso, de grande extensão territorial, e cortado de grandes e imponentes vias fluviais, mas cujo estado de conservação é, às vêzes, bastante precário. No que diz respeito à conservação e melhoramento dos portos, seja de suas instalações de abrigo e acostagem, seja de suas vias de acesso, são também de muita importância as atividades dêste Departamento, atendendo que êles são, antes de tudo, um aparelhamento econômico e que funcionam estabelecendo a ligação entre os sistemas terrestres de transportes e o sistema marítimo.

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO CONCERNENTE AOS PORTOS

PÔRTO DE MANÁUS

DECRETO

N.º 21.513, de 26 de julho de 1946 — Autoriza a emprêsa Manáus Harbour Limited a adquirir um trator Ford (sistema Ferguson), destinado aos serviços do pôrto de Manáus.

(*D. O.* de 5-8-46, pág. 11.292).

PORTARIA

N.º 672, de 23 julho de 1946 — MVOP — Aprova novas tarifas para o pôrto de Manáus, constantes das tabelas A, B, C, D, E, G-2, G-6, H, J, K, M e N.

(*D. O.* de 25-7-46, retificação no de 3-8-46).

DADOS CONTRATUAIS

Nenhuma modificação.

TOMADA DE CONTAS

Em estudo na Divisão Econômica e Comercial as relativas aos anos de 1944 e 1945.

TARIFAS

Pelo ofício n.º 4.189, de 28-12-46, foi encaminhada ao MVOP, com parecer favorável, o requerimento de 26 de julho de 1946 em que a Manáus Harbour Ltd. solicita autorização para cobrar, a título provisório, um adicional de dezesseis por cento (16%) sôbre as taxas aprovadas pela Portaria número 672-46 a fim de atender ao aumento geral de salários concedido aos portuários daquela emprêsa, em virtude da Convenção Coletiva realizada no Rio de Janeiro, em 4-9-46, entre a mesma e o Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Portuários de Manáus.

PÔRTO DE BELÉM

DECRETO-LEI

N.º 9.434, de 8 de julho de 1946 — Altera a redação do parágrafo único do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 7.239, de 10-1-45 que dispôs sôbre o pessoal do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará, aumentando o salário diário máximo dos diaristas.

(*D. O.* de 10-7-46 ,retificado no de 12-7-46).

DECRETOS

N.º 21.380, de 8 de julho de 1946 — Aprova tabelas numéricas de mensalistas para os SNAPP, mantendo o regime de salário-família instituído pelo Decreto n.º 17.557, de 10-1-45 e revogando as demais disposições em contrário.

(*D. O.* de 11-7-46, pág. 10.163).

De 19-8-46 — Exonera o Capitão de Fragata Horácio Braz da Cunha, do cargo de Diretor Geral dos SNAPP e

nomeia por decreto da mesma data, para o mesmo cargo o Capitão de Fragata Eurico Magno de Carvalho.

(*D. O.* de 21-8-46, reproduzido no de 23-8-46).

De 6-11-46 — Exonera Angenor Pôrto Pena de Carvalho da função em comissão de Superintendente Portuário dos SNAPP e nomeia, por decreto da mesma data. Aníbal Martins Ferreira para a mesma função, em comissão.

(*D. O.* de 8-11-46, pág. 15.041)

De 6-11-46 — Nomeia Eugênio da Cruz Machado para exercer a função, em comissão, de Superintendente de Navegação dos SNAPP, vaga em virtude da exoneração do Capitão de Fragata Antônio Adolfo Acioli Dória.

(*D. O.* de 8-11-46, pág. 15.041).

PORTARIAS

N.º 982, de 8 de novembro de 1946 — MVOP — Autoriza o SNAPP a aplicar, a partir de 1-1-47, no pôrto de Belém do Pará, a taxa de emergência criada pelo Decreto-lei n.º 8.311, de 6-12-45, destinada ao melhoramento e reaparelhamento do pôrto.

(*D. O.* de 9-11-46, retificado no de 13-11-46).

N.º 986, de 13 de novembro de 1946 — MVOP — Autoriza, a título provisório, o acréscimo de 35% sôbre as tarifas do pôrto de Belém, a fim de atender ao aumento de 50% nos salários do pessoal e ao serviço de dragagem do pôrto.

(*D. O.* de 14-11-46, pág. 15.351).

OFÍCIO

N.º 5.185, de 25 de novembro de 1946 — MVOP — D.O. — comunica a expedição e publicação da portaria n.º 986, de 13-11-46.

DADOS CONTRATUAIS

Nenhuma modificação.

PÔRTO DE FORTALEZA

TÊRMOS

De 30-1-46 — Têrmo de ajuste entre o Govêrno Federal e a Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas da Organização Henrique Lage — Patrimônio Nacional — para a execução do prolongamento do molhe de abrigo do pôrto de Fortaleza, em Mucuripe, de conformidade com a autorização concedida pelo Sr. Presidente da República, por despacho de 4 de janeiro de 1946, exarado na Exposição de Motivos n.º 3-GM, de 3 dêsse mesmo mês e ano do MVOP.

(*D. O.* de 7-2-46, pág. 1.965).

De 4-2-46 — Têrmo de ajuste entre o Govêrno Federal e a Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas, da Organização Henrique Lage — Patrimônio Nacional — para a execução das obras de proteção da praia de Iracema, em Fortaleza, de conformidade com a autorização concedida pelo Sr. Presidente da República, por despacho de 11-1-46, exarado na Exposição de Motivos n.º 11-GM, da mesma data, do MVOP.

(*D. O.* de 13-2-46, retificado no de 20-2-46, pág. 2628.).

De 7-5-46 — Têrmo aditivo ao de ajuste assinado em 30 de janeiro de 1946, entre o Govêrno Federal e a Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas, referente a obras a serem executadas no molhe de abrigo do pôrto de Fortaleza, em Mucuripe, com adiamento pelo prazo máximo de 8 meses.

(*D. O.* de 10-5-46, pág. 6.954).

TOS DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ata n.º 59 — Sessão Ordinária de 3 de maio de 1946 — O Tribunal ordenou o registro do contrato para execução do prolongamento do molhe de abrigo do Pôrto de Fortaleza, em Mucuripe.

(*D. O.* de 11-7-46, pág. 10.190).

Ata n.º 64 — Sessão Ordinária de 7 de junho de 1946 — O Tribunal ordenou o registro do têrmo aditivo assinado em 7-5-46, referente a obras a serem executadas no molhe de abrigo do pôrto de Fortaleza, em Mucuripe, com prorrogamento pelo prazo máximo de 8 meses.

(*D. O.* de 19-7-46, pág. 10.553).

Ata n.º 68 — Sessão Ordinária de 28 de junho de 1946 — O Tribunal ordenou o registro do contrato para execução das obras de proteção da praia de Iracema, em Fortaleza.

(*D. O.* de 25-7-46, pág. 10.840).

OFÍCIO

N.º 848, de 14 de março de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica ao D. N. P. R. C. que o M.F. autorizou o Banco do Brasil a abrir, em favor da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Ceará, à disposição do engenheiro-chefe do 4.º Distrito de Portos, Rios e Canais, o crédito de Cr$ 495.000,00 para atender ao pagamento do imposto adicional de 10% de que trata o Decreto-lei n.º 8.424, de 21-12-45.

DADOS CONTRATUAIS

Nenhuma modificação.

PÔRTO DE CABEDELO

ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ata n.º 12 — Sessão Ordinária de 1.º de fevereiro de 1946 — O Tribunal mandou anotar o ato que decorre do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 8.520, de 31 de dezembro de 1945, que prorroga a vigência do crédito especial aberto para atender as despesas com a dragagem do canal de acesso ao pôrto de Cabedelo.

(*D. O.* de 27-5-46, pág. 7.853).

PORTARIAS

N.º 716, de 6 de agôsto de 1946 — MVOP — Aprova a nova tabela "D" — Armazenagem Interna, para o pôrto de Cabedelo.

(*D. O.* de 6-9-46, pág. 12.536).

N.º 777, de 30 de agôsto de 1946 — MVOP — Aprova o projeto e orçamento para execução dos serviços de dragagem na barra e canal de acesso ao pôrto de Cabedelo, devendo a respectiva despesa ser atendida à conta do crédito aberto pelo Decreto-lei número 4.229, de 2-4-42.

(*D. O.* de 2-9-46, pág. 12.475).

OFÍCIO

N.º 4.408, de 15 de outubro de 1946 — D.O. do MVOP — comunica a aprovação, ao DNPRC, da tomada de contas do pôrto de Cabedelo, relativa ao exercício de 1944, com as alterações propostas no ofício n.º 3.136, de 11-9-46, do DNPRC.

PÔRTO DE RECIFE

DECRETO

N.º 20.720, de 13 de março de 1946 — Aprova orçamento para reconstrução de um trecho do cais de Santa Rita, no pôrto de Recife.

(*D. O.* de 9-4-46, retificado no de 10 de abril de 1946).

PORTARIAS

N.º 119, de 30 de janeiro de 1946 — MVOP — Concede permissão à "The Caloric Company" para executar obras nos terrenos arrendados à União Federal, situados na zona do Brum, com a ressalva de não ter a solicitante o direito a qualquer indenização pelas benfeitorias que pretende realizar, no caso de vir o Govêrno a necessitar dos terrenos de que se trata.

(*D. O.* de 27-2-46, pág. 3.019).

N.º 176, de 16 de fevereiro de 1946 — MVOP — Concede permissão à "Standard Oil Company of Brazil" para executar obras nos terrenos arrendados à União Federal, a título precário, na Zona do Brum, com a ressalva de não ter a solicitante o direito a qualquer indenização pelas benfeitorias que pretende realizar, no caso de vir o Govêrno a necessitar dos terrenos mencionados.

(*D. O.* de 2-3-46, pág. 3.234).

N.º 1.073, de 6 de dezembro de 1946 — MVOP — Aprova novas tarifas para o pôrto de Recife, constantes das tabebas A, B, C, D, E, F, G-4, G-6, G-7, H, I, J, K, L, M e N, baixadas com a mesma.

(*D. O* .de 26-12-46, retificado no de 2-1-47).

N.º 1.108 — de 12 de dezembro de 1946 — MVOP — autoriza a aplicação, a partir de 1-1-47, da taxa de emergência criada pelo Decreto-lei n.º 8.311, de 6-12-45, destinada ao melhoramento e reaparelhamento do pôrto de Recife.

(*D. O.* de 31-12-46, pág. 17.058).

OFÍCIOS

N.º 848, de 14 de março de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica que o M.F. autorizou o Banco do Brasil S. A. a abrir o crédito de Cr$ 3.000.000,00 em favor da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Pernambuco para atender ao pagamento do imposto adicional de 10% de que trata o Decreto-lei n.º 8.424, de 21-12-45.

N.º 3.741, de 12 de setembro de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica ter o Sr. Ministro aprovado, com as alterações indicadas pelo DNPRC em ofício n.º 2.541, de 25-7-46, a tomada de contas do pôrto de Recife, relativa ao exercício de 1943.

N.º 5.461, de 12 de dezembro de 1946 — D.M. do MVOP — comunica ter o M. da Guerra informado, pelo aviso n.º 1.488-39, de 2-12-46, a liberação, pela 7.ª Região Militar, do armazém n.º 8 do cais do pôrto de Recife.

N.º 5.109, de 22 de dezembro de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica ter o Sr. Ministro, por despacho de 13 do mesmo mês, aprovado parecer do Sr. Consultor Geral da República sôbre salários dos tripulantes das Docas do Pôrto de Recife.

N.º 5.473, de 13 de dezembro de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica a aprovação da tomada de contas do pôrto de Recife, relativa ao ano de 1944.

PÔRTO DE MACEIO'

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 347-GM, de 25 de junho de 1946 — MVOP — Pedido da Interventoria Federal no Estado de Alagoas para imediata realização, com recursos da União, dos reparos necessários ao cais de acesso e ao cais acostável, já construídos no pôrto de Maceió. O Sr. Presidente da República, em despacho de

28 de junho de 1946, remeteu o assunto àquela Interventoria a quem, de acôrdo com informações do DNPRC, cabe realizar tais reparos.

(*D. O.* de 5-7-46, pág. 9.917).

PORTARIAS

N.º 179, de 21 de fevereiro de 1946 — MVOP — resolve homologar o ato do Interventor Federal no Estado de Alagoas que concedeu abono de 30% aos portuários de Maceió, e autorizou a cobrança do adicional de 10% sôbre tôdas as taxas em vigor para fazer face à despesa decorrente do referido abono.

(*D. O.* de 23-2-46, pág. 2.814).

N.º 203, de 25 de fevereiro de 1946 — MVOP — aprova projeto e orçamento referentes a uma instalação sanitária destinada ao pôrto de Maceió.

(*D. O.* de 18-12-46, pág. 16.575).

N.º 694, de 31 de julho de 1946 — MVOP — aprova novas tarifas para o pôrto de Maceió, constantes das tabelas D, G-3, G-6, G-7, J, L e M.

(*D. O.* de 31-8-46, retificado no de 4-9-46).

N.º 980, de 6 de novembro de 1946 — MVOP — Aprova novas tarifas para o pôrto de Maceió, constantes das tabelas A, B, C, E, H e N, baixadas com a mesma.

(*D. O.* de 18-12-46, pág. 16.575).

N.º 1.007, de 21 de novembro de 1946 — MVOP — Aprova o projeto de Regulamento dos Serviços de Exploração Comercial para o pôrto de Maceió, de acôrdo com as modificações apresentadas pelo DNPRC em ofício número 3.286, de 24-9-46.

(*D. O.* de de 18-12-46, retificado no de 30-12-46).

N.º 1.041, de 4 de dezembro de 1946 — MVOP — Autoriza a cobrança da taxa de emergência no pôrto de Maceió, a partir de 1-1-47, tendo em vista o disposto no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 8.311, de 6-12-45.

(*D. O.* de 18-12-46, reproduzido no de 8-1-47).

OFÍCIOS

N.º 3.799 — de 16 de setembro de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica a aprovação das tomadas de contas do pôrto de Maceió referentes aos anos de 1941 e 1942.

N.º 5.221, de 26 de novembro de 1946 — D.A. do MVOP — Comunica a aprovação da tomada de contas do pôrto de Maceió, relativa ao ano de 1943.

N.º 63, de 8 de janeiro de 1947 — D.O. do MVOP — Comunica que o Sr. Ministro, em despacho de 23-12-46, aprovou a tomada de contas do pôrto de Maceió, relativa ao ano de 1944.

PÔRTO DA BAHIA

DECRETO

N.º 22.188, de 27 de novembro de 1946 — Aprova planta e têrmo aditivo para incorporação ao Patrimônio Nacional, dos terrenos remanescentes das desapropriações realizadas pela Companhia Docas da Bahia.

(*D. O.* de 23-12-46, pág. 16.751).

TÊRMOS

De 30-1-46 — Têrmo de acôrdo entre o Govêrno Federal e a Companhia Docas da Bahia para restituição aos cofres públicos de importância recebida em excesso, do produto da taxa de 2% ouro, no período de 1921 a 1926.

(*D. O.* de 23-2-46, pág. 2.818).

De 10-5-46 — Têrmo de acôrdo entre o Govêrno Federal e a Companhia Docas da Bahia, em substituição ao de 30 de janeiro de 1946, para restituição aos cofres públicos de importância recebida em excesso, do produto da taxa de 2% ouro, no período de 1921 a 1926.

(*D. O.* de 22-5-46, pág. 7.566).

ATOS DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ata n.º 12 — Sessão Ordinária de 1.º de fevereiro de 1946 — O Tribunal de Contas ordenou o registro da distribuição do crédito de CrS 820.000,00 à Delegacia Fiscal no Estado da Bahia, à conta do crédito especial aberto pelo Decreto-lei 8.424, de 21 de dezembro de 1945, para pagamento a concessionários de portos.

(*D. O.* de 27-5-46, pág. 7.853).

Ata n.º 29 — Sessão Ordinária em 15 de março de 1946 — O Tribunal de Contas recusou registro ao contrato celebrado com a Companhia Docas da Bahia, em 30 de janeiro anterior, por ter sido publicado fora do prazo legal.

(*D. O.* de 10-6-46, pág. 8.667).

PORTARIAS

N.º 103, de 29 de janeiro de 1946 — MVOP — Autoriza a Companhia Docas da Bahia a elevar a 30%, a partir de 1-2-46, a taxa adicional de 25% estabelecida pela portaria n.º 522, de 4 de julho de 1945, para cobrir a despesa extraordinária decorrente da concessão do abono extraordinário a todos os empregados e operários do pôrto de Salvador, autorizada neste mesmo ato.

(*D. O.* de 1-2-46, pág. 1.676).

N.º 104, de 29 de janeiro de 1946 — MVOP — autoriza a Companhia Docas da Bahia a aplicar, a partir de 1.º de fevereiro de 1946, no pôrto de Salvador, a taxa de emergência criada pelo Decreto-lei n.º 8.311, de 6-12-45, destinada ao melhoramento e reaparelhamento do pôrto.

(*D. O.* de 1-2-46, pág. 1.676).

N.º 524, de 27 de maio de 1946 — MVOP — Aprova preços unitários para as obras de melhoramentos da Avenida Frederico Pontes (Jequitáia) a cargo da Companhia Docas da Bahia.

(*D. O.* de 4-6-46, pág. 8.351).

N.º 80, de 18 de junho de 1946 — MTIC — designa membros para a Comissão incumbida de estudar as reivindicações dos portuários de Salvador.

(*D. O.* de 20-6-46, pág. 9.289).

N.º 622, de 2 de julho de 1946 — Determina à Companhia Docas da Bahia a suspensão da aplicação da taxa adicional de 25% a que se refere a Portaria n.º 522, de 4-7-45, autorizando a aplicação a título provisório, da taxa adicional de 45% sôbre as taxas das tarifas portuárias em vigor, excluídas as relativas à armazenagem interna e ao adicional de 10% destinado às obras da Avenida Frederico Pontes e fixa o prazo de 90 dias para organização da nova tarifa portuária.

(*D. O.* de 3-7-46, pág. 9.877).

CONVENÇÃO

De 24-6-46 — Convenção coletiva de trabalho assinada entre a Companhia Docas da Bahia e os Sindicatos dos "Operários da cidade do Salvador" e dos "Empregados da Administração dos Serviços Portuários da cidade do Salvador".

(*D. O.* de 22-5-46, pág. 7.566).

Aviso

N.º 905, de 26 de julho de 1946 — MVOP — Autoriza a Companhia Docas

da Bahia a reduzir a título precário, para 15 dias, o período de armazenagem interna a que se refere o Decreto-lei 8.439, de 24 de dezembro de 1945.

OFÍCIOS

N.º 1.013, de 25 de março de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica que o M.F. autorizou o Banco do Brasil S. A. a abrir, em favor da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia, o crédito de Cr$ 820.000,00, para atender ao pagamento do impôsto adicional de 10% de que trata o Decreto-lei n.º 8.424, de 21-12-45.

N.º 4.149, de 4 de outubro de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica a aprovação da tomada de contas da Avenida Jequitáia, relativa ao 2.º trimestre de 1945.

N.º 4.150, de 4 de outubro de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica a aprovação da tomada de contas da Avenida Jequitáia, relativa ao 3.º trimestre de 1945.

N. 4.151, de 4 de outubro de 1946 — D.O. do MVOP — comunica a aprovação da tomada de contas da Avenida Jequitáia, relativa ao 4.º trimestre de 1945.

N.º 4.152, de 4 de outubro de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica a aprovação da tomada de contas da Avenida Jequitáia, relativa ao 1.º trimestre de 1945.

N.º 4.947, de 13 de novembro de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica a aprovação da tomada de contas da Avenida Jequitáia, relativa ao 1.º trimestre de 1946.

PROCESSOS DESPACHADOS

Em 26-7-46 — MVOP — manteve o despacho de fls. 12-v do processo número 15.717-46, em que a Companhia Docas da Bahia recorreu contra a restituição à Moore-Mac Cormack (Navegação) S. A., de importância proveniente de transportes compreendidos nos serviços de capatazias.

(*D.O.* de 30-7-46, pág. 11.020).

Em 18-12-46 — O Sr. Presidente da República, na Exposição n.º 895, do MTIC, relativa ao empréstimo destinado à melhoria dos serviços portuários pela Companhia Docas da Bahia, despachou: "Autorizado".

(*D.O.* de 21-12-46, pág. 16.713).

PÔRTO DE CAMAMU-MARAU

DESPACHOS

De 19-6-46 — MVOP — Indefere pedido de Paulino Afonso Chaves para revigorar, pelo prazo de um ano, os Decretos ns. 23.180 e 23.181, de 30 de setembro de 1933, que lhe concederam autorização para uso e gôzo de uma estrada de ferro e para execução, uso e gôzo das obras e do aparelhamento de um pôrto. (*D.O.* de 22-6-46, página 9.390). (Camamu-Marau, Bahia).

PÔRTO DE CARAVELAS

TÊRMO

De 3-10-46 — Têrmo de transferência a Docas e Pôrto de Caravelas S. A., do contrato decelbrado com José Nunes da Silva a 7 de novembro de 1935, em virtude dos decretos números 80 e 400 de 11 de março e 31 de outubro do mesmo ano, registrado pelo Tribunal de Contas em sessão de 19 de junho de 1936, para a execução, uso e gôzo das obras e do aparelhamento do Pôrto de Caravelas, no Estado da Bahia, cujo início e conclusão foram prorrogados pelos Decretos ns. 11.294,

de 11 de janeiro de 1943 e 16.391, de 21 de agôsto de 1944.

(*D.O.* de 4-10-46, pág. 13.757).

ATOS DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ata n.º 127 — Sessão Ordinária em 29 de outubro de 1946 — O Tribunal ordenou o registro do Têrmo de Transferência a Docas e Pôrto de Caravelas S. A., do contrato celebrado com José Nunes da Silva.

(*D.O.* de 24-1-47, pág. 1.107).

PÔRTO DE ILHÉUS

Exposição de Motivos

N.º 376-GM, de 9 de julho de 1946 — MVOP — De acôrdo com o despacho de 15 de julho de 1946, do Sr. Presidente da República, exarado nessa exposição de motivos, foi restabelecido o tráfego marítimo de navios nacionais para o pôrto de Ilhéus e revistas as tabelas de fretes entre aquêle pôrto e o de Salvador.

(*D.O.* de 20-7-46, pág. 10.621).

PORTARIAS

N.º 607, de 21 de junho de 1946 — MVOP — aprova a tabela "D" — Armazenagem interna, das tarifas do Pôrto de Ilhéus.

(*D.O.* de 12-7-46, pág. 10.229).

N.º 640, de 10 de julho de 1946 — MVOP — Aprova novas tarifas constantes das tabelas A, B, C, G-6, H, M. e N.

(*D.O.* de 12 de julho de 1946, página n.º 10.229).

DESPACHOS

De 16-7-46 — MTIC — Homologa o acôrdo coletivo de trabalho firmado entre a Cia Industrial de Ilhéus e o Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários daquele pôrto, inclusive as novas tabelas de salários e vencimentos, agora modificadas por acôrdo mútuo entre os interessados, devendo o acôrdo, bem como as novas tabelas, entrar em vigor no dia 15 do mesmo mês.

(*D.O.* de 23-7-46, retificado no de 13-8-46).

OFÍCIOS

N.º 2.632, de 15 de julho de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica que o Sr. Ministro encerrou e mandou arquivar o processo relativo à aplicação, no pôrto de Ilhéus, de um adicional de 5% sôbre taxas portuárias e à concessão de abono aos empregados do referido pôrto.

N.º 21, de 6 de janeiro de 1947 — D.O. do MVOP — Comunica que o Sr. Ministro, por despacho de 23 de dezembro de 1946, aprovou a tomada de contas do pôrto de Ilhéus, relativa ao ano de 1945.

PÔRTO DE ARACAJU

DECRETO

N.º 22.220, de 3 de dezembro de 1946 — Aprova projeto para dragagem do canal de acesso ao pôrto de Aracaju.

(*D.O.* de 5-12-46, pág. 16.081).

PORTARIA

N.º 724, de 7 de agôsto de 1946 — MVOP — Reune, em caráter transitório, o 9.º Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-9), constituído do Estado de Sergipe, ao Décimo Primeiro Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-11), constituído do Estado da Bahia, ficando mantida naquele primeiro Distrito uma residência, com o respectivo encarregado.

(*D.O.* de 8-8-46, pág. 11.477).

PÔRTO DE VITÓRIA

ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ata n.º 8 — Sessão Ordinária em 25 de janeiro de 1946 — O Tribunal ordenou o registro da distribuição de crédito à Delegacia Fiscal no Estado do Espírito Santo, à conta do Decreto-lei número 8.424, de 21 de dezembro de 1945, para pagamento do 10% adicional.

(*D.O.* de 17-5-46. pág. 7.326).

PORTARIA

N.º 34, de 14 de janeiro de 1946 — MVOP — aprova novas tabelas de taxas portuárias e de remuneração da mão de obra dos serviços de capatazias para o pôrto de Vitória.

(*D.O.* de 25-2-46, retificado no de 28-2-46, pág. 3.090).

OFÍCIO

N.º 34, de 6 de janeiro de 1947 — D.O. do MVOP — comunica que o Sr. Ministro, por despacho de 17 de dezembro de 1946, aprovou a tomada de contas do pôrto de Vitória, relativa ao ano de 1944.

PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

DECRETOS-LEIS

N.º 8.548, de 3 de janeiro de 1946 — prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 6.906, de 27 de setembro de 1944, para atender às despesas com a execução de obras de emergência no parque carvoeiro do pôrto do Rio.

(*D.O.* de 5-1-46, pág. 163).

N.º 8.856, de 24 de janeiro de 1946 — dispõe sôbre o Serviço Jurídico da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro.

(*D.O.* de 26-1-46, pág. 1.333).

N.º 9.630, de 2 2de agôsto de 1946 — Autoriza a APRJ a suprimir funções em sua Tabela Numérica de Mensalistas e dá outras providências.

(*D.O.* de 24-8-46, pág. 12.070).

N.º 9.800, de 9 de setembro de 1946 — Considera como renda complementar da APRJ o produto do impôsto adicional de 10% sôbre os direitos de importação realmente devidos, a que se refere o Decreto n.º 24.343, de 5-6-34).

(*D.O.* de 11-9-46, pág. 12.658).

DECRETOS

N.º 20.437, de 22 de janeiro de 1946 — Altera o Regimento da APRJ, aprovado pelo Decreto n.º 7.935, de 25 de setembro de 1941.

(*D.O.* de 25-1-46, pág. 1.265).

N.º 21.049, de 2 de maio de 1946 — Aprova projeto e orçamento para a cobertura e fechamento do pátio do cais do pôrto do Rio de Janeiro, entre os armazéns 5 e 6.

(*D.O.* de 4-5-46, pág. 6.683).

N.º 21.924, de 9 de outubro de 1946 — Declara a utilidade pública, para desapropriação pela APRJ, dos terrenos que menciona.

(*D.O.* de 11-10-46, pág. 13.984).

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 203, de 2 de março de 1946 — DASP — Propõe a devolução ao M. V.O.P. do processo relativo à concessão de "bonificações" aos servidores da APRJ e cobrança adicional de 10% nas suas tarifas e novo estudo por parte da APRJ, da possibilidade e conveniência da concessão de aumento geral de salários o seu pessoal, com absorção das "bonificações". — Aprovado pelo

Sr. Presidente da República em despacho de 12-3-46.

(*D.O.* de 22-3-46, pág. 4.162).

N.º 398-GM, de 16 de julho de 1946 — MVOP — Propõe o indeferimento do pedido de relevação do pagamento da taxa de armazenagem cobrada pela APRJ, feito pela Paraquedas Switlik do Brasil S. A. — O Sr. Presidente da República, em despacho de 19 do mesmo mês de julho, concordou com o indeferimento.

(*D.O.* de 30-7-46, pág. 11.019).

N.º 311-GM, de 15 de junho de 1946 — MVOP — Encaminha memorial em que os portuários da APRJ solicitam várias medidas em favor da classe, destacando-se a revogação do artigo 100 do Regulamento do Pessoal, melhoria de salário e providências de caráter técnico e assistencial, opinando pelo arquivamento do processo. O Sr. Presidente da República, em despacho da mesma data, concordou com o arquivamento.

(*D.O.* de 25-6-46, pág. 9.488).

ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ata n.º 6 — Sessão Ordinária, em 22 de janeiro de 1946. — O Tribunal, tendo em vista o que consta do Aviso número 2, de 8 do mesmo mês, do MVOP, com cópias do Decreto-lei n.º 8.548, de 3 do mês anterior, que prorroga até o encerramento do exercício de 1946, a vigência do crédito especial aberto pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.906, de 27 de setembro de 1944, para atender às despesas com a execução de obras de emergência no parque carvoeiro do do Pôrto do Rio de Janeiro, mandou anotar o ato que decorre do mencionado Decreto-lei n.º 8.548.

(*D.O.* de 30-4-46, pág. 6.476).

PORTARIAS

N.º 72, de 23 de janeiro de 1946 — MVOP — Autoriza o acréscimo de 35% nas taxas dos serviços industriais do pôrto do Rio de Janeiro, a partir de 1 de fevereiro seguinte, com exclusão da taxa da armazenagem, destinado à despesa com o aumento de salários do pessoal da APRJ e torna sem efeito a cobrança do adicional de 10%, concedido para cobertura do abono de emergência.

(*D.O.* de 24-1-46, pág. 1.234).

N.º 198, de 25 de fevereiro de 1946 — MVOP — autoriza a cobrança da "taxa de emergência", destinada a atender aos encargos de juros e amortização das operações de crédito a serem realizadas para o financiamento das obras e aquisições necessárias ao seu reaparelhamento.

(*D.O.* de 27-2-46, pág. 3.019).

N.º 421, de 25 de abril de 1946 — MVOP — Concede permissão à firma Dianda, Lopes & Cia. Ltda., para executar as obras de instalações subterrâneas, destinadas ao transporte a granel, de trigo em grão, entre o cais de São Cristóvão e a Avenida Francisco Sá n.º 121.

(*D.O.* de 14-6-46, pág. 8.903).

N.º 438, de 26 de abril de 1946 — Substitui a portaria n.º 72, de 23-1-46, que autoriza o acréscimo de 35% nas taxas dos serviços industriais do pôrto, a partir de 1-2-46, com exclusão das taxas gerais de armazenagem interna da tabela "D", destinado a atender à despesa com o aumento de salário do pessoal da APRJ e torna sem efeito a cobrança do adicional de 10% para cobertura do abono de emergência concedido por despacho ministerial de 23 de maio de 1945.

(*D.O.* de 29-4-46, pág. 6.336).

N.º 449, de 7 de maio de 1946 — MVOP — Cancela os efeitos do disposto na portaria n.º 827, de 10 de outubro de 1945, que aprovou as tabelas de taxas para remunerar a mão de obra dos serviços de capatazias, por unidade, no pôsto do Rio de Janeiro, devendo a APRJ apresentar nova tabela de taxas, baseada nos aumentos de salários últimamente concedidos.

(*D.O.* de 10-5-46, retificado no de 14-5-46).

N.º 510, de 21 de maio de 1946 — MVOP — Aprovou a tabela "D", de taxas para remuneração dos serviços de armazenagem interna do pôrto do Rio de Janeiro.

(*D.O.* de 23-5-46, pág. 7.641).

N.º 952, de 17 de junho de 1946 — Alfândega do Rio de Janeiro — Determina ordens aos Conferentes de porta de saída dos armazéns do cais do Pôrto para facilitar o desembaraço das mercadorias congestionadas.

(*D.O.* de 24-4-46, pág. 9.430).

DESPACHOS

De 12-4-46 — MVOP — Pedido do Sindicato de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, para modificar o projeto de construção do edifício da "Estação de Expurgo" da APRJ — Despacho: — Arquive-se.

(*D.O.* de 14-4-46, pág. 5.470).

De 10-6-46 — MVOP — Pedido de Morais Barros & Cia. Ltda., sôbre indenização por mercadorias incendiadas em armazém do cais do pôrto do Rio — Despacho: Aprova o parecer do Consultor Jurídico que manda ouvir a Superintendência do Pôrto.

(*D.O.* de 24-6-46, pág. 9.438).

De 19-8-46 — MVOP — Pedido de Byington & Cia. sôbre dispensa de pagamento de importância referente a comissões e juros devidos por adiantamentos recebidos nos têrmos da cláusula 8 do contrato celebrado em 12 de julho de 1941 para construção do Frigorífico de Frutas do cais do pôrto. Despacho — Indeferido.

(*D.O.* de 19-9-46, pág. 13.100).

De 26-9-46 — Presidência da República — Exposição 621-GM, do M. V. O. P. — Submetendo relatório da APRJ relativo ao ano de 1944 e proposta do DNPRC de aprovação da gestão financeira daquela autarquia, no ano referido. Despacho — Aprovado.

(*D.O.* de 30-10-46, pág. 14.641).

De 16-11-46 — Presidência da República — Exposição 1.269, do DASP — submetendo processo referente à aprovação da proposta orçamentária da APRJ — Despacho: Aprova a proposta, excluída a dotação de Cr$ .... 36.000,00, de acôrdo com os pareceres.

(*D.O.* de 20-11-46, pág. 15.516).

De 15-12-46 — Presidência da República — Exposição 1.522 — do D. A. S. P. — Proposta orçamentária da APRJ — Despacho: solicita ao M. V. O. P. que esclareça em quanto está estimada a receita provenientte da alteração das tarifas e do impôsto adicional.

(*D.O.* de 19-12-46, pág. 16.617).

AVISOS

N.º 169, de 14 de fevereiro de 1946 — MVOP — comunica a aprovação da exposição de motivos 87-GM, de 12 do mesmo mês, relativa à solicitação feita pela Associação Comercial do Rio de Janeiro sôzre dispensa, pela APRJ, do pagamento das taxas de armazenagem já vencidas, bem como a prorrogação, de 30 para 60 dias, do pri-

meiro período de cobrança das referidas taxas.

N.º 1.340, de 9 de outubro de 1946 — MVOP — Declara que a taxa de emergência, cobrada sôbre as mercadorias movimentadas nas docas do Lloyd Brasileiro deve ser recolhida à Administração do Pôrto do Rio de Janeiro.

OFÍCIOS

N.º 1.643, de 6 de maio de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica a aprovação, pelo Sr. Presidente da República, da Exposição de Motivos número 184-GM, de 23 de abril anterior, relativa à transferência de verbas do Orçamento Industrial da APRJ para 1945. N.º 3.199, de 16 de agôsto de 1946 — D. A. do MVOP — Comunica a aprovação das normas para exploração do Frigorífico de Frutas.

N.º 3.523, de 31 de agôsto de 1946 — D. O. do MVOP — Comunica que a APRJ foi autorizada a conceder um desconto de 30% no total das armazenagens devidas pela Legião Brasileira de Assitência, com relação aos 70 refrigeradores destinados a completar a instalação dos Postos de Puericultura, da Companhia da Redenção da Criança.

N.º 4.442, de 17 de outubro de 1946 — D.O. do MVOP — Transmite, de ordem do Sr. Ministro, cópia do aviso n.º 1.340, de 9 do mesmo mês, dirigido ao Lloyd Brasileiro sôbre a cobrança e aplicação da taxa de emergência.

N.º 5.062, de 20 de novembro de 1946 — D.O. do MVOP — comunica a aprovação, na Exposição de Motivos 621-GM de 15 de outubro anterior, da gestão financeira da APRJ, no ano de 1944.

ORDEM DE SERVIÇO

N.º 3.792, de 3 de fevereiro de 1946 — APRJ — Concede, de acôrdo com a Portaria n.º 72, de 23-1-46, a partir de 1.º de fevereiro, aumento de salários do pessoal mensalista, de acôrdo com quadro demonstrativo publicado anexo.

(*D.O.* de 23-2-46, pág. 2.815).

PÔRTO DE NITERÓI

ATO DO TRIBUNAL DE CNOTAS

Ata n.º 8 — Sessão Ordinária em 25 de janeiro de 1946 — O Tribunal ordenou o registro da distribuição do crédito de Cr$ 200,00 à Delegacia Fiscal do Rio de Janeiro, à conta do crédito aberto pelo Decreto-lei n.º 8.424, de 21-12-45, para pagamento do 10% adicional a concessionários de portos.

(*D.O.* de 17-5-46, pág. 7.326).

PÔRTO DE ANGRA DOS REIS

PORTARIA

N.º 90, de 26 de janeiro de 1946 — MVOP — aprova a tabela de taxas para remuneração da mão de obra dos serviços "ordinários" de capatazias do Pôrto de Angra dos Reis, e autoriza a aplicação, a título provisório, no referido pôrto, da tarifa vigente no de Niterói, aprovada pela Portaria n.º 431, de 6 de junho de 1945, até que o concessionário apresente as respectivas tabelas.

(*D.O.* de 12-2-46, pág. 2.208).

PÔRTO DE SANTOS

DECRETOS-LEIS

N.º 9.306, de 27 de maio de 1946 — autoriza o Govêrno a intervir no pôrto de Santos.

(*D.O.* de 28-5-46, pág. 7.891).

9.406, de 27 de junho de 1946 — Estende à concessionária do pôrto de Santos a percepção do produto do impôsto adicional de 10%, sôbre os direitos de importação realmente devidos, a que se refere o Decreto n.º 24.577, de 4-7-43, como receita complementar do tráfego dêsse pôrto.

(*D.O.* de 28-6-46, pág. 9.620).

N.º 9.472, de 15 de julho de 1946 — Abre ao MVOP o crédito especial de Cr$ 24.000.000,00, para pagamento à concessionária do pôrto de Santos, nos têrmos do Decreto-lei n.º 9.406, de 27-6-46.

(*D.O.* de 17-7-46, pág. 10.421).

DECRETOS

N.º 21.151, de 22 de maio de 1946 — Aprova orçamento para aquisição de elevadores e guindastes pela Cia. Docas de Santos.

(*D.O.* de 6-6-46, pág. 8.431).

N.º 21.152, de 22 de maio de 1946 — Aprova projeto e orçamento para construção de um muro divisório pela Cia. Docas de Santos.

(*D.O.* de 6-6-46, pág. 8.431).

N.º 21.153, de 22 de maio de 1946 Aprova projeto e orçamento para ampliação da rêde de águas pluviais na ilha de Barnabé, pela Companhia Docas de Santos.

(*D.O.* de 6-6-46, pág. 8.431).

N.º 21.154, de 22 de maio de 1946 — Aprova projeto e orçamento para construção de um armazém pela Cia. Docas de Santos.

(*D.O.* de 6-6-46, pág. 3.431)

N.º 21.155, de 22 de maio de 1946 — Aprova orçamento para a aquisição de empilhadores pela Cia. Docas de Santos.

(*D.O.* de 6-6-46, pág. 3.431)

N.º 21.156, de 22 de maio de 1946 — aprova orçamento para aquisição de um guindaste pela Cia. Docas de Santos.

(*D.O.* de 6-6-46, pág. 3.431)

N.º 21.157, de 22 de maio de 1946 — aprova projeto e orçamento para construção de uma linha de oleodutos pela Companhia Docas de Santos.

(*D.O.* de 6-6-46, pág. 8.432).

N.º 21.489, de 22 de julho de 1946 — Aprova orçamento para aquisição de aparelhamento elétrico pela Cia. Docas de Santos.

(*D.O.* de 24-7-46, pág. 10.747).

N.º 21.512, de 26 de julho de 1946 — Aprova excesso de despesa verificado na construção de vagões destinados ao pôrto de Santos.

(*D.O.* de 3-8-46, pág. 11.229).

N.º 21.546, de 31 de julho de 1946 — Aprova excesso de despesa verificado na execução de obras pela Companhia Docas de Santos.

(*D.O.* de 7-8-46, pág. 11.397).

N.º 22.217, de 3 de dezembro de 1946 — Altera o decreto n.º 21.151, de 22-5-46, que aprovou orçamento para aquisição de elevadores e guindastes pela Cia. Docas de Santos.

N.º 22.218, de 3 de dezembro de 1946 — Altera o Decreto n.º 21.154, de 22-5-46, que aprovou projeto e orçamento para construção de armazém pela Cia. Docas de Santos.

(*D.O.* de 5-12-46, pág. 16.080).

N.º 22.219, de 3 de dezembro de 1946 — Altera o Decreto n.º 21.153, de 22-5-46, que aprovou orçamento para aquisição de empilhadores pela Companhia Docas de Santos.

(*D.O.* de 5-12-46, pág. 10.081).

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 457-GM, de 6 de agôsto de 1946 — MVOP — Encaminha pedido de João Alves da Silva para organizar uma emprêsa destinada a explorar os serviços de carga e descarga no pôrto de Santos, opinando pelo indeferimento — Despacho do Sr. Presidente da República de 11 de agôsto de 1946 — "Arquive-se".

(*D.O.* de 16-8-46, pág. 11.793).

TÊRMO DE CONTRATO

De 25-7-46 — Têrmo aditivo aos contratos de concessão do pôrto de Santos à Companhia Docas de Santos para, de acôrdo com o Decreto-lei número 9.406, de 27-6-46, estender à concessionária a percepção do produto do impôsto adicional de 10% sôbre os direitos de importação realmente devidos.

(*D.O.* de 27-7-46, retificação no de 1-8-46, pág. 11.163).

ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ata n.º 102 — Sessão Ordinária de 3 de setembro de 1946 — O Tribunal em face da promoção do Sr. Dr. Procurador, ordenou o registro do têrmo aditivo ao contrato de concessão do pôrto de Santos à Cia. Docas de Santos.

(*D.O.* de 14-11-46, pág. 15.354).

PORTARIAS

N.º 37, de 26 de janeiro de 1946 — MVOP — aprova as tabelas das novas tarifas para o pôrto de Santos — cessando, assim, a cobrança da taxa adicional de 30% estabelecida pela portaria n.º 504, de 27 de junho de 1945.

(*D.O.* de 30-1-46, retificado nos de 16 e 18 de fevereiro de 1946).

N.º 91, de 28 de janeiro de 1946 — MVOP — autoriza a Companhia Docas de Santos a aplicar, a partir de 25 de janeiro anterior, no pôrto de Santos a taxa de emergência criada pelo Decreto-lei n.º 8.311, de 6-12-45, destinada ao melhoramento e reaparelhamento do pôrto.

(*D.O.* de 30-1-46, pág. 1.563).

N.º 322, de 26 de março de 1946 — MVOP — Aprova a minuta de contrato a ser celebrado entre a Companhia Docas de Santos e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, para uma operação de crédito, pelo prazo de dois anos, na importância de Cr$ 15.000.000,00, garantida pela "taxa de emergência", para o financiamento das obras novas e aquisições destinadas ao melhoramento do Pôrto de Santos.

(*D.O.* de 30-3-46, pág. 4.721).

N.º 369, de 9 de abril de 1946 — MVOP — Autoriza a aplicação, a título provisório, da taxa adicional de 9.50% sôbre as taxas da tarifa em vigor, excluída a de armazenagem interna, para atender à majoração dos salários do seu pessoal portuário.

(*D.O.* de 12-4-46, pág. 5.358).

N.º 469, de 9 de maio de 1946 — MVOP — Declara encerrada em 16 de junho de 1945, a primeira conta de capital adicional do pôrto de Santos e autoriza a abertura, pelo prazo de 10 anos, a contar de 17 de junho de 1945, da segunda conta de capital adicional.

(*D.O.* de 16-5-46, pág. 7.259).

N.º 486, de 16 de maio de 1946 — Retifica o ítem 10 da tabela "H" das tarifas aprovadas pela portaria n.º 98, de 26-1-46, dando-lhe nova redação.

(*D.O.* de 23-5-46, pág. 7.641).

N.º 512, de 24 de maio de 1946 — MVOP — Aprova o orçamento para aquisição de 50 carrinhos elétricos destinados à mavimentação de mercado-

rias e autoriza o custeio da despesa pelos recursos da taxa de emergência.

(*D.O.* de 28-5-46, pág. 7.930).

N.º 535, de 28 de maio de 1946 — MVOP — Aprova o orçamento ereferente à aquisição de 4 guindastes pela Companhia Docas de Santos, correndo a despesa pela taxa de emergência.

(*D.O.* de 1-6-46, pág. 8.216).

N.º 550, de 6 de junho de 1946 — MVOP — Aprova projeto e orçamento para a construção da rêde de distribuição de luz e fôrça e de uma sub-estação transformadora, na Alamôa.

(*D.O.* de 11-6-45, pág. 8.737).

N.º 558, de 6 de junho de 1946 — MVOP — Aprova projeto e orçamento para o aumento do edifício da sub-estação n.º 7.

(*D.O.* de 11-6-46, pág. 8.737).

N.º 559, de 6 de junho de 1946 — MVOP — Aprova projeto e orçamento referentes à construção de um armazém especial para juta e outras fibras.

(*D.O.* de 11-6-46, pág. 8.737).

N.º 621, de 2 de julho de 1946 — MVOP — Determina a suspensão da aplicação da taxa adicional de 9,50%, a que se refere a portaria n.º 369, de 9-4-46, ficando a Cia. Docas de Santos autorizada a aplicar, a título provisório, sôbre as taxas da tarifa portuária em vigor, excluídas as relativas à armazenagem interna, a taxa adicional de 34%, acrescida, durante o prazo máximo de doze meses, de nove (9) unidades em percentagem, a fim de atender à majoração de salários de todo pessoal portuário da Companhia e fixa o prazo de cento e vinte (120) dias para estudo de nova tarifa portuária.

(*D.O.* de 3-7-46, pág. 9.788).

N.º 659, de 16 de julho de 1946 — MVOP — Aprova projeto e orçamento para aquisição de um centro telefônico e construção de um edifício para o mesmo, no pôrto de Santos.

(*D.O.* de 19-7-46, pág. 10.551).

N.º 1.092, de 11 de dezembro de 1946 — MVOP — Aprova a minuta de escritura de retificação e ratificação do contrato celebrado entre a Cia. Docas de Santos e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, objeto da Portaria n.º 322, de 28-3-46.

N.º 1.093, de 11 de dezembro de 1946 — MVOP — Aprova o contrato celebrado entre a Cia. Docas de Santos e o Banco do Brasil S. A., em 8 de novembro de 1946, para uma operação de crédito, pelo prazo de dez (10) anos, para o fim de custear a aquisição, na Inglaterra, de diversos materiais destinados à ampliação do pôrto de Santos.

(*D.O.* de 13-12-46, pág. 16.412).

OFÍCIOS

N.º 501, de 15 de fevereiro de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica a expedição do aviso n.º 99 ao Banco do Brasil e da portaria n.º 91, de 8 de janeiro anterior, ambos relativos à aplicação da taxa de emergência no pôrto de Santos.

N.º 743, de 8 de março de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica que o Banco do Brasil S. A. instruiu sua Agência em Santos no sentido de receber as importâncias entregues pela Companhia Docas de Santos e provenientes da arrecadação da taxa de emergência, registrando-as em conta especial de depósito, em nome da aludida Companhia.

N.º 2.030, de 29 de maio de 1946 — D.A. do MVOP — Comunica que foi

declarada encerrada a 1.ª conta de capital adicional da Cia. Docas de Santos.

N.º 3.883. de 20 de setembro de 1946 — D.A. do MVOP — comunica despacho sôbre delegação de poderes para reduzir o prazo de armazenagem.

N.º 4.031, de 27 de setembro de 1946 — D.O. do MVOP — comunica que o Sr. Ministro concedeu a autorização requerida pela Cia. Docas de Santos com relação à abertura de um crédito no Banco do Brasil para aquisição de aparelhamento na Inglaterra.

N.º 4.267, de 9 de outubro de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica que o Tribunal de Contas, em Sessão de 3 de setembro anterior, registrou o têrmo aditivo assinado a 25 de julho último, na conformidade do artigo 2.º do Decreto-lei 9.406, de 27-6-46.

N.º 5.608, de 19 de dezembro de 1946 — D.O. do MVOP — comunica que, pelas portarias ns. 1.092 e 1.093. de 12 de dezembro p. passado. foram aprovados a minuta de escritura de retificação e ratificação do contrato celebrado entre a Cia. Docas de Santos e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos para uma operação de crédito e o contrato celebrado entre aquela companhia e o Banco do Brasil S. A. para uma operação de crédito pelo prazo de 10 anos.

PÔRTO DE CANANÉIA

DESPACHO

De 13-12-46 — MVOP — Pedido da "Serrana, S. A. de Mineração" para construir desembarcadouros e instalações complementares, no pôrto de Cananéa e sôbre o rio Casqueiro, em Santos, para movimentação de produtos de sua propriedade. Despacho: Autorizado, de acôrdo com o parecer do D. N. P. R. C.

(*D.O.* de 16-12-46, retificado no de 19-12-46).

OFÍCIOS

N.º 33, de 6 de janeiro de 1947 — MVOP — Comunica o despacho de 13-12-46, no processo de "Serrana S. A. de Mineração" sôbre construção de desembarcadouros e instalações complementares no pôrto de Cananéia e sôbre o rio Casqueiro, em Santos.

De 26-8-46 — MVOP — (Processo n.º 18.046-46) — Pedido da Companhia do Pôrto de Cananéia S. A. para revogação do Decreto n.º 19.523, de 28 de agôsto de 1945, em virtude do qual foi rescindido o contrato de concessão do referido pôrto. — Despacho: Indeferido.

(*D.O.* de 28-8-46 — pág. 12.203).

PÔRTO DE PARANAGUA'

DECRETO

N.º 20.314, de 2 de janeiro de 1946 — Aprova projeto e orçamento para a construção de um armazém no pôrto de Paranaguá.

(*D.O.* de 14-1-46, pág. 125).

OFÍCIOS

N.º 667, de 1.º de março de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica que, em 25 de fevereiro do corrente ano, o Sr. Ministro determinou nova redação para as cláusulas IV e IX da minuta de contrato a ser celebrado entre a Anglo Mexican Petroleum Co. Ltd. e a Administração do Pôrto de Paranaguá.

N.º 848, de 14 de março de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica que o Sr. Ministro da Fazenda autorizou o Banco do Brasil S. A. a abrir o crédito

de Cr$ 450.000,00 em favor da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná, juntamente com outros, para atender ao pagamento do impôsto adicional de 10% de que trata o Decreto-lei n.º 8.424, de 21-12-45.

DESPACHO

De 6-9-46 — MVOP — Autoriza a publicação da nova tarifa do pôrto, de Paranaguá, em substituição à que vem sendo posta em execução por aquêle pôsto desde maio de 1946.

(*D.O.* de 10-9-46, pág. 12.610).

TARIFA

No *Diário Oficial* de 4-11-46, foram publicadas as tabelas de taxas para o pôrto de Paranaguá, de acôrdo com despacho do MVOP, de 6 de setembro anterior, em substituição a que vem sendo posta em execução por aquêle pôrto. (Retificado no *D.O.* de 14 de novembro de 1946).

PÔRTO DE LAGUNA

DECRETOS-LEIS

N. 8.848, de 24 de janeiro de 1946 — Dispõe sôbre a exploração comercial do pôrto de Laguna, entregando-a ao DNPRC e revogando o Decreto-lei n.º 5.460, de 5 de maio de 1943.

(*D.O.* de 28-1-46, pág. 1.388).

N.º 9.115, de 1.º de abril de 1946 — Abre ao MVOP o crédito especial de Cr$ 2.292.200,00 para atender a despesas com a exploração do pôrto de Laguna e cria o cargo, em comissão, padrão M, de Superintendente (P.L.) no Quadro I — Parte Permanente — MVOP.

(*D.O.* de 3-4-46, pág. 4.895).

N.º 9.846, de 5 de setembro de 1946 — Abre ao MVOP o crédito especial de Cr$ 892.050,00 para despesas de pessoal da Administração do Pôrto de Laguna, decorrentes dos aumentos de vencimentos e de salários.

(*D.O.* de 6-9-46, pág. 12.499).

N.º 9.474, de 5 de setembro de 1946 — Reduz para Cr$ 2.247.200,00 o crédito especial de Cr$ 2.292.200,00 aberto pelo Decreto-lei n.º 9.115, de 1.º de abril de 1945.

(*D.O.* de 6-9-46, pág. 12.499).

N.º 9.826, de 10 de setembro de 1946 — Dispõe sôbre as características, preços e distribuição do carvão mineral produzido no país, modificado, em seu anexo n.º 3, as taxas devidas a diversos portos, inclusive Laguna.

(*D.O.* de 12-9-46, pág. 12.709).

N.º 9.907, de 17 de setembro de 1946 — Substitui disposições do Decreto-lei n.º 9.826, de 10-9-46 e do seu anexo n.º 2 quanto ao prêço do carvão.

(*D.O.* de 17-9-46, pág. 13.009).

DECRETOS

N.º 21.299, de 3 de junho de 1946 — Dispõe sôbre o pessoal extranumerário da Administração do Pôrto de Laguna, estabelecendo nova escala-padrão de salários.

(*D.O.* de 5-6-46, pág. 8.368).

N.º 21.545, de 31 de julho de 1946 — Aprova a relação nominal dos servidores da Administração do Pôrto de Laguna.

(*D.O.* de 2-8-46, pág. 11.184).

ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ata n.º 151, Sessão Ordinária de 31 de dezembro de 1945 — O Tribunal recusou registro ao têrmo aditivo ao de ajuste assinado entre o Govêrno Federal e a Companhia de Mineração

e Metalurgia Brasil "Cobrazil", em 31-8-938, para execução de obras de melhoramentos do pôrto de Laguna.

(*D.O.* de 27-3-46, pág. 4.510).

Ata n.º 42, Sessão Ordinária de 16 de abril de 1946 — O Tribunal ordenou o registro do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 9.115, de 1-4-46, para atender às despecas de pessoal, material e serviços e encargos com a exploração do pôrto de Laguna.

(*D.O.* de 20-6-46, pág. 9.293).

Ata n.º 89, Sessão Ordniária de 6 de agôsto de 1946 — O Tribunal ordenou o registro da distribuição do crédito de CrS 400.000,00 à Delegacia Fiscal em Santa Catarina, à conta do crédito especial aberto pelo Decreto-lei número 9.115, de 1-4-46.

(*D.O.* de 20-9-46, pág. 13.155).

OFÍCIO

N.º 3.666, de 9 de setembro de 1946 — D.A. do MVOP — Comunica que o Sr. Ministro, em 16 de agôsto anterior aprovou o parecer do DNPRC relativo à isenção de taxas sôbre carvão em Laguna.

PÔRTO DE IMBITUBA

DECRETOS-LEIS

N.º 9.521, de 26 de julho de 1956 — Modifica os Decretos-leis n.º 4.648 de 2 de setrembro de 1942 e 7.024, de 6 de novembro de 1944, regula o destino dos bens deixados por Henrique Lage, e dá outras providências.

(*D. O.* de 27-7-46, pág. 10.929).

N.º 9.618, de 21 de agôsto de 1946 — Dispõe sôbre a administração das Emprêsas e bens a que se refere a artigo 2.º do Decreto-lei n.º 9.521, de 26 de julho de 1946, e dá outras providências.

(*D. O.* de 24-8-46, pág. 12.069).

N.º 9.826, de 10 de setembro de 1946 — Dispõe sôbre as características, preços e distribuição do carvão nacional mineral produzido no país, modificando, em seu anexo n.º 3, as taxas devidas a diversos portos, inclusive Imbituba.

(*D. O.* de 12-9--1946, pág. 12.709).

N.º 9.870, de 14 de setembro de 1946 — Declara a responsabilidade do Govêrno Federal, pelo passivo das emprêsas incorporadas ao Patrimônio Nacional, por fôrça do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 9.521, de 26 de julho de 1946.

(*D. O.* de 16-9-46, pág. 12.950).

N.º 9.907, de 17 de setrembro de 1946 — Substitui disposições do Decreto- lei n.º 9.826, de 10-9-46, e do seu anexo n.º 2, sôbre o carvão nacional.

(*D.O.* de 17-9-46, pág. 13.009).

DECRETOS

N.º 22.215, de 3 de dezembro de 1946 — Modifica a cláusula X das que baixaram com o Decreto n.º 7.842, de 13 de setrembro de 1941 relativo à concessão do pôrto de Imbituba.

(*D.O.* de 5-12-46, pág. 16.080).

N.º 22.385, de 31 de dezembro de 1946 — Fixa novos preços para os carvões produzidos nas minas do Rio Grande do Sul e dispõe sôbre o cálculo do prêço do carvão mineral de Santa Catarina.

(*D.O.* de 4-1-47, pág. 130).

PORTARIAS

N.º 18, de 8 de janeiro de 1946 — Aprova o Regulamento dos Serviços de

Exploração Comercial para o pôrto de Imbituba.

(*D.O.* de 11-1-46, retificado nos de 15-1 e 26-2-46).

N.º 811, de 11 de setembro de 1946 — Aprova novas tarifas para o pôrto de Imbituba, constantes das tabelas A, B, C, D, E, G-1, G-2, G-3, G-6, G-7, H, I, L, M e N.

(*D.O.* de 16-9-46 e retificado no de 21-9-46).

OFÍCIO

N. 3.743, de 12 de setembro de 1946 — D.O. do MVOP — comunica que o Sr. Ministro resolveu conceder prioridade para o transporte de todos os produtos destinados à alimentação, especialmente de farinha de mandioca, no pôrto de Imbituba, sem prejuízo da prioridade já estabelecida para o transporte de carvão.

CANAL DA LAGUNA — ARARANGUA'

DECRETO

N.º 20.519, de 24 de janeiro de 1946 — Aprova orçamento complementar para a construção do primeiro trecho de Laguna e Jaguaruna, do canal Laguna-Araranguá, no Estado de Santa Catarina.

(*D.O.* de 30-1-46, pág. 1.517).

PÔRTO DE ITAJAÍ

DECRETOS

N.º 20.396, de 14 de janeiro de 1946 — Aprova projeto e orçamento para obras no pôrto de Itajaí, em substituição aos aprovados pelo Decreto número 13.558, de 30-9-43.

N.º 21.215, de 29 de maio de 1946 — Aprova novo orçamento para obras no pôrto de Itajaí, em substituição aos que foram aprovados pelos Decretos ns. 13.558 de 30-9-43 e 20.396 de 14-1-46.

(*D.O.* de 31-5-46, pág. 8.106).

PORTOS DE RIO GRANDE — PÔRTO ALEGRE — PELOTAS

DECRETOS-LEIS

N.º 9.826, de 10 de setembro de 1946 — Dispõe sôbre as características, preços e distribuição do carvão mineral produzido no país, modificando em seu anexo n.º 3 as taxas devidas a diversos portos, inclusive os do Rio Grande do Sul.

(*D.O.* de 12-9-46, pág. 12.709).

N.º 9.907, de 17 de setembro de 1946 — Substitui disposições do Decreto-lei n.º 9.826, de 10 de setembro de 1946 e do seu anexo n.º 2 quanto ao prêço do carvão.

(*D.O.* de 17-9-46, pág. 13.009).

DECRETOS

N.º 20.394, de 14 de janeiro de 1946 — Aprova projeto e orçamento para a construção do edifício destinado à Administração do Pôrto de Pôrto Alegre.

(*D.O.* de 16-1-46, pág. 704).

N.º 20.438, de 11 de janeiro de 1946 — Aprova projeto e orçamento para obras no pôrto de Pelotas, substituindo, em parte, os referidos nos Decretos ns. 4.152, de 27-5-39 e 6.650, de 7-12-40.

(*D.O.* de 25-1-46, pág. 1.265).

N.º 22.251, de 10 de dezembro de 1946 — Aprova projeto e orçamento para a construção de um edifício no pôrto de Pelotas.

(*D.O.* de 11-12-46, pág. 16.311).

N.º 22.390, de 31 de dezembro de 1946 — Aprova projeto e orçamento para construção de edifício no cais de saneamento do pôrto do Rio Grande.

(*D.O.* de 4-1-47, pág. 130).

PORTARIA

N.º 972, de 4 de novembro de 1946 — Aprova novas tarifas para os portos de Rio Grande, Pelotas e Pôrto Alegre, constantes das tabelas A, B, C, D, E, G-2, G-4, G-6, H, J, K, L, M e N.

(*D.O.* de 11-11-46, pág. 15.170, retificado no de 16-11-46).

OFÍCIO

N.º 790, de 12 de março de 1946 — D.O. do MVOP — Comunica que o Sr. Ministro indeferiu, por despacho exarado em 22-2-46, o pedido do Sr. Interventor Federal do Rio Grande do Sul relativo à reconsideração de glosas feitas na tomada de contas referente ao período de 1936 a 1942.

PÔRTO DE CORUMBA'

DESPACHO

De 20-11-46 — Secretaria da Presidência da República — Proposta do MVOP — para que seja prorrogada, até o encerramento do exercício de 1948, a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 3.115, de 13-3-41, para atender às despesas com a execução de melhoramentos no pôrto de Corumbá. Despacho: de acôrdo, que a verba numerária seja incluída no orçamento de 1948.

(*D.O.* de 21-11-46, pág. 15.567).

PORTOS EM GERAL

DECRETOS-LEIS

N.º 8.663, de 14 de janeiro de 1946 — Dispõe sôbre serviços extraordinários nas Alfândegas.

(*D.O.* de 16-1-46), pág. 700).

N.º 8.806, de 24 de janeiro de 1946 — Dispõe sôbre a Delegacia Geral de Portos e Litoral (D.G.P.L.), tendo por finalidade a prevenção e repressão de crimes contra bens públicos e particulares, em trânsito no litoral e domínio Marítimo nacional, estendendo-se sua jurisdição pelas zonas portuárias de todos os portos do território nacional.

(*D.O.* de 25-1-46, pág. 1.260).

N.º 9.104, de 27 de março de 1946 — Estabelece os preços dos carvões "metalúrgico" e de "vapor", produzidos no País, nos portos de Laguna e Imbituba.

N.º 9.462, de 15 de julho de 1946 — Dispõe sôbre a nacionalização do trabalho dos portos.

(*D.O.* de 17-7-46, pág. 10.419).

N.º 9.681, de 30 de agôsto de 1946 — Autoriza a emissão de Obrigações Portuárias para o financiamento das obras de melhoramento ou ampliação das instalações portuárias de que trata o Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945.

N.º 9.782, de 6 de setembro de 1946 — Extingue, a partir de 1947, o "Plano de Obras e Equipamentos", dispõe sôbre sua execução no atual exercício, modifica o Orçamento Geral da República para 1946 e dá outras providências.

(*D.O.* de 10-9-46, pág. 12.585).

N.º 9.826, de 10 de setembro de 1946 — Dispõe sôbre as características, preços e distribuição do carvão mineral produzido no País, modificando, em seu anexo n.º 3, as taxas devidas a diversos portos.

(*D.O.* de 12-9-46, pág. 12.709).

N.º 9.907, de 17 de setembro de 1946 — Substitui disposições do De-

creto-lei n.º 9.826, de 10 de setembro de 1946 e do seu anexo n.º 2.

(*D.O.* de 17-9-46, pág. 13.009).

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 1.362, de 9 de agôsto de 1946 — M. Fazenda — Encaminha projeto de decreto-lei apresentado pela Comissão de Marinha Mercante sôbre o restabelecimento do regime estatuído pelo Decreto-lei n.º 2.538, de 27 de agôsto de 1940, referente à navegação de cabotagem entre portos nacional, opinando pela improcedência da medida. — Despacho do Sr. Presidente da República, em 9 de agôsto de 1946: — Arquive-se.

(*D.O.* de 19-8-46, pág. 11.870).

ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ata n.º 4 — Sessão Ordinária em janeiro de 1946 — O Tribunal de Contas ordenou o registro do crédito especial aberto ao MVOP pelo Decreto-lei n.º 8.424, para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) aos concessionários dos portos do Ceará, Cabedelo, Recife, Maceió, Bahia, Vitória, Niterói, Angra dos Reis, Paranaguá e São Francisco, em virtude de contratos celebrados com o Govêrno Federal.

(*D.O.* de 26-4-46, pág. 6.179).

PORTARIAS

N.º 56, de 21 de janeiro de 1946 — MVOP — Determina preferência absoluta para atracação e demais serviços portuários, para os navios de passageiros.

(*D.O.* de 22-1-46, pág. 1.109).

N.º 107, de 29 de abril de 1946 — M. Fazenda — Expede instruções para execução do Decreto-lei n.º 8.663, de 14-1-46 relativo ao serviço extraordinário dos funcionários da Alfândega.

(*D.O.* de 30-4-46, pág. 6.450).

N. 286, de 13 de junho de 1946 — Revoga a portaria n.º 197, de 29-4-46, e estabelece novas instruções para execução do Decreto-lei n.º 8.663,, (Port. M. Fazenda).

(*D.O.* de 17-6-46, pág. 9.069).

CIRCULARES

N.º 1.438, de 23 de abril de 1946 — S. C. do MVOP — Solicita providências para o fornecimento de elementos para a elaboração de relatório a ser encaminhado ao Sr. Presidente da República sôbre as obras novas a cargo das repartições bem como dados necessários ao relatório sintético das obras iniciadas até 31 de maio seguinte.

(*D.O.* de 24-4-46, pág. 6.004).

N. 15-46, de 24 de junho de 1946 — Presidência da República — Determina providências sôbre aplicação rigorosamente econômica, de importâncias ou saldos relativos a créditos especiais e extraordinários.

(*D.O.* de 26-6-46, pág. 9.517).

ORDEM CIRCULAR

N.º 11.487, de 12-7-46 — Alfândega — MF — Estabelece normas sôbre a incidência e retribuição pelos serviços extraordinários do pessoal da Alfândega.

(*D.O.* de 22-7-46, pág. 10.654).

INSTRUÇÕES DE SERVIÇO

DG-4-46 — Diretor Geral da Fazenda Nacional — Recomenda aos chefes e diretores de serviço e repartições do Ministério da Fazenda a fiel e rigorosa observância dos artigos 46 a 50 do Decreto-lei n.º 426 de 12-5-38 e outros, relativos à regularidade no serviço de tomada de contas de responsáveis perante a Fazenda Nacional.

(*D.O.* de 29-6-46, pág. 9.675).

AVISO

N.º 906, de 26 de julho de 1946 — MVOP — Homologa o ato do DNPRC relativo às instruções dadas às administrações de portos sôbre adoção das mesmas taxas de armazenagem vigentes, previstas no Decreto-lei n.º 9.539, de 24-12-45, com observância dos períodos de 30 dias fixados na tabela "D" e das meias disposições do citado decreto-lei, até aprovação das taxas definitivas.

OFÍCIO

N.º 3.883, de 20 de setembro de 1946 — D.A. do MVOP — Comunica que o Sr. Ministro, em solução à sugestão relativa à delegação de poderes aos engenheiros chefes de Distritos para redução do prazo de armazenagem de 30 para 15 dias, a pedido dos concessionários dos prtos, ordenou, em 11 do mesmo mês de setembro, que essa redução deve continuar da alçada do Ministro de Estado, sendo cada caso examinado mediante parecer do DNPRC.

LEGISLAÇÃO GERAL

ATOS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Constituição dos Estados Unidos do Brasil — Promulgada em 18 de setembro de 1946.

(*D. O.* de 19-9-46 — Republicada em 15-9-46 e reproduzida em 25 de outubro de 1946).

Ato das disposições constitucionais transitórias, promulgado em 18 de setembro de 1946.

(*D.O.* de 19-9-46 — Republicada em 15-9-46 e reproduzido em 25 de outubro de 1946).

LEI

N.º 3, de 2 de dezembro de 1946 — Orça a receita e fixa a Despesa para o exercício de 1947.

(*D. S.* — Suplemento de 10-12-46).

DECRETOS-LEIS

N.º 9.079, de 19 de março de 1946 — Modifica a redação do artigo 15 do Decreto-lei n.º 4.545, de 31-7-42, que dispõe sôbre a forma e apresentação dos símbolos nacionais.

(*D.O.* de 21-3-46, pág. 4.101).

N.º 9.137, de 5 de abril de 1946 — Altera o artigo 10 do Regulamento do Tribunal Marítimo, a que se refere o Decreto-lei n.º 7.675, de 26-6-45.

(*D.O.* de 6-4-46, pag. 5.071).

N.º 9.170, de 12 de abril de 1946 — Dispõe sôbre obras novas por conta dos cofres públicos e dá outras providências.

(*D.O.* de 13-4-46, pág. 5.394).

N.º 9.371, de 17 de junho de 1946 — Regula os prazos de registro e vigência dos créditos adicionais.

(*D.O.* de 19-6-46, pág. 9.191).

N.º 9.621, de 21 de agôsto de 1946 — Dispõe sôbre a execução dos serviços da Fundação da Casa Popular, permitindo a requisição de servidores do serviço público federal, estadual, municipal, da Prefeitura do Distrito Federal, das autarquias e sociedades de economia mista.

(*D.O.* de 24-8-46, pág. 12.069).

N.º 9.645, de 22 de agôsto de 1946 — Dá nova redação ao artigo 19 do Decreto-lei n.º 7.675, de 26 de junho de 1945, relativo ao Regulamento do Tribunal Marítimo.

(*D.O.* de 24-8-46, pág. 12.072).

N.º 9.646, de 22 de agôsto de 1946 — Reorganiza os serviços da Presidência da República e dá outras providências.

N.º 9.658, de 28 de agôsto de 1946 — Dispõe sôbre condições de alienação dos bens pertencentes às Emprêsas incorporados ao Patrimônio Nacional.

(*D.O.* de 30-8-46, pág. 12.259).

N.º 9.760, de 5 de setembro de 1946 — Dispõe sôbre os bens imóveis da União e dá outras providências.

(*D.O.* de 6-9-46, pág. 12.500).

N.º 9.775, de 6 de setembro de 1946 — Dispõe sôbre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares, extinguindo a Comissão de Planejamento Econômico criada pelo Decreto-lei n.º 6.476-44.

(*D.O.* de 10-9-46, pág. 12.583).

N.º 9.782, de 6 de setembro de 1946 — extingue, a partir de 1947 — O "Plano de Obras e Equipamentos", dispõe sôbre sua execução no atual exercício, modifica o Orçamento Geral da República para 1946 e dá outras providências.

(*D.O.* de 10-9-46, pág. 12.585).

DECRETOS

N.º 20.544, de 30 de janeiro de 1946 — Decreta feriado nacional o dia 31 de janeiro de 1946, em comemoração à posse do Presidente da Pepública dos Estados Unidos do Brasil, eleito a 2 de dezembro de 1945.

(*D.O.* de 30-1-46, pág. 1.525).

N.º 20.925, de 8 de abril de 1946 — Revoga o Decreto n.º 13.610, de 21 de outubro de 1943 e modifica a redação da alínea "c" do artigo 1.º do Decreto n.º 5.808, de 13 de junho de 1940, relativos à apresentação de relatórios.

N.º 21.702, de 22 de agôsto de 1946 — Dispõe sôbre os serviços da Presidência da República.

(*D.O.* de 23-8-46, pág. 12.024).

CIRCULARES

N.º 946, de 7 de maio de 1946 — Secretaria da Presidência da República — Recomenda rigorosa observância das disposições do Decreto-lei número 1.995, de 1-2-40 e do Decreto número 6.109, de 16-8-40 que regulam a correspondência oficial nos serviços postais e telegráficos.

(*D.O.* de 9-5-46, pag. 6.834).

N.º 18-46, de 5 de julho de 1946 — Secretaria da Presidência da República — Estabelece novas normas a seerm observadas com relação à instrução e movimentação de papéis nos órgãos da administração pública, bem como uniformidade na redação de informações, pareceres e correspondência oficial.

(*D.O.* de 8-7-46, pág. 9.990).

N.º 19-46, de 14 de agôsto de 1946 — Secretaria da Presidência da República — Solicita a adoção de diversas providências para a severa compressão das despesas públicas.

(*D.O.* de 16-8-46, pág. 11.773).

PORTARIA

N.º 538, de 7 de maio de 1946 — Departamento dos Correios e Telégrafos — Resolve modificar a manipulação — expedição e entrega da correspondência "expressa" não registrada em benefício do público e para redução das despesas do mesmo Departamento.

(*D.O.* de 1-6-46, pág. 8.217).

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DECRETOS-LEIS

N.º 9.365, de 15 de junho de 1946 — Altera as tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 8.645, de 11 de janeiro de 1946, relativas às carreiras de Engenheiro — (DNIG), (DNEF-DNER) e (DNPRC-DNOS) do Quadro I Parte Permanente do MVOP.

(*D.O.* de 19-6-46, retificado no de 28-6-46).

N.º 9.616, de 21 de agôsto de 1946 — Altera, com redução de despesa, os Quadros I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, e X do MVOP, e dá outras providências. (D. O. de 6-9-46, página 12.475, publicado na íntegra em Suplemento do mesmo Diário).

N.º 9.813, de 9 de setembro de 1945 — Centraliza no Ministério da Fazenda os pagamentos à conta de diversos Ministérios, dispõe sôbre o recolhimento da arrecadação federal e dá outras providências.

(*D.O.* de 11-9-46, pág. 12.659).

N.º 9.897, de 16 de setembro de 1946 — Altera a redação do artigo 30 do Decreto-lei n.º 9.813, de 9 de setembro de 1946, relativo ao Regimento da Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional.

(*D.O.* de 17-9-46, pág. 13.007).

DECRETOS

N.º 20.546, de 9 de fevereiro de 1946 — Altera a lotação numérica de repartições atendidas pelo Quadro I, do M. V. O. P.

(*D.O.* de 12-2-46, pág. 2.182).

N.º 21.693, de 21 de agôsto de 1946 — Altera, com redução de despesa, Tabelas Numéricas, Ordinárias e Suplementares, de extranumerário-mensalista de repartições do MVOP.

(*D.O.* de 6-9-46, pág. 12.509, publicado na íntegra em Suplemento do mesmo Diário).

De 17-10-46 — Nomeia o Dr. Clovis Pestana para exercer as funções de Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas.

(*D.O.* de 18-10-46, pág. 14.284).

N.º 21.996, de 26 de outubro de 1946 — Altera a lotação numérica de repartições atendidas pelo Quadro I do MVOP.

(*D.O.* de 30-10-46, pág. 14.635).

N.º 21.997, de 26 de outubro de 1946 — Extingue a Tabela Numérica Ordinária de extranumerário-mensalista da extinta Comissão de Eficiência do MVOP.

(*D.O.* de 30-10-46, pág. 14.635).

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS e CANAIS

DECRETOS-LEIS

N.º 8.904, de 24 de janeiro de 1946 — Dispõe sôbre a reorganização do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, e dá outras providências.

(*D.O.* de 1-2-46, pág. 1.592).

N.º 9.294, de 27 de maio de 1945 — Esclarece dispositivo do Decreto-lei n.º 8.904, de 24-1-46, relativo ao crédito suplementar e dotações referidas no artigo 9.º do mesmo decreto-lei.

(*D.O.* de 29-5-46, pág. 7.959).

DECRETOS

N.º 20.446, de 22 de janeiro de 1946 — Altera a Tabela Numérica Ordinária de extranumerário-mensalista do DNPRC, do MVOP.

(*D.O.* de 23-1-46, pág. 1.145).

N.º 20.494, de 24 de janeiro de 1946 — Aprova projeto e orçamento para construção do edifício sede do Laboratório de Hidráulica Experimental do DNPRC.

(*D.O.* de 26-1-46, pág. 1.334).

N.º 20.501, de 24 de janeiro de 1946 — Aprova o Regimento do Dedartamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

(*D.O.* de 1-2-46, pág. 1.621).

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 431-GM, de 23 de julho de 1946 — MVOP — Propõe a reconsideração do despacho Presidencial que cancelou a dotação de Cr$ 3.000.000,00 no Plano de Obras e Equipamentos para a construção do edifício destinado ao Laboratório de Ensaios Hidrotécnicos do DNPRC, e pede a redução da mesma dotação para Cr$ 1.000.000,00, para dar início à execução das obras.

(*D.O.* de 5-8-46, pág. 11.325).

PORTARIA

N.º 724, de 7 de agôsto de 1946 — MVOP — resolve reunir, em caráter transitório, o Nono Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-9), constituído do Estado de Sergipe, ao Décimo Primeiro Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-11), constituído do Estado da Bahia, ficando mantida naquele primeiro Distrito, uma residência com o respectivo encarregado.

(*D.O.* de 8-8-46, pág. 11.477).

AUTARQUIAS

DECRETOS-LEIS

N.º 8.616, de 10 de janeiro de 1946 — Dispõe sôbre o pessoal das autarquias e órgãos para-estatais.

(*D.O.* de 12-1-46, pág. 538).

N.º 9.010, de 21 de fevereiro de 1946 — Revoga o Decreto-lei número 8.616, de 10-1-46, e restabelece a vigência dos dispositivos legais revogados pelos mesmo, inclusive o Decreto-lei n º 5.527, de 28-5-43.

(*D.O.* de 25-2-46, pág. 2.859).

DECRETO

N.º 20.977, de 13 de abril de 1946 — Institui comissão para estudar a situação dos órgãos autônomos da administração federal.

(*D.O.* de 17-4-46, pág. 5.575).

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 2.240, de 29 de novembro de 1946 — MF — propõe expedição de circular recomendando apresentação de balanços das entidades autárquicas até o dia 10 de fevereiro de 1947.

(*D. O.* de 12-2-46, pág. 16.354).

CIRCULARES

N.º 12-46, de 5 de junho de 1946 — Presidente da República — Solicita providências para designação da Comissão instituída pelo Decreto-lei número 9.010, de 21 de fevereiro de 1946, que deverá ser constituída de três ou cinco membros, no máximo.

(*D.O.* de 7-6-46, pág. 8.491).

N.º 22-46, de 9 de dezembro de 1946 — Presidência da República — recomenda sejam enviados à Contadoria Geral da República, até o dia 10 de fevereiro de 1947, os balanços das autarquias vinculadas a cada Ministério.

(*D.O.* de 12-12-46, pág. 16.354).

LEGISLAÇÃO DE GUERRA

DECRETOS-LEIS

N.º 9.138, de 5 de abril de 1946 — Suspende a subscrição compulsória de

"Obrigações de Guerra", e dá outras providências.

(*D.O.* de 6-4-46, pág. 5.072).

N.º 9.490, de 19 de julho de 1946 — revoga o Decreto-lei n.º 5.353, de 29 de maio de 1943 que dispôs sôbre a aplicação da legislação penal militar ao pessoal marítimo durante o contrato de trabalho.

(*D.O.* de 22-7-46, pág. 10.643).

N.º 9.611, de 19 de agôsto de 1946 — Retifica o Decreto-lei n.º 9.490, de 19-7-46.

(*D.O.* de 21-8-46, pág. 11.939).

N.º 9.682, de 30 de agôsto de 1946 — extingue a Comissão Central de Requisições e dá outras providências.

(*D.O.* de 2-9-46, retificado nos de 12 e 27-9-46).

CIRCULAR

N. 15 — M. Fazenda — Expede instruções para o reembôlso de importâncias referentes à subscrição compulsória de "Obrigações de Guerra", de 1946.

(*D.O.* de 30-4-46, pág 6.449).

RIOS NAVEGÁVEIS

DECRETO-LEI

N.º 9.855, de 13 de setembro de 1946 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei número 6.643, de 29-6-44 para atender às despesas com a execução de estudos e obras para melhoria da navegabilidade e capacidade de transporte, carga e descarga e armazenamento no rio S. Francisco.

(*D.O.* de 16 9-46, pág. 12.948).

DECRETOS

N.º 20.971, de 11 de abril de 1946 — Aprova projeto e orçamento para as obras de regularização da confluência dos rios Jacuí e Taquarí, no Estado do Rio Grande do Sul.

(*D. O.* de 15-4-46 rep. no de 16-4-46, pág. 5.499).

N.º 21.848, de 13 de setembro de 1946 — Aprova projeto e orçamento para as obras de barragem munida de eclusa no Braço do Sobradinho, no rio S. Francisco, incluídas no programa de obras para melhoria das condições de navegabilidade do rio S. Francisco.

(*D.O.* de 16-9-46, pág. 12.950).

N.º 21.849, de 13 de setembro de 1946 — Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo DNPRC, a ilha do Fogo, no rio São Francisco

(*D.O.* de 16-9-46, pág. 12.950).

N.º21.850, de 13 de setembro de 1946 — Aprova novo programa de aquisição de aparelhamento e de obras, em substituição ao que acompanhou o Decreto n.º 15.441, de 2-5-44, que aprovou projeto e orçamento para obras no rio São Francisco.

(*D.O.* de 16-9-46, pág. 12.950).

N.º 22.216, de 3 de dezembro de 1946 — Aprova projeto e orçamento para obras de regularização do rio Iguaçu.

(*D.O.* de 5-12-46, pág. 16.080).

TÊRMO DE CONTRATO

De 23-4-46 — Têrmo de Ajuste entre o Govêrno Federal e a Fundação Brasil Central, para a execução de estudos e melhoramentos preliminares nos rios Araguaia e Tocantins, no Estado de Goiás.

(*D. O.* de 29-4-46. pág. 6.347).

ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Ata n.º 93 — Sessão Ordinária em 13 de agôsto de 1946 — O Tribunal recusou registro ao têrmo de ajuste celebrado entre o Govêrno Federal e a Fundação Brasil Central, para a execução de estudos e melhoramentos preliminares nos rios Araguaia e Tocantins, no Estado de Goiás, por não ter sido cumprida a diligência ordenada em S. O. de 21 de maio de 1946 e 16 de julho de 1946.

(*D.O.* de 4-10-46, pág. 13.754).

Ata n.º 98 — Sessão Ordinária em 23 de agôsto de 1946 — O Tribunal, em vista do ofício n.º 2.791, de 13-8-46, do DNPRC, sôbre providências relativas ao têrmo de ajuste celebrado entre o Govêrno Federal e a Fundação Brasil Central, para execução de estudos e melhoramentos preliminares nos rios Araguaia e Tocantins, nada teve que deliberar, à vista da decisão proferida na sessão de 13-8-46.

(*D. O.* de 9-11-46, pág. 15.132).

Ata n.º 118 — Sessão Ordinária em 8 de outubro de 1946. O Tribunal mandou anotar o ato que decorre do Decreto-lei n.º 9 855, de 13-9-46.

(*D.O.* de 3-1-47, pág. 108).

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 207, de 19 de agôsto de 1946 — MVOP — Opina pela concessão da metade do crédito destinado às obras no rio Araguaia, pedida pelo presidente da Fundação Brasil Central. O Sr. Presidente da República, em despacho de 19-8-46, mandou arquivar o processo.

(*D.O.* de 26-8-46, pág. 12.126, ret. no de 28 de agôsto de 1946).

PORTARIAS

N.º 744, de 16 de agôsto de 1946 — MVOP — Concede ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais permissão para aquisição e instalação de estações radiotelegráficas destinadas aos trabalhos do Décimo Distrito de Portos, Rios e Canais, no rio São Francisco.

(*D.O.* de 17-8-46, pág. 11.831).

De 14-10-46 — MTIC — Designação de representante para integrar a comissão constituída no MVOP para estudar, não sòmente a delimitação de competência entre as autoridades que intervêm na navegação do rio São Francisco como também a solução técnica indicada para a melhoria definitiva dos serviços.

(*D.O.* de 17-10-46, pág. 14.232).

N.º 974, de 5 de novembro de 1946 — MVOP — Designação de representantes da Comissão de Marinha Mercante, Ministérios da Educação e Saúde, Marinha, Trabalho, Indústria e Comércio e do DNPRC para constituirem a comissão incumbida de estudar não sòmente a delimitação de competência entre as autoridades que intervêm na navegação do rio São Francisco como também a solução técnica indicada para a melhoria definitiva dos serviços.

(*D.O.* de 7-11-46, pág. 15.010, ret. no de 11-11-46).

PORTOS RUDIMENTARES

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 321-GM — MTIC — Declara nada ter a opor em relação ao pedido

de abertura de crédito especial de Cr$ 20.000.000,00 para custeio da construção do Pôrto do Território de Fernando Noronha, em face das informações prestadas pelo DNPRC — Despacho do Sr. Presidente da República, em 15-6-46, mandando aguardar oportunidade.

(*D.O.* de 21-6-46, pág. 9.341).

NAVEGAÇÃO

DECRETOS-LEIS

N.º 9.253, de 13 de maio de 1946 — Extingue a Delegação de Contrôle do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, prevista no artigo 11 do Decreto-lei n.º 5.252, de 16-2-43, passando as atribuições da mesma ao DNPRC.

(*D.O.* de 15-5-46, pág. 7.143).

N.º 9.518, de 25 de julho de 1946 — autoriza a designação de uma comissão para proceder à tomada de contas do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, referente ao período de 1.º de maio de 1943 a 14 de maio de 1946.

(*D.O.* de 27-7-46, pág. 10.729).

PORTARIAS

N.º 105, de 29 de janeiro de 1946 — MVOP — Aprova tabela de reajustamento dos marítimos, organizada pela Comissão Mista de Salários dos Marítimos e recomenda à Comissão de Marinha Mercante que conjuntamente com a Federação Nacional dos Marítimos e o Sindicato dos Armadores Nacionais, estude a possibilidade da redução das guarnições dos navios.

(*D.O.* de 4-2-46, pág. 1.779).

N.º 265, de 13 de março de 1946 — MVOP — Aprova novas tabelas de salários dos marítimos, em substituição à aprovada pela Portaria n.º 105, de 29 de janeiro de 1946.

(*D.O.* de 14-3-46).

N.º 361, de 4 de abril de 1946 — MVOP — Retifica o item "b" do inciso 6.º da tabela aprovada pela portaria n.º 265, de 13-3-46, para o fim de estabelecer que os empregados em escritórios, nos Estados, das Emprêsas de navegação tenham aumento.

(*D.O.* de 8-4-46, pág. 5.146).

N.º 84-A, de 24 de junho de 1946 — MTIC — MVOP — mandam estender o item 5.º da tabela anexa à portaria do MVOP n.º 265, de 13-3-46, ao pessoal de estaleiros, oficinas e carreiras não pertencentes às emprêsas de navegação, no Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro e à disposição da alínea "b" do ítem 6.º para o dos demais Estados.

(*D.O.* de 12-7-46, pág. 10.223).

NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

DECRETOS-LEIS

N.º 8.747, de 21 de janeiro de 1946 — Dispõe sôbre o serviço de tráfego mútuo entre o Serviço de Navegação da Bacia do Prata e outras emprêsas.

(*D.O.* de 24-1-46, pág. 1.202).

N.º 8.959, de 28 de janeiro de 1946 — Dispõe sôbre a organização e o pessoal do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

(*D.O.* de 8-2-46, pág. 2.009).

N.º 9.253, de 13 de maio de 1946 — extingue a Delegação de Contrôle do

Serviço de Navegação da Bacia do Prata, e dá outras providência.

(*D.O.* de 15-5-46, pág. 7.143).

N.º 9.518, de 25 de julho de 1946 — Antoriza a designação de uma comissão para proceder à tomada de contas do SNBP, referente ao período de 1-5-43 a 14-5-46.

(*D.O.* de 27-7-46, pág. 10.929).

DECRETOS

N.º 20.540, de 28 de janeiro de 1946 — aprova o Regimento do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

(*D. O.* de 5-2-46, pág. 1.803).

N.º 20.541, de 28 de janeiro de 1946 — Aprova o regulamento do pessoal do S.N.B.P.

(*D. O.* de 5-2-46, pág. 1.807).

ATOS E DECISÕES

DECRETOS-LEIS

N.º 9.094, de 26 de março de 1946 — revoga os decretos-leis números 8.328, 8.372 e 8.397, de 10, 14 e 16 de dezembro de 1945, respectivamente, ficando restabelecidas as disposições da legislação anterior, relativas ao interstício para a promoção dos funcionarios públicos civis da União.

(*D. O.* de 27-3-46, pág. 4.486).

N.º 9.145, de 9 de abril de 1946 — dispõe sôbre salário de extranumerário contratado.

(*D. O.* de 10-4-46 — pág. 5.227).

N.º 9.156, de 9 de abril de 1946 — permite a servidores públicos e das autarquias lecionar e ministrar aprendizagem no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (S.E.N.A.I.)

(*D. O.* de 11-4-46, pág. 5.289).

N.º 9.166, de 12 de abril de 1946 — dispõe sôbre o afastamento de extranumerários-mensalistas para servirem nos Territórios Federais.

(*D.O.* de 15-4-46, pág. 5.452).

N.º 9.209, de 29 de abril de 1946 — dispõe sôbre a filiação do pessoal assalariado, diarista e mensalista dos serviços estaduais e Prefeituras Municipais, pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões.

(*D.O.* de 2-5-46 — reproduzido no *D.O.* de 11 de maio de 46, pág. 6.991).

N.º 9.220, de 2 de maio de 1946 — altera a redação do § 3.º do artigo 39 do Decreto-lei n.º 5.175, de 7 de janeiro de 1943, relativo ao pessoal extranumerário.

(*D.O.* de 4-5-46, pág. 6.680).

N.º 9.234, de 6 de maio de 1946 — revoga o Decreto-lei n.º 8.310, de 6 de dezembro de 1945, ficando restabelecidas as disposições da legislação anterior, relativas ao interstício para a promoção dos funcionários do extinto Quadro II do MVOP.

N.º 9.367, de 17 de junho de 1946 — prorroga o prazo a que se refere o artigo 7.º do Decreto-lei n.º 8.449, de 26 de dezembro de 1945 relativo à Comissão de Estudos de Assistência Social aos Servidores do Estado.

(*D.O.* de 19-6-46, pág. 9.191).

N.º 9.400, de 21 de junho de 1946 — dispõe sôbre a concessão de auxílio para funeral à família dos extranumerários da União.

(*D.O.* de 24-6-46, pág. 9.409).

N.º 9.538, de 1.º de agôsto de 1946 — dispõe sôbre o afastamento de servidores brasileiros para trabalho junto a Organizações Internacionais com as quais coopere o Brasil.

(*D.O.* de 3-8-46, pág. 11.227).

N.º 9.554, de 6 de agôsto de 1946 — dispõe sôbre a escala-padrão de salários dos extranumerários-mensalistas da União.

(*D.O.* de 13-8-46, pág. 11.643).

N.º 9.582, de 14 de agôsto de 1946 — dispõe sôbre distribuições de crédito e registro de despesa relativos ao aumento de proventos e pensões.

(*D.O.* de 17-8-46, pág. 11.811).

N.º 9.687, de 30 de agôsto de 1946 — altera os Decreto-leis 1.713, de 28 de outubro de 1939 e 8.542, de 2 de janeiro de 1946, e dá outras providências.

(*D. O.* de 6-9-46, pág. 12.475).

N.º 9.688, de 30 de agôsto de 1946 — dá nova redação ao item IV e § 1.º e acrescenta um § 5.º ao artigo 9.º do Decreto-lei 7.729, de 12 de julho de 1945, relativo a servidores civis em missão no estrangeiro.

(*D.O.* de 6-9-46, pág. 12.475).

DECRETOS

N.º 20.693, de 6 de março de 1946 — institui comissão para apresentar anteprojeto de Decreto-lei fixando critério uniforme na concessão de vencimentos e demais vantagens devidas a funcionários civis e militares quando em serviço no exterior, e limites de diárias nos casos de serviço fora da sede das respectivas repartições.

(*D.O.* de 7-3-46, pág. 3.301).

N.º 21.588, de 6 de agôsto de 1946 — altera a escala-padrão de salários dos extranumerários-mensalistas da União.

(*D.O.* de 13-8-46, pág. 11.643).

N.º 21.593, de 8 de agôsto de 1946 — altera o § 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 19.984, de 21-11-45, relativo à forma de promoção dos funcionários públicos civis da União.

(*D.O.* de 10-8-46, pág. 11.550).

N.º 21.721, de 28 de agôsto de 1946 — dispõe sôbre a vigência do Decreto n.º 21.588, de 6 de agôsto de 1946.

(*D.O.* de 30-8-46, reproduzido no de 5-9-46, pág. 12.444).

N.º 21.770, de 30 de agôsto de 1946 — estabelece os limites máximos para concessão de gratificação de representação a servidores no estrangeiro.

(*D.O.* de 6-9-46, pág. 12.509).

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

N.º 274, de 3 de abril de 1946 — DASP — apresenta projeto de Decreto-lei relativo ao aumento de salário dos extranumerários-contratados.

(*D.O.* de 10-4-46, pág. 5.231).

N.º 623, de 4 de abril de 1946 — M. Fazenda — propõe sejam computados no tempo de serviço do funcionário, no período anterior à vigência do Estatuto, os dias de faltas justificadas por moléstia ou licença, até sessenta (60) dias em cada ano, como determinava o Decreto 1.178, de 1904. — Aprovada em 6-4-46 pelo Sr. Presidente da República.

(*D.O.* de 16-4-46, retificado no de 22-4-46, pág. 5.766).

N.º 262, de 29 de março de 1946 — DASP — propõe a revisão geral da lotação numérica das repartições federais. — Aprovado em 6-6-46 pelo Sr. Presidente da República.

(*D.O.* de 13-6-46, pág. 8.824).

N.º 590, de 22 de julho de 1946 — DASP — apresenta projeto de Decreto-

lei e Decreto para alterar a escala-padrão das funções de mensalista.

(*D.O.* de 8-8-46, reproduzido no de 13-8-46, pág. 11.645).

N.º 673, de 6 de agôsto de 1946 — DASP — apresenta projeto de Decreto modificando a redação do artigo 1.º § 1.º do Decreto n.º 19.984, relativo às promoções dos funcionários civis da União.

(*D.O.* de 10-8-46, pág. 11.551).

N.º 707, de 14 de agôsto de 1946 — DASP — apresenta projeto de Decreto sôbre a vigência do Decreto .. 21.588, de 6-8-46, que alterou a escala-padrão de salários dos extranumerários-mensalistas da União.

(*D.O.* de 30-8-46, pág. 12.265).

N.º 852, de 4 de setembro de 1946 — DASP — apresenta projeto de Decreto-lei sôbre a obrigatoriedade legal para que os funcionários, que ocuparem cargos em comissão ou desempenharem funções gratificadas, dediquem tempo integral nos trabalhos de suas repartições.

(*D.O.* de 11-9-46, pág. 12.666).

CIRCULARES

N.º 26, de 10 de abril de 1946 — DASP — sugere, nos casos de nomeação ou admissão de candidatos a serem indicados pelo DASP, diversas normas aos dirigentes de órgãos de pessoal de todos os ministérios.

(*D.O.* de 15-4-46, pág. 5.459).

N.º 16-46, de 24 de junho de 1946 — Secretaria da Presidência da República — determina diversas providências necessárias para comprimir as despesas públicas.

(*D.O.* de 26-6-46, pág. 9.518).

N.º 17-46, de 1.º de julho de 1946 — Secretaria da Presidência da República — solicita providências urgentes no sentido de ser remetida ao Ministro da Fazenda, até 15 do mesmo mês, a demonstração do crédito suplementar para pagamento no corrente exercício, do aumento concedido pelo Decreto-lei 8.512, de 31-12-45, bem como quaisquer outros informes necessários para a apuração exata do crédito correspondente.

(*D.O.* de 2-7-46, pág. 9.731)

N.º 2.840, de 11 de outubro de 1946 — DASP — recomenda a aplicação uniforme dos dispositivos legais reguladores do desempate de antiguidade para efeito de promoção dos funcionários públicos civis.

(*D.O.* de 14-10-46, pág. 14.085, reproduzida no de 17-10-46, página ... 14.231).

N.º 21-46, de 5 de novembro de 1946 — Presidência da República — determina que, a partir da data da presente circular, as disposições constantes da circular 16-46 sejam adotadas a juízo dos Ministérios.

(*D.O.* de 8-11-46, pág. 15.042).

PORTARIAS

N.º 642, de 15 de julho de 1946 — MVOP — designa membros para constituírem a Comissão de que trata a Circular 12-46, de 5-6-46, da Presidência da República, a qual se incumbirá de apreciar os atos praticados pelas autarquias vinculadas ao MVOP, referentes à composição e fixação dos quadros ou tabelas de pessoal, na conformidade do disposto no Decreto-lei 8.616, de 10-1-46.

(*D.O.* de 16-7-46, pág. 10.395).

N.º 725, de 7 de agôsto de 1946 — MVOP — designa novos membros para a Comissão de que trata a Circular n.º 12-46, de 5-6-46, da Presidência da República.

(*D.O.* de 9-8-46, pág. 11.523).

N.º 726, de 7 de agôsto de 1946 — MVOP — concede dispensa aos membros da Comissão de que trata a Circular n.º 12-46, de 5-6-46, da Presidência da República, designados pela portaria n.º 642, de 15-7-46.

(*D.O.* de 9-8-46, pág. 11.523).

N.º 899, de 9 de outubro de 1946 — MVOP — prorroga até 15 de outubro de 1946 o prazo determinado pela portaria n.º 725, de 7-3-46, que designou a Comissão de que trata a Circular n.º 12-46, de 5-6-46.

(*D.O.* de 11-10-46, pág. 14.016).

DESPACHOS

Em 29-6-46 — Sr. Presidente da República — processo n.º 5.703-46. Parecer 554 do DASP — De acôrdo com o item 3 do parecer que opina pela necessidade da admissão de pessoal dos estabelecimentos industriais na forma da legislação em vigor, independentemente de prévia autorização do Presidente da República.

(*D.O.* de 1-7-46, pág. 9.706).

Em 21-6-46 — Diretor da Divisão do Pessoal do DASP — Processo número 5.307-46 da D. P. T. sôbre contagem do tempo de serviço prestado por extranumerário no Exército ou na Armada, antes de ingressar no serviço público, para efeito de aposentadoria.

AVISO

N.º 58, do M. F. — concorda e opina pela adoção da preferência, nos casos de promoção e quando se acharem em situação perfeitamente igual à de outros concorrentes, para os funcionários públicos civis da União, dos Estados e dos Municípios e empregados de entidades autárquicas, portadores de diplomas de profissão liberal, que houverem prestado relevantes serviços na F.E.B.

(*D.O.* de 11-10-46, pág. 13.996).

PESSOAL DA DIVISÃO ECONÔMICA E COMERCIAL

DECRETOS

De 20-3-46 — nomeação do Engenheiro Aécio Palmeiro Lopes, ocupante do cargo da classe "N" da carreira de Engenheiro (DNPRC-DNOS) do Quadro I — Parte Permanente do MVOP, para exercer o cargo em comissão, de Diretor da Divisão Econômica e Comercial (DEC) do DNPRC, vago em virtude da exoneração de Fernando Viriato de Miranda Carvalho.

(*D.O.* de 22-3-46, pág. 4.160).

De 22-5-46 — designação do Engenheiro Francisco Mangabeira Albernaz, Engenheiro (DNPRC-DNOS) classe "N", do Quadro I — Parte Permanente — do MVOP e outros, para, sob a presidência do primeiro, procederem à tomada de contas, referente ao exercício de 1945, da Comissão de Marinha Mercante.

(*D.O.* de 24-5-46, pág. 7.682).

De 12-8-46 — aposentadoria de Emílio Amarante Peixoto de Azevedo no cargo da classe "C" da carreira de

Engenheiro (DNPRC-DNOS), do Quadro I — Parte Permanente — do MVOP, de acôrdo com o artigo 196, item I, do Decreto n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939.

De 21-8-46 — promoção de Jandira Franco Bueno de Melo da classe "F", por antiguidade, de acôrdo com o artigo 46, do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939.

ESTRUTURA E POSIÇÃO HIERÁRQUICA

O Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais constitui um órgão integrante do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP), subordinado diretamente ao Ministro de Estado, e tem por finalidade promover, orientar e instruir tôdas as questões relativas à construção, melhoramento, manutenção, aparelhamento e exploração dos portos e vias dágua do País, no que se refere às suas condições de navegação, quer marítima, quer interior.

No comêço de 1946, pelo Decreto n.º 20.501, de 24 de janeiro, foi aprovado o novo Regimento dêste Departamento, substituindo o que fôra aprovado pelo Decreto n.º 14.432, de 31 de dezembro de 1943.

De conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 20.501, de 24 de janeiro de 1946, é a seguinte a estrutura do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais:

Divisão de Hidrografia (D. H.).
Divisão de Planos e Obras (D.P.O.)
Divisão Econômica e Comercial (D. E. C.)
Serviço de Administração (S.A.)
Distritos de Portos, Rios e Canais (D.P.R.C.)
Região Norte de Aparelhagem (R. N. A.)
Região Nordeste de Aparelhagem (R.N.E.A.)
Região Sul de Aparelhagem (R.S.A)

podendo, ainda, o Diretor Geral do DNPRC constituir comissões de estudos e obras, de caráter transitório, com sede e fins definidos em cada caso especial.

DIVISÃO DE HIDROGRAFIA (DH)

A D. H. compreende:

Secção de Estudos Topo-Hidrográficos (S.E.T.)

Secção de Estudos Hidrométricos e Meteorológicos (SEHM)

Secção de Hidráulica Experimental (S.H.E.)

Competindo à S.E.T.:

I — organizar plantas topo-hidrográficas, diretamente ou por intermédio dos Distritos de Portos, Rios e Canais ou de comissões de estudos que forem organizadas de acôrdo com o parágrafo único do artigo 2.º do Regimento, projetando em suas linhas gerais os melhoramentos de que carecem ou informando os projetos apresentados dêsses melhoramentos; ;

II — estudar o regime do litoral e vias navegáveis, propor as obras necessárias à sua proteção e impedir a execução de construções que lhe forem prejudiciais;

III — zelar pela conservação das vias dágua e propor ao Diretor Geral a solicitação de providências a autoridades federais, estaduais e municipais, a fim de impedir que sejam cedidas a terceiros, sob qualquer título, as áreas

marginais dos portos e vias navegáveis que interessem ao DNPRC;

IV — anotar os pedidos de aforamento de terrenos de marinha, dos acrescidos e dos reservados à servidão pública, informados pelos Distritos de Portos, Rios e Canais;

V — anotar os resultados colhidos com o emprêgo dos instrumetos topográficos e geodésicos utilizados nos estudos dos portos e vias navegáveis, de modo a apurar os melhores tipos a serem aplicados;

VI — anotar os pedidos de aforamento de terrenos de marinha, dos acrescidos e dos reservados à servidão pública, informados pelos Distritos de Portos, Rios e Canais;

VII — organizar instruções que deverão ser observadas pelas comissões de estudos de portos e vias navegáveis.

Competindo à S.E.H.M.:

I — proceder a estudos hidrométricos para orientar os projetos de melhoramentos dos portos e vias navegáveis;

II — manter o serviço de previsão das marés pelo método da análise harmônica, bem como sugerir ao Diretor providências para o estabelecimento de instrumentos registradores de marés nos portos do litoral onde se fizerem necessários;

III — fornecer às autoridades competentes, por intermédio do Diretor, os dados obtidos pela análise harmônica a que se refere o Decreto-lei n.º 4.120, de 21 de fevereiro de 1942;

IV — anotar os resultados colhidos com o emprêgo dos instrumentos maregráficos e meteorológicos utilizados nos portos e vias navegáveis, a fim de apurar os tipos mais convenientes para a respectiva padronização;

V — providenciar sôbre a distribuição de instrumentos maregráficos ou meteorológicos para os locais onde se tornarem necessários, solicitando, por intermédio do Diretor, as medidas necessárias junto à Região de Aparelhagem, para tal fim;

VI — publicar semestralmente um boletim consignando os resultados das observações hidrométricas e meteorológicas, bem como quaisquer estudos correlatos a que possam dar lugar.

Competindo à S.H.E.:

I — organizar e manter um laboratório de hidráulica experimental, destinado a pesquisas relativas a projetos de obras a executar;

II — estender essas pesquisas às obras já iniciadas, com o fim de serem feitas, a tempo, as modificações que os resultados aconselharem.

DIVISÃO DE PLANOS E OBRAS (DPO)

A D.P.O. compreende:

Secção de Projetos e Orçamentos de Obras (S.P.O.O.)

Secção de Construção e Contabilidade Técnica (S.C.C.T.)

Secção de Patrimônio e Arquivo Técnico (S.P.A.T.)

Competindo à S.P.O.O.:

I — projetar e orçar as obras de acesso e acostagem dos portos e vias navegáveis delineadas pelo D.H., bem como as instalações e aparelhamentos necessários aos portos;

II — promover junto aos DPRC o estudo dos materiais de construção usados em construções hidráulicas marítimas e fluviais;

III — opinar sôbre os projetos e orçamentos de obras, instalações e aparelhamentos que forem apresentados

pelos concessionários ou pelas autarquias;

IV — organizar e submeter à aprovação do Diretor as bases gerais para os orçamentos das obras e instalações nos portos e vias navegáveis;

V — organizar e submeter à aprovação do Diretor os cadernos de encargos a que devem satisfazer os materiais necessários à execução das obras e às instalações e aparelhamento dos portos, os quais deverão obedecer às resoluções e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (A.B.N.T.);

VI — organizar e submeter à aprovação do Diretor Geral — para cada pôrto, um plano geral de ampliação, e, para o país, um plano geral de construção de portos, em perfeita correspondência com o Plano Geral da Viação Nacional.

Competindo à S.C.C.T.:

I — acompanhar a execução das obras de melhoramentos dos portos e vias navegáveis, de acôrdo com as informações fornecidas pelos DPRC, reunindo e coordenando os dados de interêsse e providenciando para corrigir, em tempo, faltas ou defeitos que a prática venha a dar a conhecer;

II — organizar instruções sôbre a execução das obras a serem iniciadas em cada pôrto, bem como sôbre a execução dos trabalhos de fixação e conservação de dunas;

III — coordenar todos os serviços de dragagem a cargo do DNPRC providenciando junto aos DPRC e às Regiões de Aparelhagem sôbre a sua execução nos portos e vias navegáveis sob sua jurisdição, bem como organizar as bases para concorrência, quando, a juízo do Diretor Geral, se tornar conveniente contratar a dragagem com companhias ou emprêsas idôneas;

IV — acompanhar a construção de estaleiros e oficinas de contrução naval, fiscalizados pelas R. A. bem como de tôdas as demais construções que se relacionem com os serviços e desenvolvimento dos portos, que forem executados ou fiscalizados pelos DPRC ou pelas R.A.;

V — organizar e manter a contabilidade técnica dos serviços, obras e aparelhamento dos portos, de modo a permitir a necessária fiscalização sôbre as respectivas despesas e apurar os custos unitários e finais dos serviços, obras e aparelhamento do DNPRC.

Competindo à S.P.A.T.:

I — organizar e manter o registro de todos os bens móveis e imóveis do DNPRC, inclusive material flutuante, aparelhamento e instrumental terrestre;

II — proceder à distribuição do aparelhamento e instrumental por intermédio das Regiões de Aparelhagem e de acôrdo com a determinação do Diretor Geral;

III — zelar pela conveniente aplicação do aparelhamento e instrumental técnico do DNPRC, fazendo recolher às Regiões de Aparelhagem os que fiquem disponíveis ou necessitem reparos;

IV — organizar e manter o arquivo técnico do DNPRC, compreendendo plantas, projetos, orçamentos, memórias e justificativas, cadernetas de campo e outros documentos correlatos;

V — manter e dirigir um gabinete fotográfico e heliográfico, de acôrdo com as necessidades do DNPRC.

DIVISÃO ECONÔMICA E COMERCIAL (DEC)

A D.E.C. compreende:

Secção de Exploração Comercial (S. E. C.)

Secção de Economia e Estatística (S.E.E.)

Competindo à S.E.C.:

I — coligir a legislação atinente a portos e vias navegáveis, promovendo as modificações que a prática aconselhar;

II — zelar pela fiel observância das leis portuárias e dos contratos de concessões dos portos e vias navegáveis;

III — estudar e verificar as tomadas de contas dos concessionários, os balancetes mensais e trimestrais e os relatórios anuais apresentados pelas Delegações de Contrôle junto às autarquias de portos informando sôbre a sua exatidão, em face das leis e regulamentos vigentes;

IV — propor os aperfeiçoamentos que forem necessários para que as tomadas de contas se realizem com a melhor exatidão;

V — apurar a importância do capital aplicado na construção e aparelhamento de cada pôrto, fazendo o respectivo registro em livro próprio;

VI — estudar as tarifas cobradas pelos concessionários de portos, com o objetivo de harmonizar os interêsses do país e o equilíbrio financeiro dos mesmos;

VII — fazer e manter atualizado o histórico de cada pôrto.

Competindo à S.E.E.:

I — fazer a estatística do movimento dos portos, vias navegáveis e estaleiros de construção e reparação naval;

II — fixar, por meio de dados estatísticos apurados, as zonas de influência dos portos e vias navegáveis;

III — fixar os coeficientes de aproveitamento do aparelhamento dos portos;

IV — fazer a estatística financeira dos portos e vias navegáveis;

V — apurar os dados necessários ao cômputo da exploração dos portos e vias navegáveis por concessão;

VI — apresentar ao Diretor estudos de previsão estatística que se relacionem com os portos e vias navegáveis.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO (SA)

O S.A. compreende:

Secção de Comunicações (S.C.)
Secção de Material (S.M.)
Secção de Orçamento (S.O.)
Secção do Pessoal (S.P.)
Biblioteca (B.)
Portaria (P.).

Competindo à S.C.:

I — receber e distribuir papéis;

II — superintender os trabalhos de protocolo e arquivo do DNPRC;

III — atender às partes e prestar informações sôbre o andamento e despacho dos papéis;

IV — promover a publicação dos atos e decisões relativas às atividades do DNPRC;

V — passar certidões referentes às atividades do DNPRC — quando autorizadas pelo Diretor Geral;

VI — atender às despesas de pronto pagamento.

Competindo à S.M.:

I — preparar e encaminhar à Divisão de Material do Departamento de Administração do MVOP as requisições do material;

II — realizar as concorrências públicas, administrativas ou coleta de preços para aquisição de material.

III — distribuir o material recebido;

IV — auxiliar a Divisão do Material do Departamento de Administração do MVOP no levantamento estatístico, bem como manter conta corrente do gasto do material pelos diferentes órgãos do DNPRC;

V — anotar as verbas orçamentárias e de créditos adicionais destinadas a material dos diferentes órgãos do DNPRC;;

VI — fornecer dados para o orçamento do material necessário a todos os órgãos do DNPRC, de acôrdo com as solicitações feitas pelos chefes dêsses órgãos;

VII — providenciar sôbre a reparação e a substituição do material em uso, de acôrdo com as requisições dos chefes de serviços;

VIII — inventariar os móveis e material de expediente do DNPRC, a cargo dos órgãos que o integram;

IX — preparar o expediente das contas apresentadas.

Competindo à S.O.:

I — manter em dia a escrituração das dotações orçamentárias ou provenientes de créditos especiais e adicionais a favor dos órgãos do DNPRC;

II — examinar a aplicação das verbas destinadas aos diferentes órgãos do DNPRC;

III — colaborar com a Divisão de Orçamento do Departamento de Administração do MVOP na elaboração da proposta orçamentária do DNPRC;

IV — preparar as tabelas de distribuição de créditos destinados aos trabalhos do Departamento, para que o Diretor Geral possa dar imediato conhecimento aos chefes de serviço;

V — fazer todo o expediente relativo à abertura e distribuição dos créditos suplementares, extraordinários ou especiais, que se tornem necessários;

VI — empenhar, de acôrdo com as disposições legais vigentes, as despesas autorizadas pelo Diretor Geral, tomando em consideração as alterações solicitadas pelos chefes de serviços, sempre que fôr possível.

Competindo à S. P.:

I — manter atualizado o fichário completo dos funcionários efetivos e extraordinários lotados no DNPRC;

II — manter atualizado o ementário da legislação e dos atos referentes a pessoal;

III — encaminhar à Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do MVOP devidamente instruídas, as questões referentes aos funcionários efetivos e extranumerários do DNPRC;

IV — preparar o boletim de freqüência do pessoal, para remessa, pelo Chefe do S. A., à Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do MVOP;

V — coligir todos os dados referentes a pessoal, para remessa, pelo Chefe do S. A. à Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do MVOP.

Competindo à B.:

I — organizar e manter atualizadas as coleções de publicações nacionais e estrangeiras sôbre assuntos relacionados com as atividades do DNPRC;

II — selecionar as publicações a serem adquiridas para a Biblioteca;

III — registrar, guardar e conservar as publicações pertencentes ao acêrvo da Biblioteca;

IV — permutar publicações com instituições nacionais e estrangeiras;

V — organizar sôbre os livros e publicações, existentes na Biblioteca do DNPRC;

a) os catálogos para uso público;
b) os catálogos auxiliares;
c) listas bibliográficas para serem distribuídas no DNPRC e entre os interessados;

VI — franquear a sala de leitura aos interessados, facilitando-lhes a consulta aos livros e revistas independentemente de formalidades, desde que não perturbem a boa ordem da Biblioteca;

VII — orientar o leitor no uso da Biblioteca, prestando-lhe a assistência necessária aos seus estudos e pesquisas;

VIII — cooperar com as demais bibliotecas do serviço público federal;

IX — promover o empréstimo, por determinado prazo, dos livros, folhetos e revistas, mediante recibo, de acôrdo com instruções de serviço do S. A., aprovadas pelo Diretor Geral.

Competindo à P.:

I — abrir e fechar a repartição nas horas que lhe forem determinadas;

II — exercer a vigilância interna;

III — cuidar da segurança, conservação e asseio do edifício, dirigindo os serviços de limpeza do mesmo;

IV — zelar pela conservação do material em uso no edifício-sede do DNPRC;

V — dirigir os serviços dos contínuos e serventes, de acôrdo com o que fôr determinado pela Chefia do S. A.

O S. A. funcionará perfeitamente articulado com o D.A. do MVOP, devendo observar as normas e métodos de trabalhos por êle prescritos.

DISTRITOS DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DPRC)

Aos DPRC compete:

I proceder a observações sôbre o regime da costa, portos e vias navegáveis sob a sua jurisdição, apresentando anualmente as respectivas plantas atualizadas e síntese das observações;

II — observar cuidadosamente as alterações que possam as obras em construção levar ao regime dos portos e vias navegáveis, informando os resultados dessas observações ao Diretor Geral e propondo as medidas ou modificações de emergência que porventura forem patenteadas no decorrer da construção;

III — fazer observações regulares de vagas, marés, correntes, ventos e pressão atmosférica, enviando mensalmente os diagramas e quadros respectivos à D. H., de acôrdo com instruções desta;

IV — fazer observações regulares sôbre a física, a química e a biologia do mar, no que possam interessar as obras executadas pelo DNPRC;

V — organizar e enviar aos órgãos competentes um mostruário de rochas, recifes, areias de dunas e de banco e outros materiais de constituição geológica local;

VI — ampliar os estudos topo-hidrográficos nos portos e vias navegáveis a seu cargo apresentando anualmente trabalhos realizados de acôrdo com os recursos existentes;

VII — zelar pela conservação da aparelhagem e instrumental técnico pertencentes ao DNPRC ou que estiverem a seu cargo devolvendo-os à Região de Aparelhagem correspondente, desde que estejam sem aplicação;

VIII — zelar pela conservação da costa, dos portos e das vias navegáveis a seu cargo, para que se mantenham em condições de estabilidade de regime e de navegabilidade;

IX — zelar pela fiel observância da legislação portuária no que respeita às suas finalidades;

X — impedir o lançamento, nos portos e vias navegáveis — sob sua jurisdição, de cinzas, entulhos, óleos ou quaisquer materiais que prejudiquem a conservação, o asseio ou a fauna marítima, providenciando para que os responsáveis façam a necessária coleta e transporte para lugar conveniente;

XI — impedir depósito em cais ou praias de desembarque — quando dificultarem o livre trânsito;

XII — fiscalizar ou executar a construção de quaisquer obras de melhoramento ou de ampliação dos portos e das vias navegáveis;

XIII — embargar a execução de cais, pontes, rampas, aterros e outras quaisquer obras públicas ou particulares, nos portos ou vias navegáveis sob a sua jurisdição, quando prejudiciais;

XIV — zelar pela conservação de tôdas as obras, aparelhagem e instalações dos portos e vias navegáveis sob sua jurisdição;

XV — fiscalizar a exploração dos portos e vias navegáveis a seu cargo, acompanhando a execução dos serviços e aplicação das tarifas aprovadas;

XVI — remeter mensalmente à D. P. O. um relato resumido dos serviços a seu cargo e uma demonstração das despesas efetuadas fornecendo-lhe os elementos necessários para conhecer o andamento das obras, determinar os preços unitários e o custo total dos serviços;

XVII — remeter mensalmente à D. E. C. os dados estatíssicos da renda e do movento do pôrto ou portos sob sua jurisdição, do acôrdo com as instruções estabelecidas;

XVIII — informar os pedidos de aforamento de terrenos de marinha, dos acrescidos e dos reservados à servidão pública, tendo em vista as conseqüências de sua concessão, em face das necessidades presentes e futuras dos portos e vias navegáveis a seu cargo, dando em seguida conhecimento do resultado à D.H.

REGIÕES DE APARELHAGEM

Às R.N.A., R.N.E.A. e R.S.A. compete:

I — entender-se diretamente com as Divisões e Distritos de Portos, Rios e Canais para o bom andamento dos serviços a seu cargo;

II — manter um fichário com o registro de todo o instrumental técnico e aparelhagem flutuante e terrestre a seu cargo, especificando: natureza, local em que se encontrem, eficiência, caractérísticos, estado de conservação, valor atual e todos os demais elementos indispensáveis à sua perfeita identificação e situação;

III — fazer a arrecadação ou providenciar sôbre a distribuição de instrumental técnico e aparelhagem aos D. P. R. C., de acôrdo com as instruções que receber da D. H. e da D. P. O.;

IV — propor a reparação, substituição, baixa ou aquisição de instrumental técnico e aparelhagem, organizando no caso de reparação, as respetcivas especificações e orçamentos, e justificando minuciosamente as baixas;

V — promover a reparação de aparelhos e embarcações do DNPRC quando devidamente autorizada;

VI — organizar, aparelhar e manter em funcionamento as oficinas de reparação;

VII — zelar pela conservação e guarda de todo instrumental técnico e aparelhamento sob sua guarda ou jurisdição;

VIII — fiscalizar a conservação do instrumental técnico e aparelhamento entregues aos Distritos localizados na zona de sua jurisdição;

IX — apresentar, até 31 de janeiro de cada ano, mapas discriminados de tôdas as aquisições, baixas, substituições ou reparações feitas no instrumental técnico e aparelhagem durante o ano anterior, além do mapa constitutivo do inventário geral;

X — fiscalizar o estabelecimento e a exploração de estaleiros e oficinas de reparos e de construção naval, que gozem de favores do Govêrno;

XI — recolher o aparelhamento e instrumental técnico que forem sendo dispensados dos portos e vias navegáveis pelos D. P. R. C.;

XII — remeter mensalmente a D. P. O. uma demonstração resumida dos serviços a seu cargo, acompanhada de especificação das respectivas despesas, de maneira a fornecer os elementos necessários para a determinação dos preços unitários e do custo total dos serviços;

XIII — remeter semestralmente à D. P. O. uma relação de todo o aparelhamento disponível, com especificação do seu estado, das modificações havidas e da respectiva distribuição pelos DPRC ou pelas Comissões de Estudos, de maneira a permitir que a Administração Central tenha exato conhecimento da distribuição dêsse aparelhamento e das reservas de que poderá dispor.

SEGUNDA PARTE

SITUAÇÃO GERAL DOS ESTUDOS E OBRAS DE MELHORAMENTOS REALIZADOS NOS PORTOS, RIOS E CANAIS NO ANO DE 1945

Durante o ano de 1945, processaram-se os serviços a cargo dêste Departamento com perfeita regularidade, havendo um natural retraimento na execução das varias obras e melhoramentos que vinham sendo levados a efeito, nos vários portos e vias navegáveis.

Mesmo depois de terminada a guerra, perduravam as dificuldades já encontradas em anos anteriores, não sòmente no que dizia respeito à exploração dos portos, mas também na execução das obras de melhoramentos, acrescendo-se a tudo isso uma grande instabilidade dos preços. Por outro lado, é de se notar a situação de deficiência em que se encontrava todo o aparelhamento em utilização, visto que sua reparação e substituição não poude ser feita fàcilmente durante os seis últimos anos.

Nos portos, essa situação se fazia sentir com maior intensidade, e já se previa então o surto de progresso que era de esperar no após-guerra, e o seu conseqüente reflexo nos serviços da exploração dêsses portos, e portanto o seu congestionamento.

Assim, a par das obras que se programavam, outros estudos eram feitos, no sentido de atenuar o mais possível essas conseqüências desastrosas, estendendo-os também à obtenção de novas fontes de recursos para os portos, de modo a conseguir bases econômicas sólidas para a ampliação das instalações.

Em resumo, os estudos e obras realizadcs em 1945 por êste Departamento, podem ser assim apresentados:

No Estado do Amazonas e nos territórios do Acre e Rio Branco, limitaram-se as atividades dêste Departamento à fiscalização do contrato de concessão do pôrto de Manáus, feito à Manáus Harbour Limited, nenhuma obra ou estudo havendo sido executado.

Nos Estados do Pará e Goiás e no Território do Amapá, além das atividades levadas a efeito junto à SNAPP, foram executados estudos topográficos na cidade de Arariúna e nas margens do rio Arari, e estudos topo-hidrográficos no pôrto de Belém. A par disso, foram também executados serviços de limpeza, desobstrução e dragagem nos vários rios da ilha de Marajó, e prosseguidas as obras da ponte-trapiche de Santarém.

Nos Estados do Maranhão e Piauí limitaram-se as atividades dêste Departamento a executar as obras de reparação do cais da Sagração, aos estudos nos rios Bacanga e Arapapaí aos melhoramentos nos rios Mearim, Itapecurú e Parnaíba e no canal do Aurá, além da coleta de dados estatisticos nos portos de Tutcia, Luís Corrêa e Parnaíba.

No Estado do Ceará, foram fiscalizadas as obras para construção do pôrto de Mucuripe e para defesa da praia de Iracema, tendo sido também coligidos os dados estatísticos referentes aos portos de Fortaleza, Camocim e Aracatí.

No Estado do Rio Grande do Norte, foram procedidos estudos topo-hidrográficos para abertura do "Furado das Conchas", fiscalizados os serviços de construção do prolongamento do cais e os de melhoramento da barra e canal de acesso ao pôrto, executados os melhoramentos do rio Cunhaú e os serviços de conservação das dunas fixadas em Natal, Maxaranguape e Areia Branca, feitos os serviços de reparo e conservação do material flutuante de propriedade dêste Departamento, e levado a têrmo a exploração comercial do pôrto de Natal.

No Estado da Paraíba, foram feitos estudos para defesa das praias Formosa e Camalaú e fiscalizado o contrato de concessão do pôrto de Cabedelo, que é explorado pelo Estado, sendo também coligidos os dados estatísticos relativos ao pôrto de João Pessoa.

No Estado de Pernambuco, foram executados os trabalhos de conservação do canal de Goiana, os de reparação da carreira de 800 toneladas e conclusão da carreira de 1.500 toneladas, e bem assim a reparação de parte do material flutuante dêste Departamento. Por outro lado, foi também fiscalizada a exploração comercial do pôrto de Recife, dado em concessão ao Estado de Pernambuco.

No Estado de Alagoas, foram procedidos estudos hidrográficos no pôrto de Maceió e executados melhoramentos no rio São Miguel, no trecho compreendido entre Sebastião Ferreira e a cidade de São Miguel, bem como feita a fiscalização do contrato de concessão do pôrto de Maceió, de que é concessionário o respectivo Estado.

No Estado de Sergipe, foi executado um novo levantamento topo-hidrográfico da barra do pôrto de Aracajú e executados serviços de melhoramento nos canais de Santa Maria e Pomonga e nos rios Siriri, Poxím, Cotinguiba e Japaratuba, bem como construída uma ponte sôbre o rio Japaratuba, no local denominado Aguada, e fixada uma área das dunas de São Sebastião.

No Estado da Bahia, foi feita a fiscalização da exploração comercial dos portos de Salvador e Ilhéus, de que são concessionários, respectivamente, a Companhia Docas da Bahia e Companhia Industrial de Ilhéus, bem como prosseguidos os estudos e obras que vinham sendo executados no rio São Francisco e Paraguaçú, os estudos da barra do rio Pardo e dos portos de Belmonte, Santa Cruz Cabralia e Pôrto Seguro, as obras da ponte de Maragogipe, atêrro de Itaparica, construção dos cais de Mar Grande e Canavieiras e obras de proteção do pôrto de Belmonte. Além disso, foram realizados os serviços de limpeza dos rios Ubú, Pardo, Jequitinhonha, João Tibaz e Camurugí, e dos canais do Passuí e Poaçú e fiscalizados os trabalhos de reparação da draga "Barboza Gonçalves", que estão sendo executados pela Companhia Docas da Bahia.

No Estado do Espírito Santo, foi feita a fiscalização da exploração comercial do pôrto de Vitória, dado em concessão ao respectivo Estado, e executados os levantamentos do pôrto de Vitória e os serviços de melhoramento nos rios Santa Maria e Itapemirim.

No Estado do Rio de Janeiro, foi feita a fiscalização da exploração comercial dos portos de Niterói e Angra dos Reis, dados em concessão ao Estado em aprêço. Tiveram prosseguimento os estudos e obras em São João da Barra e Cabo Frio, de acôrdo com os projetos.

No Distrito Federal, foi feito o levantamento hidrográfico da bacia de evolução do pôrto do Rio de Janeiro, que é uma organização autárquica, sob a denominação de Administração do Pôrto do Rio de Janeiro.

No Estado de São Paulo, foi feita a fiscalização da exploração comercial do pôrto de Santos, de que é respectiva concessionária a Companhia Docas de Santos.

No Estado do Paraná, foi feita a fiscalização da exploração comercial do pôrto de Paranaguá, de que é concessionário o Estado do Paraná, havendo também sido coligido dados estatísticos do pôrto de Antonina. Durante o ano de 1945, tiveram ainda prosseguimento os estudos e obras para regularização do rio Iguaçú.

No Estado de Santa Catarina, além da fiscalização dos contratos de concessão dos portos de São Francisco e Imbituba, o primeiro em fase de construção e o segundo em exploração, da ação sôbre a Administração do Pôrto de Laguna, foram feitos os estudos topo-hidrográficos dos portos de Laguna e Itajaí, a estabilização do molhe Sul do pôrto de Laguna, os serviços de fixação de dunas também nesse pôrto, o prosseguimento das obras de abertura do canal Laguna-Jaguaruna e de canalização do rio Itajaí do Oeste e a desobstrução dos rios Araçatuba, Forquilha, Ana Matias, Caipora, Lageado, Congonhas, Sangão, Negro, Porcos, Caverá, Caverasinho e do canal que liga os rios Caipora, Lageado e lagoa de Jaguaruna ao rio Congonhas.

No Estado do Rio Grande do Sul, além da fiscalização dos contratos de concessão dos portos de Pôrto Alegre, Rio Grande e Pelotas, foram prosseguidas as obras de construção do pôrto de Santa Vitória do Palmar, e respectiva estrada de acesso da cidade ao pôrto, de melhoramento do rio Jaguarão, de regularização do rio Jacuí e do abrigo do Taim, sendo também executadas a dragagem do arroio Padre Doutor, a reparação e conservação do material flutuante, e a execução de estudos no arroio Santa Barbara.

Finalmente, no Estado de Mato Grosso, foram executadas observações de altura dágua do rio, não tendo podido ser iniciada a obra de construção do pôrto, de conformidade com o contrato lavrado.

REGISTRO DAS ATIVIDADES LEVADAS A EFEITO DURANTE O ANO DE 1946

ESTADO DO AMAZONAS E TERRITÓRIOS DO ACRE, RIO BRANCO E GUAPORE'

Primeiro Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-1)

Sob a jurisdição dêsse Distrito estende-se uma vasta área do solo brasileiro, que abrange o Estado do Amazonas e os Territórios Federais do Acre, Rio Branco e Guaporé.

Não obstante a amplitude de ação atribuída a êsse Distrito, sua atividade em 1946, dadas as dificuldades naturais da região, a escassez de pessoal técnico e a deficiência de verbas, limitou-se exclusivamente à fiscalização do contrato da "Manáus Harbour Limited", companhia concessionária dos serviços do pôrto de Manáus.

E' de prever porém, que com a execução do plano de valorização econômica da Amazônia, previsto pela Constituição Brasileira, os entraves acima apontados possam ser removidos, e ao Primeiro Distrito de Portos, Rios e Canais ficará afeta uma grande quantidade de serviços, para melhoramento da extensa rêde fluvial existente na região.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal titulado	149.946,30	150.300,00	— 353,70
Pessoal extranumerário mensalista	25.800,00	17.950,00	7.850,00
Pessoal extranumerário diarista	24.000,00	31.000,00	— 7.000,00
Material	23.500,00	23.226,40	273,60

PÔRTO DE MANÁUS

I — CONTRATO

No exercício de 1946, permaneceu o pôrto de Manáus, no que concerne à execução de obras de melhoramento e exploração comercial, sob o regime de concessão outorgado à "Manáus Harbour Limited", nos têrmos do Decreto n.º 4.533, de 8 de setembro de 1902, tendo posteriormente o respectivo contrato sofrido pequenas alterações, na parte relativa a obras e prazos, pelos

Decretos n.º 8.541 de 1911, n.º 10.883 de 1914 e n.º 10.940 de 1921.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Durante o ano de 1946, o aparelhamento e as instalações portuárias de Manáus não sofreram quaisquer modificações, constando, assim, do seguinte:

Cais — flutuantes, com 1.035,19 metros de extensão acostável, para 7 e 12 metros de profundidade em águas mínimas, sendo: flutuante A. B. C. com 283,30 metros, flutuante D. K. com 508,07 metros e flutuante L. com 243,82 metros.

Armazéns — 20, com área de .... 19.529,80 metros quadrados e capacidade para 70.185 toneladas.

Guindastes — 10, elétricos, de 3 toneladas, 12 a vapor de 1 tonelada e 1 flutuante de 1 tonelada, num total de 23 guindastes.

Cábrea — 1 para 30 toneladas.

Armazéns para inflamáveis — 2 pontões, o "Urd", para 31.000 caixas e 6.200 tambores, e o "Senator", para 37.500 caixas e 7.500 tambores.

Rebocadores — 1 de 70 HP e 2 de 16 HP.

Estaleiros de reparação naval — 13, com capacidade para embarcações de 30 a 500 toneladas.

No decorrer do ano de 1946, foram executados sòmente serviços de pequeno vulto para conservação do aparelhamento e instalações da Companhia concessionária do pôrto.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	161.395	164.583	+ 3.188	45.641	51.487	+ 5.846
Internacional	7.113	5.955	— 1.158	17.724	24.815	+ 7.091
TOTAL	168.508	170.538	+ 2.030	63.365	76.302	+ 12.937

Pelo exame do quadro acima, confrontando-se o movimento de mercadorias nos dois anos discriminados, verifica-se, em 1946, um ligeiro decréscimo na importação do exterior, em relação ao ano anterior, enquanto o contrário se assinala relativamente à exportação; no movimento do comércio por cabotagem, entretanto, constata-se um pequeno aumento da tonelagem, tanto da importação como da exportação.

O movimento geral de mercadorias no pôrto de Manáus atingiu, em 1946, um total de 246.840 toneladas, o que representa um aumento relativamente sensível em relação ao movimento geral no ano anterior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	802	814	+ 12	210.300	170.374	— 39.926
Estrangeiros	7	18	+ 11	7.848	88.813	+ 80.965
TOTAL	809	832	+ 23	218.148	259.187	+ 41.039

Do quadro acima, verifica-se ter havido um pequeno acréscimo do número de navios entrados no pôrto de Manáus no ano de 1946, relativamente ao ano anterior, bem como uma diferença também favorável na sua tonelagem, motivada pelo sensível aumento da tonelagem dos navios estrangeiros que freqüentaram o pôrto em 1946, visto que houve uma diminuição na tonelagem dos navios nacionais, muito embora fôsse maior o seu número.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Manáus foi de 238 toneladas por metro.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Manáus atingiu, em 1946, a CrS 291.056,10, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um sensível aumento de CrS 210.052,00.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias arrecadadas no pôrto de Manáus, no ano de 1946, elevou-se a CrS 6.311.416,00; a taxa adicional de 10%, cobrada de acôrdo com a Portaria n.º 615, de 2 de agôsto de 1945, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, atingiu a CrS ..... 359.965,20 e a taxa adicional de 1% cobrada de acôrdo com a Portaria número 735, de 1942, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, e destinada ao abono de pessoal, rendeu CrS 66.144,80, o que somadas, perfazem uma renda bruta total de CrS 6.737.526,00.

Comparado êsse valor da renda bruta do pôrto de Manáus com o do ano anterior, verifica-se um acréscimo de CrS 1.615.648,30, visto que, em 1945, o valor da renda bruta total foi de CrS 5.121.877,70.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto de Manáus se processou normalmente durante o ano de 1946, em condições relativamente mais favoráveis do que no ano anterior, e continuando a cargo da "Manáus Harbour Limited", concessionária do pôrto.

Ainda nesse ano, se verificou uma grande irregularidade na freqüência de navios no pôrto de Manáus, criando-se situações verdadeiramente difíceis com a chegada simultânea de duas e três unidades, visto que êsse pôrto não dispõe de estiva organizada.

b) TOMADA DE CONTAS — Durante o ano de 1946 foram procedidas as tomadas de contas à "Manáus Harbour Limited", relativas aos anos de 1944 e 1945, as quais ao terminar êsse ano ainda se encontravam em estudo neste Departamento.

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — As taxas cobradas para utilização dos serviços

executados no pôrto de Manáus, são as constantes da tarifa aprovada pela Portaria n.º 751, de 24 de setembro de 1935, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, com as modificações introduzidas pelas seguintes Portarias: ns. 40 e 209, de 1937; ns. 252 e 422, de 1938; n.º 596, de 1940; n.º 462, de 1942; n.º 554, de 1943, e n.º 615, de 1945. Pela Portaria n.º 672, de 23 de julho de 1946, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, foram aprovadas novas taxas portuárias, as quais passaram a ser aplicadas a partir de 5 de agôsto dêsse mesmo ano.

Pelo ofício n.º 4.189, de 28 de dezembro de 1946, dêste Departamento, foi encaminhado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com parecer favorável, o requerimento em que a "Manáus Harbour Limited" solicita autorização para cobrar, a título provisório, um adicional de 16% sôbre as taxas aprovadas pela Portaria n.º 672, de 1946, a fim de atender ao aumento geral de salários concedido aos portuários daquela emprêsa, em virtude de Convenção Coletiva realizada no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1946, entre a mesma e o Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Portuários de Manáus.

d) LEILÕES DE MERCADORIAS — De conformidade com as determinações constantes do Decreto-lei n.º 8.439, de 24 de dezembro de 1945, a "Manáus Harbour Limited" passou a promover leilão das mercadorias nacionais ou nacionalizadas atingidas pela regulamentação em causa, a partir de 3 de maio de 1946, quando entrou em vigor o mencionado decreto-lei.

V — ESTUDOS

OBSERVAÇÕES DE ALTURA DÁGUA — Durante o ano de 1946, as águas do rio Negro, em frente a Manáus, subiram a 27,98 metros (dia 9 de junho de 1946) na enchente máxima, atingindo a vazante mínima a 17,62 metros (dia 6 de novembro de 1946), representando uma diferença de nível máxima de 10,26 metros.

ESTADOS DO PARÁ E DE GOIÁS E TERRITÓRIO DO AMAPA'

Segundo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-2)

Os estudos e serviços de melhoramento nos vários rios e pequenos portos da região compreendida pelos Estados do Pará e de Goiás e pelo Território do Amapá, constituem atribuição dêste Departamento e são exercidos diretamente pelo Segundo Distrito de Portos, Rios e Canais, com sede na cidade de Belém do Pará.

Além da execução de estudos e realização de obras nos vários rios da ilha de Marajó e nos portos de Cametá e Óbidos, coube a êsse Distrito, em 1946, a coleta de dados estatísticos do movimento do pôrto de Belém, visto que, com a criação da entidade autárquica denominada "Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará" (SNAPP), diretamente subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, e cuja autonomia lhe foi outorgada pelo Decreto-lei número 2.154, de 27 de abril de 1940, cessou a ação fiscalizadora dêste Departamento sôbre os serviços de exploração comercial do pôrto de Belém.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	287.360,70	258.113,50	29.247.20
Material	48.100,00	47.930,00	170,00
Obras	1.100.000,00	1.100.000,00	—

PÔRTO DE BELÉM

I — ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Os serviços de administração do pôrto de Belém e os de navegação dos rios da Amazônia continuaram a se processar, ainda em 1946, sob a jurisdição do Govêrno Federal, executados diretamente pela entidade autárquica denominada "Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará".

Para a fiscalização legal, técnica e contábil dessa autarquia, foi criada uma Delegação de Contrôle, constituída de quatro membros, sendo um especializado em assuntos de portos, um em assuntos de navegação, um Contador da Contadoria Geral da República e um funcionário do corpo instrutivo do Tribunal de Contas, todos nomeados por decreto do Presidente da República, e da qual é membro e presidente o Chefe do Segundo Distrito de Portos, Rios e Canais, dêste Departamento. Essa Delegação de Contrôle funcionou regularmente durante todo o ano, desincumbindo-se satisfatòriamente dos serviços que lhe são atribuídos.

Na forma da sua organização, compõe-se a SNAPP de quatro superintendências — a portuária, a de navegação, a de diques e oficinas, e a comercial —, das quais sòmente a primeira interessa mais de perto aos serviços a cargo dêste Departamento.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Durante o ano de 1946, o aparelhamento e as instalações portuárias de Belém não sofreram quaisquer modificações, constando, assim, do seguinte:

Cais — com 1.860,00 metros de extensão acostável, para 5 e 8 metros de profundidade, em águas mínimas.

Armazéns — 15, sendo 12 na faixa do cais, com a área total de 35.600,00 metros quadrados, e 3 externos.

Armazéns para inflamáveis — em Miramar, 3, com capacidade para .... 25.000 volumes.

Guindastes elétricos — 13, para 1,5 a 5 toneladas.

Guindastes a vapor — 8, para 1,5 a 20 toneladas, havendo ainda mais um, para 30 toneladas, que se encontra desmontado.

Pontes rolantes — 58, manuais, para 1,5 toneladas, instaladas no interior dos armazéns.

Tanques para combustíveis líquidos — 21, com capacidade total para .... 55.289,141 litros.

Rebocadores — 3, respectivamente para 600 HP, 350 HP e 200 HP.

Diques flutuantes — 2, "Afonso Pena" e "Lauro Müller", de 2.400 toneladas cada um.

Dique sêco — 1, em construção, com as dimensões de 200x20x10 metros.

Carreiras — 3, para 800 toneladas, operadas por uma mortona.

"Plants" de gasolina — 3, atualmente operados pelas emprêsas The Caloric Company, The Texas Co. e Standard Oil Co., em conseqüência de contratos com a SNAPP. Essas instalações, além dos tanques para armazenamento de inflamáveis líquidos a granel, dispõem do necessário aparelhamento para enchimento de tambores, enlatamento e encaixotamento dos produtos depositados nos referidos tanques.

Para o serviço de inflamáveis, em Miramar, está sendo construída uma ponte acostável, de concreto armado, em substituição à ponte de ferro que alí existia desde 1914 e que se encontrava em precárias condições de conservação, cujas obras se acham pràticamente concluídas.

Ainda durante o ano de 1946 continuaram ocupados, com materiais agora pertencentes ao Banco de Crédito da Borracha, o armazém n.º 9 e metade do armazém n.º 11, estando essas utilidades sujeitas a armazenagem convencional, bem como metade do armazém n.º 6 A, ocupado com o aparelhamento para expurgo de cereais do Ministério da Agricultura. A outra metade do armazém n.º 6 A se encontrava cedida ao Exército Americano, que o desocupou desde agôsto de 1946.

Pela SNAPP, para conservação de seu aparelhamento e instalações, no que diz respeito ao pôrto de Belém, foram executados pequenos serviços, inclusive os de dragagem, que se limitaram a um pequeno trecho da bacia de manobras, onde se fazia mais necessária a desobstrução para atender aos interêsses da navegação, e onde foram dragados . . . 62.322,000 metros cúbicos.

Pela SNAPP, foi também apresentada, por intermédio dêste Departamento, e aprovada de acôrdo com a comunicação constante do Aviso n.º 1.502, de 8 de novembro passado, de V. Excia. a relação-programa das obras a serem executadas e do material a ser adquirido para reaparelhamento do pôrto de Belém, por conta da taxa de emergência criada pelo Decreto-lei número 8.311, de 6 de dezembro de 1945.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	228.783	242.270	+ 13.487	142.322	137.739	— 4.583
Internacional	144.390	141.856	— 2.534	23.882	91.500	+ 67.618
TOTAL	373.173	384.126	+ 10.953	166.204	229.239	+ 63.035

Do quadro acima, estabelecendo-se um confronto entre os anos de 1945 e 1946, verifica-se que nesse último ano decresceu o movimento de importação, enquanto se elevou sensivélmente o de exportação para o estrangeiro.

No movimento de mercadorias por cabotagem, houve um aumento bastante acentuado na importação e um pequeno decrescimo na exportação.

O movimento geral de mercadorias no pôrto de Belém, atingiu, em 1946.

a um total de 613.365 toneladas, o que representa um sensivel aumento sôbre o total do movimento de mercadorias verificado em 1945, muito embora se apresente ainda inferior ao do ano de 1944.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	611	570	— 41	366.043	350.403	— 15.640
Estrangeiros	90	141	+ 51	219.731	436.468	+ 216.737
TOTAL	701	711	+ 10	585.774	786.871	+ 201.097

Do confronto dos algarismos acima, referentes ao número e tonelagem dos navios movimentados no pôrto de Belém em 1946, com os do ano de 1945, verifica-se que, muito embora tenha diminuido o número e a tonelagem dos navios nacionais, houve no total um aumento favorável ao ano de 1946, visto que foi relativamente sensível o aumento verificado nos navios estrangeiros, tanto em número quanto em tonelagem.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Belém foi de 334 toneladas por metro.

d) RECEITA — *Imposto adicional de* 10 % sôbre os direitos aduaneiros — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Belém atingiu, em 1946, a CrS 1.432.844,60, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um aumento bastante elevado, de CrS 764.658,50.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias arrecadadas no pôrto de Belém, no ano de 1946, elevou-se a CrS 14.256.276,40, que, comparada com a renda bruta dessas taxas relativamente ao ano anterior, apresenta uma diminuição de CrS ..... 2.139.500,20.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto de Belém foi exercida, durante o ano de 1946, pela organização autárquica denominada "Serviços de Navegação da Amazonia e de Administração do Pôrto do Pará" (SNAPP) que, muito embora dispondo de material insuficiente e em precárias condições de conservação, desincumbiu-se satisfatòriamente de suas atribuições.

Embora sentindo-se ainda os efeitos ocasionados pelo recúo das fôrças econômicas que impulsionaram a região no período de guerra, com o desenvolvimento da produção da borracha, verificou-se, em 1946, um certo incremento no movimento comercial do pôrto de Belém, tendo em vista o ocorrido em 1945.

O aparelhamento portuário já se acha obsoleto, carecendo de uma radical transformação. Isso será obtido com a execução da relação-programa apresentada pela SNAPP, e já aprovada por V. Excia., sendo os necessários recursos obtidos na taxa de emergência criada pelo Decreto-lei número 8.311, de 6 de dezembro de 1945.

No que diz respeito às condições de profundidade do pôrto, torna-se neces-

sário proceder à sua conservação permanente, por meio de dragagem. Com o fim de evitar tais serviços, deverá ser estudada e projetada a construção de um molhe curvo na foz do rio Guamá, à montante do pôrto, de modo a provocar a varredura hidrodinâmica na bacia de evolução e canal de acesso ao pôrto.

Continua ainda em foco o programa para melhoria dos serviços da SNAPP, consubstanciado na:

a) renovação da frota;

b) remodelação do aparelhamento do pôrto;

c) transformação dos serviços em sociedade anônima;

e cujo item *b* já agora entrará em realização, com os recursos da taxa de emergência, e de acôrdo com a relação-programa acima referida, que foi devidamente aprovada por V. Excia.

b) TOMADA DE CONTAS — O movimento financeiro da SNAPP é apresentado, através de balancetes mensais, balanços semestrais e relatório anual, a exame da Delegação de Contrôle e encaminhados, posteriormente, à aprovação de V. Excia.

Êsse regime substituiu, desde 1 de agôsto de 1943, o de tomada de contas anuais, a que era então submetida a autarquia em aprêço.

O resultado da receita e despesa da SNAPP, durante o ano de 1946, pode ser expresso pelos dados constantes do seguinte quadro:

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA	DESPESA
	Cr$	Cr$
Serviço de navegação:		
Viagens e serviços acessórios, inclusive Acôrdo R D C-Transporte	28.758.066,60	41.743.604,10
Subvenção da Comissão de Marinha Mercante	7.000.000,00	—
Serviços portuários	20.761.826,20	20.717.556,20
Serviços de diques e oficinas	8.554.679,10	8.726.537,50
Serviços anexos	564.563,30	940.073,50
Diversos	2.806.216,00	1.590.297,00
Aumento de tarifas	3.342.862,40	—
	71.788.213,60	73.718.068,30

Na apresentação das contas acima, constata-se um *deficit* de Cr$ ..... 1.929.854,70 resultante da exploração comercial dos serviços da SNAPP em 1946, o que representa pouco mais da metade do *deficit* verificado em .. 1945.

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — As tarifas portuárias atualmente em vigor no pôrto de Belém são as aprovadas pela Portaria n.º 705, de 5 de setembro de 1935 do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, com as modificações constantes dos seguintes atos: Decretos-leis n.º 2.547, de 12 de setembro de 1940, n.º 3.982, de 30 de dezembro de 1941 e n.º 8.439, de 24 de dezembro de 1945, e Portarias do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, n.º 33, de 17 de janeiro de 1938, n.º 708, de 25 de setembro de 1942 e n.º 986, de 13 de novembro de 1946.

Ainda, pela Portaria n.º 982, de 8 de novembro de 1946, de V. Excia., foi autorizada a SNAPP a aplicar, a partir de 1 de janeiro de 1947, no pôrto de Belém, a taxa de emergência, de Cr$ 5,00 por tonelada de mercadoria, criada pelo Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945, e destinada ao melhoramento e reaparelhamento do referido pôrto.

A Portaria n.º 986, acima citada, autorizou, a título provisório, o aumento de 35% nas tarifas do pôrto de Belém, para atender aos encargos com o serviço de dragagem no pôrto e à majoração de 50% nos salários do pessoal.

V — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Durante o ano de 1946, foram executadas pelo Segundo Distrito de Portos, Rios e Canais observações hidrográficas e meteorológicas na cidade de Belém; em Santana, na foz do rio Arari; em Arariúna e Tuiúiú, no rio Arari; e em Cametá.

O resumo dessas observações é o seguinte: em Belém, a maior altura de maré registrada foi de 3,66 metros, no dia 2 de abril, e a menor foi de 0,05 metros, no dia 5 de março. Em Santana, a maior altura de maré registrada foi de 3,60 metros, no dia 6 de março, e a menor foi de 0,18 metros, no dia 2 de fevereiro. No marégrafo de Arariúna, a altura máxima registrada foi de 3,58 metros, no dia 3 de abril, e a mínima de 0,49 metros, no dia 20 de dezembro. A régua fluviométrica instalada em Tuiúiú, próximo do lago Arari, acusou uma altura máxima de 4,47 metros, no dia 10 de abril, e uma mínima de 0,60 metros, no dia 18 de dezembro. Em Arariúna e Tuiúiú, estão instalados também pluviômetros, onde são feitas observações regularmente, fornecendo respectivamente uma altura de chuva de 2.579,5 milímetros e ..... 2.379,4 milímetros, havendo as maiores precipitações sido, respectivamente, de 241 milímetros, no dia 11 de junho, e de 61,4 milímetros, no dia 16 de fevereiro. Em Belém, foram observadas as seguintes pressões atmosféricas: máxima 760,8 milímetros de mercúrio, média 758,0 milímetros, e mínima 754,1 milímetros; a temperatura média anual foi de 28,3° C., sendo a temperatura máxima de 33,3° C., no dia 4 de maio, e a temperatura mínima de 24,1° C., no dia 7 de dezembro. Em Cametá foram observadas, em uma régua, sòmente as marés diurnas, verificando-se a altura máxima no dia 20 de março, com 3,9 metros, e a mínima no dia 1 de janeiro, com 0,42 metros.

No rio Tocantins, com o objetivo de conhecer melhor as suas condições de navegabilidade, foi feita uma inspeção em setembro de 1946, durante o período de maior estiagem no ano. Partindo de Pôrto dos Macacos, no rio Maranhão, um dos formadores do Tocantins, foi descido êsse rio e em seguida o Tocantins, sendo registrados no esquema anexo todos os óbices à navegação que aí se encontram.

Com base nesse reconhecimento, serão inicialmente levados a efeito estudos mais detalhados e pequenas obras de melhoramento no trecho de 250 quilômetros compreendido entre os dois núcleos principais da atividade econômica do alto Tocantins, e que são as cidades de Pôrto Nacional e Pedro Afonso.

OBRAS — Em 1946 foram levadas a efeito pelo Segundo Distrito de Portos, Rios e Canais as seguintes obras:

a) Nos rios Genipapocú e Tartarugas, depois de feita a conservação dos trabalhos já executados, cujos leitos já se achavam cobertos de vegetação

aquática própria da região, notadamente da "canarana", foi prosseguida a roçagem, limpeza e arrancamento das aningais que dominam o leito do rio Tartarugas, numa extensão de 2.684 metros, desde o "Bebedouro" até em frente do lugar denominado "Rodeador". Pelas observações feitas, verificou-se que o escoamento das águas pluviais que inundam as margens dêsses rios, em considerável extensão, durante a época invernosa, já se faz com mais rapidez. Quando inteiramente alargados e aprofundados pela dragagem êsses dois rios, muitos hectares de campos, hoje completamente inaproveitados, voltarão a ter magnificas pastagens para o gado.

b) Nos rios Mauá e Goiapi, depois de terminada a limpeza do primeiro, numa extensão de dezessete quilômetros, foi iniciada a limpeza e desobstrução do segundo dêsses rios, numa extensão de seis quilômetros, estando os serviços sendo prosseguidos no corrente ano.

c) Na vala do "Ucuúba", foi iniciada escavação para o seu alargamento e aprofundamento, não só com o fim de facilitar a navegação de pequenas canoas para as fazendas do interior, como principalmente para dar vazão às águas pluviais que se acumulam nessa região, nas cabeceiras do rio Anajás-Mirim, havendo os serviços sido executados numa extensão de 1.989 metros.

d) Foi terminada a dragagem do canal de acesso ao lago Arari, desde a foz do rio Anajás-Mirim até o "Genipapo", e procedida a abertura de um canal desde a "Barragem" até a entrada do lago Arari, retificando o canal bastante tortuoso ali existente e que dificultava grandemente a navegação. Êsse canal ficou com 450 metros de extensão por 10 metros de largura, com uma profundidade de 3,00 metros.

e) Foram reparadas as cortinas de madeira construídas nos "furos" entre as três ilhas situadas no estuário do rio Arari, as quais são destinadas a encaminhar as águas do rio sòmente pelo canal da margem direita, com o fim de aprofunda-lo por auto-dragagem. O resultado obtido tem sido além da expectativa, pois a sedimentação do canal da margem esquerda e entre os "furos" está se consolidando ràpidamente.

f) Em Cametá, foram prosseguidos os trabalhos de construção do cais de proteção à cidade, situada na margem esquerda do rio Tocantins.

g) Conservação do material flutuante, de que dispõe o referido Distrito, principalmente para a execução dos serviços a seu cargo na ilha de Marajó, tendo os trabalhos de maior vulto sido a reconstrução da lancha "Oficina", da casa flutuante "Arari", do flutuante "Marajó" e da lancha "Jaçanã", tendo ficado concluída, pelos estaleiros da SNAPP, a montagem da draga de alcatruzes adquirida para ser empregada nos serviços da ilha de Marajó.

ESTADOS DO MARANHÃO E PIAUÍ

Terceiro Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-3)

As atividades dêste Departamento nos Estados do Maranhão e Piauí foram exercidas, durante o ano de 1946, por intermédio do Terceiro Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-3) com sede na cidade de São Luís do Maranhão.

Não dispondo ainda essa região de portos organizados, a ação dêsse Distrito, no ano em aprêço, ficou limitada à execução de obras de melhoramentos nos vários rios do Estado do Maranhão, no rio Parnaíba e nos canais do

Aurá e São José, bem como à fiscalização dos serviços de fixação de dunas em Ponta d'Areia e à coleta de dados estatísticos nos portos de São Luís, Tutoia, Luís Correia (Amarração) e Parnaíba.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	461.617,60	454.535,60	7.082,00
Material	32.120,00	32.094,30	25,70
Obras	1.575.000,00	1.575.000,00	—

PÔRTO DE SÃO LUÍS

I — CONTRATO

O pôrto de São Luís permaneceu, ainda durante o ano de 1946, livre de qualquer situação contratual, tendo sido rescindida, pelo Decreto n.º 1.168, de 31 de julho de 1923, a concessão dada, em 1918, ao Estado do Maranhão, para a exploração comercial dêsse pôrto.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Não dispõe o pôrto de São Luís de instalações portuárias de acostagem, processando-se a descarga dos navios, e o seu carregamento, por meio de alvarengas.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	79.914	85.336	+ 5.422	27.024	32.631	+ 5.607
Internacional	2.598	7.406	+ 4.808	32.957	15.768	— 17.189
TOTAL	82.512	92.742	+ 10.230	59.931	48.399	— 11.582

Dos elementos apresentados acima, verifica-se no movimento de cabotagem, tanto importador como exportador, um aumento com relação ao movimento ocorrido no ano de 1945, enquanto que, no comércio internacional, a medida que aumentou sensìvelmente a importação, decresceu de mais da metade a exportação.

No cômputo final, verificou-se um aumento sensível na importação e um decréscimo pràticamente igual na exportação, o que tornou aproximadamente iguais o movimento de mercadorias ocorrido nos anos de 1945 e 1946, que atingiu respectivamente a .. 142.493 toneladas e 141.141 toneladas.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		D F.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	3.726	3.121	— 605	323.292	320.665	— 2.627
Estrangeiros	26	48	+ 22	49.957	128.150	+ 78.193
TOTAL	3 752	3.169	— 583	373.249	448.815	+ 75.566

Pelos elementos constantes do quadro acima, verifica-se ter havido em 1946 um maior afluxo de navios estrangeiros no pôrto de São Luís, do que o ocorrido em 1945, quando a sua quantidade era quase metade da atingida naquêle ano.

A freqüência de navios nacionais sofreu uma sensível diminuição em 1946, com relação ao movimento do ano anterior, ocasionando, assim, uma diferença para menos no total dos navios que freqüentaram o pôrto.

A tonelagem total dos navios, entretanto, apesar do decréscimo verificado nos navios nacionais, apresentou em 1946 um resultado superior ao do ano anterior.

c) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de São Luís do Maranhão atingiu, em 1946, a Cr$ ... 120.189,60, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta o aumento bastante sensível, de Cr$ 82.279,50.

IV — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Durante o ano de 1946, limitaram-se os estudos no pôrto de São Luís ao registro das observações hidrográficas e meteorológicas.

OBRAS — Durante o ano de 1946, foram executadas no Estado do Maranhão as seguintes obras:

a) No canal do Aurá, foi feito o desmatamento do mangue existente nas margens do canal, a partir dos locais denominados "Campos de Criação" e "Ancoradouro dos Barcos", numa extensão total de 3.100,00 metros em direção à jusante, e com uma largura de 5,00 metros, sendo incinerado todo o mangue retirado. Na "Vala Condurú" foram efetuados serviços de dragagem, para conservar e melhorar as condições de largura e profundidade do canal, tendo a draga "Morais Rego", de propriedade dêste Departamento, operado alí durante 110 dias úteis, dragando um volume total de 6.275,000 metros cúbicos de lôdo e argila, sendo êsse material depositado nas margens, para atêrro dos trechos mais baixos e danificados. Ainda nessa Vala, nas horas em que a referida draga não podia trabalhar, por falta de maré, foram executados serviços manuais de escavação, tendo sido escavados 6.018,600 metros cúbicos de lôdo e argila. A partir de julho, por deficiência de verba, foram paralisados os seviços.

b) No rio Mearim, nos trechos compreendidos de "Bacabal" a "Pedreiras" e dêsse a "São Raimundo" e nos trechos de "Pedreiras" a "Pau d'Arco" e dêsse a "Marianópolis" foram executados serviços de dragagem, pela draga "Gomes de Souza", de propriedade dêste Departamento, a qual operou durante 257 dias úteis, retirando do leito

do rio 460 troncos de árvores e galhadas de grandes proporções, num volume total de 890,000 metros cúbicos. Os trechos acima referidos são aquêles que requerem maior atenção por parte dêste Departamento, em virtude de serem os locais de intenso tráfego fluvial do Maranhão e, também, mais freqüentemente obstruídos nas grandes enchentes anuais do rio Mearim e seus afluentes. Ainda no rio Mearim, nos trechos acima referidos, foram executados serviços de desmatamento das margens, numa extensão total de 10.516,00 metros, e com incineração do produto resultante.

c) No rio Itapicurú, no trecho compreendido entre "Caxias" e "Colinas", foram executados serviços manuais de desobstrução e limpeza do leito, tendo sido retirados 154 troncos e 50 hastes de galhadas, num volume total de .... 300,000 metros cúbicos, e que foram inteiramente incinerados. Nesse mesmo trecho, foram executados serviços de desmatamento das margens, numa extensão total de 1.880,00 metros, sendo incinerado todo o produto resultante.

Além dessas obras, foram executados também pelo Terceiro Distrito de Portos, Rios e Canais os serviços de reparação e limpeza da draga fluvial "Gomes de Souza" e das lanchas "Souza Bandeira" e "Fausto de Souza".

d) Em Ponta d'Areia, foi fiscalizada a execução dos serviços de fixação de dunas, contratados com J. Adonias de Araújo, tendo sido plantado orós, salsa e lomba verde numa área de 89.400,00 metros quadrados, e construídos .... 2.000,00 metros lineares de cercas de arame farpado.

PORTOS DE TUTOIA, LUÍS CORREIA E PARNAÍBA

I — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

1. Pôrto de Tutoia

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	9.334	11.605	+ 2.331	12.664	11.546	— 1.118
Internacional	1.047	1.678	+ 631	27.251	25.195	— 2.056
TOTAL	10.411	13.373	+ 2.962	39.915	36.741	— 3.174

Pelos elementos constantes dêste quadro, verifica-se que houve em 1946, em relação ao ano anterior, um aumento na tonelagem das mercadorias de importação, tanto por cabotagem como do exterior, ao mesmo tempo que houve um decréscimo na tonelagem das mercadorias de exportação.

2. Pôrto de Luís Correia (Amarração)

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	263	—	— 263	1.964	2.126	+ 162
TOTAL	263	—	— 263	1.964	2.126	+ 162

Serviço de limpeza e desobstrução no rio Itapecurú

Bote de gaviéte retirando grosso tronco do leito

Serviço de limpeza e desobstrução no rio Itapecurú

Grande tronco retirado do leito do rio, sendo colocado sôbre a margem

Serviços de limpeza e desobstrução no rio Mearim.

A draga fluvial "Gomes de Souza" retirando grossos troncos de árvore afundados no leito do rio

Serviços de limpeza e desobstrução no rio Mearim.

A draga fluvial "Gomes de Souza" removendo uma grande árvore e galhadas, que obstruiam sèriamente o leito do rio

No pôrto de Luís Correia (Amarração) não houve, ainda durante o ano de 1946, movimento de mercadorias de e para o exterior, verificando-se, em relação ao ano anterior, um decréscimo na importação por cabotagem e um aumento na exportação.

3. Pôrto de Parnaíba

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	2.977	4.264	+ 1.287	958	902	— 56
TOTAL	2.977	4.264	+ 1.287	958	902	— [illegible]

No pôrto de Parnaíba não se registrou, também, movimento de mercadorias de e para o exterior, verificando-se em 1946, relativamente ao ano anterior, um aumento da tonelagem da mercadoria importada por cabotagem e um pequeno decréscimo da exportada por cabotagem.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

1. Pôrto de Tutoia

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	121	269	+ 148	28.140	68.167	+ [illegible]
Estrangeiros	13	38	+ 25	35.900	107.686	+ 71.786
TOTAL	134	307	+ 173	64.040	175.793	+ 111.753

Do quadro acima, verifica-se que no pôrto de Tutoia houve, durante o ano de 1946, e em relação ao ano anterior, um aumento de freqüência de navios, tanto de nacionalidade brasileira como estrangeira, crescendo também a respectiva tonelagem de registro.

No movimento total de navios, os resultados foram bastante satisfatórios, apresentando em 1946 uma diferença para mais, em relação ao ano anterior, de 173 navios, ou seja um número superior ao do movimento verificado em 1945.

2. Pôrto de Luís Correia (Amarração)

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	63	87	+ 24	2.147	2.294	+ 147
TOTAL	63	87	+ 24	2.147	2.294	+ 147

Apesar do decréscimo da tonelagem de mercadorias movimentadas no pôrto de Luís Correia em 1946, tomando como referência o ano anterior, constatou-se um aumento do número de navios que freqüentaram o pôrto, crescendo também a respectiva tonelagem de registro.

3. Pôrto de Parnaíba

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	180	246	+ 66	3.797	6.613	+ 2.816
TOTAL	180	246	+ 66	3.797	6.613	+ 2.816

Verifica-se, assim, pelo quadro acima, que houve em 1946, tomando como referência os elementos do ano anterior, um aumento bastante grande no número de navios que freqüentaram o pôrto de Parnaíba, crescendo também a respectiva tonelagem de registro.

c) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Tutoia, atingiu, em 1946, a Cr$ 37.895,70, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um aumento bastante sensível, de Cr$ 25.605,20.

Nos portos de Luís Correia e de Parnaíba, não houve arrecadação do imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros.

II — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Durante o ano de 1946 foram executados os seguintes estudos:

a) No trecho compreendido entre a bôca do igarapé do Vidal, no rio Parnaíba, e parte do igarapé de Santa Cruz, na extensão de 3.120,00 metros, foi feito um levantamento topo-hidrográfico para verificação das condições de profundidade e locação dos novos serviços de dragagem.

b) No igarapé do Vidal, em cujas margens foi lançada uma poligonal com 2.730,00 metros de extensão e levantadas 84 secções transversais do igarapé.

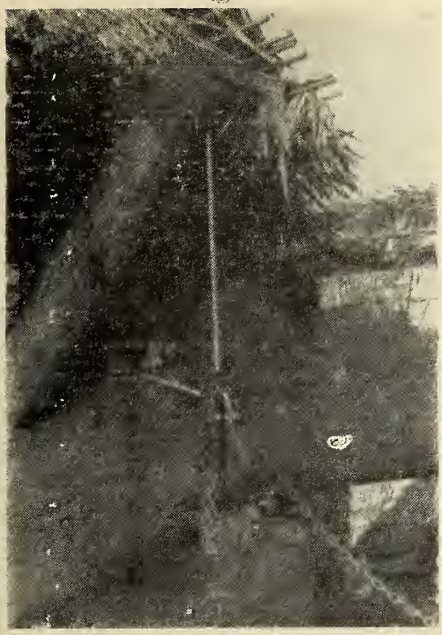
c) No rio Estevão, no trecho compreendido entre a bôca do igarapé do Vidal e a do igarapé do Vermelho, foi lançada uma poligonal com 1.268,00 metros de extensão e levantadas 68 secções transversais.

d) No igarapé de Santa Cruz, foi lançada uma poligonal com 5.088,80 metros de extensão e levantadas 226 secções transversais, as quais foram sempre espaçadas de 5,00 em 5,00 metros.

OBRAS — Durante o ano de 1946 foram executadas as seguintes obras:

a) no igarapé de Santa Cruz, na confluência com o igarapé do Vidal, foram executados serviços de dragagem, com a draga "Parnaíba", de propriedade dêste Departamento, havendo sido escavados 12.165,000 metros cúbicos de areia, iniciando-se nesse local a construção de um dique de carnaúbas.

b) No rio Parnaíba, no trecho compreendido entre a "Volta do Machado" e a "Barra do Longá" e nas proximidades da cidade do Pôrto, foram executados serviços de limpeza do leito do



Serviços de limpeza e desobstrução no rio Parnaíba

Dois grandes troncos de árvore que se encontravam afundados no leito do rio, e que foram retirados com o emprego dos botes de gaviéte

Serviços de limpeza e desobstrução no rio Parnaíba

Derrocamento de pedra no local denominado "Jandira"

rio, sendo retiradas 222 tronqueiras e 614 galhadas e balseiros. No local denominado "Jandira", e a fim de melhorar as condições de navegabilidade, foram procedidos serviços de derrocamento, com dinamite, não tendo sido possível fazer a remoção das pedras pela falta de aparelhamento adequado, que só chegou ao local de serviço no fim do ano.

c) No igarapé do Vidal, foram executados, com a draga "Parnaíba", serviços de dragagem para melhoramento das condições de profundidade, tendo sido escavados 24.531,000 metros cúbicos de areia.

d) No canal de São José, que estabelece a ligação do rio Parnaíba com o Igaraçú, foram executados serviços de dragagem no trecho do K-2 tendo sido escavados 3.715,000 metros cúbicos de areia, bem como procedidos serviços de reparação do dique existente.

ESTADO DO CEARÁ

Quarto Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-4).

Os serviços a cargo dêste Departamento, no Estado do Ceará, são executados por intermédio do Quarto Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-4), com sede na cidade de Fortaleza, e a quem coube, durante o ano de 1946, proceder a fiscalização e execução das obras do pôrto de Mucuripe, próximo à cidade de Fortaleza, bem como a fiscalização e conservação das dunas fixadas em vários locais e a coleta de dados estatísticos nos vários portos do Estado.

De modo a obter melhores conhecimentos das condições locais, que permitissem julgar da conveniência imediata da execução das obras de prolongamento do quebra-mar de Mucuripe, de acôrdo com o projeto e orçamento aprovados pelo Decreto-lei n.º 8.429, de 21 de dezembro de 1945, foi, pela Portaria n.º 52, de 30 de março de 1946, desta Diretoria Geral, criada a Comissão de Estudos Complementares do Pôrto de Mucuripe, que se incumbiu da execução dos necessários estudos, independente da ação do Quarto Distrito de Portos, Rios e Canais.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	963.296,60	947.102,90	16.193,70
Material	99.500,00	93.247,30	6.252,70
Obras	—	—	—

PÔRTO DE MUCURIPE

I — CONTRATO

A concessão para a construção das obras do pôrto do Ceará, e posteriormente a sua exploração comercial, foi dada ao Estado do Ceará, de acôrdo com o Decreto n.º 23.606, de 20 de dezembro de 1933, havendo o respectivo Têrmo de Contrato sido assinado em 15 de fevereiro de 1934.

Localizadas as obras inicialmente em frente à cidade de Fortaleza, com o aproveitamento da antiga ponte "Lucas Bicalho", foram elas contratadas com a Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas, de acôrdo com o resultado da concorrência pública havida em novembro de 1936, tendo o respectivo contrato entre essa Companhia e o Estado do Ceará sido firmado em 2 de março de 1938.

Em seguida, tendo sido voltada a preferência para a construção do pôrto na enseada de Mucuripe, foi o respectivo projeto aprovado pelo Decreto número 544, de 7 de julho de 1938, com o orçamento global de Cr$ ..... 38.896.260,00 sendo firmado em data de 13 de julho dêsse mesmo ano um Têrmo Aditivo ao Contrato de 2 de março, para execução dessas obras.

Pelo Decreto-lei n.º 8.429, de 21 de dezembro de 1945, foi considerado de interêsse do Govêrno da União o prolongamento do quebra-mar de Mucuripe, e aprovados o respectivo projeto e orçamento, independente, porém, de perdurar a concessão do pôrto, dado ao Estado do Ceará.

Também pelo Decreto-lei n.º 8.428, de 21 de dezembro de 1945, foram aprovados o projeto e orçamento para execução das obras de defesa da praia de Iracema, que vinham sendo levadas a efeito pelo Estado do Ceará e que, dêsse modo, passaram à conta do Govêrno Federal.

E' de notar que o Govêrno Federal, de conformidade com a Legislação Portuária, e como auxílio para execução das obras, transferiu ao Estado do Ceará o produto da arrecadação da taxa de 2% ouro, sôbre direitos de importação, desde o início de sua aplicação até 23 de novembro de 1933, bem como o produto da taxa de 10% adicionais que a substituiu, as quais, até o fim do ano de 1946, renderam Cr$ 31.115.431,60.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Com a conclusão das obras contratadas, irá o pôrto de Mucuripe dispôr de um cais fundado sôbre tubulões de concreto armado, com 400,00 metros de extensão acostável, e onde poderão ter acesso embarcações com 8,00 metros de calado, exceto num pequeno trecho inicial, em que o arenito existente no fundo da enseada se encontra em profundidade muito menor.

No estado atual das obras, já se encontram concluídos o quebra-mar constante do projeto primitivo e o trecho de cáis acostável, onde há necessidade, porém, de ser feito o serviço de atêrro para constituição do terraplenc do cais.

Até que possam ser utilizadas essas obras em construção, a movimentação do pôrto se faz pelas antigas instalações existentes, em frente a Fortaleza, e constantes de:

Ponte acostável — 1, de propriedade da Alfândega, e com uma área total de 3.500,00 metros quadrados.

Armazéns — 31, sendo 2 alfandegados e 29 de propriedade de particular, com uma área total de 13.104,70 metros quadrados e capacidade de ..... 50.000,000 metros cúbicos.

Guindastes — 3, sendo um de 6 toneladas, um de 2,5 toneladas e um de 10 toneladas, montados sôbre a ponte acostável.

Rebocadores — 10, com fôrça de 10 a 60 HP, pertencentes a particulares.

Instalações para inflamáveis — com um pôsto de atracação localizado na parte interna do quebra-mar, sendo a descarga do combustível feita a granel,

através do "pipe-line" que o conduz diretamente aos tanques construídos na área dunosa da ponta de Mucuripe.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	77.249	81.350	+ 4.101	24.302	32.515	+ 8.213
Internacional	23.165	36.530	+ 13.365	40.087	75.028	+ 34.941
TOTAL	100.414	117.880	+ 17.466	64.389	107.543	+ 43.154

A comparação do movimento de mercadorias no pôrto de Fortaleza em 1946 com o do ano anterior, evidencia um considerável aumento, tanto no comércio de importação como no de exportação, seja por cabotagem, seja para o estrangeiro.

O movimento total de mercadorias nesse pôrto, em 1946, superou de 31% o movimento verificado no ano anterior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	606	596	— 10	342.107	427.370	+ 85.263
Estrangeiros	36	109	+ 73	131.920	374.277	+ 242.357
TOTAL	642	705	+ 63	474.027	801.647	+ 327.620

Do quadro acima, verifica-se que, embora o número de navios brasileiros que freqüentaram o pôrto de Fortaleza durante o ano de 1946 fôsse ligeiramente menor do que o ocorrido no ano anterior, a sua respectiva tonelagem de registro superou a dos navios entrados no pôrto em 1945. O número de navios estrangeiros e a sua tonelagem de registro, foi maior em 1946 do que no ano anterior.

O movimento total de navios em 1946 no pôrto de Fortaleza, bem como a sua respectiva tonelagem de registro, foi superior ao verificado em 1945.

c) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Fortaleza atingiu, em 1946, a Cr$ 911.070,60, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um aumento de Cr$ 415.339,30.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — O pôrto de Mucuripe, não estando ainda concluído, não tem a sua exploração organizada na forma da atual legislação portuária. Do mesmo modo, o pôrto de Fortaleza,

onde atualmente se processa a descarga das mercadorias que vêm ter ao pôrto, não se acha também organizado.

b) TOMADA DE CONTAS — Em 1946, foi procedida a tomada de contas ao concessionário do pôrto de Mucuripe, relativa ao ano de 1945, a fim de apurar as despesas feitas com a execução das obras, e que irão constituir o capital inicial do pôrto.

Essa tomada de contas, que ainda se achava pendente de solução ao encerrar-se o exercício de 1946, reconheceu como despesa realizada com as obras nesse ano a importância de Cr$ ..... 3.166.435,50, além das despesas de conservação das obras e instalações no valor total de Cr$ 305.055,40.

V — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Pela Comissão de Estudos Complementares do Pôrto de Mucuripe, foram procedidos novos estudos e observações nesse pôrto, tendo sido realizados:

1. A revisão è amplição da rêde de triangulação existente, tendo sido instalados quatorze novos vértices.

2. Levantamentos topográficos do estirâncio desde 2,4 km ao Sul do Farol até a Praia Formosa, a oeste do Poço da Draga, numa extensão de 10 km.; do quebra-mar, onde foram tomadas secções transversais de 100 m 100 m., para verificação do seu perfil; da praia de Iracema, numa extensão de 2.500,0 metros, compreendendo a altimetria, cadastro e todos os enrocamentos de defesa e do cais.

3. Nivelamento geométrico desde o molhe Hawkshaw até a extremidade do quebra-mar de Mucuripe, tendo por objetivo a verificação dos trabalhos, instalação de réguas e novos RN e estabelecimento de base para os levantamentos altimétricos. Êsse serviço foi, também ampliado até 2,5 km ao sul do Farol, tendo em vista o levantamento da praia nesse local.

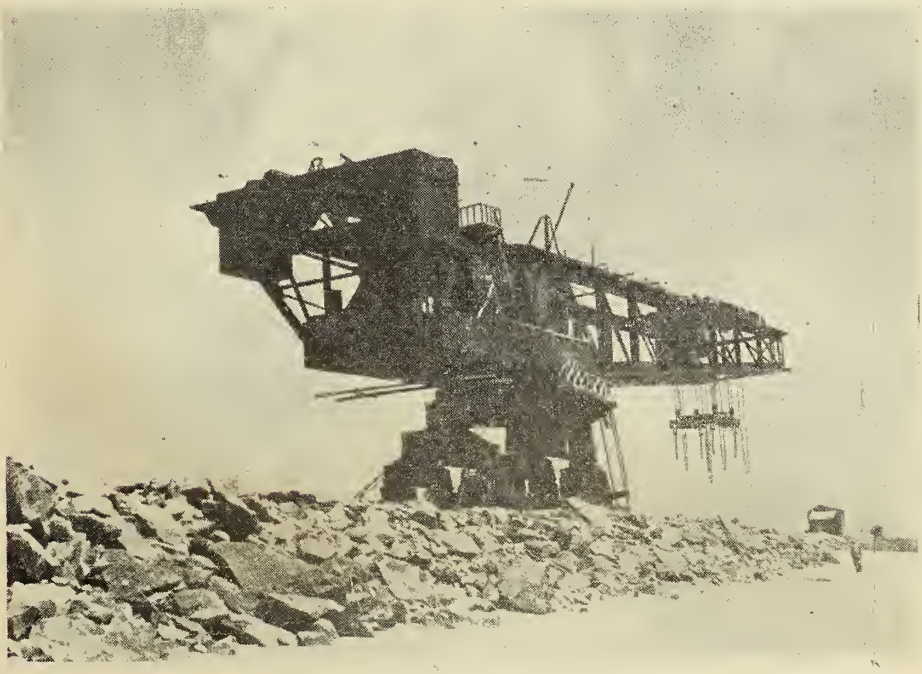
4. Serviços de sondagem hidrográfica, tendo em vista a confecção de três espécies de plantas: planta do banco da ponta do quebra-mar; planta da enseada de Mucuripe, estendendo-se por fora do quebra-mar até a isobata de 11,0 metros; e planta geral, abrangendo desde o Farol até a praia Formosa.

5. Estudos de marés, correntes, ventos, direção de vagas e exame da natureza do material do fundo da enseada.

Dêsses estudos, foi apresentado um substancioso relatório, contendo não sòmente a descrição dos serviços de campo executados, como também as conclusões que puderam ser tiradas das observações feitas, dividindo-se êsse capítulo nos seguintes títulos: Ação das correntes em Mucuripe. Passagem de detritos através do enrocamento do quebra-mar. Assoreamento pela ação das vagas. Conclusões sôbre os assoreamentos em Mucuripe. Condições de tranquilidade na enseada. Prolongamento do quebra-mar. Outros projetos para o quebra-mar. Conclusões sôbre a complementação do pôrto. Erosões na praia de Iracema.

Êsse relatório, que ainda será apreciado por êste Departamento, visto que foi entregue nos primeiros meses de 1947, conclui por não parecer justificável o prolongamento do quebra-mar de Mucuripe, não só pelo receio de que isso venha a influir perniciosamente no regime de correntes na enseada, como também por julgar que com a construção do prolongamento proposto não se irá impedir a entrada de areias pela ponta do quebra-mar como atualmente se verifica.

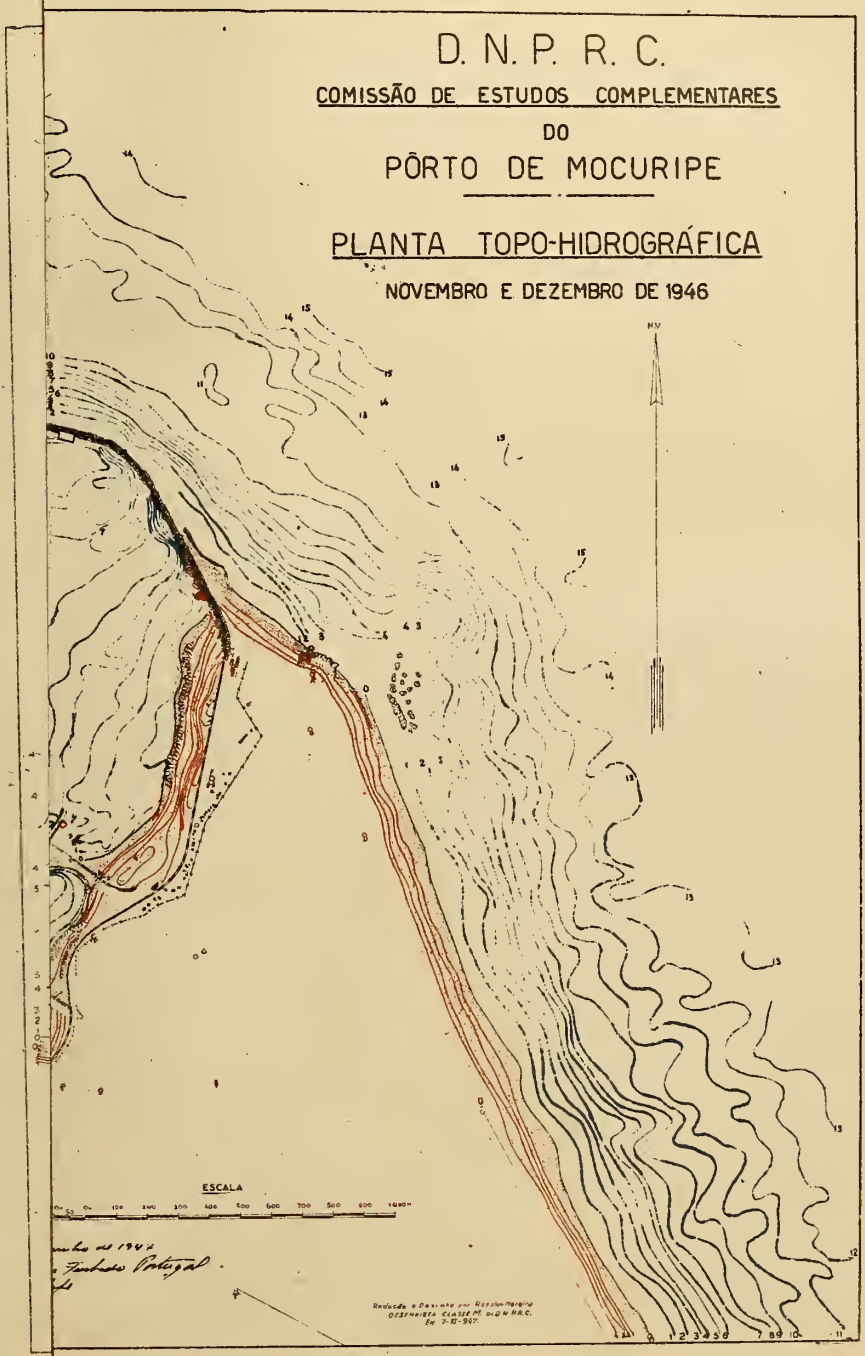
Vista do quebramar do pôrto de Mucuripe



Vista do Titan empregado na construção do quebramar do pôrto de Mucuripe, notando-se no primeiro plano o assoreamento ocorrido do lado interno

Obras de proteção da praia de Iracema

Outra vista das obras de proteção da praia de Iracema


D. N. P. R. C.
COMISSÃO DE ESTUDOS COMPLEMENTARES
DO
PÔRTO DE MOCURIPE
PLANTA TOPO-HIDROGRÁFICA
NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 1946
N.V.
ESCALA

D. N. P. R. C.
COMISSÃO DE ESTUDOS COMPLEMENTARES
DO
PÔRTO DE MOCURIPE
PLANTA TOPO-HIDROGRÁFICA
NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 1946
ESCALA

OBRAS — Durante o ano de 1946, foram realizadas as seguintes obras:

1. pelo Distrito de Portos, Rios e Canais:

a) Prosseguimento da construção do dique longitudinal ao longo da praia de Iracema, de acôrdo com o projeto aprovado pelo Decreto-lei n.º 8.428, de 21 de dezembro de 1945, tendo as obras sido contratadas com a Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas e assinado o respectivo Têrmo de Ajuste em 4 de fevereiro de 1946. Dessas obras, foram construídos no ano de 1946 novecentos e trinta e oito metros lineares do dique longitudinal, com a despesa de Cr$ 1.562.591,10.

2) pelo Estado do Ceará, concessionário do pôrto:

a) Serviços de dragagem na bacia de evolução do pôrto de Mucuripe, com a draga "Bahia" de propriedade dêste Departamento, e que para êsse serviço fôra cedida ao Estado do Ceará, a qual operou de 8 de fevereiro a 22 de maio, tendo dragado 22.815,000 metros cúbicos de areia, que foram lançados atrás do cais, para constituição do respectivo terrapleno.

PÔRTO DE CAMOCIM

I — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	3.085	6.042	+ 2.957	17.950	6.863	— 11.087
Internacional	—	—	—	8.987	20.878	+ 11.891
TOTAL	3.085	6.042	+ 2.957	26.937	27.741	+ 804

A comparação do movimento de mercadorias no pôrto de Camocim em 1946 com o do ano anterior, evidencia ter havido uma sensível diminuição na tonelagem exportada por cabotagem, enquanto que a importação por cabotagem e a exportação para o exterior tiveram um grande aumento.

Ainda nesse ano, não houve movimento de mercadorias importadas do exterior pelo pôrto de Camocim.

O movimento total de mercadorias em 1946 foi maior do que o verificado no ano anterior, tanto no que diz respeito à importação, como à exportação.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	220	278	+ 58	42.921	57.530	+ 14.609
Estrangeiros	2	18	+ 16	7.481	13.231	+ 6.750
TOTAL	222	296	+ 74	50.402	70.761	+ 21.359

Do quadro acima, verifica-se que em 1946 aumentou bastante o número de navios que freqüentaram o pôrto de Camocim, bem como a sua tonelagem de registro, tomando como referência o movimento verificado em 1945.

Tendo os aumentos se dado tanto para os navios brasileiros como estrangeiros, o movimento total de navios em 1946 superou aquêle do ano anterior.

PÔRTO DE ARACATÍ

I — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS

Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	693	707	+ 14	10.816	8.345	— 2.471
TOTAL	693	707	+ 14	10.816	8.345	— 2.471

A comparação do movimento de mercadorias no pôrto de Aracatí em 1946 com o do ano anterior evidencia que, se houve um pequeno aumento na tonelagem importada por cabotagem, em compensação houve um sensível decréscimo na exportação por cabotagem. Ainda nesse ano, não houve movimento de mercadorias de ou para o exterior.

No total, o movimento de mercadorias em 1946 no pôrto de Aracatí foi inferior ao verificado no ano anterior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS —

Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	69	78	+ 9	20.098	26.105	+ 6.007
TOTAL	69	78	+ 9	20.098	26.105	+ 6.007

Do quadro acima, verifica-se que o número de navios nacionais que freqüentaram o pôrto de Aracatí em 1946, bem como a sua respectiva tonelagem de registro, foi superior ao que se observou em 1945.

Em 1946, ainda não foi o pôrto de Aracatí freqüentado por navios de bandeira estrangeira.

II — OBRAS

Durante o ano de 1946, foi feita no pôrto de Aracatí a fixação de dunas numa área de 100.000,00 metros quadrados e construído cercas de arame farpado, isolando a área de dunas, numa extensão de 3.375,0 metros lineares. Com essas obras foi dispen-

dida a importância total de Cr$ .... 41.212,50.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-5)

Os serviços a cargo dêste Departamento no Estado do Rio Grande do Norte são exercidos pelo Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-5), com sede na cidade de Natal, e que teve a seu cargo, durante o ano de 1946, não sòmente a exploração comercial do pôrto de Natal, feita por intermédio da Administração do Pôrto de Natal, como também a execução de estudos nos portos de Natal e de Macau, a fiscalização das obras de melhoramento do canal de acesso ao pôrto de Natal, da construção do armazém frigorífico nesse pôrto e de melhoramento das condições de navegabilidade do canal Furado das Conchas, a execução das obras de regularização da barra do rio Cunhaú e a conservação das dunas fixadas em Natal, Areia Branca, Caiçaras, Maxaranguape, Ceará Mirim, Sibaúma e Cunhaú, e das barragens e dique construídos em Macau.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	2.640.961,40	2.552.139,20	88.822,20
Material	214.400,00	213.340,60	1.059,40
Obras	3.412.500,00	2.087.500,00	1.325.000,00

PÔRTO DE NATAL

I — ADMINISTRAÇÃO

A administração e exploração comercial do pôrto de Natal é feita diretamente pelo Govêrno Federal, de conformidade com o disposto no Decreto n.º 21.995, de 21 de outubro de 1932, por intermédio da Administração do Pôrto de Natal, cujo pessoal se rege pelos Decreto-lei n.º 5.869 e Decreto n.º 13.561, ambos de 1 de outubro de 1943.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Nenhuma alteração verificou-se, durante o ano de 1946, no aparelhamento e instalações do pôrto de Natal, cujas características são as seguintes:

Cais — de tubulões de concreto armado, com 400,00 metros de extensão acostável, para 8,00 metros de profundidade, em águas mínimas.

Armazéns — 2, com a área útil de 3.552,00 metros quadrados.

Guindastes — 4, à vapor, com capacidade de 1 a 5 toneladas.

Instalações especiais para descarga e armazenamento de combustíveis líquidos, consistindo numa ponte acostável à jusante do pôrto, onde podem ter acesso os navios e recalcar para os tanques situados em local conveniente, através de tubulações de recalque subterrâneas. Essas instalações, construídas durante a guerra pela Standard Oil Company of Brazil, de conformidade com o contrato celebrado

com o Govêrno Brasileiro, se acham atualmente entregues ao Ministério da Aeronáutica.

Armazém frigorífico, ainda em início de construção, e cujas obras foram aprovadas pelo Decreto n.º 18.518, de 30 de abril de 1945.

Ressente-se o pôrto de Natal de aparelhamento adequado para as operações de carga e descarga dos navios, bem como para movimentação das mercadorias dentro dos armazéns.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	25.112	34.111	+ 8.999	16.297	26.587	+ 10.290
Internacional	482	5.439	+ 4.957	1.028	2.678	+ 1.650
TOTAL	25.594	39.550	+ 13.956	17.325	29.265	+ 11.940

Comparando-se o movimento de mercadorias no pôrto de Natal em 1946 com o do ano anterior, evidencia-se ter havido um sensível aumento no comércio de importação, tanto por cabotagem como internacional, bem como no comércio de exportação, para os portos nacionais e para o estrangeiro.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	254	270	+ 16	235.509	381.653	+ 146.144
Estrangeiros	2	32	+ 30	9.744	161.724	+ 151.980
TOTAL	256	302	+ 46	245.253	543.377	+ 298.124

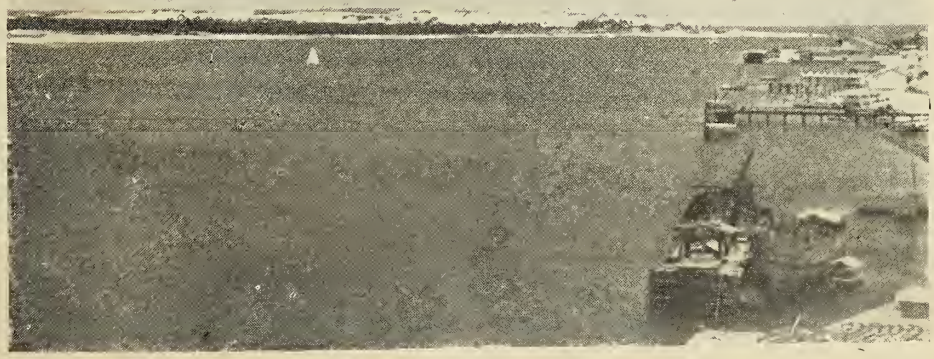
Do quadro acima, verifica-se que o número de navios, tanto nacionais como estrangeiros, que freqüentaram o pôrto de Natal em 1946, foi superior ao ocorrido no ano anterior, o mesmo se verificando quanto à respectiva tonelagem de registro.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Natal foi de 172 toneladas por metro.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Natal atingiu, em 1946, a Cr$ 96.046,10, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um aumento de Cr$ 6.487,20.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias arrecadadas no pôrto de Natal, no ano de 1946, ele-

Vista do cais do pôrto de Natal



Vista do ancoradouro do pôrto de Natal, notando-se do lado direito o rebocador "Jorge Dias" (em reparação) e a draga "Olinda" (aprestada para seguir para

vou-se a CrS 915.693,80, verificando-se, assim, um aumento de CrS .... 235.762,00 sôbre a renda dessas mesmas taxas arrecadada em 1945.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto de Natal continuou, em 1946, sendo feita diretamente pelo Govêrno Federal, por intermédio da Administração do Pôrto de Natal, processando-se os serviços de modo satisfatório.

Perduraram, ainda, as mesmas deficiências anteriores, relativamente à falta de aparelhamento para as operações de carga e descarga das mercadorias, providência que deve ser suprida com a aquisição dos guindastes por conta da taxa de emergência, criada pelo Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945, e destinada ao melhoramento e ampliação do aparelhamento dos portos organizados.

A situação econômica do pôrto de Natal continuou dentro do regime deficitário que se vem observando há vários anos. Verificou-se em 1946 um promissor aumento da receita portuária, decorrente do maior movimento de mercadorias pelas instalações respectivas, mas a ela acompanhou um acréscimo maior das despesas, o que deu motivo a um deficit em 1946 muito maior do que o verificado em 1945. O grande aumento das despesas foi provocado em sua quase totalidade pelos aumentos concedidos nos vencimentos dos funcionários e extranumerários, em dezembro de 1945, e que, pelo sistema de exploração vem refletir na economia do pôrto.

A relação-programa para o reaparelhamento do pôrto de Natal, a ser custeado pela taxa de emergência criada pelo Decreto-lei n.º 8.311, acima referido, foi aprovada por V. Excia., conforme comunicação constante do Aviso n.º 1.696, de 13 de dezembro de 1946.

b) MOVIMENTO FINANCEIRO — Foi o seguinte o movimento financeiro do pôrto de Natal, durante o ano de 1946:

	CrS
renda bruta arrecadada ...	915.693,80
despesas de custeio e conservação	1.556.156,18
deficit verificado na exploração do pôrto	640.462,38

Comparado com o movimento financeiro verificado no ano anterior, embora a renda bruta tenha se elevado de CrS 681.888,00 para CrS 915.693,80, o deficit da exploração do pôrto, que em 1945 foi de Cr$ 257.853,60, elevou-se a quase duas vêzes e meia êsse valor.

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — Durante o ano de 1946, estiveram ainda em vigor as tarifas aprovadas pela Portaria n.º 503, de 18 de maio de 1943, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, com as modificações introduzidas pelas Portarias n.º 1.229 e 227, respectivamente de 21 de outubro de 1943 e de 29 de fevereiro de 1944, da mesma autoridade.

Atualmente se encontra em estudo neste Departamento a revisão dessas tarifas, de modo a equipará-las às dos portos de Maceió e Cabedelo.

V — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Foram executados, durante o ano de 1946, os seguintes estudos pelo Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais:

a) Revisão da triangulação do pôrto, com a restauração dos respectivos vértices que haviam desaparecido com a erosão das margens do rio Potengí e a instalação de quatro novos RN.

b) Estudos hidrográficos no canal de acesso e bacia de evolução do pôrto de Natal, e revisão dos estudos do pôrto de Macau.

Obras — Foram executadas, durante o ano de 1946, diretamente pelo Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais ou sob sua fiscalização, as seguintes obras:

a) Obras de melhoramento das condições de profundidade do canal de acesso ao pôrto de Natal, executadas pela Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas, de acôrdo com o projeto aprovado pelo Decreto n.º 10.663, de 20 de outubro de 1942, havendo sido prosseguida a construção dos espigões localizados na margem esquerda do rio Potengí.

b) Serviços de conservação das dunas fixadas, havendo sido reparados e reconstruídos vários trechos das cêrcas das dunas de Natal, Maxaranguape e Sibaúma.

c) Pequenos serviços de conservação e melhoramento da barra do rio Cunhaú.

d) Início dos trabalhos de abertura do canal Furado das Conchas, que liga o rio das Conchas ao dos Cavalos, no delta do rio Açú, havendo sido executados o corte e destocamento de mangue em tôda a extensão do canal, proteção das margens com atêrro, fechamento de duas gamboas e escavação do leito do canal, num volume total de 20.183 metros cúbicos.

e) Serviços de conservação nas barragens e dique já construídos no pôrto de Macau.

f) Construção do frigorífico no pôrto de Natal, de cujas obras se acha encarregada a firma Byington & Cia., e que, por dificuldades de transporte e de aquisição dos materiais e maquinárias, não puderam ter o andamento desejável.

g) Reparação do aparelhamento flutuante do Distrito, tendo prosseguido a reconstrução do rebocador "Lucas Bicalho" e aprestados o batelão "AB-116" e a draga "Olinda", que se encontravam em más condições de conservação e que foram mandados entregar à Região Nordeste de Aparelhagem, para a devida recuperação.

ESTADO DA PARAÍBA

Sexto Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-6)

Por intermédio do Sexto Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-6), com sede na cidade de João Pessoa êste Departamnto exerceu as suas atividades no Estado da Paraíba, tendo ficado a seu cargo, durante o exercício de 1946, a fiscalização da exploração comercial do pôrto de Cabedelo, dado em concessão ao Estado da Paraíba, e a execução de levantamento hidrográfico dos rios Paraíba, desde a foz até a praia de Jacaré, Ribeira, Forte Velho e Sanhauá, e da praia de Camalaú.

Foram também executados, em 1946, serviços de dragagem na barra e canal de acesso do pôrto de Cabedelo, que, na forma do contrato de concessão, constituem obrigação do Govêrno Federal.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	433.302,10	572.551,00	— 139.248,90
Material	38.100,00	37.653,50	446,50
Obras	1.620.000,00	1.418.427,40	201.572,60

PÔRTO DE CABEDELO

I — CONTRATO

A execução das obras de construção do pôrto de Cabedelo, bem como a sua exploração comercial, foi dada em concessão ao Estado da Paraíba, de conformidade com a novação de contrato autorizada pelo Decreto-lei n.º 3.197, de 14 de abril de 1941, e o Têrmo de Contrato assinado em 31 de maio dêsse mesmo ano.

Por êsse Contrato, ficou o Estado da Paraíba desobrigado da execução dos serviços de dragagem na barra e canal de acesso dêsse pôrto, o que passou a ser atribuição do Govêrno Federal.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Nenhuma alteração se verificou, durante o ano de 1946, no aparelhamento e instalações do pôrto de Cabedelo, cujas características são as seguintes:

Cais — de estacas pranchas de aço, com 400,20 metros de extensão acostável, para profundidades variáveis de 5,00 a 8,00 metros, em águas mínimas.

Armazéns — 3, sendo dois internos e um externo, com a área total de 4.400,20 metros quadrados.

Guindastes — 5, elétricos, de pórtico, sendo um para 5 toneladas e quatro para 1,5 toneladas.

Pontes rolantes — 5, instaladas nos armazéns, sendo quatro elétricas, de 1,5 toneladas, e uma manual, de 1,0 toneladas.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	35.781	33.274	— 2.507	37.471	40.404	+ 2.933
Internacional	4.654	9.790	+ 5.136	4.608	7.161	+ 2.553
TOTAL	40.435	43.064	+ 2.629	42.079	47.565	+ 5.486

A comparação do movimento de mercadorias no pôrto de Cabedelo em 1946 com o do ano anterior, evidencia que enquanto a importação por cabotagem apresentou um pequeno decréscimo, a importação do exterior e a ex-

portação, tanto por cabotagem como para o exterior, apresentaram aumentos.

No total, o movimento de importação e exportação pelo pôrto de Cabedelo em 1946 superou o verificado no ano anterior.

b) Movimento de navios — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	191	196	+ 5	124.178	239.332	+ 115.154
Estrangeiros	7	36	+ 29	21.441	124.914	+ 103.473
TOTAL	198	232	+ 34	145.619	364.246	+ 218.627

Do quadro acima, verifica-se que o número de navios que freqüentaram o pôrto de Cabedelo em 1946, bem como a sua tonelagem total de registro, foi superior ao que se observou em 1945, sendo de salientar o aumento verificado no número de navios estrangeiros.

c) Aproveitamento do cais — — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Cabedelo foi de 226 toneladas por metro.

d) Receita — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Cabedelo atingiu, em 1946, a Cr$ 137.973,50, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um aumento de Cr$ 101.888,70.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias arrecadadas no pôrto de Cabedelo, no ano de 1946, elevou-se a Cr$ 1.398.426,40, verificando-se, assim, um aumento de Cr$ .. 72.641,50 sôbre a importância total das taxas portuárias arrecadadas nesse mesmo pôrto em 1945.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) Situação — A exploração comercial do pôrto de Cabedelo continuou a ser feita durante o ano de 1946, a cargo do Govêrno do Estado da Paraíba, seu concessionário, processando-se os serviços de modo satisfatório.

A falta de dragagem na bacia de evolução do pôrto, e de que é responsável o respectivo concessionário, dificultou naturalmente o livre trânsito dos navios. Aliás, essa dificuldade de movimentação dos navios ficou restringida pelas precárias condições de profundidade na barra. Os serviços de dragagem aí levados a efeito por êste Departamento, com a draga "Bahia", de sua propriedade, não puderam ter resultados muito satisfatórios em vista da inadequabilidade do aparelho empregado, e que sòmente foi lançado mão por não existir no País draga com características próprias para executar serviços em mar agitado, como se encontra na barra do pôrto de Cabedelo.

b) Tomada de contas — Durante o ano de 1946, foi procedida a tomada de contas ao concessionário do pôrto de Cabedelo, relativa ao ano de 1944, a qual foi aprovada por V. Excia., de acôrdo com a comunicação constante do ofício n.º 4.408, de 15 de outubro de 1946, da Divisão do Orçamento, do

Atalaia, com a fundação descoberta, devido a erosão da praia de Camalaú

Outra vista da erosão da praia de Camalaú

Departamento de Administração dêsse Ministério.

De acôrdo com o disposto no Decreto n.º 11.181, de 30 de dezembro de 1942, devem ser levadas à conta de capital do pôrto de Cabedelo, as despesas com a construção das obras da rodovia João Pessoa-Cabedelo.

E' o seguinte o resumo da tomada de contas feita ao concessionário do pôrto de Cabedelo, relativa a 1944:

	Cr$
Capital reconhecido, até 31 de dezembro de 1943 ..	11.294.487,62
Acréscimo de capital no período (relativo às despesas com a execução de obras novas na rodovia João Pessoa-Cabedelo)	134.204,30
Capital reconhecido, até 31 de dezembro de 1944	11.428.691,92
Total da renda bruta	1.195.301,03
Renda líquida	184.522,15
Percentagem da renda líquida sôbre o capital	1,615%
Fundo de Obras Novas, em 31 de dezembro de 1944 .	3.288.818,22

c) Tarifas portuárias — Durante o ano de 1946, estiveram em vigor no pôrto de Cabedelo as tarifas aprovadas pela Portaria n.º 878, de 5 de setembro de 1944, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, havendo pela Portaria n.º 716, de 6 de agôsto, da mesma autoridade, sido aprovada a nova tabela "D" — Armazenagem interna, para êsse pôrto.

V — ESTUDOS E OBRAS

Estudos — Pelo Sexto Distrito de Portos, Rios e Canais foram realizados, durante o ano de 1946, os seguintes estudos:

1. Serviços de sondagem no rio Paraíba, desde a sua foz até a praia de Jacaré, numa extensão de 21.300,0 metros, prosseguindo os serviços de sondagem nos rios Ribeira e Forte Velho, numa extensão total de 6.800,0 metros.

2. No rio Sanhauá, foram procedidos estudos topo-hidrográficos, numa extensão de 2.620,0 metros, de modo a poder ser projetada uma pequena instalação de acostagem em frente à cidade de João Pessoa.

3. Nas praias Formosa e Camalaú, que vêm sendo fortemente erodidas, foram procedidos serviços de levantamento, para determinação dos batentes de preamar e baixamar, e localização das obras de defesa das praias.

4. Foram ainda procedidas as observações hidrográficas e meteorológicas que, em caráter de rotina, são feitas no pôrto de Cabedelo.

Obras — Pelo Sexto Distrito de Portos, Rio e Canais foram feitos serviços de limpeza das margens do rio Paraíba, numa extensão de 2.100,0 metros, bem como de serviços idênticos na ilha da Restinga.

Foram realizados, também, serviços de dragagem na barra e canal de acesso ao pôrto de Cabedelo, com a draga "Bahia", tendo sido dragados cêrca de sessenta e oito mil metros cúbicos de areia.

Pelas razões já expostas, não puderam os serviços ter os resultados necessários, dadas as características da draga empregada não serem próprias para execução de dragagem em mar agitado.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-7)

As atividades dêste Departamento no Estado de Pernambuco foram exercidas por intermédio do Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-7),

com sede na cidade de Recife, que teve a seu cargo, além da fiscalização da exploração comercial do pôrto do Recife, dado em concessão ao Estado de Pernambuco, a execução de estudos nesse pôrto, no rio Goiana e para determinação das causas de erosão na praia de Olinda.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	1.465.578,60	1.325.894,70	139.683,90
Material	161.000,00	158.588,10	2.411,90
Obras	250.000,00	249.990.20	9,80

PÔRTO DO RECIFE

I — CONTRATO

A concessão para execução das obras de melhoramento e para a exploração comercial do pôrto do Recife foi dada ao Estado de Pernambuco de conformidade com o disposto no Decreto número 1.995, de 1 de outubro de 1937, havendo o respectivo têrmo de contrato sido assinado em 4 de março de 1938.

Durante o ano de 1946, continuou o pôrto do Recife a ser explorado sob o regime de concessão acima referido.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Durante o ano de 1946, o aparelhamento e as instalações portuárias de Recife não sofreram quaisquer modificações, constando, assim, do seguinte:

Cais — com 2.735,18 metros de extensão acostável, sendo 995,55 metros para profundidades de 10,00 metros, 1.634,63 metros para profundidades de 8,00 metros e 105,00 metros para profundidades de 4,50 metros, além de 1.995,00 metros de extensão de cais de saneamento.

Armazéns — 17, sendo 15 internos e 2 externos, de dimensões variáveis, com a área total útil de 45.969,25 metros quadrados. Os pátios contíguos a êsses armazéns apresentam uma área total útil de 7.137,38 metros quadrados, sendo a área total útil das câmaras frigoríficas de que dispõe o pôrto de 484,86 metros quadrados.

Guindastes — 51, sendo 46 elétricos, com capacidade variável de 1,5 a 20 toneladas, e 5 à vapor, com capacidade variável de 2,5 a 8 toneladas.

Carregador mecânico de trigo — 1, com capacidade horária média de 50 toneladas.

Cábrea — 1, com capacidade para 60 toneladas.

Pontes rolantes — 52, elétricas, com capacidade para 1,5 toneladas, montadas no interior dos armazéns.

Rebocadores — 5, com fôrça de 80, 220, 350, 500 e 1.350 HP.

Instalações para combustíveis líquidos — 1 bomba, com capacidade de 200 metros cúbicos por hora, pertencente à Anglo Mexican Petroleum, e 2 bombas, com capacidade de 50 e 150 metros cúbicos por hora, respectivamente, pertencentes à The Caloric Co. Para armazenamento de combus-

tíveis líquidos, existem no pôrto 40 tanques, com capacidade total de .. 96.679.000 litros.

Locomotivas — 7.

Vagões — 89.

Extensão de linhas férreas — .. 11.656,0 metros, para bitola de 1,00 metro.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	298.426	329.041	+ 30.615	322.451	371.505	+ 49.054
Internacional	427.611	411.071	— 16.540	63.028	93.488	+ 30.460
TOTAL	726.037	740.112	+ 14.075	385.479	464.993	+ 79.514

Pelo exame do quadro acima, confrontando-se o movimento de mercadorias nos dois anos discriminados, verifica-se ter havido sensível acréscimo na importação e exportação por cabotagem e na exportação para o exterior, e um pequeno decréscimo na importação do exterior. No total, os resultados de importação e exportação foram favoráveis ao ano de 1946.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	887	1.006	+ 119	760.901	1.004.978	+ 244.077
Estrangeiros	252	314	+ 62	876.631	1.116.005	+ 239.374
TOTAL	1.139	1.320	+ 181	1.637.532	2.120.983	+ 483.451

Do quadro acima verifica-se que o movimento de navios no pôrto do Recife em 1946, superou o do ano anterior, seja em número de navios, seja na sua respectiva tonelagem de registro, tanto para navios nacionais como para navios estrangeiros.

O aumento verificado foi, proporcionalmente, muito mais sensível nos navios estrangeiros, o que se compreende fàcilmente pela própria situação geográfica do pôrto do Recife.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — No ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto do Recife foi de 440 toneladas por metro.

d) *Receita — Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto do Recife atingiu, em 1946, à Cr$ 3.508.809,40, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um sensível aumento de Cr$ 734.558,40.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias arrecadadas no pôrto do Recife, no ano de 1946, elevou-se a Cr$ 23.327.509,70, ou seja,

um aumento de CrS 4.249.249,10 sôbre a arrecadação feita no ano anterior.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto do Recife continuou, durante o ano de 1946, a ser feita pelo Estado de Pernambuco, concessionário do pôrto, por intermédio da Diretoria de Docas e Obras do Pôrto do Recife, processando-se os serviços em condições bastante precárias.

Essa situação é decorrente das más condições de conservação em que se encontra o pôrto, não só em relação ao seu aparelhamento terrestre e marítimo, como também no que diz respeito à sua bacia de evolução que, sem o processamento dos indispensáveis serviços de dragagem, limita o acesso ao pôrto sòmente a navios com calado máximo de 7,00 metros.

Já quase no fim do ano, a Diretoria das Docas e Obras do Pôrto do Recife reiniciou os serviços de dragagem, em condições, porém, muito pouco satisfatórias, visto que só dispunha de uma única draga, a "Barão de Mauá", e um único batelão.

Os trabalhos de reparação do trecho da muralha do cais de 10,00 metros, onde se verifica forte desagregação do concreto, e cujas obras foram aprovadas pelo Decreto n.º 17.391, de 18 de dezembro de 1944, apesar de iniciados em 1946 foram logo em seguida paralisados.

Também o cais de 2,50 metros, da doca de Santa Rita, construído de estacas pranchas de aço, apresenta a necessidade de obras de reconstrução, as quais tiveram o seu orçamento aprovado pelo Decreto n.º 20.720, de 13 de março de 1946.

b) TOMADA DE CONTAS — Em 1946, foram aprovadas as tomadas de contas feitas ao concessionário do pôrto do Recife relativas aos anos de 1943 e 1944, que podem ser assim resumidas:

Tomada de Contas relativa ao *ano de* 1943

	CrS
Capital reconhecido do pôrto, até 31 de dezembro de 1943	207.716.322,20
Renda bruta	18.901.800,60
Total da despesa de exploração	18.256.185,10
Renda líquida	645.615,50
Percentagem da renda líquida sôbre o capital reconhecido	0,31%
Fundo de obras novas	20.964.530,80

Tomada de contas relativa ao *ano de* 1944

	CrS
Capital reconhecido do pôrto, até 31 de dezembro de 1944	208.815.184,70
Renda bruta	22.140.012,70
Total da despesa de exploração	22.304.808,10
Deficit	164.805,40
Fundo de obras novas	19.865.668,30

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — Continuaram em vigor no pôrto do Recife, durante o ano de 1946, as tarifas portuárias aprovadas pela Portaria n.º 338, de 15 de maio de 1942, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, alterada pelas de n.º 530, n.º 1.227 e n.º 227, respectivamente de 27 de maio e 20 de outubro de 1943 e de 29 de fevereiro de 1944, bem como com a taxa adicional mandada cobrar pela Portaria n.º 778, de 26 de setembro de 1945, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas.

Pela Portaria n.º 1.073, de 6 de dezembro de 1946, de V. Excia., foram aprovadas novas tarifas para o pôrto do Recife, havendo, pela Portaria número 1.108, de 12 de dezembro de 1946, de V. Excia., sido autorizada a

Canal de Goiana, vendo-se no primeiro plano a bacia de evolução a montante do canal, parcialmente obstruída pela vegetação aquática

cobrança, a partir de 1 de janeiro de 1947, da taxa de emergência criada pelo Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945, destinada ao melhoramento e reaparelhamento dos portos.

V — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Pelo Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-7), foram executados os seguintes estudos:

a) Observações hidrográficas e meteorológicas no pôrto do Recife — Êsses estudos, realizados em caráter de rotina, foram cuidadosamente executados, havendo sido procedidas sondagens hidrográficas nos ancoradouros, de modo a constatar as suas condições de profundidade e avaliar o volume que necessita ser dragado para restabelecimento das profundidades contratuais.

b) Levantamento do rio Goiana — Êsse rio foi estudado a partir da sua confluência com o canal de Goiana e com os rios Capiberibe-Mirim e Tracunhaém, até a sua foz, numa extensão de 35 quilômetros. Verifica-se pela planta levantada, que houve considerável assoreamento na embocadura dêsse rio, o que, em maré baixa dificulta grandemente o tráfego das numerosas barcaças que por aí navegam.

c) Estudos para determinação das causas da erosão verificada na praia de Olinda — Prosseguiram os estudos para determinação das causas dessa erosão, cujos efeitos se vêm notando, também, para o Sul, ao longo da costa do Estado, até a barra da Jangada.

OBRAS — Pelo Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-7), foram executados trabalhos de dragagem no canal de Goiana, de modo a restabelecer as profundidades na sua bacia de evolução, a jusante da ponte da rodovia Recife-João Pessoa.

Pelo Estado de Pernambuco, concessionário do pôrto, nenhuma obra foi executada.

REGIÃO NORDESTE DE APARELHAGEM (RNEA)

Com a atual organização dêste Departamento, a Região Nordeste de Aparelhagem (RNEA), com sede em Recife, passou a ter a sua jurisdição restringida à zona abrangida pelos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Em virtude de não ter sido instalada a Região Norte de Aparelhagem (RNA) foram as suas atribuições cometidas também, de fato, à Região Nordeste de Aparelhagem, cuja ação passou a se estender até o Estado do Amazonas.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	766.135,00	1.342.051,50	—
Material	325.650,00	325.203,10	446,90
Obras	350.000,00	349.797,90	202,10

I — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES

Dispõe essa Região de amplas instalações de oficinas e almoxarifado na ilha do Pina, cujos prédios se encontram em boas condições de conservação.

As máquinas existentes, ainda que já bastante antigas e usadas, se encontram também em boas condições de conservação, satisfazendo plenamente as necessidades do serviço.

Para reparação do material flutuante a seu cargo, dispõe a Região Nordeste de Aparelhagem de duas carreiras, sendo uma para embarcações até 600 toneladas e outra para embarcações até 1.500 toneladas. A primeira dessas carreiras foi grandemente utilizada durante o ano de 1946, tendo nela sido içados, para sofrerem reparos gerais, o areeiro "Beta" e o rebocador "Recife", embarcações entregues à Diretoria de Docas e Obras do Pôrto do Recife, e a draga "Manuel Borba", a serviço do Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais.

Nessa mesma carreira, foram feitos serviços de limpeza de sua parte imersa, com retirada da lama e da areia depositadas sôbre os trilhos, substituição de diversos dormentes e grampos de fixação dos trilhos, reparos gerais na maquinaria de guindagem dos carros e nos cadernais, pondo-a em condições de receber a draga "Olinda", que deve agora ser reparada.

A carreira para embarcações até 1.500 toneladas continua ainda na dependência do aparelho de guindagem, que será instalado no decorrer do ano de 1947.

II — SERVIÇOS EXECUTADOS

Pela Região Nordeste de Aparelhagem (RNEA) foram executados os serviços seguintes:

a) Reparo do rebocador "Santo Antonio" — Foram executados serviços de reparação das máquinas e da caldeira dêsse rebocador, constando de retificação dos cilindros de alta e baixa pressão, fundição de bronzes e enchimento dos mesmos com metal patente, enchimento com solda elétrica e torneamento da cambota e das hastes dos embolos, e modelagem de novas bombas de circulação dágua e de ar, de novas tampas do condensador e de novos embolos, havendo também sido substituído todo o chapeamento da caixa de fogo e parte do chapeamento das paredes externas da caldeira.

b) Reparo do batelão "AB 112" — Foram prosseguidos, com grande intensidade, os serviços de reparação dêsse batelão, havendo sido substituídos 300,00 metros quadrados do chapeamento do fundo da embarcação. Para conclusão dos trabalhos, restam a cimentação do fundo e pintura geral.

c) Reparo das lanchas "Breguedê" e "Alfredo Lisboa" — Foram executados ligeiros reparos nessas lanchas, tendo a última sido remetida para o Segundo Distrito de Portos, Rios e Canais.

d) Aprestamento da draga "Paraíba" — Recebida a draga "Paraíba" do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a quem estava cedida, foi a mesma aprestada para ser remetida para o Ceará, a fim de executar serviços de dragagem na bacia de evolução do pôrto de Mucuripe.

III — MOVIMENTAÇÃO DE APARELHAGEM

Foram recebidos pela Região Nordeste de Aparelhagem (RNEA), durante o ano de 1946, o seguinte aparelhamento:

a) Drag-line Koehring n.º 251, recebida do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a quem estava cedida, e remetida para o Terceiro Distrito de Portos, Rios e Canais.

Vista dos fundos da oficina da Região Nordeste de Aparelhagem, com várias embarcações em reparo

Vista de uma das carreiras da Região Nordeste de Aparelhagem, com a draga "Manoel Rocha" ainda em reparo

Rebocador "Santo Antônio", em reparo nas oficinas da Região Nordeste de Aparelhagem

Draga "Paraíba", ainda no pôrto do Recife, aguardando maré alta para transpor o dique de Olinda

b) Draga "Olinda", recebida do Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais, em precário estado de conservação, para ser reparada.

c) Batelão "AB 116", recebido do Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais, para ser reparado.

d) Seis macacos hidráulicos, sendo dois com capacidade de 200 toneladas, dois de 150 toneladas e dois de 100 toneladas, recebidos do Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais.

e) 28 toneladas de chapas de ferro e 11 toneladas de cantoneiras de ferro, recebidas da Região Sul de Aparelhagem.

Pela Região Nordeste de Aparelhagem (RNEA) foi distribuído, durante o ano de 1946, o seguinte aparelhamento:

a) Uma baleeira com motor de centro de 25 HP, remos e velas, e um bote com motor de popa, de 10 HP, remos e velas, à Comissão de Estudos Complementares do Pôrto de Mucuripe.

b) A lancha "Alfredo Lisboa" e um bote de madeira com motor de popa, de 10 HP, remos e velas, ao Segundo Distrito de Portos, Rios e Canais.

c) Um bote de madeira com motor de popa, de 15 HP, ao Terceiro Distrito de Portos, Rios e Canais.

d) Um bote de madeira, com motor de popa de 10 HP, remos e velas, para o Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais.

ESTADO DE ALAGOAS

Oitavo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-8)

Os encargos atribuídos a êste Departamento são exercidos, no Estado de Alagoas, pelo Oitavo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-8), com sede na cidade de Maceió, e cujas atividades ficaram, em 1946, pràticamente limitadas à fiscalização do contrato de concessão do pôrto de Maceió.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	226.096,50	182.530,80	43.565,70
Obras	8.650,00	8.298,70	351,30
Material	70.000,00	70.000,00	—

PÔRTO DE MACEIÓ

I — CONTRATO

A exploração comercial do pôrto de Maceió, ainda durante o ano de 1946, continuou a cargo do Estado de Alagoas, de acôrdo com a concessão que lhe foi dada pelo Decreto n.º 23.459, de 16 de novembro de 1933, para execução das obras de melhoramento e exploração do pôrto, sendo o respectivo contrato assinado em 30 dêsse mesmo mês e ano.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Durante o ano de 1946, o aparelhamento e as instalações portuárias de Maceió não sofreram quaisquer modificações, constando, assim, do seguinte:

Cais — de estacas pranchas de aço, com 440 metros de extensão acostável, para profundidade de 8,00 metros em águas mínimas.

Armazéns internos — 2, com a área total de 3.200,00 metros quadrados.

Armazéns externos — 4, com a área total de 3.811,80 metros quadrados.

Alpendres — com a área total de 1.728,00 metros quadrados.

Pátios — com a área total de .. 3.200,00 metros quadrados.

Guindastes — 3, à vapor, com a capacidade total de 15,5 toneladas.

Locomotivas — 3, à vapor, de 100 HP.

Vagões — 33, com capacidade para 570 toneladas.

Linhas férreas — de bitola de 1,00 metro, com a extensão de 3.880,00 metros.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	48.070	42.160	— 5.910	95.758	93.533	— 2.225
Internacional	662	4.172	+ 3.510	11.044	7.362	— 3.682
TOTAL	48.732	46.332	— 2.400	106.802	100.895	— 5.907

Pelo exame do quadro acima, confrontando-se o movimento de mercadorias nos dois anos discriminados, verifica-se que, em 1946, houve um sensível decréscimo na importação por cabotagem e na exportação por cabotagem e para o exterior, registrando-se sòmente aumento na importação do exterior.

No total, o movimento de mercadorias no pôrto de Maceió, em 1946, foi inferior ao registrado no ano anterior, verificando-se decréscimo tanto na tonelagem de importação como na de exportação.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	702	638	— 64	145.262	340.502	+ 195.240
Estrangeiros	14	24	+ 10	26.531	72.357	+ 45.826
TOTAL	716	662	— 54	171.793	412.859	+ 241.066

Do quadro acima, verifica-se ter diminuído o número de navios brasileiros que freqüentaram o pôrto de Maceió durante o ano de 1946, tomando como referência o movimento do ano anterior, enquanto que aumentou o número de navios estrangeiros. A tonelagem de registro desses navios foi, em ambos os casos, maior em 1946 do que em 1945.

Vista do cais acostável do pôrto de Maceió

Vista do cais de saneamento e armazéns internos do pôrto de Maceió

No total, houve em 1946 uma diminuição do número de navios e um aumento da respectiva tonelagem de registro.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Maceió foi de 234 toneladas por metro.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Maceió atingiu, em 1946, a Cr$ 114.996,40, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um aumento bastante sensível, de Cr$ 75.479,00.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias arrecadadas no pôrto de Maceió, no ano de 1946, elevou-se a Cr$ 3.322.397,10, ou seja um aumento de Cr$ 275.261,90 sôbre a arrecadação feita no ano anterior.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto de Maceió continuou, durante o ano de 1946, a ser procedida pelo Estado de Alagoas, concessionário do pôrto, por intermédio da Administração do Pôrto de Maceió, conduzindo-se os serviços com bastante regularidade.

Tendo em vista a necessidade de dar uma melhor orientação à exploração comercial do pôrto, foi apresentado pelo Govêrno do Estado de Alagoas o regulamento para execução dêsses serviços, o qual, após a audiência dêste Departamento, foi aprovado pela Portaria n.º 1.007, de 21 de novembro de 1946, de V. Excia.

Ainda durante o ano de 1946, não puderam ser adquiridos guindastes para o pôrto de Maceió, o que torna naturalmente bastante deficientes os serviços de carga e descarga dos navios. A aquisição dêsses guindastes e demais aparelhamento necessário, bem como a execução de obras de ampliação, consta da relação-programa apresentada pelo Estado e aprovada de acôrdo com a comunicação constante do Aviso número 1.309, de 7 de outubro de 1946, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, tendo em vista preencher os dispositivos do Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945, que estabelece a criação de uma taxa de emergência, destinada ao melhoramento e ampliação dos portos organizados.

No que diz respeito à conservação das obras portuárias, continuaram a se verificar grandes fugas de areia, principalmente no trecho acostável, bem como o respectivo abatimento do calçamento, procedendo a Administração do Pôrto de Maceió a necessária reparação. Também as estacas de aço, de que é construído o pôrto, continua a sofrer forte oxidação, havendo sido procedido, a título de experiência, a sua pintura com pixe, o que apresentou os melhores resultados. Outros pequenos serviços de conservação, tais como colocação de novos trechos de balaustrada, levantamento do lajeado do piso do cabeço do molhe de acostagem para reforço do atêrro, reparação do passeio do molhe de acesso, reparação do calçamento, reforço das portas dos armazéns n.º 1 e 2 e reforma da escada do marégrafo, foram levados a efeito pela Administração do Pôrto de Maceió.

b) TOMADA DE CONTAS — A última tomada de contas ao Estado de Alagoas, como concessionário do pôrto de Maceió, aprovada pelo Govêrno Federal, abrangia até o exercício de 1940, e portanto antes da exploração comercial do pôrto. Durante o ano de 1946, foram concluídas as tomadas de contas relativas a 1941, 1942, 1943 e 1944,

tôdas as quais foram devidamente aprovadas.

Apresentaram essas tomadas de contas os seguintes resultados:

Ano de 1941

	Cr$
Capital reconhecido em 31 de dezembro de 1940	19.697.771,60
Capital reconhecido no período	326.147,05
Capital reconhecido em 31 de dezembro de 1941	20.023.918,65
Contribuição do Govêrno Federal	19.012.265,60
Saldo em favor do Estado .	1.011.653,05

Ano de 1942 (*de* 1-1-1942 *a* 28-1-1942)

Capital reconhecido em 31 de dezembro de 1941 ..	20.023.918,65
Capital reconhecido no período	24.992,80
Capital reconhecido em 28 de janeiro de 1942	20.048.911,45
Contribuição do Govêrno Federal	19.788.988,40
Saldo em favor do Estado .	259.923,05

Ano de 1942 (*de* 29-1-1942 *a* 31-12-1942)

Capital reconhecido em 28 de janeiro de 1942	20.048.911,45
Capital reconhecido no período	—
Capital reconhecido em 31 de dezembro de 1942 ...	20.048.911,45
Renda bruta	1.125.485,80
Despesa geral	799.755,00
Renda líquida	325.730,80
Percentagem da renda líquida sôbre o capital ..	1,625%
Contribuição do Govêrno Federal	19.788.988,40
Saldo em favor do Estado .	259.923,05

Ano de 1943

Capital reconhecido em 31 de dezembro de 1942 ..	20.048.911,45
Capital reconhecido no período	—
Capital reconhecido em 31 de dezembro de 1943....	20.048.911,45
Renda bruta	2.477.572,30
Despesa geral	1.129.088,20
Renda líquida	1.348.484,10
Percentagem da renda líquida sôbre o capital ..	6,726%
Contribuição do Govêrno Federal	19.788.988,40
Saldo em favor do Estado .	259.923,05

Ano de 1944

Capital reconhecido em 31 de dezembro de 1943 ...	20.048.911,45
Capital reconhecido no período	—
Capital reconhecido em 31 de dezembro de 1944 ...	20.048.911,45
Renda bruta	2.896.849,10
Despesa geral	2.157.478,70
Renda líquida	739.370,40
Percentagem da renda líquida sôbre o capital ..	3,687%
Contribuição do Govêrno Federal	19.788.988,40
Saldo em favor do Estado .	259.923,05

c) Tarifas portuárias — Até setembro de 1946, estiveram em vigor no pôrto de Maceió as tarifas portuárias provisórias aprovadas pela Portaria número 686, de 15 de dezembro de 1941, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, com as alterações já consignadas em relatórios anteriores e mais o adicional de 10% sôbre tôdas as taxas em vigor, mandado cobrar pela Portaria n.º 179, de 21 de fevereiro de 1946, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas.

Pelas Portarias n.º 694 e 980, respectivamente de 31 de julho e de 6 de novembro de 1946, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, foram aprovadas novas tarifas para o pôrto de Maceió, referindo-se respectivamente às tabelas D, G-3, G-6, G-7, J, L e M, e às tabelas A, B, C, E, H e N.

V — ESTUDOS E OBRAS

Estudos — Pelo Oitavo Distrito de Portos, Rios e Canais foram executados, em 1946, os seguintes estudos:

a) Levantamento topo-hidrográfico da bacia de evolução do pôrto de Ma-

Trecho de margem da lagoa Manguaba

Vista parcial do vale do rio Coruripe

ceió, tendo em vista constatar as alterações de profundidades aí ocorridas.

b) Estudos hidrográficos e meteorológicos, pelos registros da temperatura, pressão e altura da maré.

c) Reconhecimento das condições de profundidade atual nas lagoas do Norte e Manguaba, e nos rios Coruripe e Camaragibe, onde deverão ser iniciados, no próximo ano, serviços de melhoramentos.

ESTADO DE SERGIPE

Nono Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-9)

(Anexado ao Décimo Primeiro Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-11)

Os serviços a cargo dêste Departamento, no Estado de Sergipe, são de conformidade com o seu regimento executados por intermédio do Nono Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-9), com sede em Aracajú.

Atendendo que as obras de construção do pôrto de Aracajú, dado em concessão ao Estado de Sergipe, se encontram ainda paralisadas, e que, por deficiência de pessoal técnico, os serviços de melhoramento das condições de navegabilidade dos vários rios do Estado não poderiam prosseguir, foi proposta por êste Departamento a anexação dêsse Distrito ao Décimo Primeiro, com sede em Salvador, providência essa que foi determinada, em caráter temporário, pela Portaria n.º 724, de 7 de agôsto de 1946, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas.

Os trabalhos a cargo dêsse Distrito limitaram-se à coleta de dados estatísticos, fiscalização dos serviços de fixação de dunas e pequenos serviços de melhoramentos no rio Japaratuba.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	238.984,80	221.242,70	17.742,10
Material	19.200,00	—	—
Obras	425.151,60	425.131,60	—

PÔRTO DE ARACAJÚ

I — CONTRATO

A concessão para a execução das obras do pôrto de Aracajú, e posteriormente a sua exploração comercial, foi dada ao Estado de Sergipe, de conformidade com o Decreto n.º 23.460, de 16 de novembro de 1933, tendo o respectivo têrmo de contrato sido assinado em 23 de dezembro do mesmo ano.

Iniciadas as obras, se encontram elas atualmente paralisadas, estando o Estado de Sergipe interessado em promover a rescisão do contrato acima referido.

II — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	24.767	19.553	— 5.214	37.666	37.118	— 548
Internacional	8	462	+ 454	—	—	—
TOTAL	24.775	20.015	— 4.760	37.666	37.118	— 548

Pelo exame do quadro acima, verifica-se que houve em 1946, tomando como referência o ano anterior, um decréscimo no movimento do pôrto, seja no total, seja no comércio por cabotagem.

O movimento de importação do estrangeiro apresentou um aumento bem sensível, em relação ao ano anterior, não se registrando movimento de exportação para o exterior, como aliás já tinha acontecido no ano de 1945.

Êsse decréscimo de movimento é um reflexo direto das condições difíceis de acesso ao pôrto, pela deficiência de profundidades na barra, onde se torna cada vez urgente a execução de serviços de dragagem.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	294	377	+ 83	40.643	51.776	+ 11.133
Estrangeiros	—	—	—	—	—	—
TOTAL	294	377	+ 83	40.643	51.776	+ 11.133

Do quadro acima verifica-se que houve em 1946, tomando como referência o movimento de navios no ano anterior, um aumento na freqüência de navios no pôrto de Aracajú, bem como da respectiva tonelagem de registro.

Ainda êsse ano, a semelhança do que vem ocorrendo desde 1940, não arribaram ao pôrto de Aracajú navios estrangeiros.

c) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Aracajú atingiu, em 1946, a CrS 2.555,10, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um aumento de CrS 1.917,80.

III — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Durante o ano de 1946, foi executado, por intermédio do Décimo Distrito de Portos, Rios e Canais, um levantamento topo-hidrográfico desde a barra do pôrto de Aracajú, e em prosseguimento aos levantamentos executados nessa barra em 1945, até o rio Sal.

OBRAS — Durante o ano de 1946, foram executadas as seguintes obras:

1.- Melhoramentos do rio Japaratuba, com a limpeza de pequenos tre-

Vista do canal de Santa Maria

Estado atual do revestimento das margens do canal de Santa Maria

Vista das dunas fixadas em São Sebastião

Draga "Santa Maria", de propriedade do DNPRC, posta em seco sôbre a margem esquerda do canal de Pomonga

chos do leito do rio, de onde foram removidos enormes balseiros que dificultavam, e mesmo impediam, a navegação.

2. Serviços de fixação de dunas, que foram executados em São Gonçalo e São Sebastião, tendo sido fixados . . 729.441,00 metros quadrados de regiões dunosas.

ALTO E MÉDIO SÃO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES

Décimo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-10)

As atividades dêste Departamento no alto e médio São Francisco e seus afluentes, onde estão sendo executadas obras para o melhoramento de suas condições de navegabilidade, são exercidas por intermédio do Décimo Distrito de Portos, Rios e Canais (D. P. R. C.-10), com sede na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia.

Muito embora a Constituição Brasileira determine, no Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que o Govêrno Federal fica obrigado a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, ficou resolvido que até a elaboração dêsse plano seriam as obras nesses rios prosseguidas por intermédio das Repartições especializadas dos vários Ministérios, entrosadas, naturalmente, com a Comissão para êsse fim criada na Câmara dos Deputados.

Não tiveram, pois, solução de continuidade os serviços e obras que nesse setor vinham sendo executados por êste Departamento, os quais prosseguiram com plena regularidade.

No interêsse de subordinar os trabalhos em execução no rio São Francisco e seus afluentes a uma orientação única, foram anexados ao Décimo Distrito de Portos, Rios e Canais os do baixo São Francisco, continuando ainda subordinados a êsse mesmo Distrito, em 1946, os vários trabalhos que estão sendo levados a efeito no Recôncavo e no Sul Bahiano.

Para melhor distribuição dos serviços a cargo dêsse Distrito, foram criadas várias Residências, às quais ficaram afetos os estudos, obras e melhoramentos em cada trecho do rio ou zona, tendo, assim, sido instaladas cinco Residências no rio São Francisco, com sede respectivamente nas cidades de Propriá, Juazeiro, Barra, Carinhanha e Pirapóra, servindo a primeira ao baixo São Francisco e as quatro restantes ao trecho médio do rio. Para o alto São Francisco, que não está ainda incluído no plano de melhoramento do rio já aprovado, não foi criada Residência alguma. Para atender aos demais serviços a cargo dêsse Distrito, foram instaladas duas Residências: a do Recôncavo, com sede em São Roque, e a do Sul Bahiano, com sede em Canavieiras.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	380.401,70	338.751,70	41.650,00
Material	150.000,00	149.686,90	313,10
Obras:			
Dotação Orçamentária	2.300.000,00	2.300.000,00	—
Crédito Especial aberto pelo decreto-lei n.º 6 643, de 29 de Junho de 1944	41.171.051,30	11.490.135,00	29.680.916,30

1 — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Pelo Décimo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-10) foram executados, no exercício de 1946, diversos estudos no vale do São Francisco, a saber:

1. Levantamento topo-hidrográfico completo das passagens difíceis, portões, rápidos e corredeiras conhecidas pelos nomes de Pernambuco, Pai Felix, Carolino, Raquel, Manteiga, Fróta, Espírito Santo, Estreito, Roncador, Ilha do Rio, Tambúri, Itapéra, Santarem, Cachorrinhos, todos no médio São Francisco, bem como do trecho Boca do Saco à Piranhas, no baixo São Francisco.

2. Levantamento dos núcleos de irrigação de Pirapóra, Lapa, Sento Sé e Juazeiro, todos também no médio São Francisco.

3. Levantamento da "ipueira" de Pirapóra, do trecho de montante do pôrto de Pirapóra e dos portos de Sítio do Mato e Curaçá, também no médio São Francisco.

4. Estudos complementares nos portos de Barra, Xique-Xique e Juazeiro, no médio São Francisco.

5. Prosseguimento do levantamento aerofotogramétrico da bacia hidráulica do rio São Francisco, já tendo o serviço fotográfico atingido a cidade de Barra, completando, assim, o vôo correspondente ao primeiro trecho Juazeiro-Barra, com cêrca de 450 quilômetros de extensão, estando em preparação os mosaicos fotográficos na escala de . . 1. 10.000 e as plantas aerofotogramétricas na escala de 1.5.000.

6. Início do levantamento aerofotogramétrico da bacia hidráulica do rio Grande, afluente do São Francisco, desde sua foz na cidade de Barra até o Boqueirão, nas mesmas condições do levantamento já descrito no item anterior.

Pelo mesmo Distrito de Portos, Rios e Canais foram ainda executados, em outras zonas do Estado da Bahia, os seguintes estudos:

1. Prosseguimento do levantamento aerofotogramétrico do alto e baixo Paraguaçú, indispensável ao estabelecimento do plano de conjunto para o aproveitamento da referida bacia fluvial.

2. Prosseguimento dos estudos batimétricos no baixo Paraguaçú, complementares aos estudos mencionados no item anterior, e se estendendo desde a foz do referido rio até o pôrto de Maragogipe.

Vista da muralha do cais de Juazeiro, em construção

3. Estudo complementar do pôrto de Belmonte, com o levantamento topo-hidrográfico do trecho do rio Jequitinhonha, desde a ilha do França até a jusante da cidade de Belmonte.

OBRAS — Pelo Décimo Distrito de Portos, Rios e Canais foram executadas, no exercício de 1946, diversas obras no médio São Francisco, a saber:

1. No pôrto de Juazeiro, foi feito o prolongamento do cais de proteção e respectivo atêrro, bem como do armazém n.º 1, de acôrdo com os projetos aprovados, tendo sido executados .... 3.803,488 metros cúbicos de escavação simples, 187,400 metros cúbicos de escavação com escoramento, 309,700 metros cúbicos de escavação com escoramento e esgotamento, 2.134,650 metros cúbicos de alvenaria de pedra em fundações, 3.424,880 metros cúbicos de alvenaria de pedra em elevação, 145,300 metros cúbicos de alvenaria de tijolo, 1.303,50 metros quadrados de andaimes e 11.824,000 metros cúbicos de atêrro.

2. No pôrto de Petrolina, foi feito o prolongamento do cais de proteção e respectivo atêrro, de acôrdo com o projeto aprovado, tendo sido executados 293,370 metros cúbicos de escavação, 822,440 metros cúbicos de alvenaria de pedra em fundações, 197,120 metros cúbicos de alvenaria de pedra em elevação e 10.000,000 metros cúbicos de atêrro.

3. No pôrto de Casa Nova, foi iniciada a construção da muralha do cais e respectivo atêrro, de acôrdo com o projeto aprovado, tendo sido executados 383,160 metros cúbicos de escavação simples, 247,280 metros cúbicos de escavação com escoramento, 310,640 metros cúbicos de escavação com escoramento e esgotamento, 586,080 metros cúbicos de alvenaria de pedra em fundações, e 596,944 metros cúbicos de alvenaria de pedra em elevação.

4. No pôrto de Sento Sé, foi iniciada a construção da rampa de atracação e respectiva muralha de enraizamento, de conformidade com o projeto aprovado, tendo sido executados .... 483,000 metros cúbicos de escavação simples, 42,900 metros cúbicos de escavação com escoramento e esgotamento, 223,600 metros cúbicos de escavação com esgotamento, 456,200 metros cúbicos de alvenaria de pedra em fundações e 20,400 metros cúbicos de alvenaria de pedra em elevação.

5. No pôrto de Remanso, foi feito o prosseguimento do cais de proteção e respectivo atêrro, de acôrdo com o projeto aprovado, tendo sido executados 244,600 metros cúbicos de escavação simples, 246,900 metros cúbicos de alvenaria de pedra em fundações e ... 216,500 metros cúbicos de alvenaria de pedra em elevação.

6. No pôrto de Barra, foi feito o prolongamento do cais existente, tanto para montante como para jusante, e obras complementares, inclusive atêrro, tendo sido executados 1.214,500 metros cúbicos de escavação, 699,000 metros cúbicos de escavação com escoramento, 1.214,500 metros cúbicos de escavação com esgotamento, 1.314,000 metros cúbicos de alvenaria de pedra em fundações, 1.508,500 metros cúbicos de alvenaria de pedra em elevação, ... 27,400 metros cúbicos de alvenaria de pedra sêca, 93,60 metros quadrados de andaimes, 133,00 metros quadrados de revestimento do coroamento da muralha, 1.185,00 metros quadrados de rejuntamento do paramento externo da muralha, 8.349,000 metros cúbicos de atêrro, 131,50 metros correntes de de-

molição de um trecho de cais em ruinas e 50,0 metros correntes de balaustrada.

7. No pôrto de Barreiras, foi feita a conclusão do cais de jusante e respectivo terrapleno, de acôrdo com o projeto aprovado, tendo sido executados 929,600 metros cúbicos de escavação simples, 659,700 metros cúbicos de escavação com esgotamento, 507,500 metros cúbicos de alvenaria de pedra em fundações, 1.438,500 metros cúbicos de alvenaria de pedra de elevação, ... 208,60 metros quadrados de revestimento do coroamento do cais, 902,10 metros quadrados de andaimes e .... 12.500,000 metros cúbicos de atêrro.

8. No pôrto de Xique-Xique, foi feito o prolongamento do cais existente, tanto para montante como para jusante, inclusive obras complementares e atêrro, de acôrdo com o projeto aprovado, tendo sido executados 363,000 m3 de alvenaria de pedra em elevação e 1.099,000 metros cúbicos de atêrro.

9. No pôrto de Ibotirama (ex-Bom Jardim), foi feito o prosseguimento do cais de proteção, da rampa de acesso e do atêrro, de acôrdo com o projeto aprovado, tendo sido executados .... 1.043,000 metros cúbicos de escavação simples, 2.825,985 metros cúbicos de alvenaria de pedra, tanto em fundações como em elevação, 3.272,000 metros cúbicos de atêrro e 624,00 metros quadrados de rejuntamento do paramento externo da muralha do cais.

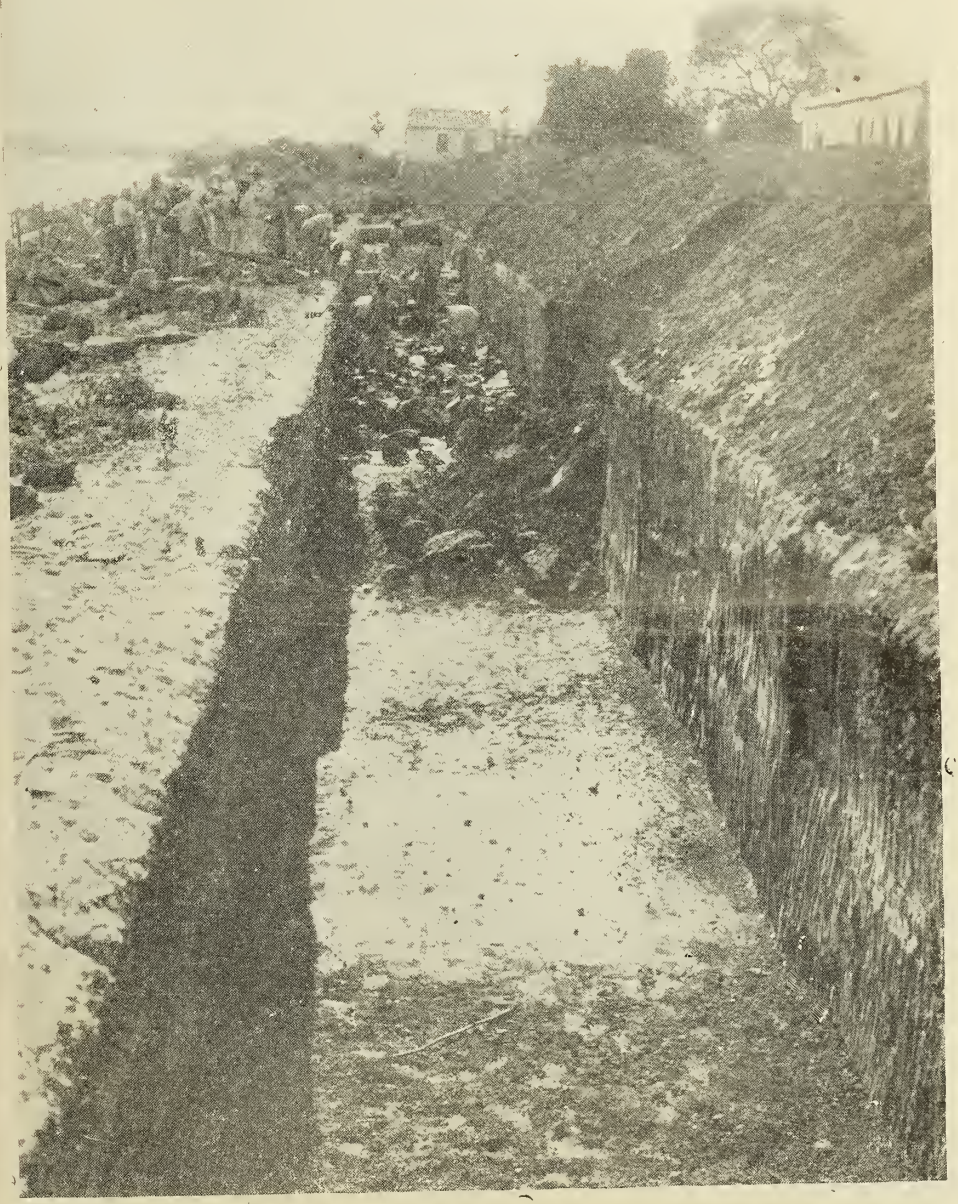
10. No pôrto de Paratinga (ex-Rio Branco), foi feito o prosseguimento das obras relativas à construção do molhe de acesso, rampa de atracação e pátio de manobras, de acôrdo com o projeto aprovado, tendo sido executados 264,975, metros cúbicos de escavação, 714,102 metros cúbicos de alvenaria de pedra, tanto em fundações como em elevação, e 68.969,000 metros cúbicos de atêrro.

11. No pôrto de Carinhanha, foi feito o prosseguimento das obras relativas à construção do cais de proteção e respectivo atêrro, da rampa de atracação e do armazém, de acôrdo com os projetos aprovados, tendo sido executados 963,995 metros cúbicos de escavação, 1.515,775 metros cúbicos de alvenaria de pedra, tanto para fundações como para elevação, 213,900 metros cúbicos de alvenaria de tijolo, 5.520,000 metros cúbicos de atêrro, 92,00 metros quadrados de rejuntamento do paramento externo da muralha do cais, 1,420 metros cúbicos de concreto armado e 840,00 metros quadrados de andaimes.

12. No pôrto de Manga, foi dado início aos serviços indispensáveis à construção das obras de acesso, de acôrdo com o projeto aprovado, tendo sido executados 250,000 metros cúbicos de alvenaria de pedra e 2.000,000 metros cúbicos de atêrro.

13. No pôrto de São Francisco, foi feito o prosseguimento dos serviços indispensáveis à conclusão do cais de proteção e obras complementares, inclusive atêrro, de acôrdo com o projeto aprovado, tendo sido executados .... 300,000 metros cúbicos de alvenaria de pedra e 5.000,000 metros cúbicos de atêrro.

14. No pôrto de Pirapóra, foi prosseguida a construção do cais de proteção e respectivo atêrro, bem como do armazém n.º 1, de acôrdo com os projetos aprovados, tendo sido executados 783,118 metros cúbicos de escavação, 743,423 metros cúbicos de alvenaria de pedra em fundações, 522,834 metros cúbicos de alvenaria de pedra em elevação, 5.902,166 metros cúbicos de



Serviço de escavação para construção do cais de Sento Sé

Vista do cais de Canavieiras, já no final de construção

Vista do armazém do cais de Canavieiras, construído pelo D.N.P.R.C.

atêrro, 748,265 metros cúbicos de escavação com escoramento, 101,40 metros quadrados de andaimes, 399,12 metros quadrados de rejuntamento do paramento externo da muralha do cais e 1 agulheiro.

15. Nos portos de Pilão Arcado, Môr-Pará, Lapa, Januária e São Romão, foi feito o transporte e estocagem dos materiais indispensáveis à construção das obras já projetadas e aprovadas, as quais serão iniciadas em 1947.

16. No Braço do Sobradinho, secção das corredeiras, foi iniciada a construção de uma barragem, munida de eclusa, de acôrdo com o projeto aprovado.

17. No pôrto de Petrolina, foram executados diretamente por êsse Distrito diversos serviços de conservação nas obras recebidas do Ministério da Guerra, tendo sido executados 865,00 metros quadrados de demolição e reconstrução da infraestrutura da rampa de atracação e trabalhos complementares, 1.080,00 metros quadrados de calçamento a paralelepípedos rejuntados, 55,000 metros cúbicos de escavação, 256,100 metros cúbicos de alvenaria de pedra, tanto em fundações como em elevação, 12,000 metros cúbicos de alvenaria de pedra sêca, 400,000 metros cúbicos de atêrro e 42,00 metros quadrados de chapeamento.

18. Pela Residência de Pirapóra, foram executados diretamente por êsse Distrito serviços de limpeza de margens nos seguintes trechos: 24 quilômetros na foz do rio das Velhas, 24 quilômetros nas proximidades do pôrto de Januária e 12 quilômetros nas proximidades do pôrto de São Francisco, num total de 60 quilômetros, e executados serviços de desobstrução do leito do rio São Francisco numa extensão total de 69 quilômetros, nos seguintes trechos: de Pirapora a Soberbo, numa extensão de 39 quilômetros, e nas proximidades do pôrto de Januária, numa extensão de 30 quilômetros, tendo sido retirados do canal de navegação, nos trechos acima referidos, nada menos de 88 troncos, e do leito do rio cêrca de 316 troncos.

19. Pela Residência de Carinhanha, foram executados diretamente por êsse Distrito serviços de limpeza de margens numa extensão de 39 quilômetros, nos seguintes trechos: Roncador a Esperança, Cerquinha a Roncador, Cerquinha a Ingazeira, Maciel a Angico, e acima do pôrto de Lapa, bem como executados também serviços de desobstrução do leito do rio São Francisco, no trecho que vai do pôrto de Môr-Pará até o local denominado Itacuatiara, numa extensão de 42 quilômetros, tendo sido retirados do canal de navegação nesse trecho 129 troncos e cortados, nas margens, 10.573 troncos.

20. Pela Residência de Juazeiro, tiveram andamento os serviços de limpeza de margens e desobstrução do leito do rio Grande, afluente principal do rio São Francisco, tendo sido retirados 2.721 troncos do canal de navegação e 4.130 troncos cortados nas margens, bem como executados serviços de dragagem no canal de acesso ao pôrto de Casa-Nova, onde foram escavados 7.448,000 metros cúbicos de material, que foram aproveitados como atêrro do cais do referido pôrto.

Ainda, em 1946, foi providenciada a desapropriação da Ilha do Fogo, situada entre os portos de Juazeiro e Petrolina, no rio São Francisco, para a construção de um Estaleiro Fluvial completo, cujo projeto já se encontra devidamente aprovado, devendo as obras serem iniciadas em 1947.

Pelo mesmo Distrito de Portos, Rios e Canais foram, também, executadas, em outras zonas do Estado da Bahia, as seguintes obras:

1. Conclusão do cais do pôrto de Canavieiras, de acôrdo com o projeto aprovado, tendo sido feita a construção dos restantes 123,20 metros correntes de muralha de proteção e respectivo atêrro.

2. Prosseguimento das obras de defesa do pôrto de Belmonte, com o revestimento de mais 525,0 metros lineares de margens, restauração do enraizamento da cortina de proteção de concreto armado, alteamento dos barrancos marginais entre os espigões para a cota + 4,10 metros, prolongamento dos espigões, e obras de conservação na cortina de estacas pranchas de concreto armado, já anteriormente construída.

3. Desobstrução de mais um trecho de 4.460,0 metros correntes do leito do rio Ubú com a retirada dos troncos existentes no canal e limpeza das respectivas margens.

4. Construção de 88,0 metros correntes de muralha de proteção à cidade de Pôrto Seguro, de acôrdo com o projeto aprovado, e execução de serviços de atêrro.

ESTADO DA BAHIA

11.º *Distrito de Portos, Rios e Canais* (DPRC-11)

As atividades dêste Departamento no Estado da Bahia são exercidas por intermédio do Décimo Primeiro Distrito de Portos, Rios e Canais, sediado na cidade do Salvador e que teve a seu cargo a fiscalização dos contratos de concessão dos portos de Salvador e Ilhéus.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	—	716.458,50	—
Material	569.600,00	569.550,00	50,00

PÔRTO DO SALVADOR

I — CONTRATO

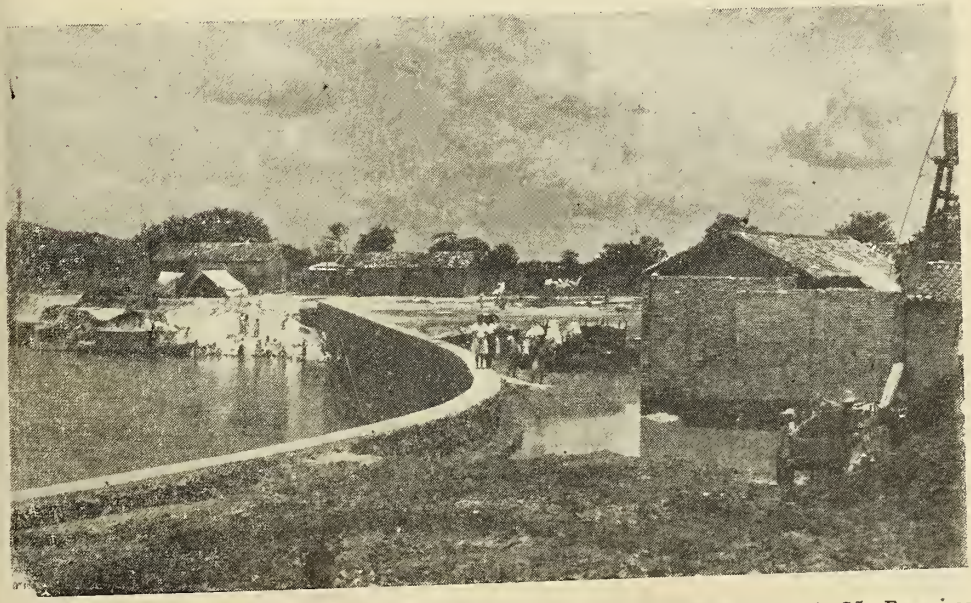
A Companhia Docas da Bahia tem a concessão do pôrto do Salvador, de acôrdo com o têrmo de consolidação dos contratos de 3 de novembro de 1920, alterado pelo de 27 de agôsto de 1929, assinados de acôrdo com os Decretos ns. 14.417, de 16 de outubro de 1920 e 18.855, de 25 de julho de 1929.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

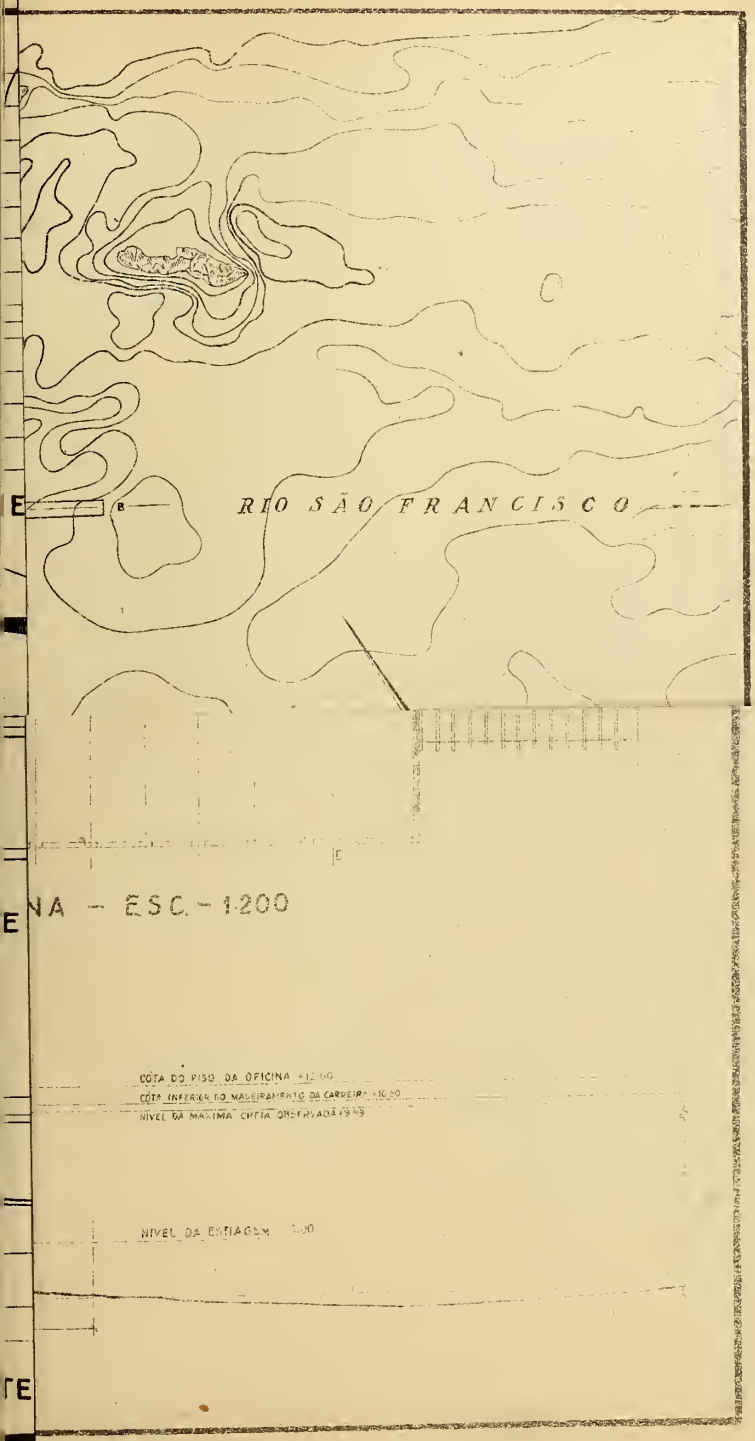
São as seguintes as instalações portuárias do pôrto de Salvador:

Cais — com 1.480 metros de extensão, sendo 345 metros com profundidades de 10,00 metros, 960 metros com profundidades de 8,00 e 9,00 metros e 175 metros com profundidade de 2,20 metros.

Vista das obras do cais da cidade de Barreiras, sôbre o rio Grande, afluente do São Francisco



Vista das obras do cais da cidade de Barreiras, sôbre o rio Grande, afluente do São Francisco

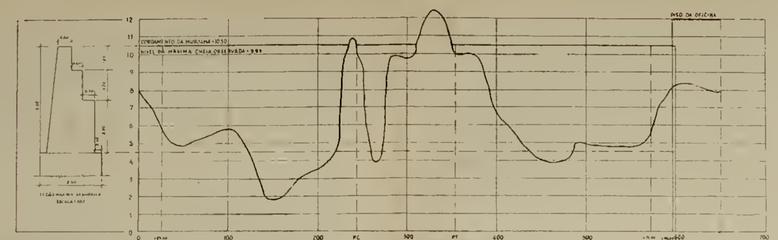

RIO SÃO FRANCISCO
B
NA - ESC. - 1:200
COTA DO PISO DA OFICINA +12.00
COTA INFERIOR DO MADEIRAMENTO DA CARVEIRA +16.50
NIVEL DA MAXIMA CHEIA OBSERVADA 1949
NIVEL DA ENFIAGEM

M.V.O.P. – D.N.P.R.C

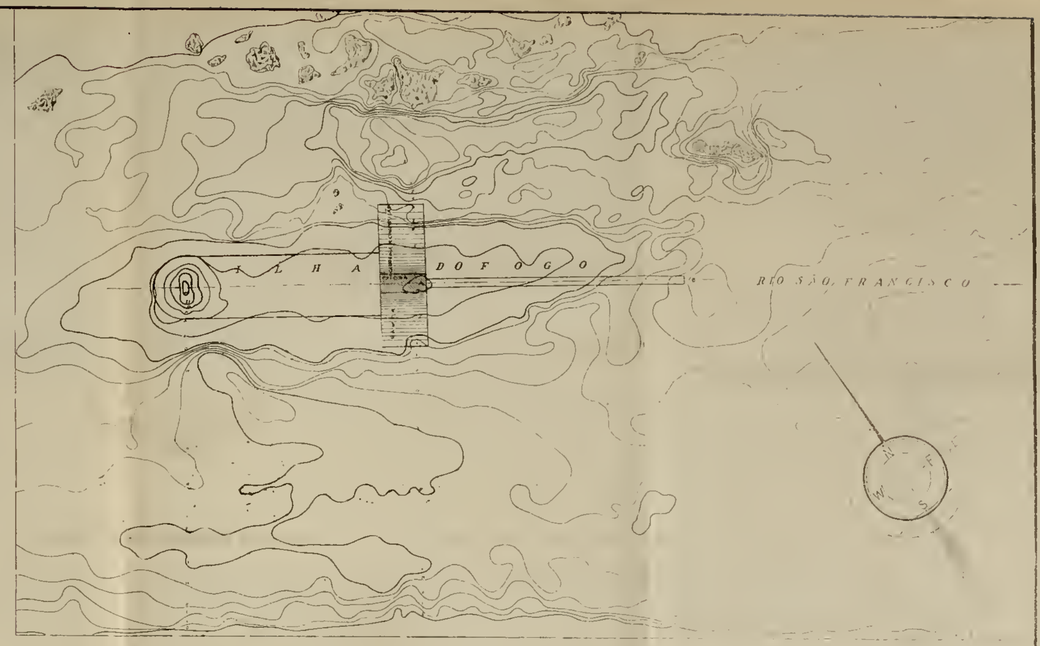
10º DISTRITO DE FISCALIZAÇÃO

RIO SÃO FRANCISCO

PROJETO DO ESTALEIRO DA ILHA DO FÔGO



PERFIS TRANSVERSAL E LONGITUDINAL DO TERRENO PELO EIXO DA MURALHA DE PROT. – ESC. H. 1:2.000 V. 1:100

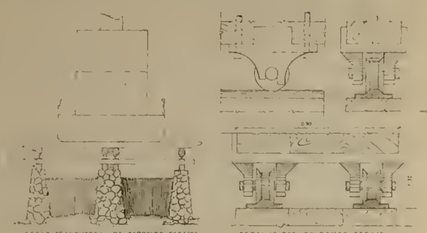


PLANTA DE SITUAÇÃO – ESC. 1:2.000

SEÇÃO TRANSVERSAL C.D. DA RAMPA E DA CARREIRA DE CONSTRUÇÃO – ESC. H. e V. 1:500

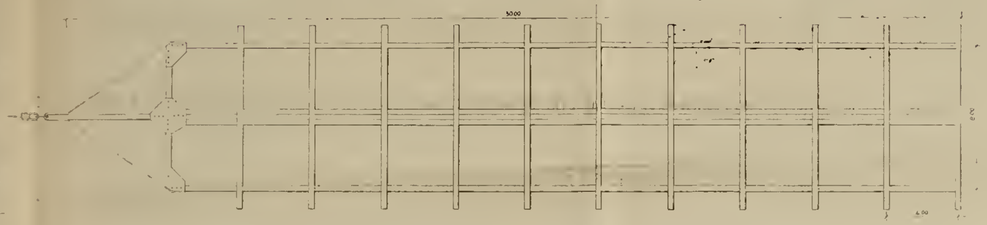
ESPAÇAMENTO DAS ROLDANAS CENTRAIS – ESC. 1:50

ESPAÇAMENTO DAS ROLDANAS LATERAIS – ESC. 1:50

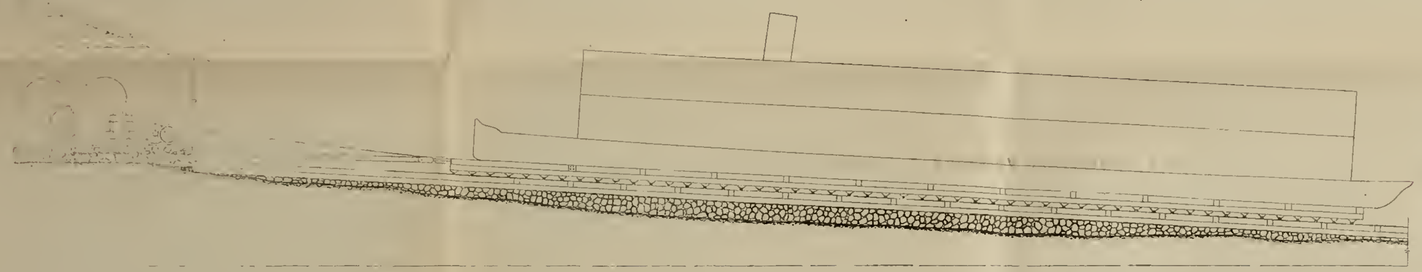


SEÇÃO TRANSVERSAL DA CARREIRA ESC. 1:100

DETALHE DAS ROLDANAS ESC. 1:10



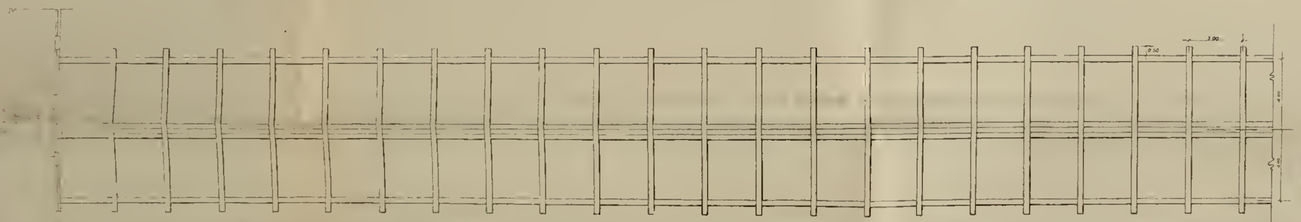
PLANTA DO BERÇO DA CARREIRA DE REPAROS – ESC. 1:100



PERFIL LONGITUDINAL DO TRECHO A. B. DA CARREIRA DE REPAROS, COM DISPOSIÇÃO DO NAVIO E DO APARELHO DE SUSPENSÃO – ESC. 1:100

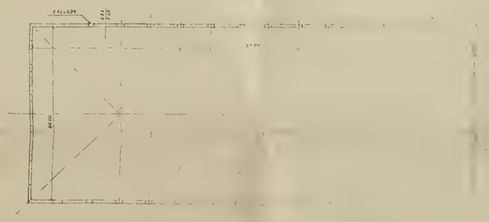
VISTA DA FACHADA PRINCIPAL DA OFICINA

VISTA DA FACHADA LATERAL DA OFICINA – ESC. 1:200

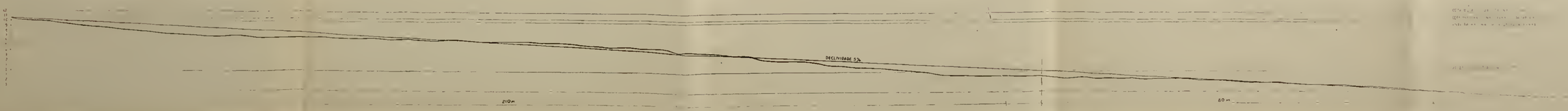


PLANTA DO TRECHO A.B. DA CARREIRA DE REPAROS E DISPOSIÇÃO DO APARELHO DE SUSPENSÃO — ESCALA 1:100

SEÇÃO E.F. DA OFICINA ESC. 1:200



PLANTA DA OFICINA – ESC. 1:200



PERFIL LONGITUDINAL DO TERRENO PELO EIXO DA CARREIRA DE REPAROS – ESC. 1:250

Armazéns — 10, com área total de 25.855,00 metros quadrados.

Pátios — cobertos — 2, com área de 845,00 metros quadrados.

Pátios — descobertos — 6, com área de 4.410,00 m2 destinadas ao depósito de mercadorias dificilmente deterioráveis.

Guindastes — 22, elétricos, sendo 18 de pórtico e 4 sem pórtico, de capacidade de 1 1|2 e 3 toneladas;

Pontes rolantes — 16, de 2 toneladas, montadas no interior dos armazéns.

Cábrea flutuante — 1 para 120 toneladas.

Linhas férreas — com 8.099,30 metros de extensão, sendo 3.603,00 metros de linhas internas e 4.496,30 metros de linhas externas, tôdas de bitola de 1 metro.

Silos para trigo — 23, com capacidade total de 8.380 toneladas.

Tanques para combustíveis líquidos — 13, com capacidade total de .... 20.423,000 metros cúbicos.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram os seguintes os dados registrados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	247.689	273.717	+ 26.028	129.047	104.628	— 24.419
Internacional	107.275	119.593	+ 12.318	128.771	170.956	+ 42.185
TOTAL	354.964	393.310	+ 38.346	257.818	275.584	+ 17.766

Pelo quadro acima vê-se que houve em 1946, em comparação com o ano anterior, aumento geral no movimento de mercadorias do pôrto, registrando-se decréscimo apenas na exportação para o interior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	3.525	4.121	+ 596	673.300	1.031.142	+ 357.842
Estrangeiros	120	260	+ 140	378.117	916.027	+ 537.910
TOTAL	3.645	4.381	+ 736	1.051.417	1.947.169	+ 895.752

Pelo exame do quadro acima verifica-se que o movimento de navios em 1946 foi muito maior que em 1945, tanto de navios estrangeiros como de navios nacionais.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — O aproveitamento do cais do pôrto de Salvador, foi, em 1946, de 452 toneladas por m.

d) RECEITA — *Imposto de 10% sôbre direitos de importação.*

A renda total arrecadada no pôrto de Salvador em 1946 — por conta

dêsse imposto, foi de Cr$ 1.459.493,70, havendo pois um aumento de Cr$.... 706.616,60 sôbre o total arrecadado no ano anterior.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias atingiu, em 1946, a Cr$ 22.608.923,70, havendo, assim, um aumento de Cr$ 6.153.991,01 sôbre a importância arrecadada no ano anterior.

Foi cobrada, ainda, pela Companhia Docas da Bahia, de acôrdo com a cláusula XVI do Decreto 18.855, de 25 de julho de 1929, a taxa adicional de 10% que é destinada ao custeio das obras da Avenida Jequitáia e seus prolongamentos, não fazendo parte da receita da Companhia. Por conta desta taxa foi arrecadada a importância de Cr$ .. 1.429.265,70.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — O pôrto de Salvador é explorado pela Companhia Docas da Bahia, de acôrdo com a concessão que lhe foi feita pelo Govêrno da União, no "têrmo retificativo do contrato de revisão e consolidação dos contratos relativos à concessão das obras de melhoramento do pôrto da Bahia, celebrado em virtude do Decreto n.º 13.951, de 31 de dezembro de 1919".

b) TOMADA DE CONTAS — Durante o ano de 1946 foram feitas pelo 11.º Distrito de Portos, Rios e Canais, (DPRC-11), sete tomadas de contas, correspondendo seis à Companhia Docas da Bahia, e uma à Companhia Industrial de Ilhéus S/A., concessionárias dos serviços de exploração dos portos de Salvador e Ilhéus.

Das tomadas feitas à Companhia Docas, cinco se prendem ao prolongamento da Avenida Jequitáia, sendo duas relativas aos 3.º e 4.º trimestres de 1945 e três aos 1.º, 2.º e 3.º trimestres dêste ano. A outra refere-se aos serviços de exploração do pôrto correspondente ao ano de 1945.

A tomada de contas feita à Companhia Industrial de Ilhéus S/A., refere-se ao ano de 1945.

Estas tomadas de contas podem ser assim resumidas:

1. Tomada de contas feita à Companhia Docas da Bahia, relativa a melhoramentos entre o Mercado do Ouro e a Jequitáia — executados no 3.º trimestre de 1945:

	Cr$
Receita no 3.º trimestre de 1945	640.488,90
Despesa no 3.º trimestre de 1945	34.804,90
Saldo que passa para o trim. seguinte	605.684,00

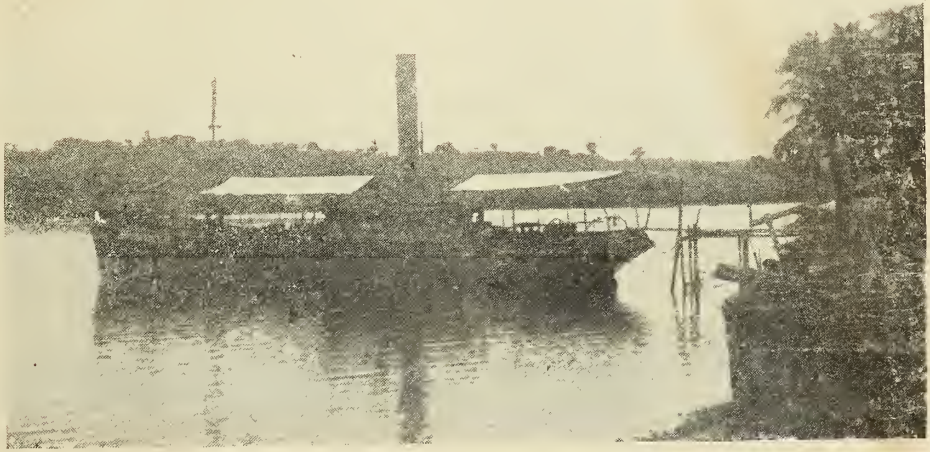
2. Tomada de contas feita à Companhia Docas da Bahia, relativa a melhoramentos entre o Mercado do Ouro e a Jequitáia — executados no 4.º trimestre de 1945:

	Cr$
Receita no 4.º trimestre de 1945	936.137,50
Despesa no 4.º trimestre de 1945	55.220,60
Saldo que passa para o trim. seguinte	880.916,90

3. Tomada de contas feita à Companhia Docas da Bahia, relativa a melhoramentos entre o Mercado do Ouro e a Jequitaia executados no 1.º trimestre de 1946:

	Cr$
Receita no 1.º trimestre de 1946	1.200.163,10
Despesa no 1.º trimestre de 1946	205.291,10
Saldo que passa para o trim. seguinte	994.872,00

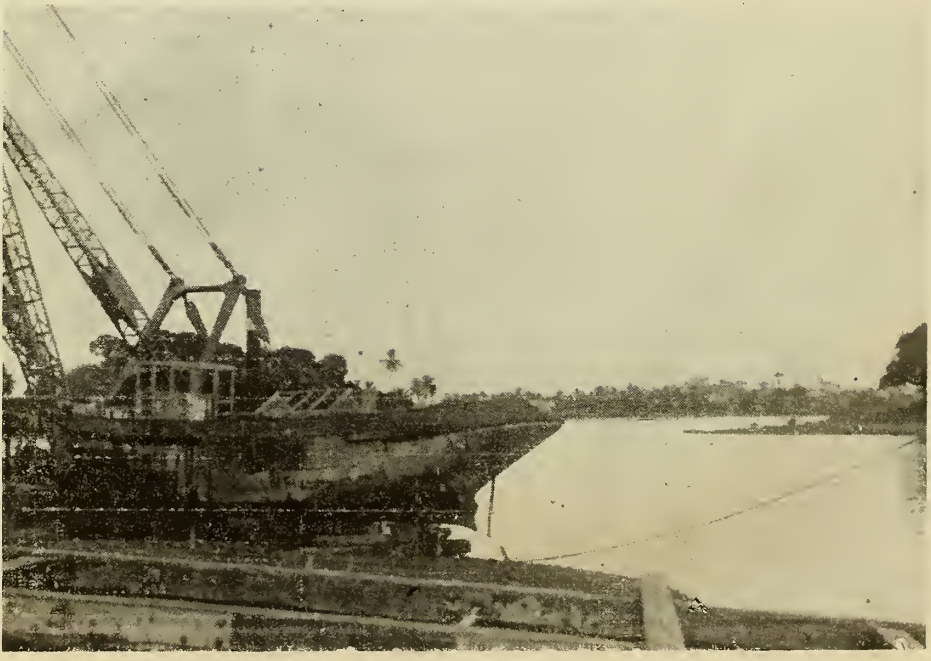
4. Tomada de contas feita à Companhia Docas da Bahia, relativa a melhoramentos entre o Mercado do Ouro



Draga "Barboza Gonçalves", de propriedade do D.N.P.R.C., já quase concluída

Lança da draga "Barboza Gonçalves", já pronta para ser instalada

Draga "Ceará", de propriedade do D. N. P. R. C., necessitando vultosas obras de reparação



Rebocador "Guaxindiba", também de propriedade do D.N.P.R.C., e necessitando de vultosas obras de reparação

e a Jequitáia — executados no 2.º trimestre de 1946:

	Cr$
Receita no 2.º trimestre de 1946	1.333.683,30
Despesa no 2.º trimestre de 1946	825.677,90
Saldo que passa para o trim. seguinte	508.005,40

5. Tomada de contas feita à Companhia Docas da Bahia, relativa a melhoramentos entre o Mercado do Ouro e a Jequitáia — executados no 3.º trimestre de 1946:

	Cr$
Receita no 3.º trimestre de 1946	884.845,50
Despesa no 3.º trimestre de 1946	244.000,50
Saldo que passa para o trim. seguinte	640.845,00

6. Tomada de contas feita à Companhia Docas da Bahia, relativa à exploração do pôrto de Salvador durante o exercício de 1945:

	Cr$
Capital inicial — conta encerrada em 31-12-35	153.345.096,30
Capital adicional	1.729.255.30
Capital reconhecido em 31-12-45	155.074.351,60
Renda bruta	16.205.227,79
Despesas de custeio e conservação	10.853.015,40
Renda líquida	5.352.212,39
Renda contratual	9.304.461,10
Deficiência da renda líquida	3.952.248,71
Fundo de compensação do cap. inicial	6.087.590,90

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — As tarifas portuárias em vigor no pôrto de Salvador foram aprovadas pela Portaria n.º 5, de 8 de janeiro de 1945, do Exm.º Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, com as modificações introduzidas pelas Portarias ns. 522 e 622, respectivamente de 4 de julho de 1945 e 2 de julho de 1946 e pelo Aviso Ministerial n.º 905, de 26 de julho de 1946, que não foram impressas.

V — ESTUDOS E OBRAS

a) ESTUDOS — Foram realizados, em 1946, por êste Distrito, observações hidrográficas e meteorológicas.

b) OBRAS — Durante o ano de 1946 êste Distrito executou as seguintes obras:

Construção de 105,20 metros lineares de cais de saneamento e execução de 1.144.150 m3 de atêrro em Mar-Grande; execução de 12.439.000 m3 de atêrro em Itaparica; prosseguimento nos serviços de reparação da draga "Barbosa Gonçalves", achando-se a obra em vias de conclusão.

Além disso, o 11.º Distrito de Portos, Rios e Canais fiscalizou a execução das obras executadas pela Companhia Docas da Bahia, que foram as seguintes:

Continuação das obras aprovadas pelo Decreto n.º 12.425, de 17 de maio de 1943, para instalações de inflamáveis. As obras já estão próximas do seu término, achando-se em funcionamento, a título provisório, os tanques para armazenagem a granel dos diversos combustíveis, com as seguintes capacidades:

1 tanque com 249.442 litros.
3 tanques com 998.000 litros, cada.
5 tanques com 75.000 litros, cada.

Conclusão das obras aprovadas pelo Decreto n.º 15.868, de 19 de julho de 1944, e que consistem em: *a*) — construção de uma oficina elétrica no cais; *b*) — cobertura de dois pátios; *c*) — construção de dois sanitários no cais; *d*) — construção de uma pavilhão para a chefia do tráfego; e) — construção de um pôsto para a Alfândega.

Construção de uma linha adutora de 150 mm. destinada ao abastecimento dágua no cais de 10,00 metros. Esta obra foi aprovada pelo Decreto número 16.650, de 25 de setembro de 1944.

Execução das obras de conservação e reparação do prédio da Alfândega e prosseguimento do embrechamento do cais.

Prosseguimento nas obras da Avenida Jequitáia, que consistiram no seguinte: serviços de terraplenagem, nos quais foram movimentados 10.832.000 metros cúbicos de terra; execução de passeios trottoir numa área de 715,00 m2.; execução do calçamento a paralelepípedo com base de concreto, numa superfície de 2.570,00 metros quadrados; assentamento de meios-fios ao longo de 463,00 m. de extensão; instalação de 828,00 m. de manilhas de 0,40 m. de esgotos para águas pluviais; instalação de 20,00 metros de manilhas de 0,15 para o mesmo fim.

PÔRTO DE ILHÉUS

O pôrto de Ilhéus é explorado pela Companhia Industrial de Ilhéus, de acôrdo com a revisão do contrato feita conforme o Decreto 166, de 15 de maio de 1935, pelo têrmo assinado a 13 de junho dêsse mesmo ano.

I — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

O pôrto de Ilhéus dispõe das seguintes instalações e aparelhamento:

Pontes de atracação —3, sendo 2 de madeira e 1 de concreto armado, com extensão de 145 metros e profundidade de 2,30 metros.

Armazéns — 4, com área útil de .... 3.722,00 metros quadrados.

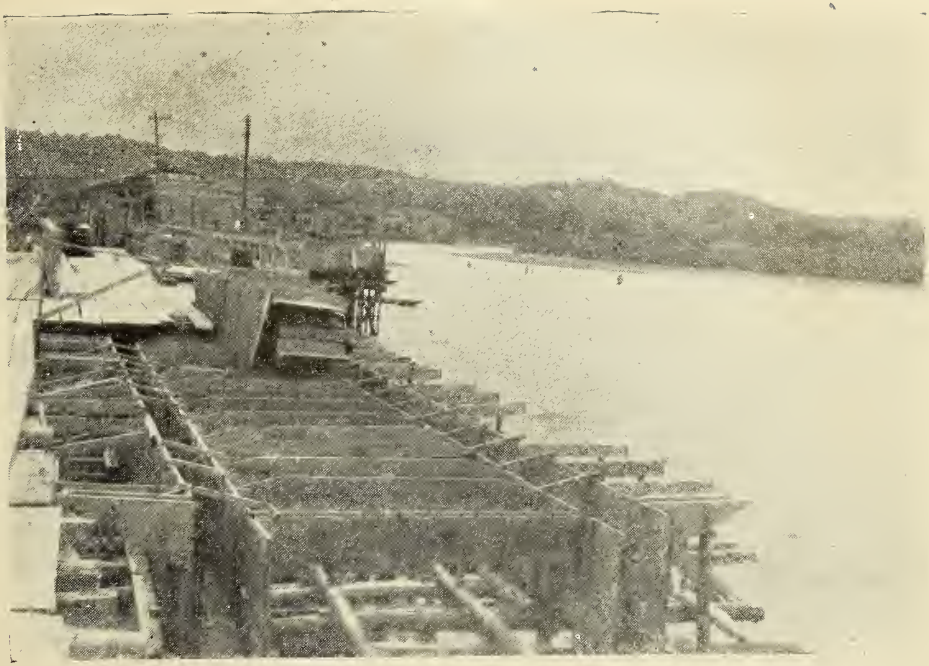
II — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os dados seguintes:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	29.721	32.485	+ 2.764	29.792	46.525	+ 16.733
Internacional	564	1.354	+ 790	43.509	72.729	+ 29.220
TOTAL	30.285	33.839	+ 3.554	73.301	119.254	+ 45.953

Pelo exame do quadro acima vê-se que o movimento de mercadorias em 1946 foi maior que no ano anterior, tanto no comércio internacional como no de cabotagem.

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	543	703	+ 160	66.551	97.435	+ 30.884
Estrangeiros	16	40	+ 24	18.592	86.508	+ 67.916
TOTAL	559	743	+ 184	85.143	183.943	+ 98.800



Vista do trecho da ponte de Maragogipe, já concluído

Formas para concretagem da ponte de Maragogipe

Pelo quadro acima observa-se que o movimento de navios em 1946 experimentou um sensível aumento em comparação com o ano anterior.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — O aproveitamento do cais do pôrto de Ilhéus em 1946 foi de 1.064 toneladas por metro.

d) RECEITA — *Taxas portuárias* — A renda bruta das taxas portuárias, subiu, em 1946, a CrS 4.735.479,58, havendo pois um aumento de CrS .. 2.592.901,40 sôbre a renda do ano anterior.

III — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — O pôrto de Ilhéus é explorado pela Companhia Industrial de Ilhéus S/A., de acôrdo com o contrato a que refere o Decreto número 166, de 15 de maio de 1935.

b) TOMADA DE CONTAS — Durante o ano de 1946 foi feita à Companhia Industrial de Ilhéus S/A. uma tomada de contas do pôrto de Ilhéus, referente à exploração do pôrto durante o exercício de 1945. Essa tomada de contas pode ser assim resumida:

	CrS
Capital reconhecido em 31 de 12-44	5.276.616,61
Renda bruta em 1945	2.142.578,18
Despesas de custeio e conservação	1.630.173,96
Renda líquida	512.404,22
Percentagem de renda líquida sôbre o capital	9,71%
Fundo de amortização	196.617,41

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — Continuaram em vigor no pôrto de Ilhéus, no ano de 1946, as tarifas portuárias aprovadas pela Portaria n.º 1.330, de 16 de novembro de 1943, do Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, com as alterações introduzidas pelas Portarias ns. 607 e 640, respectivamente de 21 de junho e 10 de julho de 1946, que não foram impressas.

IV — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Pelo 11.º Distrito de Portos, Rios e Canais, foram realizadas em 1946 observações hidrográficas e meteorológicas.

OBRAS — Durante o ano de 1946 não foram executadas obras no pôrto de Ilhéus.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Décimo Segundo Distrito de Portos, Rios e Canais — (DPRC-12)

Os serviços dêste Departamento no Estado do Espírito Santo, continuaram, durante o ano de 1946, a cargo do Décimo Segundo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-12), com sede na cidade de Vitória, e a quem coube não só a fiscalização do contrato de concessão do pôrto de Vitória, como também a execução de estudos no pôrto de Vitória e no ancoradouro de Barra do Itapemirim e a execução de obras de conservação no aparelhamento e no depósito da Ilha do Príncipe, pertencente a êsse Distrito.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	320.092,00	296.316,50	23.775,50
Material	52.370,00	51.953,20	416,80
Plano Obras e Equipamentos	280.000,00	29.741,90	250.258,10

PÔRTO DE VITÓRIA

I — CONTRATO

A concessão do pôrto de Vitória continua sendo mantida pelo Estado do Espírito Santo, de acôrdo com o contrato de novação estabelecido pelo Decreto-lei n.º 3.039, de 10 de fevereiro de 1941 e vigorando a partir de 9 de setembro de 1941, data do registro no Tribunal de Contas.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

O pôrto de Vitória dispõe do seguinte aparelhamento e instalações:

Cais — com extensão total de 895 m. para 4,50 m a 7,00 m em águas mínimas.

Armazéns — 4, com 8.281,00 metros quadrados de área total e 16.562,00 toneladas de capacidade total.

Guindastes — 11, sendo 9 elétricos de 1 1/2 a 5 tons. e 2 a vapor, de 5 e 10 toneladas.

Pontes rolantes — 8, de 1 1/2 toneladas.

Rebocadores — 1, de 45 HP.

Linhas férreas — internas com extensão de 2.436 m. e externas com extensão de 1.996 m, tôdas com bitola de 1 m.

Cábrea — 1, para 80 toneladas.

Cais de minério — com 110 m. de extensão, 10 m. de profundidade, provido de um silo com 47.000 toneladas de capacidade.

Possui duas transportadoras mecânicas para carregamento dos navios, com capacidade de carga de 400 toneladas por hora, cada transportadora.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	59.277	65.199	+ 5.922	32.369	63.964	+ 31.595
Internacional	3.906	11.879	+ 7.973	176.054	104.760	— 71.294
TOTAL	63.183	77.078	+ 13.895	208.423	168.724	— 39.699

Pelo confronto dos dados do ano de 1946 para os do ano anterior verifica-se que houve aumento geral na importação e um sensível aumento na exportação para o interior, verificando-se, no entanto, um grande decréscimo na exportação para o exterior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	636	661	+ 25	154.779	244.073	+ 89.294
Estrangeiros	28	70	+ 42	91.905	172.534	+ 80.629
TOTAL	664	731	+ 67	246.684	416.607	+ 169.923

Pelo confronto dos dados do ano de 1946 para os do ano anterior, verifica-se que houve aumento geral no movimento de navios, tanto nacionais como estrangeiros.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946 o aproveitamento do cais do pôrto de Vitória foi de . . 270,7 toneladas por metro de cais.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A arrecadação por conta dêste imposto durante o ano de 1946 foi de CrS 58.164,40, o que representa um aumento de CrS 35.633,70 sôbre o ano anterior, em que a arrecadação foi de Cr$ 22.530,70.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias em 1946 subiu a Cr$ 8.829.097,40, o que representa um aumento de Cr$ 3.680.325,80 sôbre a renda do ano anterior.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto de Vitória correu por conta do Estado do Espírito Santo, concessionário do pôrto, por intermédio da Administração do Pôrto de Vitória, subordinada à Secretaria de Agricultura e Viação do Estado, tendo os serviços se processado normalmente.

O cais de minério atendeu com presteza os navios que o procuraram para carregar minério, tendo funcionado sem desarranjos nas 2 transportadoras mecânicas que realizam o trabalho com grande economia de tempo.

b) TOMADA DE CONTAS — Foi realizada em 1946 a tomada de contas relativa ao ano de 1944, sendo o capital reconhecido do pôrto, até a data de 31 de dezembro de 1944, de Cr$ . . . . . 43.410.528,72. A referida tomada de contas foi aprovada pelo Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas por despacho de 17 de dezembro de 1946, comunicada pelo ofício n.º 97, de 11 de janeiro de 1947, do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, apresentando o seguinte resultado:

	Cr$
Capital reconhecido em 31-12-43	42.948.538,82
Acréscimo de capital no período	461.989.90
Capital reconhecido em 31-12-44	43.410.528,72
Renda bruta em 1944	6.432.200,10
Despesa de custeio	6.015.322.20
Renda líquida	416.877.90
Porcentagem da renda líquida sôbre o capital	0,97%

TARIFAS PORTUÁRIAS — Durante o ano de 1946 vigoraram as tabelas referentes às taxas portuárias aprovadas pela Portaria n.º 34, de 14 de janeiro de 1946 e publicadas no *Diário Oficial* de 25 de fevereiro de 1946.

V — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Pelo Décimo Segundo Distrito de portos, Rios e Canais, (D.P. R. C.-12) foram feitas sondagens hidrográficas periódicas no pôrto de Vitória e em rios que nele desembocam. Além das regulares observações de maré, foi feito um levantamento hidrográfico em Barra do Itapemirim, assim como de secções transversais no rio Itapemirim.

OBRAS — Foram executados serviços de reparo e conservação do material, incluindo obras em uma lancha, uma caminhonete e no depósito da Ilha do Príncipe.

DISTRITO FEDERAL

Décimo Terceiro Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-13)

Os serviços dêste Departamento no pôrto do Rio de Janeiro estiveram a cargo do Décimo Terceiro Distrito de Pòrtos, Rios e Canais (DPRC-13), que, além de exercer a fiscalização, que lhe é atribuida pelo Regimento, junto à Administração do Pôrto do Rio de Janeiro, executou trabalhos de natureza técnica, sendo uns de rotina e outros necessários à elaboração do projeto definitivo de ampliação do pôrto, cuja realização se torna cada vez mais necessária.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Material	—	—	—
Plano de Obras e Equipamentos (saldo do ano de 1945)	100.000,00	95.435,70	4.564,30

PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

I — ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Pôrto do Rio de Janeiro (APRJ), entidade autárquica instituída pela Lei n.º 190, de 16 de janeiro de 1936, tem a seu cargo a exploração comercial, conservação e melhoramento do pôrto do Rio de Janeiro.

Pelo Decreto-lei n.º 3.198, de 14 de abril de 1941, foi a referida Administração reorganizada, sendo o seu Regimento baixado com o Decreto n.º 7.935, de 25 de setembro do mesmo ano, e pelo Decreto-lei n.º 8.680, de 25 de novembro de 1941 aprovado o "Regulamento dos Serviços do Pôrto do Rio de Janeiro".

A fiscalização legal, técnica e contábil dessa autarquia é exercida por uma Delegação de Controle junto à A. P. R. J., criada pelo Decreto-lei número 4.079, de 2 de fevereiro de 1942.

Durante o exercício de 1946 foram expedidos diversos atos legais relativos à exploração do pôrto do Rio de Janeiro, entre êles os seguintes:

Decreto-lei n.º 20.437, de 22 de janeiro — alterando o Regimento da A P. R. J.;

Decreto-lei n.º 8.856, de 24 de janeiro — dispondo sôbre o serviço jurídico da APRJ;

Decreto-lei n.º 9.630, de 22 de agôsto — autorizando a APRJ a suprimir funções em sua Tabela Numérica de Mensalistas;

Decreto-lei n.º 9.800, de 9 de setembro — considerando como renda complementar da APRJ o produto do imposto adicional de 10% sôbre os direitos de importação realmente devidos, a que se refere o Decreto número 24.343, de 5 de junho de 1934.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

O pôrto do Rio de Janeiro dispõe das seguintes instalações e aparelhamento:

Cais — com 4.764,35 metros de extensão, para profundidades entre — 8,00 a 10,50 metros.

Armazéns internos — 19, com a área total de 64.450 m2.

Armazéns externos — 68 coxias, com a área total de 34,00 m2.

Estação de passageiros — 2, sendo uma destinada à navegação de longo curso e outra destinada aos serviços da navegação de cabotagem.

Armazéns para inflamáveis — 2, com a área total de 4.000 m2.

Armazém frigorífico — 1, com capacidade para 400.000 caixas de frutas.

Pátios — para volumes de grande pêso — dispondo de aparelhamento para movimentação de carga, 2 com a área total de 16.817 m2.

Pátios internos — cobertos ou não, com a área total de 70.492 m2.

Guindastes elétricos — 110, com capacidades várias, de 1 a 6 toneladas.

Guindastes a vapor — 20, com capacidades várias, de 1,5 a 25 toneladas.

Guindastes Díesel elétricos — 2, com capacidade de 6 toneladas.

Guindastes Díesel sôbre lagartas — 2, com capacidade de 9 toneladas.

Pontes rolantes — 152, com capacidade de 1,5 toneladas.

Locomotivas a vapor — 13.

Locomotivas Díesel elétricas — 2.

Locomotivas Díesel — 1.

Tratores para manobras — 7.

Vagões abertos — 230.

Caminhões — 7.

Autos de passageiros — 4.

Flutuantes — 11.

Lanchas — 2.

Botes — 2.

Caíques — 2.

Zorras — 1.605.

Carregadores mecânicos para trigo — 6.

Hidrantes — 69.

Linhas férreas e desvios

Internas — 27.339 m2.
Externas — 20.087 m.1.

Além dêsse aparelhamento, foram em 1946 adquiridos, nos Estados Unidos, mais 15 guindastes de pórtico, com motor Díesel individual, e uma cábrea flutuante de 60 toneladas.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	1.606.170	1.702.042	+ 95.872	673.706	637.832	— 35.874
Internacional	2.254.976	2.420.157	+ 165.181	733.860	526.072	— 207.788
TOTAL	3.861.146	4.122.199	+ 261.053	1.407.566	1.163.904	— 243.662

Comparado, assim, o movimento de mercadorias no pôrto do Rio de Janeiro, verificado em 1946, com o do ano anterior, constata-se um pequeno aumento na importação, enquanto que a exportação decresceu de um valor pràticamente idêntico. No cômputo final, o movimento geral de mercadorias, verificado em 1946, foi pràticamente idêntico ao do ano de 1945.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	2.003	2.361	+ 358	1.630.811	2.050.846	+ 420.035
Estrangeiros	821	1.266	+ 445	2.379.068	3.923.579	+1.544.511
TOTAL	2.824	3.627	+ 803	4.009.879	5.974.425	+1.964.546

Do confronto dêsses dados, verifica-se que houve, em 1946, um sensível aumento no número de navios que freqüentaram o pôrto, tanto na navegação nacional, como na navegação estrangeira, tomando como referência os mesmos elementos correspondentes ao ano de 1945. Igual aumento se verificou, também, na tonelagem dêsses navios.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — O aproveitamento do cais no ano de 1946, foi de 1.119 toneladas por metro, valor um pouco mais elevado do que o do ano anterior, e que foi de 1.115 toneladas por metro de cais.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos de importação* — Durante o ano de 1946, o total da arrecadação proveniente dêsse imposto foi de CrS 45.460.931,00, superando, assim de muito o total da arrecadação dêsse mesmo imposto no ano anterior, que foi de CrS 30.381.819,40.

Taxas portuárias — A renda das taxas portuárias alcançou, no exercício em estudo, a importância total de CrS 151.046.238,60, elevando-se, assim, de muito sôbre a arrecadação feita no ano anterior, que foi de CrS . . . . . 103.993.589,30.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto do Rio de Janeiro continuou a ser exercida, durante o ano de 1946, pela organização autárquica "Administração do Pôrto do Rio de Janeiro".

Cabe salientar aqui, como ocorrência de maior importância, o congestionamento verificado nos últimos meses do

Vista do Armazém Frigorífico do Pôrto do Rio de Janeiro

ano de 1946, assunto que é estudado especialmente na Introdução dêste Relatório, e que veio demonstrar a necessidade da construção de maior extensão de cais acostável. Entretanto, as causas do congestionamento não só nesse fator residiram; influiu grandemente a deficiência de aparelhagem, seguida do decréscimo do rendimento do trabalho e da falta de armazéns para mercadorias. Também a greve de marítimos nos Estados Unidos da América, agravou, embora em caráter temporário, êsse congestionamento.

As providências tomadas pelo Govêrno com a encomenda de aparelhagem, com o início das obras novas de acostagem e com a execução de medidas para melhorar o rendimento do trabalho, das quais sobressai a imediata execução das determinações do decreto-lei que estabelece o pagamento do serviço de capatazias por unidade movimentada, trazem a segurança de que essa situação anormal venha a ser em breve corrigida.

No mais, continuaram os serviços de exploração do pôrto a se processar regularmente, à cargo da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro.

b) Delegação de Contrôle — A fiscalização técnico-contábil da APRJ é exercida através de uma Delegação de Contrôle, de que é Presidente o representante dêste Departamento e de que fazem parte o representante do Tribunal de Contas e o da Contadoria Geral da República, sendo a prestação de contas feita por balancetes mensais, balanços semestrais e relatório anual, submetidos à aprovação do Exmo. Sr. Presidente da República.

O orçamento industrial para 1946 foi aprovado por despacho de 16 de novembro do Exmo. Sr. Presidente da República, estando a respectiva proposta orçamentária assim constituída:

	Cr$
Receita estimada	109.620.000,00
Despesa prevista	104.155.415,00
Saldo previsto	5.464.585,00

No correr do exercício, houve, porém, necessidade de reforço de verbas, que foram se tornando insuficientes, principalmente com o aumento de salário do pessoal, havendo sido feito o necessário expediente a êsse Ministério, e o que, conservando a estimativa da receita, elevou a despesa prevista para Cr$ ... 151.297.760,10.

O resultado financeiro do exercício de 1946, efetivamente verificado, foi o seguinte:

	Cr$
Receita arrecadada	151.046.238,60
Despesa realizada	145.024.776,10
Saldo do exercício	6.021.462,50

Por despacho de 26 de outubro, o Exmo. Sr. Presidente da República aprovou a gestão financeira da APRJ, relativa ao ano de 1944, achando-se ainda pendentes de aprovação os resultados referentes ao ano de 1945, bem como os referentes aos anos de 1942 e 1943.

c) Tarifas portuárias — Durante o ano de 1945 vigoraram as tarifas aprovadas pela Portaria 553, de 1.º de junho de 1944, com as alterações introduzidas durante o ano de 1945.

Pela Portaria n.º 72, de janeiro de 1946, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, foi autorizado o acréscimo de 35% nas taxas industriais, a partir de 1.º de fevereiro e tornou sem efeito a cobrança do adicional de 10% para cobertura do abono de emergência, concedido por despacho de 23 de maio de 1945. A Portaria n.º 438, de 26 de abril, substituiu a de n.º 72, acima referida.

Pela Portaria n.º 510, de 21 de maio de 1946, foram aprovadas as taxas da tabela "D" — Armazenagem Interna — no pôrto do Rio de Janeiro, e pelo Aviso n.º 648, de 21 de maio, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, foi autorizada a redução de prazo, para 15 dias, dos períodos fixados nos ítens 1 a 4 da tabela "D", aprovada pela Portaria n.º 510, acima referida.

Por despacho de 12 de fevereiro de 1946, o Exmo. Sr. Presidente da República aprovou a Exposição de Motivos n.º 87-GM, de 12 de fevereiro, encaminhando com parecer favorável o pedido da Associação Comercial do Rio de Janeiro, no sentido de dispensar o pagamento das taxas de armazenagem então vencidas, bem como prorrogando de 30 para 60 dias, o primeiro período de cobrança das referidas taxas, tendo em vista a situação decorrente da greve dos bancários.

A cobrança da taxa de emergência no pôrto do Rio de Janeiro, foi autorizada pela Portaria n.º 198, de 25 de fevereiro de 1946 e considerada em vigor a partir de 1.º de março.

Com o início da exploração comercial de frigorífico para frutas, foram aprovadas, por despacho de 16 de julho, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, as respectivas "normas", estabelecendo as seguintes taxas: de capatazia, que são as mesmas da tarifa em vigor; de serviços de câmaras, mandando cobrar Cr$ 0,50 por volume, e de armazenagem frigorífica, também cobrada por volume, segundo a tabela anexa.

V — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Durante o ano de 1946, foram executados pelo Décimo Terceiro Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-13) — além das observações hidrográficas e meteorológicas que, de rotina, são feitas na baía de Guanabara os serviços de sondagem geológica, para a localização definitiva e estudo do tipo construtivo do prolongamento do cais do pôrto do Rio de Janeiro, e o levantamento de trecho do rio Sernambitiba.

O serviço de sondagem geológica acima referido, foi levado a efeito em colaboração com a Prefeitura do Distrito Federal, que para isso cedeu uma sonda geológica e o respectivo pessoal, havendo as adaptações do aparelho sôbre flutuantes e a condução técnica dos serviços sido feita pelo Distrito de Portos, Rios e Canais em aprêço. Foram executadas vinte e nove perfurações em terreno resistente e até profundidades que variaram entre 12 e 20 metros, em posições prèviamente determinadas pela Divisão de Planos e Obras dêste Departamento.

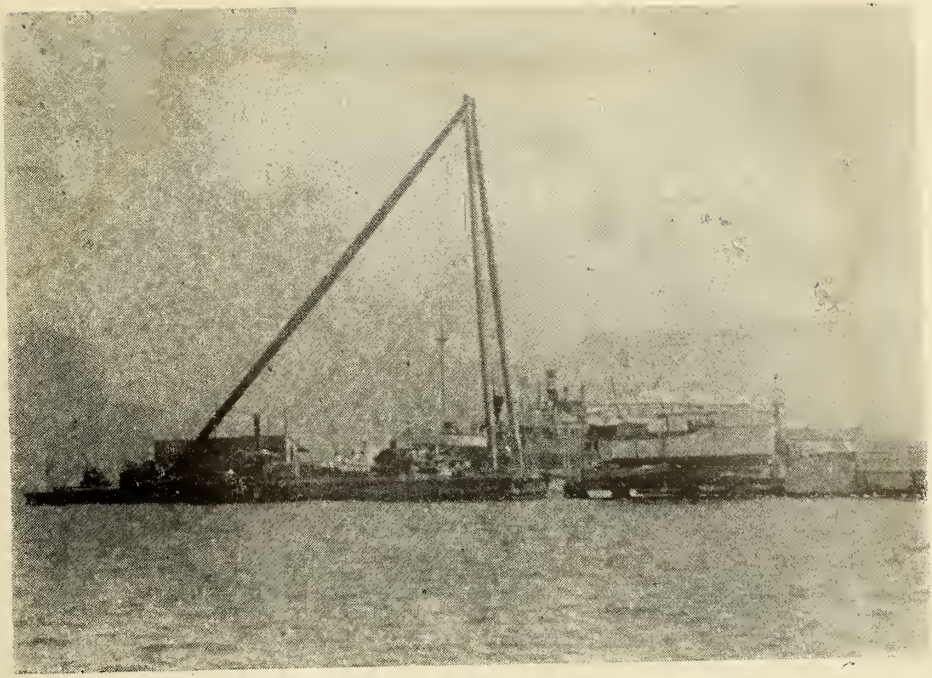
Os estudos no rio Sernambitiba foram procedidos a pedido do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a fim de serem projetadas obras fixas para regularização da barra do referido rio.

OBRAS — Durante o ano de 1946, não foram executadas obras, diretamente, pelo Décimo Terceiro Distrito de Portos, Rios e Canais, limitando-se as suas atribuições à fiscalização das obras que foram executadas pela APRJ, assim enumeradas:

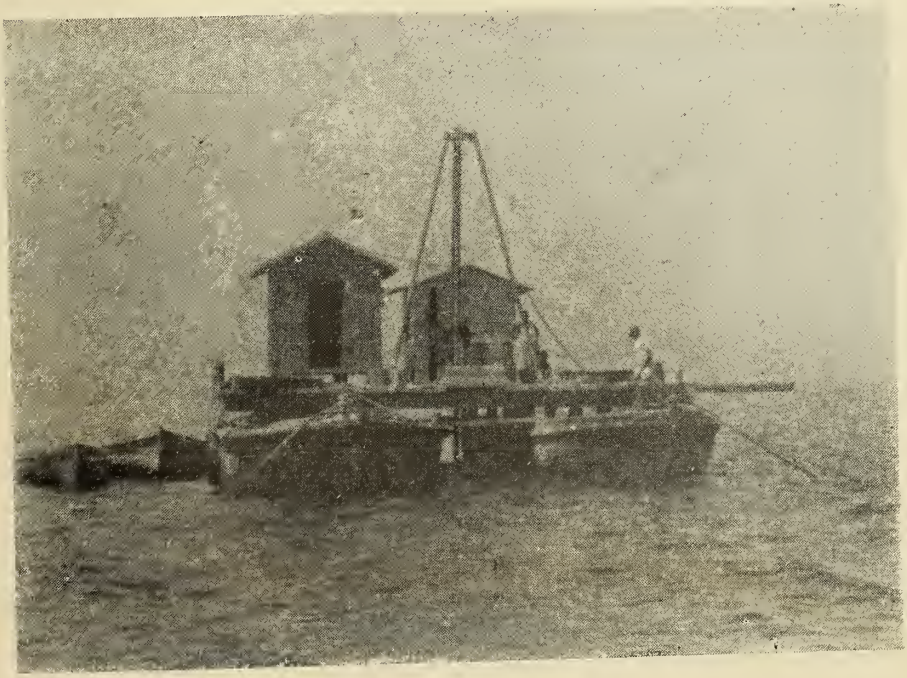
No Frigorífico para Frutas, foram concluídas as obras de acabamento, havendo essa instalação sido oficialmente inaugurada a 10 de abril;

Na Estação de Expurgo, foram prosseguidas as obras, a cargo da firma Byington & Cia., tendo ficado concluída a parte principal do corpo central do edifício;

No Parque Carvoeiro, foram prosseguidos os serviços de assentamento de



Cábrea "Vitor", de propriedade do D.N.P.R.C.



Instalação da sonda geológica

linha, a cargo da Estrada de Ferro Central do Brasil, que os empreitou, tendo sido assentes 3.600 metros de linha de 1,60 m. de bitola, bem como 27 chapas fornecidas pela APRJ e 2 chaves fornecidas pela E.F.C.B.

REGIÃO SUL DE APARELHAGEM (RSA)

As atribuições da Região Sul de Aparelhagem (RSA), com sede nesta Capital, tem a sua jurisdição abrangendo os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso e o Distrito Federal, cabendo-lhe cuidar do aparelhamento flutuante e terrestre de propriedade dêste Departamento e distribuído pelos locais em que tem jurisdição, promovendo a sua reparação, conservação e distribuição pelos vários órgãos de serviço.

Apesar do vulto dessas atribuições, não foi possível dar um grande desenvolvimento aos serviços, em vista principalmente da exiguidade de verbas disponíveis e das grandes necessidades de reparação e conservação do material flutuante dêste Departamento.

As verbas para aquisição de material e pagamento dos serviços de reparação do aparelhamento, não foram distribuídas diretamente à Região Sul de Aparelhagem, sendo as faturas pagas no Tesouro Nacional, mediante empenho extraído por essa Região ou pelo Serviço de Administração dêste Departamento.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Obras	350.000,00	343.480,40	6.519,60

I — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES

Dispõe a Região Sul de Aparelhagem de uma grande área de terreno na Ponta do Cajú, nesta Capital, onde estão instaladas as suas oficinas e almoxarifado, cujos prédios se encontram em boas condições de conservação, muito embora várias das dependências sejam de construção muito antiga.

Ao lado das várias oficinas, existe uma pequena carreira de conservação, para onde são puxadas em sêco as várias lanchas e aparelhos flutuantes de pequena tonelagem, de propriedade dêste Departamento, para execução de ligeiros serviços de reparação e conservação. Serviços de maior vulto, são geralmente contratados com estaleiros particulares.

Nas cidades de Paranaguá, Itajaí, Florianópolis e Rio Grande, os respectivos Distritos de Portos, Rios e Canais possuem oficinas e carreiras, onde se processam serviços de conservação e reparação do material que lhes está diretamente entregue.

II — SERVIÇOS EXECUTADOS

Sob a fiscalização da Região Sul de Aparelhagem (RSA) foram executados serviços de reparação nas dragas "Sandmaster", "Bahia", "Affonso Pe-

na" e "Maranhão", dos quais se incumbiram estaleiros particulares desta Capital, tendo todos êsses aparelhos, com exceção da draga "Afonso Pena", sido postos imediatamente em serviço.

Diretamente pela Região Sul de Aparelhagem, foram executados serviços de conservação nas lanchas "Gaffrée", "Silva Couto", "Espírito Santo" e "Carlos Sampaio", cábrea "Vitor" e em diversos botes. Foram, também, concluídas as obras que vinham sendo executadas no Quarto Pavimento da sede dêste Departamento, reconstruídos o refeitório e serviço sanitário para o pessoal operário e iniciada a construção da rampa de acesso para lanchas, essas duas últimas obras nas Oficinas da Ponta do Cajú.

Nos dois batelões "Mauá" e "Guanabara", de propriedade dêste Departamento, que estavam sendo reparados, em estaleiros particulares, sòmente prosseguiram os serviços de reparação do primeiro, visto que o batelão "Guanabara", por se encontrar em péssimo estado de conservação, possìvelmente será abandonado, pedindo-se a sua baixa de serviço.

Foram, também, levados a efeito pequenos reparos no material rodante a serviço dêste Departamento.

LABORATÓRIO DE HIDRÁULICA EXPERIMENTAL

O projeto para a sede do Laboratório de Hidráulica Experimental que êste Departamento vai construir, e onde poderão ser ensaiadas, em modêlo reduzido, as várias obras de regularização de rio e de melhoramento dos portos, foi aprovado pelo Decreto número 20.494, de 24 de janeiro de 1946, com o orçamento total de Cr$ ..... 4.211.745,50.

O prédio, localizado em parte dos terrenos dêste Departamento na Ponta do Cajú, foi projetado em dois pavimentos, numa área de 65,80 metros por 47,65 metros, tendo porém as fundações e a estrutura de concreto armado sido calculadas para suportar a construção de mais um pavimento, caso o número de experiências assim o exigirem.

No pavimento térreo foram localizadas:

Duas áreas para construção dos modelos, sendo uma de 45,00 metros por 37,00 metros e a outra de 23,25 metros por 10,15 metros, estando a maior dividida por seis canais de retôrno e a menor por três canais, cujo destino é coletar e conduzir para as caixas subterrâneas tôda a água utilizada nas experiências, a qual em seguida será bombeada para as caixas superiores e novamente utilizada.

Área destinada às oficinas.

Vestiário e instalações sanitárias para os operários.

Almoxarifado.

Hall principal.

Escritório para os engenheiros e auxiliares.

Área destinada às bombas.

No segundo pavimento foram localizadas:

Sala destinada à execução de cópias heliográficas e arquivo de plantas.

Sala destinada ao laboratório fotográfico.

Instalações sanitárias.

Sala destinada à Secção Técnica.

Depósito.

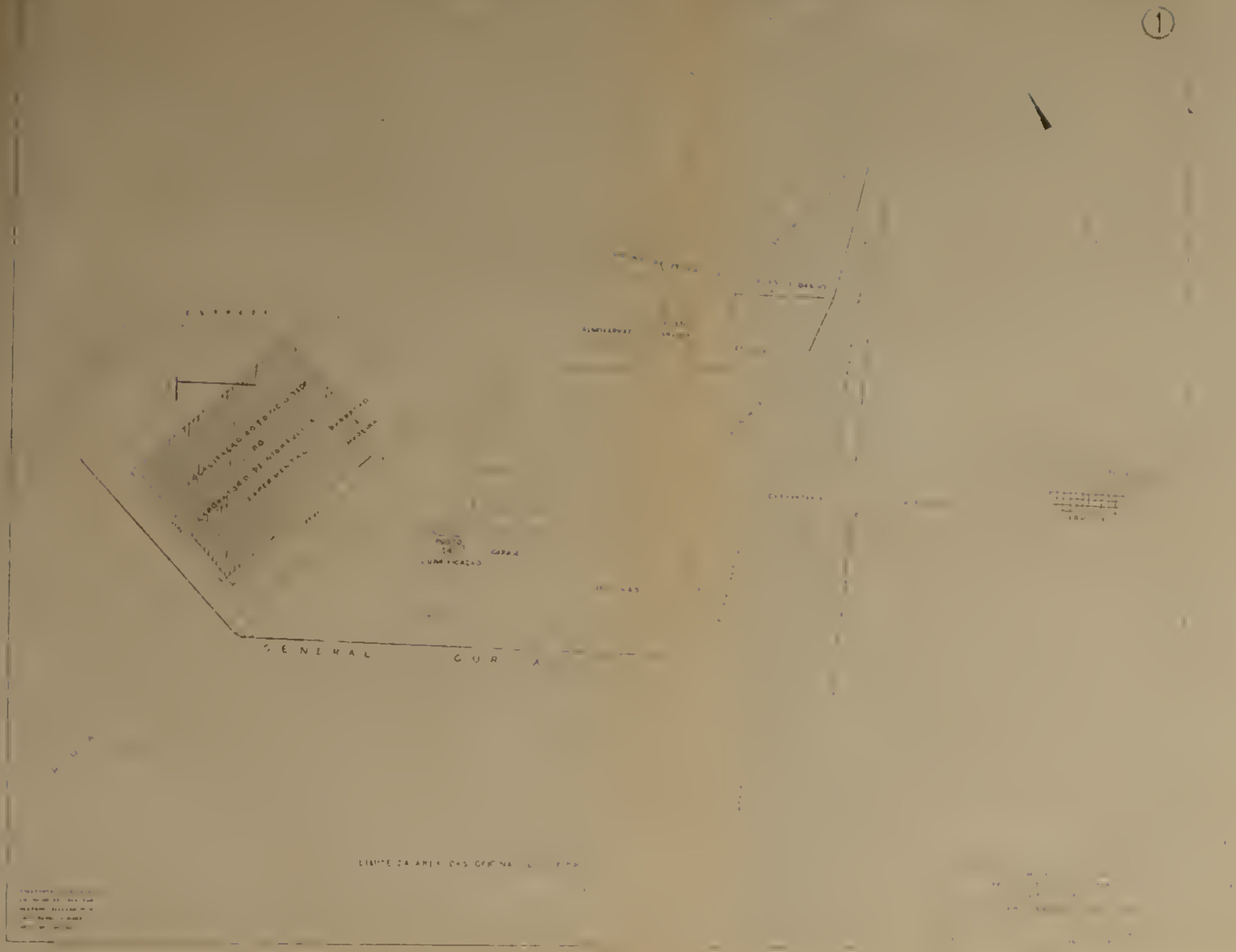
Gabinete do Engenheiro Chefe.

Hall e sala de espera.

Biblioteca.

Sala destinada à Secretaria.

Museu e sala de projeções.


1
GENERAL

Com os recursos concedidos no Orçamento da União para 1946, e dos quais sòmente foram distribuídos Cr$ ..... 1.000.000,00, foi construída tôda a estrutura de concreto armado do primeiro pavimento, parte da estrutura do segundo pavimento e sete caixas dágua, sendo seis para as experiências e uma para uso corrente.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Décimo Quarto Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-14)

Os serviços a cargo dêste Departamento nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais são executados por intermédio do Décimo Quarto Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-14) que, durante o ano de 1946, procedeu a fiscalização da exploração comercial dos portos de Niterói e Angra dos Reis, de que é concessionário o Estado do Rio de Janeiro, e a execução dos estudos e obras nos portos de São João da Barra e Cabo Frio, além dos vários serviços de rotina que, por regulamento, são da atribuição desta Repartição.

No Estado de Minas Gerais, nenhum serviço ou estudo foi executado, visto que os únicos levados a têrmo por êste Departamento estão localizados no vale do rio São Francisco, afetos portanto ao Décimo Distrito de Portos, Rios e Canais, como anteriormente já foi tratado.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Material	82.500,00	80.391,50	2.108,50
Obras	1.160.000,00	1.159.890,70	109,30

PÔRTO DE NITERÓI

I — CONTRATO

Ainda durante o ano de 1946, continuou o pôrto de Niterói sob o regime de concessão ao Estado do Rio de Janeiro, de conformidade com o disposto no Decreto n.º 16.962, de 24 de junho de 1925, havendo o respectivo Têrmo de Contrato sido assinado em 20 de julho e registrado pelo Tribunal de Contas em 23 de setembro dêsse mesmo ano.

Embora o referido Têrmo de Contrato obrigasse a conclusão das obras do pôrto até 23 de setembro de 1930, foram elas paralisadas antes da respectiva conclusão, encontrando-se ainda hoje nesse estado.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Nenhuma alteração verificou-se, durante o ano de 1946, no aparelhamento e instalações do pôrto de Niterói, cujas características são as seguintes:

Cais — de cavaletes de concreto armado, com 300,00 metros de extensão acostável, podendo ser dragado a uma profundidade de 8,00 metros em águas mínimas.

Armazéns — 2, com a área total de 3.440,00 metros quadrados.

Guindastes — 2, elétricos, de pórtico, sendo um para 1,5 toneladas e um para 5,0 toneladas.

Pontes rolantes — 4, com capacidade de 1,5 toneladas, e instaladas no interior dos armazéns.

Linhas férreas — de bitola de 1,00 metro, e com a extensão total de .... 2.200,00 metros.

Hidrantes — 11, com o diâmetro de 2 1/2", instalados ao longo do cais, com capacidade de descarga de 12.000 litros dágua por hora.

Estação Transformadora — de corrente elétrica, para fôrça e luz.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	276.804	263.241	— 13.563	517.025	465.098	— 52.927
Internacional	—	—	—	—	—	—
TOTAL	276.804	263.241	— 13.563	517.025	465.098	— 52.927

A comparação do movimento de mercadorias no pôrto de Niterói em 1946 com o do ano anterior, deixa ver um decréscimo sensível tanto na importação como na exportação por cabotagem, não apresentando o pôrto de Niterói, ainda nesse ano, movimento de mercadorias de ou para o estrangeiro.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	159	203	+ 44	—	—	—
Estrangeiros	—	—	—	—	—	—
TOTAL	159	203	+ 44	—	—	—

Do quadro acima, verifica-se ter aumentado o número de navios que freqüentaram o pôrto de Niterói em 1946, tomando como referência o movimento ocorrido em 1945, sendo todos êles de nacionalidade brasileira.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Niterói foi de 104 toneladas por metro, visto que, do movimento total de mercadorias no pôrto 697.200 toneladas foram movimentadas fora das instalações portuárias.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Niterói atingiu, em 1946, a CrS 248,70, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um aumento de CrS .. 187,40.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias arrecadadas no pôrto de Niterói, no ano de 1946, elevou-se a CrS 1.263.520,70, verificando-se, assim, um aumento de CrS .....

179.445,00 sôbre a importância total das taxas portuárias arrecadadas nesse mesmo pôrto em 1945.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — Ainda durante o ano de 1946, a exploração comercial do pôrto de Niterói se manteve pràticamente paralisada, não apresentando interêsse para a navegação, contribuindo também para isso o grande assoreamento que se verifica no canal de acesso e na bacia de evolução do pôrto.

A fim de corresponder melhor ao desenvolvimento comercial e marítimo, necessita o pôrto de obras de complementação e outras de ampliação, situando-se em primeiro plano a execução dos serviços de dragagem, a construção dos armazéns 1 e 4, a aquisição de três novos guindastes elétricos, sendo um para cinco toneladas e dois para duas e meia toneladas, a terminação das linhas férreas do cais, o calçamento da avenida externa do cais e dos pátios dos armazéns a construir, a reconstrução de vários trechos do cais de 2,00 metros e o atêrro atrás da cortina, e o prolongamento do cais de atracação até o estaleiro "Guanabara".

b) TOMADA DE CONTAS — A última tomada de contas do pôrto de Niterói refere-se ao exercício de 1929, quando ainda vigorava o antigo contrato para exploração do pôrto, feito à Companhia Brasileira de Portos.

Continuam em estudo as tomadas de contas atrasadas dêsse pôrto, cujo resultado final sòmente poderá ser conseguido depois de completada a necessária documentação a ser apresentada pelo Estado do Rio de Janeiro, concessionário do pôrto.

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — Durante o ano de 1946, vigoraram no pôrto de Niterói as tarifas portuárias aprovadas pela Portaria n.º 431, de 6 de junho de 1945, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, as quais foram alteradas, na taxa especial n.º 10 da tabela "N", pela Portaria n.º 652, de 10 de agôsto do mesmo ano, também dessa autoridade.

V — ESTUDOS

Durante o ano de 1946, foi procedido pelo Décimo Quarto Distrito de Portos, Rios e Canais o levantamento topo-hidrográfico de parte da enseada das Neves, no trecho em que se encontra em construção a fábrica da firma Tarrago & Martinez, para estudo de facilidades de acesso às embarcações.

PÔRTO DE ANGRA DOS REIS

I — CONTRATO

A execução das obras de melhoramento e a exploração comercial do pôrto de Angra dos Reis foram outorgadas ao Estado do Rio de Janeiro, em bases idênticas às do pôrto de Niterói, de acôrdo com a Autorização Legislativa n.º 4.902, de 31 de dezembro de 1924, sendo o respectivo contrato aprovado pelo Decreto n.º 16.691, de 24 de junho de 1925, e registrado pelo Tribunal de Contas em data de 23 de setembro dêsse mesmo ano.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Nenhuma alteração verificou-se, durante o ano de 1946, no aparelhamento e instalações do pôrto de Angra dos Reis, cujas características são as seguintes:

Cais — de estacas pranchas de aço, com 300,00 metros de extensão acostável, para profundidades de 8,00 metros em águas mínimas.

Armazéns — 2, com a área total de 2.860,00 metros quadrados.

Guindastes — 4, elétricos, de pórtico, sendo três de 1,5 toneladas e um de 5,0 toneladas de capacidade.

Pontes rolantes — 2, elétricas, com capacidade de 1,5 toneladas cada uma.

Linhas férreas — de bitola de 1,00 metro, com a extensão de 1.000,0 metros.

Silo para trigo — 1, com capacidade para 4.250,0 toneladas, pertencente ao Moinho Fluminense S. A.

Hidrantes — 8, instalados ao longo do cais, com capacidade de descarga de 8.000,0 litros dágua por hora.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	16.663	22.569	+ 5.906	740	535	— 205
Internacional	34.694	7.522	— 27.172	5.845	11.935	+ 6.090
TOTAL	51.357	30.091	— 21.266	6.585	12.470	+ 5.885

A comparação do movimento de mercadorias no pôrto de Angra dos Reis em 1946 com o do ano anterior, evidencia que enquanto se verifica um aumento sensível na importação por cabotagem, houve um decréscimo relativamente grande na exportação por cabotagem, e, inversamente, na importação internacional houve um decréscimo de tonelagem bem sensível, enquanto que na exportação internacional a tonelagem movimentada cresceu bastante.

No movimento total do pôrto, houve uma diminuição de tonelagem bastante grande, decorrente exclusivamente ao decréscimo da tonelagem de trigo importada em 1946 pelo pôrto de Angra dos Reis, que passou de 29.290,0 toneladas em 1945 para 2.420,0 nesse ano.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	91	109	+ 18	13.774	19.964	+ 6.190
Estrangeiros	26	26	0	39.216	79.868	+ 40.652
TOTAL	117	135	+ 18	52.990	99.832	+ 46.842

Do quadro acima, verifica-se que o número de navios que freqüentaram o pôrto de Angra dos Reis em 1946 foi um pouco maior do que o ocorrido em 1945, no que diz respeito aos navios nacionais, pois o número de navios estrangeiros foi exatamente o mesmo num e noutro ano. As respectivas tonelagens de registro foram, porém, maiores para os navios entrados no pôrto em 1946.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Angra dos Reis foi de 142 toneladas por metro.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Angra dos Reis atingiu, em 1946, a Cr$ 11.872,00, que comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta uma diminuição de Cr$ 117.442,20.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias arrecadadas no pôrto de Angra dos Reis, no ano de 1946, elevou-se a Cr$ 906.677,40, verificando-se, assim, um aumento de Cr$ 203.836,40 sôbre a importância total das taxas portuárias arrecadadas nesse mesmo pôrto em 1945.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — Durante o ano de 1946, processou-se normalmente a exploração comercial do pôrto de Angra dos Reis, muito embora sejam relativamente precárias as condições de profundidade dêsse pôrto, tendo os serviços estado a cargo do Estado do Rio de Janeiro, seu concessionário.

Para maior eficiência dos serviços portuários, indispensável se torna a realização de certos melhoramentos, tais como a dragagem do canal de acesso e da bacia de evolução do pôrto, de modo a mantê-los nas profundidades contratuais, o fornecimento de energia elétrica própria, para movimentação dos guindastes, pontes rolantes e iluminação dos armazéns e da faixa portuária, construção de três novos armazéns, sendo um interno e dois externos, melhoria dos serviços de distribuição dágua e aproveitamento das grandes áreas externas para depósito de carvão, minérios, etc.

b) TOMADA DE CONTAS — A última tomada de contas feita ao concessionário do pôrto de Angra dos Reis se refere ao período de 1 de novembro de 1934 a 31 de dezembro de 1939, estando sendo providenciada a preparação da necessária documentação para se processar a tomada de contas dos anos relativos ao período de 1940 a 1946.

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — Durante o ano de 1946, continuaram em vigor no pôrto de Angra dos Reis as tarifas aprovadas pela Portaria n.º 1.329, de 16 de novembro de 1943, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, até a data de 8 de março, quando passaram a vigorar, a título provisório, "ex-vi" da Portaria n.º 90, de 28 de janeiro de 1946, também do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, as tarifas aprovadas para o pôrto de Niterói, pelas Portarias n.º 431 e n.º 652, respectivamente, de 6 de junho e 10 de agôsto de 1945.

Em cumprimento às disposições do Decreto-lei n.º 3.844, de 20 de novembro de 1941, foi posta em vigor nesse pôrto a remuneração dos serviços de capatazias por mão de obra, de conformidade com a tabela proposta pela Administração do Pôrto de Angra dos Reis e aprovada pela Portaria n.º 90, acima citada.

PÔRTO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Prosseguiram, durante o ano de 1946, as obras para a construção do pôrto de São João da Barra, em sua primeira etapa, de acôrdo com o projeto e respectivo orçamento aprovados pelo Decreto n.º 12.840, de 10 de julho de 1943.

Consiste êsse projeto na construção de obras fixas para regularização do rio Paraíba do Sul, no trecho compreendido entre a sua foz e a cidade de São

João da Barra, num percurso de cêrca de seis quilômetros. Essas obras abrangem uma série de dezoito espigões, convenientemente dispostos nas margens do citado rio, e de quatro guias-corrente, destinados a encaminhar a corrente fluvial por um determinado canal com o fim de forçar a abertura da barra, em Atafona.

I — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Durante o ano de 1946, foram executados os seguintes estudos:

a) Novos levantamentos das ilhas do "Lima" e da "Convivência".

b) Sondagens hidrográficas no trecho do rio, compreendido entre a cidade de São João da Barra e o pontal de Atafona, numa extensão aproximada de seis quilômetros.

c) Relocação de estacas no alinhamento dos espigões E 17 e E 19, situados à margem direita do rio.

d) Observações de correntes locais.

OBRAS — Durante o ano de 1946, foram executadas as seguintes obras:

a) Prosseguimento da construção dos espigões E 17 e E 19, enraizados na margem direita do rio.

b) Reparo nos espigões E 11 e E 13 e nos enrocamentos construídos entre a margem direita do rio e a ilha da "Goiabeira", os quais foram ligeiramente avariados pela forte correnteza do rio, no período das grandes enchentes, em novembro último.

No avançamento dos espigões E 17 (com cêrca de 150 metros de extensão) e E 19 (com 380 metros de extensão), e nos reparos dos espigões E 11 e E 13 e dos enrocamentos referidos, foi empregado um volume de pedra de .... 4.927,000 metros cúbicos, distribuído do seguinte modo:

	m3
Espigão E 11 (reparação).....	120,000
Espigão E 13 (reparação).....	181,000
Espigão E 17 (construção).....	1.561,000
Espigão E 19 (construção).....	2.743,000
Enrocamentos (reparação)	322,000
	4.927,000

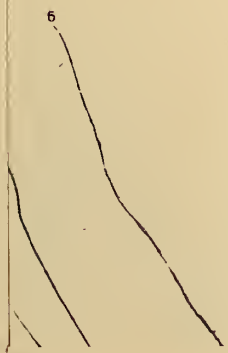
O fornecimento de pedra é, em geral, feito pela pedreira "Palestina", situada à margem do rio Paraíba do Sul, a uma distância para montante de cêrca de setenta quilômetros do local das obras, processando-se o transporte da pedra por meio de embarcações a vela, de pequeno calado e reduzida tonelagem, não comportando cada uma delas mais de 20 metros cúbicos de pedra.

Dadas as más condições de navegabilidade do rio, naquele percurso de pouca profundidade e bastante sinuoso, a inconstância de ventos favoráveis à navegação e o reduzido número de embarcações para o tráfego da pedra, êsse transporte fluvial, além de ser lento e precário, se torna também oneroso.

PÔRTO DE CABO FRIO

Os estudos e obras no pôrto de Cabo Frio, que vêm sendo realizados por êste Departamento, têm por finalidade a regularização dos canais interiores de navegação da lagoa de Araruama, de modo a facilitar a navegação em qualquer época e permitir o escoamento do sal e respectivos subprodutos, a principal riqueza da região.

Estando em cogitação, atualmente, a construção do pôrto do Fôrno no Arraial do Cabo, situado a umas sete milhas ao Sul da cidade de Cabo Frio, ficou abandonada a ideia de melhoramento das condições de acesso ao pôrto de Cabo Frio, prosseguindo sòmente o


6

D.N.P.R.C.
D.P.O

PLANTA TOPO-HIDROGRAFICA DA EMBOCADURA DO RIO PARAÍBA DO SUL

LEVANTAMTO EXECUTADO NO 1º SEMESTRE DE 1946 PELO 14º D.P.R.C.

ESC. 1/5000

OBSERVAÇÃO

SONDAGENS EM METROS E REDUZIDAS AO ZÉRO HIDROGRAFICO, ADOTADO PELA COMISSÃO MARTINS ROMEU, QUE SE ACHA 1 METRO ACIMA DA MARE MINIMA

melhoramento dos canais interiores acima referidos.

I — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Durante o ano de 1946, foram feitos novos estudos no pôrto de Cabo Frio, abrangendo a região desde a entrada da barra até o local denominado "Baixo Grande", na lagoa de Araruama, numa extensão de cêrca de nove quilômetros.

Êsses estudos consistiram no estabelecimento de uma rêde de triangulação, lançamento de uma poligonal com a extensão de 9.860,0 metros, estabelecimento de três réguas de maré, sendo uma na barra, outra no início do canal de "Itajurú" e a terceira no local denominado "Baixo Grande", e finalmente serviços de sondagens hidrográficas.

OBRAS — Durante o ano de 1946, as obras que vinham sendo executadas por êste Departamento no pôrto de Cabo Frio prosseguiram regularmente até o mês de setembro, quando foram interrompidas até a conclusão da revisão do projeto existente, em face dos novos estudos feitos.

Foram, assim, realizadas as seguintes obras:

a) Conclusão da terraplenagem da ilha da "Draga" numa área de 14.700,00 metros quadrados, sendo movimentados, aproximadamente, 800,000 metros cúbicos de areia.

b) Prosseguimento da construção do enrocamento de contenção, em tôrno do terrapleno acima referido, numa extensão de muro de 25,0 metros.

c) Reparos das extremidades dos espigões M 2, M 4 e M 6, enraizados na margem esquerda do canal de "Itajurú".

d) Extração de 100,000 metros cúbicos de pedra em matacão, do morro do "Telégrafo".

e) Reparos no enrocamento de pedra sêca e no capeamento do cais da doca "Santa Helena", à margem direita do canal de "Itajurú".

ESTADO DE SÃO PAULO

Décimo Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-15)

As atividades dêste Departamento no Estado de São Paulo são exercidas por intermédio do Décimo Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-15), com sede na cidade de Santos, o qual teve a seu cargo a fiscalização do contrato de concessão dos portos de Santos e São Sebastião. Nesse último pôrto, estão sendo executadas obras de reparação do cais construído, não tendo ainda sido pôsto em exploração.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	380.643,80	375.660,10	4.983,70
Material	23.500,00	20 284,10	3.215,90

PÔRTO DE SANTOS

I — CONTRATO

A concessão para a execução das obras de melhoramento e exploração comercial do pôrto de Santos foi dada à Companhia Docas de Santos pelos Decretos n.º 9.979 e n.º 966, respectivamente de 12 de julho de 1888 e 7 de novembro de 1890, sendo o primitivo contrato assinado com José Pinto de Oliveira e outros, que mais tarde organizaram a Emprêsa de Obras do Pôrto de Santos, em seguida transformada em sociedade anônima, com a denominação atual.

Êsse contrato primitivo, com as alterações introduzidas pelos Decretos número 74, n.º 942 e n.º 7.578, respectivamente, de 1891, 1892 e 1909, acha-se ainda em vigor. Em 1946, pelo Decreto-lei n.º 9.406, de 27 de junho, foi estendida à concessionária do pôrto a percepção do imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros, havendo o respectivo têrmo aditivo ao contrato de concessão do pôrto de Santos à Companhia Docas de Santos sido assinado em 25 de julho de 1946.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Dispõe o pôrto de Santos do seguinte aparelhamento e instalações:

Cais — com 5.074,20 metros de extensão acostável, sendo 1.305,31 metros para profundidades de 11,00 metros em águas mínimas, 451,15 metros para profundidades de 10,00 metros, 1.438,89 metros para profundidades de 8,00 metros e 1.878,85 metros para profundidades de 7,00 metros.

Armazéns — 56, sendo 28 internos e 28 externos, respectivamente com a área útil total de 58.423,00 e ..... 218.977,00 metros quadrados.

Armazém Frigorífico — 1, com .. 2.820,00 metros quadrados de área útil das câmaras frigoríficas, e capacidade útil de 9.200 toneladas.

Pátios — com a área total útil de ... 22.013,00 metros quadrados.

Outros armazéns — Com a área total de 9.172,00 metros quadrados.

Silo para trigo — 1, com a capacidade total de 12.000 toneladas.

Galpões para inflamáveis — com a área total de 5.180,00 metros quadrados.

Tanques para combustíveis líquidos — 42, com a capacidade total de .... 167.538 toneladas.

Tanques para gasolina — 10, com a capacidade total de 52.335 toneladas.

Tanques para querosene — 6, com a capacidade total de 14.957 toneladas.

Tanques para óleo de caroço de algodão — 8, com a capacidade total de .. 7.310 toneladas.

Tanques para gás-oil — 7, com a capacidade total de 19.746 toneladas.

Tanques para óleo crú — 3, com a capacidade total de 16.587 toneladas.

Tanques para óleo combustível — 8, com a capacidade total de 56.603 toneladas.

Guindastes elétricos — 106, com capacidades variáveis de 1 a 30 toneladas.

Guindastes à vapor — 5, sendo 2 de 1,5 toneladas, 1 de 2 toneladas e 2 de 3 toneladas.

Guindastes hidráulicos — 31, sendo 28 de 1,5 toneladas e 3 de 5 toneladas.

Cábrea — 1, para 80 toneladas.

Pontes rolantes — 121, sendo 118 para 1,5 toneladas, 2 para 2,5 toneladas e 1 para 0,5 tonelada.

Carregadores mecânicos de trigo — 6, sendo 4 para 60 toneladas por hora e 2 para 120 toneladas por hora.

Carregadores mecânicos de café — 6, com capacidade para 1.200 sacos por hora.

Locomotivas — 27, sendo 2 diesel e 25 a vapor.

Vagões — 226.

Carrinhos elétricos — 22.

Carrinho de tração manual — 922, sendo 100 de 4 rodas e 822 de 2 rodas.

Tratores a motor, sôbre pneumáticos — 11.

Cavalos mecânicos — 32.

Reboques para cavalos mecânicos — 102.

Caminhões — 20.

Ferry-boat — 2.

Rebocadores — 3, sendo 1 de 80 HP, 1 de 280 HP e 1 de 1.200 HP.

Lanchas — 7.

Barca dágua — 1, com capacidade para 500 toneladas.

Flutuantes — 12, para atracação de navios.

Oleoduto — 2.800,00 metros de extensão, desde Saboó a Alamôa, e com capacidade de 700 toneladas por hora.

Hidrantes — 156, espaçados entre si de 30,00 metros.

Abastecimento de óleo ao longo do cais — 10 tomadas duplas, com capacidade de descarga de 90 a 300 toneladas por hora.

Linhas férreas — 32.026,00 metros de bitola mista, 53.319,00 metros de bitola de 1,60 metros, 1.432,00 metros de bitola de 1,00 metro e 17.312,00 metros de bitola de 0,80 metros.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	742.384	724.568	— 17.816	309.761	284.555	— 25.206
Internacional	1.774.138	2.171.799	+ 397.661	1.226.712	1.622.455	+ 395.743
TOTAL	2.516.522	2.896.367	+ 379.845	1.536.473	1.907.010	+ 370.537

Pelo quadro acima, verifica-se que houve em 1946, tomando como referência o movimento do ano anterior, uma diminuição da tonelagem de mercadorias importadas e exportadas por cabotagem, enquanto que aumentou consideràvelmente o movimento de importação e exportação do comércio internacional.

No total, verifica-se que em 1946 houve um sensível aumento do movimento de mercadorias, sejam importadas, sejam exportadas, tomando como referência o movimento do ano anterior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	1.855	1.715	— 140	895.559	1.148.647	+ 25[illegible].088
Estrangeiros	693	959	+ 266	1.701.558	3.109.385	+1.407.827
TOTAL	2.548	2.674	+ 126	2.597.117	4.258.032	+1.6[illegible].915

Do quadro acima, verifica-se que o número de navios nacionais que freqüentaram o pôrto de Santos em 1946 foi inferior ao que se observou em 1945, muito embora a sua tonelagem total de registro tenha sido maior nesse ano de 1946. No que diz respeito aos navios estrangeiros, a quantidade e a respectiva tonelagem de registro foi maior em 1946 do que no ano anterior.

O movimento total de navios, em 1946, sobrepassou também os resultados verificados no ano anterior, seja em quantidade, seja em tonelagem de registro.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Santos foi de 946 toneladas por metro.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Santos atingiu, em 1946, a Cr$ 45.486.847,20, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um aumento de Cr$ 13.909.517,70.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias arrecadadas no pôrto de Santos, no ano de 1946, elevou-se a Cr$ 220.127.717,80, verificando-se, assim, um aumento de Cr$ ..... 88.846.267,90 sôbre a importância total das taxas portuárias arrecadadas nesse mesmo pôrto em 1945.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto de Santos continuou a ser feita, durante o ano de 1946, pela Companhia Docas de Santos, como concessionária que é dos respectivos serviços, processando-se os serviços portuários com grande perturbação.

Várias causas influiram para essa situação anômala, apontando-se como principais a deficiência de aparelhamento, o mau tempo freqüente, as greves repetidas e a chegada, desordenada como nunca, de navios com grandes carregamentos. Outras causas que também concorreram para atropelar os serviços, foram a falta de fornecimento de vagões, quer pela Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (antiga São Paulo Railway), quer pela Estrada de Ferro Sorocabana, e a dificuldade para fazer o expurgo dos cereais destinados à exportação, visto que sòmente se dispunha de aparelhagem para o expurgo de 7.000 sacos diários, quando as necessidades eram de, pelo menos, 20.000 sacos por dia.

No primeiro semestre de 1946, estêve bastante precário o serviço de dragagem contratual, devido à falta de aparelhagem e a dificuldade de combustível. Por vêzes sòmente estêve em serviço uma das dragas da Companhia Docas de Santos. Já no segundo semestre, a situação melhorou um pouco, devido a ter entrado em serviço a draga "Sandmaster", de propriedade dêste Departamento, e que foi arrendada à Companhia em aprêço.

Ainda nesse ano, verificaram-se reclamações contra a falta de profundidades junto a vários trechos do cais e contra a pouca eficiência dos guindastes hidráulicos, as quais, embora procedentes, exigem para sua solução a construção de novos trechos de cais e a montagem dos novos guindastes elétricos, já encomendados.

Do mesmo modo, houve reclamações contra os serviços de capatazia e de conferência de carga que foram constantes e procedentes. As turmas muito reduzidas de capatazia, com o pagamento por salário, deram em resultado uma baixa produção; a conferência mal realizada, com demora no fornecimento dos competentes recibos, deu razão a vá-

rias reclamações contra faltas e roubos.

Durante o ano de 1946, a situação de congestionamento do pôrto, que já se esboçava, apresentou-se com maior intensidade, tendo como causas diretas as razões acima apontadas como perturbadoras do andamento dos serviços. Durante o primeiro semestre, vários navios ficaram ao largo, à espera de trecho de cais para atracar. Em princípios de junho ficou, finalmente, limpo o estuário, mas por poucos dias, pois a 22 dêsse mês, nova greve, agora na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, fêz reaparecer a fila de navios ao largo, a princípio sujeitos a pequena demora, de dois dias apenas, situação essa que se agravou em 30 de julho, com uma outra greve nessa mesma Estrada de Ferro, elevando para oito dias a espera dos navios ao largo.

Nos últimos meses do ano, houve navios cuja espera foi especial, devido à falta de expurgo para os cereais destinados a embarque, e cujas esperas foram de vinte e mais dias.

Em dezembro, a fila de navios havia diminuído para menos de dez navios, mas os feriados do fim do ano e os dias de chuva fizeram piorar a situação, crescendo o número de navios ao largo e aumentando os tempos de espera.

Com a afluência de navios com grandes carregamentos verificou-se que sôbre o cais permaneceram, diàriamente, mercadorias cujo pêso foi superior a 100.000 toneladas, atravancando a faixa do cais e dificultando o próprio desembaraço das mercadorias.

b) TOMADA DE CONTAS — A última tomada de contas feita ao concessionário do pôrto de Santos, e que já se encontra aprovada, se refere aos exercícios de 1942 e 1943, tendo o seu resumo sido apresentado no Relatório do ano anterior.

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — Durante o mês de janeiro, vigorou no pôrto de Santos a tarifa portuária aprovada pela Portaria n.º 494, de 20 de setembro de 1940, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, com as modificações já consignadas em relatórios anteriores.

Pela Portaria n.º 37, de 26 de janeiro de 1946, foram aprovadas as tabelas da nova tarifa para o pôrto de Santos, cessando, assim, a cobrança da taxa adicional de 30% estabelecida pela Portaria n.º 504, de 27 de junho de 1945, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas.

Pouco depois, pela Portaria n.º 369, de 9 de abril de 1946, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, foi autorizada a aplicação, a título provisório, da taxa adicional de 9,5% sôbre as taxas da tarifa em vigor, para atender à majoração dos salários do pessoal portuário, excluída, porém, dêsse aumento a taxa de armazenagem interna.

A Portaria n.º 486, de 16 de maio, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, veio posteriormente retificar o item 10 da tabela "H" das tarifas aprovadas pela Portaria n. 97, acima citada, dando-lhe nova redação.

E, finalmente, pela Portaria n.º 621, de 2 de julho, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, foi determinada a suspensão da aplicação da taxa adicional de 9,5% a que se refere a Portaria n.º 369, acima citada. ficando a Companhia Docas de Santos autorizada a aplicar, a título provisório, sôbre as taxas da tarifa portuária em vigor, excluídas as relativas à armazenagem interna, a taxa adicional de 34%, acrescida, durante o prazo máximo de doze meses, de nove unidades em percentagem, a fim de atender à majoração de salários de todo o pessoal portuário da Companhia Docas de Santos.

Pelo Decreto-lei n.º 9.406, de 27 de junho de 1946, e a fim de não elevar ainda mais as taxas portuárias, para fazer face aos aumentos de salários de todo o pessoal portuário da Companhia Docas de Santos determinados pelo Govêrno Federal, foi estendida à concessionária do pôrto de Santos a percepção do produto do imposto adicional de 10%, sôbre os direitos de importação realmente devidos, a que se refere o Decreto n.º 24.577, de 4 de julho de 1934, como renda complementar do tráfego do pôrto, sendo pelo Decreto-lei n.º 9.472, de 15 de julho de 1946, aberto no Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ ... 24.000.000,00, para pagamento à Companhia Docas de Santos nos têrmos do Decreto-lei n.º 9.406, acima citado.

V — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Durante o ano de 1946, foram realizadas pelo Décimo Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais observações de maré e meteorológicas no pôrto de Santos.

OBRAS — Durante o ano de 1946 nenhuma obra foi realizada diretamente pelo Décimo Quinto Distrito de Portos, Rios e Canais, limitando-se os seus trabalhos, nesse setor à fiscalização das obras realizadas pela Companhia Docas de Santos.

Essas obras podem ser, assim, resumidas:

1. Dragagem — Foram dragados 949.050,000 metros cúbicos de lôdo, areia, tabatinga e cascalho, nas zonas do novo cais do Saboó, dos cais da ilha de Barnabé e Valongo e no cais fronteiro aos armazéns de ns. 6 a 15.

2. Prosseguimento das obras do cais do Saboó, em prolongamento ao trecho de 150 metros já construído.

3. Alargamento da faixa do cais entre Paquetá e o canal do Mercado, tendo sido realizada a cobertura do canal do Mercado em concreto armado, concluída a laje de ligação entre o cais velho e o novo, o atêrro, a rêde de abastecimento dágua aos navios, as linhas férreas e o calçamento.

4. Foram executados 313,0 metros de valetas, com assentamento de tubos de concreto de "Hume", de 0,m60 de diâmetro, para ampliação da rêde de esgôto de águas pluviais na ilha de Barnabé.

5. Foi concluída a rêde de distribuição de luz e fôrça na Alamôa, inclusive sub-estação transformadora e iniciado o aumento da rêde geral de distribuição de luz e fôrça.

6. Assentamento do terceiro trilho em linhas existentes e construção de novas linhas para atender ao serviço da bitola estreita.

7. Prosseguida a construção do armazém VII-A.

8. Concluída a construção do edifício do Centro Telefônico.

9. Construídos 702,0 metros lineares de muro divisório dos terrenos da Companhia Docas de Santos, no Valongo e em Jabaquara.

10. Concluído o aumento das sub-estações 1, 3, 5 e 7, tendo sido iniciado o aumento das sub-estações 6-A e 7-A.

11. Iniciada a construção da ponte de atracação do Ferry Boat no Saboó.

12. Iniciados os serviços para lançamento da rêde especial de telefones na ilha de Barnabé, entre tanques e navios.

13. Construídos 235,0 metros de linhas férreas de 1m,60 em Alamôa.

14. Concluída a construção do reservatório dágua de concreto armado, na ilha de Barnabé.

15. Iniciados os serviços para construção de diversas caixas de tomada de corrente para os guindastes elétricos, no trecho de cais entre os armazéns números 1 e 9.

16. Iniciada a construção de um depósito para explosivos entre Saboó e Alamôa, inclusive atêrro e linha férrea.

17. Iniciada a instalação para baldeação de combustíveis líquidos no Valongo.

18. Iniciada a construção da estação para carrinhos elétricos, entre o armazém n.º 4 e a casa de máquinas n.º 1.

19. Iniciado o aumento da estação de carga para carrinhos elétricos e vestiários para motorneiros e guincheiros, entre os armazéns ns. 15 e 16.

20. Concluída a construção de um grupo de casas geminadas no Monte Cabrão.

21. Reiniciados os serviços de atêrro dos terrenos baixios de Valongo.

22. Executados serviços de reparo no cais da ilha de Barnabé, devido ao incêndio ocorrido com o navio "Fort William"; nos armazéns internos 4, 5, 6, 7, 10, 12-A, 16, 17, 25 e 26; nos armazéns externos I, II, III, IV, V, VIII, IX, X, XI, XII, XIV, XV, XVII, XIX XX, XXI, XXIII e XXV; no primeiro e segundo grupo dos armazéns de contorno; nos armazéns para inflamáveis na Alamôa e na ilha de Barnabé; em várias dependências do frigorífico; e nos vários edifícios para escritórios, Almoxarifado, Oficinas e Residências.

PÔRTO DE SÃO SEBASTIÃO

I — CONTRATO

A construção das obras do pôrto de São Sebastião, bem como a sua exploração comercial, foi dada em concessão ao Estado de São Paulo pelo Decreto número 17.957, de 21 de outubro de 1927, e revalidado pelo Decreto n.º 23.820, de 2 de fevereiro de 1934, sendo o respectivo têrmo de Contrato assinado em 27 de setembro dêsse último ano, de conformidade com as cláusulas aprovadas pelo Decreto n.º 24.729, de 13 de julho do mesmo ano.

II — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — Ainda durante o ano de 1946 não foi iniciada a exploração comercial do pôrto de São Sebastião, apesar de ter o respectivo concessionário sido a isso autorizado, pelo Aviso n.º 1.041, de 1943, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas.

b) TOMADA DE CONTAS — A última tomada de contas feita ao concessionário do pôrto de São Sebastião abrange o período compreendido desde o início da construção do pôrto até 31 de dezembro de 1941, tendo sido aprovada pelo Aviso n.º 1.036, de 16 de abril de 1943, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas.

c) TARIFA PORTUÁRIA — Apesar de ter sido aprovada a tarifa para o pôrto de São Sebastião, pela Portaria n.º 90, de 1 de fevereiro de 1943, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, não entraram elas ainda em vigor, por não ter sido iniciada a exploração comercial do pôrto.

III — OBRAS

A construção do pôrto de São Sebastião se processou de acôrdo com o projeto aprovado pelo Decreto n.º 689, de 13 de maio de 1936, tendo ficado pràticamente concluída em meados do ano de 1942.

Entretanto, alguns meses depois, foram notadas várias trincas no vigamento do cais e, bem assim, abatimento do atêrro, em certos pontos, resultante de fugas da areia. Em 1945, foram iniciados os serviços de reparação das obras, consistindo em descobrir os ferros nos trechos comprometidos, restaurando-se a estrutura por meio de "cement-gun", os quais foram agora concluídos.

ESTADO DO PARANA'

Décimo Sexto Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-16)

Pelo Décimo Sexto Distrito de Portos, Rios e Canais, com sede em Paranaguá, êste Departamento exerceu suas atividades no Estado do Paraná e Território do Iguaçú — até a sua integração ao próprio Estado do Paraná —, durante o exercício de 1946, compreendendo a fiscalização do contrato de concessão do pôrto de Paranaguá, bem como a execução dos serviços de melhoramento do rio Iguaçú, em seu curso médio, entre Pôrto Amazonas, Distrito e Município de Palmeira, e a cidade de São Mateus do Sul, numa extensão de cêrca de 155 quilômetros.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	—	398.068,30	—
Material	206.000.00	183.980,60	22.019.40
Obras	1.425.000.00	1.424.898.80	101.20

PÔRTO DE PARANAGUA'

I — CONTRATO

A concessão do pôrto de Paranaguá continuou, em 1946, outorgada ao Estado do Paraná, por fôrça do Decreto n.º 12.477, de 23 de maio de 1917, revisto e consolidado pelo Decreto número 22.021, de 27 de outubro de 1932, tendo o respectivo têrmo sido assinado em 3 de dezembro dêsse mesmo ano.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Nenhuma alteração verificou-se, durante o ano de 1946, no aparelhamento e instalações do pôrto de Paranaguá, cujas características são as seguintes:

Cais — de estacas pranchas de concreto armado, com 500,00 metros de extensão acostável, para profundidades de 5,00 e 8,00 metros em águas mínimas.

Armazéns — 14, sendo 3 internos, com a área total de 6.600,00 metros quadrados, e 11 externos, com a área total de 21.126,00 metros quadrados.

Guindastes — 6, sendo 3 elétricos, com capacidade para 2 toneladas, e 3 a vapor, com capacidade para 4 e 6 toneladas.

Cábrea — 1, flutuante, com capacidade para 30 toneladas.

Pontes rolantes — 3, elétricas, com capacidade para 1,5 toneladas cada uma.

Locomotivas — 2, a vapor.

Vagons — 66, com capacidade para 1.356 toneladas.

Dala — 1, acionada à eletricidade ou à mão, para empilhamento de sacaria nos armazéns.

Tratores — 2, de 40 HP cada um, para manobra de veículos no cais.

Zorras — 12, para movimentação de volumes dentro dos armazéns.

Linhas férreas — de bitola de 1,00 metro, com a extensão de 6.940,0 metros.

Cais para inflamáveis — com 146,0 metros de extensão, para profundidade de 8,00 metros em águas mínimas, estando ainda desprovido das necessárias instalações para descarga e armazenamento de combustível.

Rebocador — 1, de 250 HP de fôrça.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	80.292	90.489	+ 10.197	109.033	100.166	— 8.867
Internacional	14.906	16.553	+ 1.647	61.432	98.611	+ 37.179
TOTAL	95.198	107.042	+ 11.844	170.465	198.777	+ 28.312

A comparação do movimento de mercadorias no pôrto de Paranaguá em 1946 com o do ano anterior, evidencia um sensível aumento no comércio de importação, tanto por cabotagem como internacional, bem como no comércio de exportação para o estrangeiro.

Ainda que tenha havido um pequeno decréscimo na exportação por cabotagem, o movimento total do pôrto de Paranaguá, em 1946, superou de muito o movimento do ano anterior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	665	591	— 74	203.624	194.398	— 9.225
Estrangeiros	117	138	+ 21	91.705	247.823	+ 156.118
TOTAL	782	729	— 53	295.329	442.221	+ 146.893

Do quadro acima, verifica-se que o número de navios estrangeiros que freqüentaram o pôrto de Paranaguá em 1946, bem como a sua tonelagem de registro, foi superior ao que se observou em 1945, havendo, porém, decrescido o número e tonelagem dos navios brasileiros.

Na freqüência total de navios, verifica-se que houve um menor número em

1946 do que no ano anterior, ainda que o total da tonelagem de registro fôsse maior naquele ano, do que em 1945.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Paranaguá foi de 611 toneladas por metro.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Paranaguá at ngiu, em 1946, a CrS 370.219,00, que, comparada com a arrecadação feita no ano anterior, apresenta um aumento de CrS 60.339,30.

Taxas portuárias — A renda bruta das taxas portuárias arrecadadas no pôrto de Paranaguá, no ano de 1946, elevou-se a CrS 4.711.037,70, verificando-se, assim, um aumento de CrS 1.559.416,70 sôbre a importância total das taxas portuárias arrecadadas nesse mesmo pôrto em 1945.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto de Paranaguá continuou a ser feita, durante o ano de 1946, de modo satisfatório, a cargo do Govêrno do Estado do Paraná, seu concessionário. Há, entretanto, certa deficiência no aparelhamento portuário especializado, o qual se ressente, em grande parte ainda, da deficiência do fornecimento de energia elétrica, em quantidade capaz de suprir não só o atual aparelhamento em serviço como, também, ao futuro aumento do aparelhamento portuário. O aumento sempre crescente do movimento do pôrto de Paranaguá leva a considerar a necessidade de ampliação do atual cais de atracação, numa extensão de cêrca de 300,00 metros.

A execução dessa extensão de cais e a aquisição de novos guindastes, locomotivas, carros-guindastes, empilhadores, etc. constituiu a relação-programa aprovada por V. Excia., conforme comunicação constante do Aviso número 1.618, de 2 de dezembro de 1946, a ser custeada pela taxa de emergência criada pelo Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945.

b) TOMADA DE CONTAS — A última omada de contas feita ao concessionário do pôrto de Paranaguá, e já aprovada, era, ao findar o exercício a que se refere êste Relatório, a relativa ao ano de 1942, já estando, porém, procedidas, mas dependentes de aprovação, as tomadas de contas referentes aos anos de 1943, 1944 e 1945. Até 31 de dezembro de 1942, o capital reconhecido do pôrto de Paranaguá atingia a CrS .... 16.982.695,35.

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — Durante o ano de 1946, estiveram em vigor as tarifas aprovadas pela Portaria n.º 82, de 15 de fevereiro de 1941, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, com as modificações constantes da Portaria n.º 687, de 21 de agôsto de 1945, até o mês de novembro, quando foram publicadas as novas tarifas do pôrto de Paranaguá, aprovadas por despacho de 6 de setembro de 1946, de V. Excia.

V — ESTUDOS E OBRAS

Durante o ano de 1946, foram completados os estudos na barra de Paranaguá e em parte do canal de acesso ao pôrto, em seu ancoradouro e ao longo do cais de atracação, de modo a constatar as profundidades aí existentes.

PÔRTO DE ANTONINA

I — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

As instalações portuárias de Antonina são constituídas por trapiches de

Tronco retirado do leito do rio Iguaçú

Espigões de faxina, para regularização do rio

Movimento portuário em Pôrto Amazonas

Madeira depositada em Pôrto Amazonas aguardando transporte ferroviário

propriedade de firmas particulares, que os exploram sem qualquer compromisso contratual.

Pela sua própria localização, dentro da baía de Paranaguá, e servindo a um hinterland comum ao do pôrto de Paranaguá, o pôrto de Antonina continúa a lhe fazer verdadeira concorrência, apresentando um movimento equivalente a 45,85% do daquele.

II — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Registraram-se os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	26.818	29.753	+ 2.935	70.276	74.777	+ 4.501
Internacional	21.882	1.828	— 20.054	32.937	33.933	+ 966
TOTAL	48.700	31.581	— 17.119	103.243	108.710	+ 5.467

Do quadro acima verifica-se que, comparados o movimento de mercadorias em 1945 e 1946, houve nesse último ano, no pôrto de Antonina, um pequeno aumento na exportação, tanto por cabotagem como para o exterior, bem como na importação por cabotagem.

A importação do exterior apresentou um decréscimo bem sensível, de modo que, no total, o movimento de mercadorias foi inferior ao do ano anterior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Registraram-se os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	425	522	+ 97	73.692	107.005	+ 33.313
Estrangeiros	72	36	— 36	44.545	29.443	— 15.102
TOTAL	497	558	+ 61	118.237	136.448	+ 18.211

Do quadro acima verifica-se que, tomando como referência o movimento de navios em 1945, houve em 1946 um aumento da quantidade de navios brasileiros e sua respectiva tonelagem de registro, ao mesmo tempo que decresceu a de navios estrangeiros e sua respectiva tonelagem de registro, verificando-se no total uma maior quantidade de navios nesse último ano.

c) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — Não houve arrecadação dêsse imposto, em Antonina, durante o exercício de 1946, havendo no ano anterior sido arrecadados Cr$ 99.126,20.

A arrecadação dêsse imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros, pelo concessionário do pôrto de Paranaguá, obrigava-o a manter a profundidade de 6,00 metros, em águas mínimas, no canal de acesso dêsse pôrto ao de Antonina.

MELHORAMENTOS NO RIO IGUAÇÚ

Além dos serviços que lhe são atribuídos pelo Regimento dêste Departamento, aprovado pelo Decreto número 20.501, de 24 de janeiro de 1946, o Décimo Sexto Distrito de Portos, Rios e Canais teve a seu cargo, ainda durante o ano de 1946, a execução dos serviços de melhoramentos no rio Iguaçú.

Tais serviços consistem na regularização do curso médio do rio, no trecho compreendido entre Pôrto Amazonas, Distrito e Município de Palmeira, e a cidade de São Mateus do Sul, numa extensão de cêrca de 155 quilômetros, tendo em vista o melhoramento de suas condições de navegabilidade.

Para execução dos melhoramentos do rio Iguaçú, foram levados a efeito, durante o ano de 1946, os seguintes estudos e obras:

a) ESTUDOS —

1. Prosseguimento do levantamento do vale do rio Iguaçú, à montante de Serrinha, compreendendo o estabelecimento de mais 50,8 quilômetros de poligonais e o levantamento de 624 secções transversais.

2. Prosseguimento do levantamento do rio Iguaçú, no trecho navegável, tendo ficado concluídos os trabalhos procedidos entre os quilômetros 5 e 26, e iniciando-se o trecho compreendido entre os quilômetros 40 e 80.

3. Prosseguimento dos estudos necessários à regularização, sendo desenhadas as plantas dos levantamentos topo-hidrográficos feitos, os quais já se estendem continuamente do quilômetro 0 ao 40.

4. Prosseguimento dos estudos hidrométicos, feitos nos postos hidro-pluviométricos estabelecidos em São José dos Pinhais, Guajuvira, João Eugênio, Serrinha e Pôrto Amazonas, onde foram instaladas réguas fluviométricas, cujas leituras foram feitas diàriamente às 7 e 19 horas, e onde foram efetuadas 67 medições de descarga.

Em 1946, foram ainda calculadas 400 medições de descarga, efetuadas na secção de Serrinha, e relativas aos anos anteriores, até 1941.

Em Pôrto Amazonas foram efetuadas, também, observações termométricas e barométricas, bem como de altura de chuvas.

b) OBRAS —

1. Tiveram prosseguimento os serviços de limpeza de margens e de desobstrução do leito do rio, tendo êsses últimos se reduzido ao trecho do km. 1 ao km. 5, de onde foram retirados 62 troncos de árvores grandes, 224 médios e 262 pequenos, perfazendo um total de 548 unidades. Os serviços de limpeza de margem foram feitos entre os km. 4 e 5, onde foi desmatada uma faixa de 10,0 a 20,0 metros de largura com um comprimento total de 279,0 metros, sendo 185,0 metros na margem direita e 94,0 metros na margem esquerda.

2. Foi feito um serviço de proteção de margem no trecho de Pôrto Velho, numa extensão de 140,0 metros (entre as estacas 364 e 369), sendo utilizado para êsse fim um volume de enrocamento de 330,000 metros cúbicos.

3. Tiveram também prosseguimento as obras de regularização do rio, no trecho de Pôrto Velho, aprovadas pelo Decreto n.º 19.621, de 18 de setembro de 1945. Foram construídos 48 espigões, sendo 21 na margem esquerda e 27 na margem direita, onde foram colocados 5.128,000 metros cúbicos de enrocamento.

Espigões do 5.º trecho do rio Iguaçú, vendo-se as câmaras de decantação completamente aterradas

Espigões de pedra no 6.º trecho do rio Iguaçú

4. Foi dado início ao projeto aprovado pelo Decreto n.º 22.216, de 3 de dezembro de 1946, para regularização do trecho do rio compreendido entre os km. 0 e 5, tendo sido cortadas ou adquiridas 3.000 estacas de madeira, com o diâmetro mínimo de 0,15 metros e o comprimento de 3,00 metros, no mínimo.

5. A conservação do aparelhamento, que foi feita parte nas oficinas do Décimo Sexto Distrito de Portos, Rios e Canais, e parte em oficinas particulares especializadas.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Décimo Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-17)

As atividades dêste Departamento no Estado de Santa Catarina são exercidas por intermédio do Décimo Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-17), com sede na cidade de Florianópolis, o qual teve a seu cargo, em 1946, a exploração comercial do pôrto de Laguna e a fiscalização dos contratos de concessão dos portos de São Francisco e Imbituba, o primeiro ainda em construção e o segundo já em fase de exploração. Além dessas atribuições, coube a êsse Distrito a fiscalização das obras de construção do pôrto de Itajaí, a execução das obras de canalização do rio Itajaí do Oeste e de melhoramentos em diversos rios, de abertura do canal Laguna-Araranguá, bem como a execução de estudos em diversos rios e canais do Estado.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Distrito de Portos, Rios e Canais.			
Pessoal	641.949,60	901.646,40	— 259.696,80
Material	1.408.100,00	1.357.752,20	50.347,80
Obras			
Dec-lei 6145-29-12-43	697.313,50	697.313,40	0,10
Dec-lei 7213-30-12-44	1.531.961,10	874.731,80	657.229,30
Dec-lei 8497-28-12-45	5.630.000,00	3.877.972,70	1.752.027,30
Adm. do Pôrto de Laguna.			
Pessoal	2.598.250,00	2.407.794,90	190.455,10
Material	400.000,00	399.168,10	831,90
Serviços e encargos	186.000,00	84.447,70	101.552,30

PÔRTO DE FLORIANÓPOLIS

I — CONTRATO

O pôrto de Florianópolis, situado na Capital do Estado, não é um pôrto organizado, não dispondo de instalações portuárias adequadas nem estando em exploração comercial.

II — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	31.063	23.975	— 2.088	34.086	47.420	+ 13.334
Internacional	—	—	—	1.450	255	— 1.195
TOTAL	31.063	28.975	— 2.088	35.536	47.675	+ 12.139

Pelo exame do quadro acima vê-se que houve em 1946, em comparação com o ano anterior, sensível aumento na exportação para o interior, havendo pequeno decréscimo na importação do interior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	544	277	— 277	241.179	78.769	— 162.410
Estrangeiros	10	1	— 9	2.369	800	— 1.569
TOTAL	554	278	— 286	243.548	79.569	— 163.979

Pelo exame do quadro acima vê-se que houve em 1946, em comparação com o ano anterior, um sensível decréscimo no movimento de navios, tanto nacionais como estrangeiros.

c) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos de importação* — A renda arrecadada no pôrto de Florianópolis por conta dêste imposto, durante o ano de 1946, subiu a CrS ..... 5.767,10, havendo pois um aumento de CrS 4.868,40 sôbre a renda do ano anterior.

Taxas portuárias — Nenhuma outra taxa portuária é cobrada, em vista de não se achar o pôrto em exploração.

III — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Foram executadas, nesse pôrto, pelo Décimo Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-17), no ano de 1946, observações hidrográficas e meteorológicas.

OBRAS — Além dos trabalhos de reparação e conservação do material existente nessa dependência dêste Departamento, foram executadas por êsse Distrito as obras complementares de Praínha, junto à cidade, e onde se procedeu posteriormente o atêrro da área conquistada, recuperando-se uma zona grandemente valorizada e saneando a cidade.

Os serviços, que estavam paralisados há cêrca de sessenta anos, foram reiniciados em 1942, quando êste Departamento os tomou a seu cargo, tendo reconstruído grande parte do cais e das galerias de esgotamento das águas pluviais. Êstes trabalhos foram pràticamente terminados em anos anteriores, prosseguindo-se então apenas com os serviços de atêrro, tendo sido colocados em 1946, 36.943 metros cúbicos de terra, escavados com escavadeiras mecânicas e transportados em caminhões.

Com o atêrro feito em 1946, eleva-se a 248.941 metros cúbicos o volume total colocado desde 1942, sôbre uma área de 74.490 metros quadrados.

PÔRTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

I — CONTRATO

O Estado de Santa Catarina é concessionário da exploração e construção dos melhoramentos do pôrto de São Francisco do Sul, de acôrdo com o Decreto n.º 6.912, de 1.º de março de 1941. O projeto e orçamento das obras foram aprovados pelo Decreto número 16.046, de 10 de julho de 1944, sendo a sua execução entregue, por contrato, à Companhia Construtora Nacional S. A.

II — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	30.895	48.739	+ 17.844	146.393	155.260	+ 8.867
Internacional	20.731	2.623	— 18.108	110.665	135.334	+ 24.669
TOTAL	51.626	51.362	— 264	257.058	290.594	+ 33.536

Comparando-se os dados referentes ao ano de 1946 com os referentes ao ano anterior, verifica-se que houve um decréscimo na importação do exterior e um aumento quase equivalente na importação do interior. Quanto à exportação verificou-se aumento tanto no comércio internacional como no de cabotagem.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	610	632	+ 22	167.445	208.389	+ 40.944
Estrangeiros	134	104	— 30	91.863	163.372	+ 71.509
TOTAL	744	736	— 8	259.308	371.761	+ 112.453

Pelo exame do quadro acima verifica-se que houve em 1946, em comparação com o ano anterior, um grande aumento na tonelagem total de registro, embora tenha sido menor o número de navios.

c) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos de importação* —

A renda total arrecadada por conta dêste imposto em 1946, no pôrto de São Francisco, elevou-se a CrS .... 11.200,10 — tendo havido um decréscimo de CrS 91.372,50 em comparação com a renda do ano anterior.

Taxas portuárias — Nenhuma.

III — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Pelo Décimo Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais foram realizadas em 1946, no pôrto de São Francisco, observações hidrográficas e meteorológicas.

OBRAS — Durante o ano de 1946 não foram realizadas obras por êste Distrito ficando a seu cargo apenas a fiscalização das que estão sendo executadas pela Companhia Construtora Nacional para construção do pôrto e por conta do seu concessionário. Foram colocados 19.985.000 metros cúbicos de atêrro, com o que se eleva a 56.335.000 metros cúbicos o volume total colocado desde 1945, e confeccionadas 394 estacas pranchas de concreto armado para constituição da cortina, das quais 55 foram cravadas e com o que se eleva a 716 o número de estacas já confeccionadas. Foram, ainda, confeccionadas 315 estacas dos cavaletes, das quais 39 foram cravadas.

O custo das obras executadas e pagas em 1946 foi de CrS 3.565.920,00, com o que se eleva a CrS 5.866.520,00 o total dispendido desde 1945, quando elas tiveram início.

PÔRTO DE ITAJAÍ

Estiveram a cargo do Décimo Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais (D. P. R. C.-17) nesse pôrto, além de estudos hidrográficos na barra e no canal de acesso ao pôrto, a fiscalização das obras de construção do cais e a execução das obras de reparação da draga Itajaí e do lameiro Guaraz e as de conservação das obras fixas de melhoramento dêsse pôrto.

I — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	33.755	38.586	+ 4.586	86.359	84.123	— 2.236
Internacional	—	3.345	+ 3.345	12.365	37.095	+ 24.730
TOTAL	33.755	41.931	+ 8.176	98.724	121.218	+ 22.494

Pelo confronto dos dados referentes ao ano de 1946 com os referentes ao ano anterior, verifica-se que houve um aumento geral no movimento de mercadorias no pôrto, embora se tenha registrado pequeno decréscimo na exportação para o interior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	363	366	+ 3	87.911	112.246	+ 24.335
Estrangeiros	31	59	+ 28	9.380	34.257	+ 24.877
TOTAL	394	425	+ 31	97.291	146.503	+ 49.212

Pelo exame do quadro acima verifica-se que o movimento de navios em 1946 foi bem maior que no ano anterior, tanto no número de navios como na tonelagem de registro.

c) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos de importação* — Durante o ano de 1946 a renda total arrecadada por conta dêste imposto foi de CrS 57.736,50, não tendo havido arrecadação dessa mesma taxa no ano anterior.

II — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Pelo Décimo Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-17), foram realizadas em 1946, observações hidrográficas e meteorológicas.

As plantas hidrográficas da barra e canal de acesso levantadas em 1946, em comparação com as dos anos anteriores, revelam uma diminuição de profundidades sôbre o banco da barra e o deslocamento do mesmo mais para o norte, não chegando, porém, a dificultar a navegabilidade do canal.

OBRAS — Durante o ano de 1946 foram fiscalizadas por êste Distrito as obras de construção do cais acostável do pôrto de Itajaí, cujo projeto foi aprovado pelo Decreto n.º 13.558, de 30 de setembro de 1943. As obras foram entregues, por contrato, à Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil "COBRAZIL", conforme o têrmo aditivo assinado em 27 de abril de 1944.

Durante o ano de 1946 foram executados, em prosseguimento a estas obras, os seguintes serviços: continuação da execução do enrocamento de arrimo do atêrro, tendo sido colocadas 38.697.417 toneladas de pedra; continuação da execução dos dois enrocamentos de fechamento, tendo sido neles colocadas 3.235.720 toneladas de pedra; execução dos cinco últimos painéis de amarração das cabeças das estacas do cais acostável; foi dado início à cravação das estacas do futuro armazém; execução de 213 metros lineares de acabamento do cais acostável. Foi paga à Companhia "COBRAZIL" a importância de CrS 3.035.420,00 pelos serviços executados durante o ano de 1946.

Pelo Décimo Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais foram, também, procedidas obras de conservação dos diques, molhes e espigões, que constituem as obras fixas executadas para melhoramento da barra e canal de acesso ao pôrto.

Prosseguiram, ainda, em 1946, os trabalhos de restauração da draga "Itajaí". Concluídas as obras no casco, foi a draga lançada ao mar em setembro de 1945, continuando êste ano, com a embarcação flutuando e atracada ao trapiche dêsse Distrito, os trabalhos complementares de restauração.

Em 1946, foram iniciados, também, os serviços de restauração do lameiro "Guaraz" que, como a draga "Itajaí",

vem sendo reparado por êste Distrito, depois de ter sido de novo pôsto a flutuar.

PÔRTO DE IMBITUBA

I — CONTRATO

Pelo têrmo de contrato assinado em 6 de novembro de 1942, de acôrdo com o Decreto n.º 7.842, de 13 de setembro de 1941, foram entregues em concessão à Companhia Docas de Imbituba a execução das obras e a exploração comercial do pôrto de Imbituba.

De acôrdo com o contrato passaram a fazer parte da concessão do cais as respectivas instalações para embarque de carvão, os guindastes do pôrto, os armazéns e depósitos, a usina elétrica e demais instalações portuárias existentes na ocasião da concessão.

Estas instalações foram, de conformidade com o Decreto-lei n.º 7.024, de 6 de novembro de 1944, consideradas de interêsse para a economia nacional e incorporadas ao Patrimônio da União.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

O aparelhamento do pôrto de Imbituba consiste no seguinte:

Cais — com 100 metros de extensão e 7,00 metros de profundidade;

Armazéns — 17, com área total de 6.249,64 metros quadrados, sendo 15 particulares e 2 pertencentes ao próprio pôrto;

Caixa de embarque — para embarque e desembarque de carvão, com capacidade para 3.000 toneladas;

Guindastes — 12, de vários tipos, com capacidade variando de 1,20 a 20 toneladas.

V — ESTUDOS E OBRAS

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	5.703	3.614	— 2.089	364.750	338.467	— 26.283
Internacional	—	—	—	—	100	+ 100
TOTAL	5.703	3.614	— 2.089	364.750	338.567	— 26.183

Pelo exame do quadro acima verifica-se que o movimento de mercadorias do pôrto de Imbituba durante o ano de 1946 foi menor que durante o ano de 1945.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	209	168	— 41	339.350	207.640	— 131.710

Verifica-se, pelo quadro acima, que nouve em 1946, um sensível decréscimo no movimento de navios, em relação ao ano anterior, tanto no número de embarcações como na tonelagem total de registro.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — O aproveitamento do cais do pôrto de Imbituba durante o ano de 1946 foi de 342 toneladas por metro de cais.

d) RECEITA — *Renda Bruta* — A renda bruta das taxas portuárias em 1946 subiu a Cr$ 5.488.854.05 ultrapassando, assim, de Cr$ 926.117,35 a arrecadação feita no ano anterior.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto de Imbituba está dada em concessão à Companhia Docas de Imbituba.

b) TOMADA DE CONTAS — Não foi feita tomada de contas ainda durante o ano de 1946.

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — Continuaram em vigor durante o ano de 1945 as tarifas portuárias aprovadas pela Portaria n. 491, de 14 de maio de 1943, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, com as modificações já consignadas nos relatórios anteriores, havendo sido autorizado, pela Portaria número 531, de 9 de julho de 1945, do mesmo Sr. Ministro, um acréscimo de 25% sôbre as taxas aprovadas.

V — OBRAS

Prosseguiram durante o ano de 1946 as obras de prolongamento do cais, cujos projeto e orçamento foram aprovados pelo Decreto n.º 14.059, de 24 de novembro de 1943. As obras estão sendo executadas pela Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas, sendo a fiscalização feita pelo Décimo Sétimo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-17) dêste Departamento.

PÔRTO DE LAGUNA

I — ADMINISTRAÇÃO

A exploração comercial do pôrto de Laguna foi feita, até 28 de fevereiro de 1946, pela autarquia denominada Administração do Pôrto de Laguna, subordinada diretamente ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Em virtude do Decreto-lei n.º 8.848, de 24 de janeiro de 1946, passando êsse pôrto a ser novamente explorado por êste Departamento, constituindo uma dependência do 17.º Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-17).

II — INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

O pôrto de Laguna acha-se aparelhado com as seguintes instalações:

Cais — com 300 metros de extensão acostável, para oito metros de profundidade em águas mínimas;

Armazéns — 2, sendo um pertencente ao próprio pôrto, com 1.600 metros quadrados de área útil e outro alugado, com 392 metros quadrados;

Carvoeiras — 3, com capacidade de 10.000 toneladas cada uma;

Guindastes — 4, elétricos, sendo dois de 5 toneladas e dois de 8 toneladas e 3 a vapor, sendo um de 15 toneladas e 2 de 5 e 7 toneladas;

Usina termo-elétrica — composta de 6 grupos geradores de 350 kw cada um.

Pátio para carga pesada — na faixa do cais com 4.500 metros quadrados;

Linhas férreas — tendo as internas 1.260 metros e as externas 5.000 metros de extensão, tôdas de bitola de 1,00 metro.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	20.714	20.004	— 710	158.626	170.678	+ 12.052
Internacional	—	—	—	—	1.822	+ 1.822
TOTAL	20.714	20.004	— 710	158.626	172.500	+ 13.874

Pela observação do quadro acima, verifica-se que houve em 1946 aumento na exportação, permanecendo a importação pràticamente inalterável, em comparação com o ano anterior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	308	313	+ 5	94.402	116.183	+ 21.781

Pelo exame do quadro acima verifica-se que o movimento de navios em 1946 foi pouco maior que o movimento no ano anterior.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946 o aproveitamento do cais do pôrto de Laguna foi de 642 toneladas por metro.

d) RECEITA — *Taxas portuárias* — A renda bruta das taxas portuárias subiu, em 1946, a Cr$ 2.673.141,40, o que representa um aumento de Cr$ 452.429,00 em relação à renda do ano anterior.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto de Laguna era exercida pela autarquia denominada Administração do Pôrto de Laguna, até que, em virtude do Decreto-lei n.º 8.848, de 24 de janeiro de 1946, passou a constituir, a partir de 1.º de março de 1946, uma dependência do 17.º Distrito de Portos, Rios e Canais.

Os serviços continuaram a se processar com regularidade, tendo sido tomadas as necessárias providências para a melhor eficiência dos serviços.

b) TARIFAS PORTUÁRIAS — Não houve, durante o ano de 1946, modificação nas tarifas do pôrto de Laguna.

V — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Foram realizados, em 1946, pelo 17.º Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-17) no pôrto de Laguna, os seguintes estudos:

a) Levantamento de planta das instalações existentes no pôrto, bem como o levantamento dos molhes — Norte e Sul.

b) Observações hidrográficas e meteorológicas.

OBRAS — Foram executados por êste Distrito, em 1946, os seguintes serviços:

a) Conservação dos molhes, diques e espigões do pôrto, que constituem as

obras de melhoramento, bem como a manutenção dos materiais pertinentes a êste serviço. Foram executados trabalhos de reenchimento nos molhes Sul, bem como serviços de reparação com a própria pedra deslocada dos locais da plataforma das obras castigadas pelo mar. O volume de pedra colocado ou movimentado foi de 4.500 toneladas. As despesas com êstes trabalhos montaram em Cr$ 453.103,60 sendo Cr$ .. 206.057,60 de "Restos a pagar de 1945". Ficou em depósito no Banco do Brasil o saldo de Cr$ 52.954,00.

b) Prosseguiram com intensa atividade os serviços de fixação das dunas existentes na área que interessa ao pôrto de Laguna. Antes do início da plantação foram executados e implantados 20,219 km. de cortinas de faxina; foram plantadas 88.739 mudas de diversas plantas. As despesas com a fixação em áreas novas montou em Cr$ 293.682,30, tendo sido recolhido um saldo de Cr$ 36.317,70. Com a conservação das dunas já fixadas gastou-se Cr$ 78.873,60, tendo sido recolhido um saldo de Cr$ 11.126,40.

ESTUDOS E OBRAS EM VÁRIOS RIOS E CANAIS

I — OBRAS DO CANAL LAGUNA-JAGUARUNA

Continuou em 1946 a dragagem do canal Laguna-Jaguaruna, que é um trecho do canal Laguna-Araranguá, tendo sido escavado durante o ano o volume total de 153.800 metros cúbicos. As despesas com êstes serviços montaram em Cr$ 827.918,90, restando um saldo no Banco do Brasil de Cr$ ..... 172.081,10.

II — DESOBSTRUÇÃO DE VÁRIOS RIOS

a) *Rios do sul do Estado*

Durante o ano de 1946 êste Distrito realizou trabalhos de desobstrução e limpeza em vários trechos dos rios Congonhas, Corrêas, Caverazinho, Caverá, Lage, Forquilha, Sangão e Araçatuba. Foram conservadas as extensões limpas e desobstruídas no ano de 1945 nos rios Sangão, Caverá, Caipora, Lageado, Araçatuba, Forquilha, Congonhas, Corrêas, Caverazinho, Lage, Ana Matias, Una, Valo.

Os trabalhos novos efetuados totalizaram 27,4 km. e a conservação dos serviços anteriores se estendeu a 56,88 km.

Êstes trabalhos, além de melhorarem o escoamento geral das águas da região e facilitarem a navegação que trafega nestes cursos dágua, drenaram grandes áreas de terras férteis, auxiliando os agricultores e criadores.

b) *Rios da bacia do Itajaí-Açú*

Os trabalhos de limpeza se efetuaram no córrego Simão dal Ri, no Ribeirão da Murta e no rio Itajaí-Mirim, totalizando 10,6 km.

III — CANALIZAÇÃO DO RIO ITAJAÍ DO OESTE

Prosseguiram de modo satisfatório, durante o ano de 1946, os trabalhos de canalização do rio Itajaí do Oeste. Os serviços executados consistiram em estudos topo-hidrográficos e hidrométricos e a execução das obras de acabamento e de conservação da barragem móvel de agulhas.

Em obras de acabamento se construiram as estruturas em alvenaria necessárias à instalação do equipamento mecânico de movimentação das agulhas, assim como as muralhas de defesa dos taludes das margens.

Devido à dificuldade de obtenção de pedra no lugar, procedeu-se à exploração direta de uma pedreira existente, com instalação de um britador acionado por energia elétrica.

As despesas com êstes trabalhos montaram em Cr$ 393.140,60, sendo Cr$ 94.961,50 de "Restos a pagar de 1945", tendo restado um saldo de Cr$ ..... 1.820,90 depositado no Banco do Brasil.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Décimo Oitavo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-18)

As atividades dêste Departamento, no Estado do Rio Grande do Sul, são exercidas por intermédio do Décimo Oitavo Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-18), com sede em Pôrto Alegre, a quem coube, em 1946, fiscalizar não sòmente o cumprimento do contrato de concessão, outorgado ao mesmo Estado, dos portos de Rio Grande, Pelotas e Pôrto Alegre, como também a execução das obras de melhoramento do pôrto de Santa Vitória do Palmar, dos rios Jaguarão e Jacuí e do arrôio Padre Doutor, e, bem assim, proceder aos estudos, apresentando projeto, de melhoramento do arrôio Santa Bárbara e de obras para saneamento da cidade de Pelotas.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	782.568,40	746.916,40	35.652.00
Material	851.000,00	849.414,60	1.585,50
Pl. Obras Equipamentos	2.900.000,00	2.870.212,40	29.787,60
Restos a pagar	518.924,80	278.695,50	240.229,30

PÔRTO DO RIO GRANDE

I — CONTRATO

Na conformidade do que determinava o Decreto n.º 24.617, de 9 de julho de 1934, foi assinado, em 17 do mesmo mês, o têrmo de contrato entre o Govêrno Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, para a novação das concessões outorgadas anteriormente ao mesmo Estado, reunindo-se em uma concessão única, dos portos de Rio Grande, Pelotas e Pôrto Alegre, nela compreendida a autorização para a realização de obras e de serviços de conservação e balizamento, por conta do Govêrno Federal, do canal marítimo da barra de Rio Grande, aos canais de navegação da Lagoa dos Patos, que dão acesso aos portos de Pelotas e de Pôrto Alegre, mediante a entrega, ao Estado, do produto do imposto adicional de 10% sôbre os direitos de importação, arrecadado nos referidos portos.

Êsse contrato de concessão, registrado pelo Tribunal de Contas em 13 de agósto de 1934, sofreu, posteriormente, ligeiras modificações, em virtude dos Decretos-leis de ns. 511, 1.166 e 6.029, respectivamente, de 23 de junho de 1938, 20 de março de 1939 e 24 de novembro de 1943.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Dispõe o pôrto de Rio Grande do seguinte aparelhamento e instalações:

Novo pôrto

Cais — com 1.770 metros de extensão para profundidades de 2 a 8 metros;

Armazéns — 13, com a área útil de 27.880 m2;

Entreposto frigorífico — 1, com a área útil de 800 m2;

Parque carvoeiro — 1, com a área útil de 13.200 m2;

Área útil dos pátios — 170.000 metros quadrados;

Guindastes — 25, sendo 3 de 5 toneladas e 22 de 2,5 toneladas;

Pontes rolantes — 22 de 2 toneladas;

Cábrea — 1 de 90 toneladas;

Linhas férreas — 12.600 metros de extensão com bitola de 1 metro;

Locomotivas — 5,

Vagões — 50;

Hidrantes — espaçamento, 120 metros; descarga horária — 30 e 60 toneladas por hidrante;

Transbordador — 1 de 100 toneladas por hora;

Rebocadores — 3, sendo 2 de 300 HP e 1 de 700 HP.

Antigo pôrto

Cais — com 638,20 metros de extensão para profundidade de 4,20 metros;

Armazéns — 5, com a área útil de 900 m2;

Área útil dos pátios — 10.000 metros quadrados;

Guindastes — 12, sendo 2 de 5 toneladas e 10 de 2,5 toneladas;

Linhas férreas — 1.500 m. de extensão com bitola de 1m.;

Hidrantes — espaçamento — 60 metros; descarga horária 30 e 60 toneladas por hidrante.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	370.319	386.321	+ 16.002	200.980	241.509	+ 40.529
Internacional	55.603	173.299	+ 117.696	127.977	214.852	+ 86.875
TOTAL	425.922	559.620	+ 133.698	328.957	456.361	+ 127.404

Assim, comparando-se o movimento de mercadorias no pôrto de Rio Grande em 1946, com o do ano anterior, verifica-se ter havido aumento geral, tanto na importação como na exportação.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	1.907	1.979	+ 72	910.305	864.367	— 45.938
Estrangeiros	481	695	+ 214	420.791	1.158.167	+ 737.376
TOTAL	2.388	2.674	+ 286	1.331.096	2.022.534	+ 691.438

Em 1946 houve, no pôrto de Rio Grande, uma diminuição, apenas, na tonelagem de registro dos navios nacionais que o freqüentaram, em relação à do ano anterior, verificando-se, no entanto, um aumento sensível não só no número de navios nacionais e estrangeiros, como da tonelagem de registro dêsses últimos, tudo em comparação ao que ocorreu no ano de 1945.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Rio Grande foi de 431 toneladas por metro.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — A importância relativa à cobrança dêsse imposto no pôrto de Rio Grande atingiu, em 1946, à de Cr$ 831.082,00, que comparada com a arrecadação feita no ano anterior apresenta um aumento considerável de Cr$ 639.216,10.

Taxas portuárias — a renda bruta arrecadada no pôrto de Rio Grande, em 1946, elevou-se a Cr$ 15.730.785,40, verificando-se, assim, um aumento bem apreciável de Cr$ 5.139.521,80 sôbre a importância total arrecadada nesse mesmo pôrto no exercício de 1945.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A exploração comercial do pôrto de Rio Grande continuou a ser feita, durante o ano de 1946, de modo satisfatório, pelo Estado do Rio Grande do Sul, seu concessionário.

Como obras novas, foi realizada a consolidação da plataforma do molhe de Oeste, do trecho entre o PK 3.031,10 e o PK 3.721,70, numa extensão de 690,60 metros, e onde foram consumidos 273.275 kg. de cimento, 691,868 m3 de areia grossa e 88.120 toneladas de pedra britada e prosseguida a construção do cais de saneamento, onde foram empregadas 3.806.710 toneladas de pedra, cravadas 249 estacas de concreto armado, fundida a laje de concreto numa extensão de 158 metros, assentados 6 cabeços de amarração e construídos 174,40 metros de cobertura.

Como obras de conservação, foram executados 552.700 m3 de dragagem, no Novo pôrto e no canal de acesso; foram construídas, para a fixação de dunas — lado leste — 2.715 m. de cêrca com touceiras de junco plantadas 441.830 varas de cedro e 2.950 de lomba verde; na conservação do molhe de Oeste, foram empregadas 1.084.660 toneladas de pedra miúda; na conservação da margem Oeste do canal do Norte, foram empregadas 205.850 toneladas de pedra; nas linhas férreas, foram substituídos 2.342 dormentes e 219 trilhos de 10 metros.

b) TOMADA DE CONTAS — Realizou-se, em setembro de 1946, a tomada de contas relativa ao exercício de 1944, do pôrto de Rio Grande, juntamente com a dos demais portos de concessão do Estado, a qual, depois de examinada devidamente por êste Departamento, foi submetida ao Ministério da Viação para aprovação.

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — Durante o ano de 1946, até novembro, foram aplicadas as tarifas portuárias aprovadas para o pôrto de Rio Grande e demais portos da concessão, pela portaria n.º 473, de 23 de junho de 1942, passando então a vigorar, em 1.º de dezembro do ano em relato, as novas tarifas aprovadas para os mesmos portos, pela portaria n.º 972, de 4 de novembro do mesmo ano.

PÔRTO DE PELOTAS

I — CONTRATO

A concessão para a construção e exploração do pôrto de Pelotas e mais

as concessões dos portos de Rio Grande e Pôrto Alegre constituem hoje uma concessão única, outorgada ao Estado do Rio Grande do Sul, "ex-vi" do Decreto n.º 24.617, de 9 de julho de 1934, cujo têrmo de contrato foi registrado pelo Tribunal de Contas em 13 de agôsto do mesmo ano.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Dispõe o pôrto de Pelotas do seguinte aparelhamento e instalações:

Cais — com 440 metros de extensão, dos quais apenas 300 metros, para profundidade de 6 metros, são utilizáveis, em virtude de freqüentes acidentes que tem sofrido;

Trapiches — 2, com uma extensão total de 134,40 metros;

Armazéns — 5, sendo 2 de concreto armado, 1 de alvenaria e 2 de madeira, com um total de área útil de .... 10.884,99 metros quadrados;

Pátio coberto — 1, com 340 metros quadrados;

Guindaste — o péssimo estado da estrutura do cais não permite o emprêgo de guindastes;

Linhas férreas — 722,27 metros, de bitola de 1 metro, em virtude do precário estado do cais, as linhas férreas existentes não são utilizadas.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	242.697	215.076	— 27.621	110.803	143.991	+ 33.188
Internacional	21.477	4.779	— 16.698	1.127	1.172	+ 45
TOTAL	264.174	219.855	— 44.319	111.130	145.163	+ 33.233

No movimento de mercadorias do pôrto de Pelotas em 1946, comparado com o do ano anterior, verifica-se ter havido um aumento de tonelagem sòmente na exportação. No total, o movimento de mercadorias verificado em 1946 foi inferior ao do ano anterior.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	976	926	— 50	378.479	444.134	+ 65.655
Estrangeiros	38	11	— 27	19.150	3.600	— 15.550
TOTAL	1.014	937	— 77	397.629	447.734	+ 50.105

Houve no pôrto de Pelotas uma diminuição sensível no número de navios nacionais e estrangeiros que o freqüentaram, no ano de 1946, em relação ao que ocorreu no ano anterior, tendo-se verificado, porém, uma tonelagem de

registro, dos respectivos navios, um pouco superior à do mesmo ano de 1945.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Pelotas foi de 743 tons. por metro.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — O produto dêsse imposto, durante o ano de 1946, foi de CrS 29.248,10, representando o mesmo um decréscimo de CrS 90.180,30 em relação ao arrecadado no ano anterior.

Taxas portuárias — A renda bruta arrecadada no pôrto de Pelotas, em 1946, elevou-se a CrS 2.841.515,20, verificando-se, assim, um aumento de CrS 280.971,00 sôbre a importância total arrecadada nesse mesmo pôrto, no ano de 1945.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — Dadas as condições precárias de um trecho de cais, numa extensão de 140 metros, continuou o serviço de carregamento e descarga de mercadorias a se fazer no outro trecho de cais de 300 metros e através dos trapiches "São Pedro" e "São Francisco" que juntos permitem a atracação em mais uma extensão de 134,40 metros.

Como obras novas, há apenas a registrar o início da construção do edifício que servirá de refeitório aos trabalhadores do pôrto, e a construção do oleoduto da Ipiranga S.A., já tendo sido, entretanto, aberta concorrência para a construção do novo cais e obras complementares, cujos projeto e orçamento se acham aprovados pelo Decreto número 20.438, de 22 de janeiro de 1946.

Como obras de conservação, foram executados, apenas, os serviços de dragagem no canal da Feitoria, na Bacia do Pôrto e no arrôio São Lourenço, num total de 164.470 metros cúbicos.

b) TOMADA DE CONTAS — Realizou-se, em setembro de 1946, a tomada de contas relativa ao exercício de 1944, do pôrto de Pelotas e dos demais portos de concessão do Estado do Rio Grande do Sul, a qual, depois de examinada devidamente por êste Departamento, foi encaminhada ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — Durante o ano de 1946, até novembro, foram aplicadas as tarifas portuárias aprovadas pela Portaria n.º 473, de 23 de junho de 1942, passando a vigorar, a partir de 1.º de dezembro do ano em relato, as novas tarifas aprovadas pela Portaria n.º 972, de 4 de novembro do mesmo exercício.

PÔRTO DE PÔRTO ALEGRE

I — CONTRATO

A concessão para execução dos melhoramentos e exploração comercial do pôrto de Pôrto Alegre e mais as concessões dos portos de Rio Grande e Pelotas constituem hoje uma concessão única, outorgada ao Estado do Rio Grande do Sul, "ex-vi" do Decreto número 24.617, de 9 de julho de 1934, tendo o respectivo têrmo de contrato sido registrado, pelo Tribunal de Contas, em 13 de agôsto do mesmo ano.

II — APARELHAMENTO E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Dispõe o pôrto de Pôrto Alegre do seguinte aparelhamento e instalações:

Cais — com 2.893,63 metros de extensão, dos quais 1.612,13 metros para profundidades de 4 a 5,50 metros, e .. 1.281,50 metros para profundidades de 2 a 3 metros;

Armazéns — 17, com a área útil de 23.608,90 m2;

Área útil dos pátios e plataformas — 12.406,10 m2;

Área útil do frigorífico — 3.258,90 m2;

Guindastes — 29, sendo 5 de 5 toneladas, 17 de 2,5 e 7 de 1,5 toneladas;

Linhas férreas — 7.150 m. com bitola de 1 metro;

Hidrantes — espaçamento 85 metros, descarga horária por hidrantes, 25 m3.

III — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	1.102.757	1.301.165	+ 198.408	497.576	553.748	+ 56.172
Internacional	85.506	83.530	— 1.976	78.498	210.586	+ 132.088
TOTAL	1.188.263	1.384.695	+ 196.432	576.074	764.334	+ 188.260

No movimento de mercadorias do pôrto de Pôrto Alegre em 1946, comparado com o do ano anterior, verifica-se ter havido uma diminuição de tonelagem sòmente na importação do estrangeiro. No total, porém, o movimento foi sensìvelmente superior ao de 1945.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	12.039	13.657	+ 1.618	819.499	893.420	+ 73.921
Estrangeiros	202	281	+ 79	78.853	272.788	+ 193.935
TOTAL	12.241	13.938	+ 1.697	898.352	1.166.208	+ 267.856

O movimento de navios, bem como a sua respectiva tonelagem de registro, no pôrto de Pôrto Alegre, em 1946, apresentou um sensível aumento em relação ao ano anterior, tanto para os navios nacionais como para os estrangeiros.

c) APROVEITAMENTO DO CAIS — Durante o ano de 1946, o aproveitamento do cais do pôrto de Pôrto Alegre foi de 841 toneladas por metro.

d) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos aduaneiros* — O produto dêsse imposto, durante o ano de 1946, foi de Cr$ 2.673.260,20, que comparado com o arrecadado no ano anterior apresenta um aumento considerável de Cr$ 1.550.984,00.

Taxas portuárias — A renda bruta arrecadada no pôrto de Pôrto Alegre, em 1946, elevou-se a Cr$ 18.261.250,50, verificando-se, assim, um aumento bem

apreciável de Cr$ 4.493.119,20 sôbre a importância total arrecadada no exercício de 1945.

IV — EXPLORAÇÃO COMERCIAL

a) SITUAÇÃO — A normalização dos transportes marítimos trouxe ao pôrto grande número de navios, causando várias vêzes congestionamento, o que sucedia, porém, mais pela má distribuição da navegação do que pròpriamente por falta de cais.

No início do ano de 1946, houve algumas greves nos serviços portuários, felizmente ràpidamente solucionadas pelo próprio Estado concessionário.

Não foram realizadas obras novas, tendo sido, apenas, demolido o pavilhão existente para dar lugar à construção do novo edifício destinado à Administração do Pôrto, cujos projeto e orçamento se acham aprovados pelo Decreto n.º 20.394, de 14 de janeiro de 1946; e, como obras de conservação, foram executados os serviços de dragagem no canal de Humaitá, de acesso ao rio Gravataí, num total de 6.685 metros cúbicos; o aumento de um sinal cego no referido canal; mudança de eixos e rodas em 5 guindastes; enrolamento novo de motores em 3 outros; ajustagem e retificação de engrenagens em 6 guindastes e pintura geral em 5 dêles; instalação de luz no pavilhão sanitário; consertos nas balanças de todos os armazéns; pintura das portas e das estruturas metálicas dos pátios; instalação de bebedouros em 8 armazéns; reforma dos alpendres dos armazéns B-1 e B-3; substituição de 90 metros de calhas do armazém C-2; reforma e substituição de cêrcas e portões de 2 pátios entre armazéns e reforço dos estrados e confecção de 20 novos estrados para as câmaras de carne e de peixe do Frigorífico.

b) TOMADA DE CONTAS — Realizou-se, em setembro de 1946, a tomada de contas relativa ao exercício de 1944, do pôrto de Pôrto Alegre e dos demais portos de concessão do Estado, a qual, depois de examinada devidamente por êste Departamento, foi encaminhada ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

c) TARIFAS PORTUÁRIAS — Durante o ano de 1946, até novembro, foram aplicadas as tarifas portuárias aprovadas pela Portaria n.º 473, de 23 de junho de 1942, passando a vigorar, a partir de 1.º de dezembro do ano em relato, as novas tarifas aprovadas pela Portaria n.º 972, de 4 de novembro do mesmo ano.

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E BALIZAMENTO DOS CANAIS INTERIORES

A — CONTRATO

A concessão outorgada ao Estado do Rio Grande do Sul, "ex-vi" do Decreto n.º 24.617, de 9 de julho de 1934, abrange, também, a autorização ao mesmo Estado para a realização de obras e de serviços de conservação e balizamento, por conta do Govêrno Federal, do canal marítimo da barra do Rio Grande aos canais de navegação da Lagoa dos Patos, que dão acesso aos portos de Pelotas e de Pôrto Alegre, mediante entrega do produto do imposto adicional de 10% sôbre os direitos de importação, arrecadado nos referidos portos.

B — OBRAS E SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO

Serviços de conservação — Durante o ano de 1946, foram executados pelo Estado do Rio Grande do Sul, concessionário dos serviços, os trabalhos de dragagem nos canais de Itapoã, do Jun-

co, do Leitão, das Pedras Brancas e do Cristal, num volume total de ..... 664.391,375 metros cúbicos.

V — ESTUDOS E OBRAS

ESTUDOS — Durante o ano de 1946 foram executados, pelo Décimo Oitavo Distrito de Portos, Rios e Canais (D. P.R.C.-18), dêste Departamento, os seguintes estudos:

a) *Observações hidrográficas e meteorológicas* — Foram feitas, com regularidade, observações de maré no pôrto de Rio Grande, com aparelhos instalados na Quarta Secção da Barra e no *novo pôrto*, tendo atingido, no primeiro pôsto, a maré máxima de 11,41 m e a mínima a — 0,48, e no segundo pôsto, a máxima de 1,11 e a mínima a — 0,11 m. Nos portos de Pelotas, Pôrto Alegre, São Borja e Santa Vitória do Palmar, bem como nos rios Jacuí e Jaguarão foram realizadas, também, com regularidade, durante o ano, observações de altura dágua ,tendo-se registrado, no pôrto de Pelotas, a máxima de 1,49 e a mínima de 0,14; no pôrto de Pôrto Alegre, a máxima de 1,55 e a mínima de — 0,06; no pôrto de São Borja, a máxima de 10,45 e a mínima de 0,77; no pôrto de Santa Vitória do Palmar, a máxima de 3,30 e a mínima de — 0,70; no rio Jacuí, em São Jerônimo, a máxima de 3,69 e a mínima de — 0,08; e no rio Jaguarão, a máxima de 3,90 e a mínima de — 0,30. Em todos êsses postos, foram feitas, concomitantemente, observações de temperatura, pressão, vento e altura de chuva.

b) *Projeto de obras para saneamento da cidade de Pelotas e melhoramentos do arrôio Santa Bárbara* — Em linhas gerais, o projeto elaborado consiste do seguinte:

1. Desvio do arrôio "Santa Bárbara", desde a ponte da E.F. para Monte Bonito, para fora do perímetro urbano, isto é, pelo lado direito da E.F. para Rio Grande;

2. Atêrro do atual leito do "Santa Bárbara", construção de cavalete revestido para esgôto fluvial, e avenida;

3. Construção de canal navegável para — 3,50 m., com 40 metros de largura, com águas em 0,0 m — e bacia de evolução com 90x100 m. e mais um trecho para — 2,50 m., com 25 metros de largura, e bacia de evolução de 30x60 metros;

4. Construção de canalete de escoamento do banhado do "Santa Bárbara";

5. Recuperação do banhado "Santa Bárbara", por drenagem (500 ha);

6. Construção de barragem, formando, na parte superior do banhado, um reservatório de compensação, para "chasse" do canal de navegação. no qual ainda serão feitos os despejos das fábricas que atualmente o fazem no arrôio;

7. Construção de dique de terra na cota de + 4,00 metros entre a ponte sôbre o São Gonçalo e final do cais de saneamento, também incluído no projeto;

8. Elevação para a cota de + 3,30 m., considerada como mínima das estacadas da D.V.F. e do C.A.D.E.M.;

9. Construção de duas casas para bombas — uma na atual boca do arrôio "Santa Bárbara" e outra na do arrôio "Pepino";

10. Desvio do arrôio "Pepino" para o lado esquerdo do atêrro da estrada de rodagem para Rio Grande e construção de dique de terra.

O orçamento das obras em aprêço monta a Cr$ 16.569.395,00.

OBRAS — Durante o ano de 1946 foram executadas, pelo Décimo Oitavo Distrito de Portos, Rios e Canais (D. P.R.C.-18), dêste Departamento, as seguintes obras:

a) Prosseguimento da construção do pôrto de Santa Vitória do Palmar — Os trabalhos de construção do pôrto não tiveram o desenvolvimento esperado, devido às chuvas, ao atraso no recebimento das verbas, dificuldade de pessoal e, principalmente, em virtude da elevação das águas e dos grandes temporais que paralisaram completamente as obras do cais e diminuiram consideràvelmente as de construção da estrada de acesso.

Os trabalhos alí realizados, em 1946, podem ser assim resumidos: no *cais de atracação* — foram feitos 32,400 m3 de escavação, executados 41 m3 de alvenaria para fundação e 25 m3 de alvenaria de elevação, estando já o cais com uma extensão de 125 m.; *na ponte* — foram colocados os restantes 219 m. de corrimão; *na estação de desembarque* — foi feita a calçada em tôrno do prédio, com 126,80 metros de comprimento, estando pràticamente terminada a construção dêste, de vez que faltam apenas os pisos do armazém 2, da cozinha, do refeitório e da casa de máquinas; *na estrada de acesso ao pôrto* — prosseguiu o serviço de enleivamento do atêrro, do lado direito, que atingiu o total de 700 metros, dos quais 180 metros foram executados no exercício passado, tendo sido cortados e colocados 53.455 torrões de leivas; *na estrada de acesso à cidade de Santa Vitória do Palmar* — que vem sendo construída como obra complementar do pôrto, foi concretada uma extensão de 567 metros, estando assim concluídos 2.130 metros de estradas, cêrca de metade da extensão total; *material para as obras* — aportaram 26 batelões com um total de 2.106 toneladas de cimento, areia, pedra britada e moellou; *reparos da aparelhagem* — durante o ano sofreram reparos: o drag-line PG-100, a locomotiva O.K., os três caminhões, 3 balsas, 2 botes, 2 motores de pôpa, 6 bombas — motor, os rebocadores "Iguaçú", "Jaguarão" e "Santa Vitória" e o batelão n.º 1.

b) Melhoramentos do rio Jaguarão — Os trabalhos de regularização do rio Jaguarão decorreram sem acidentes durante o exercício. Nos primeiros meses do ano, porém, as obras dos espigões estiveram paralisadas, e a pedreira, nesse período, produziu, apenas, um quarto do normal, tudo em virtude da falta de pessoal. Já em maio a produção aumentou consideràvelmente, normalizando-se em junho todos os serviços. A enchente ocorrida em agôsto foi um fenômeno auspicioso para o efeito daquelas obras, pois desde 1941 que o rio Jaguarão estava em regime de estiagem, e, portanto, sem "chasse" para o trabalho dos espigões, dos quais dez se encontram terminados, sendo que ao n.º 10, porém, ainda faltam 10 metros para alcançar o comprimento do projeto.

Os resultados obtidos com êsses melhoramentos têm sido os mais animadores, verificando-se o aprofundamento do canal de navegação, conforme fôra previsto. O novo trecho de rio a ser melhorado, em seguida, tem de ser atacado simultâneamente por ambas as margens, cabendo, assim, aos Govêrnos brasileiro e uruguaio acertarem o início das respectivas obras.

Os trabalhos realizados em 1946 podem, assim, ser resumidos: *espigão número* 8 — colocados 625 m3 de pedra; *espigão n.º* 10 — colocados 736 m3 de pedra e *espigão n.º* 11 — colocados 29

m3 de pedra; *produção da pedreira* — explorada diretamente pelo Décimo Oitavo Distrito de Portos, Rios e Canais, (DPRC-18), foi de 2.629,300 m3 de pedra bruta e 907,500 m3 de cascalho, tendo saído 2.182 m3 de pedra para os espigões, 540 m3 de pedra britada para as obras do pôrto e estrada de Santa Vitória, e 103,250 m3 de pedra britada para serviços locais; *estrada de acesso à pedreira* — continuaram os serviços de conservação da estrada; *serviços diversos* — foram feitas reparações nas balsas de transporte de pedra, ajustados os motores de compressor de ar, da draga "Arrôio Grande", do drag-line "O.K." e o da lancha "Estrêla".

c) Regularização do rio Jacuí — As obras de regularização do rio Jacuí na confluência do rio Taquarí, em frente a São Jerônimo, foram muito prejudicadas, durante o ano, devido à falta de pessoal, acidentes nos motores do compressor e no da lancha de reboque e, principalmente, em conseqüência das enchentes que ameaçaram cobrir o ilhéu donde é extraída a pedra para as mesmas obras, obrigando a retirada de todo o material com paralisação dos serviços por 20 dias. Entretanto, os resultados alcançados com os melhoramentos têm sido os mais promissores, relevando salientar os seus efeitos no trecho do canal, fronteiro a São Jerônimo, que, anualmente, deveria ser dragado em virtude do assoreamento rápido e constante que se formava, já não foi mais necessária a sua dragagem, permitindo todo o ano a franca passagem das embarcações que demandavam o pôrto do Conde.

Podem, assim, resumidos os trabalhos executados em 1946: *na derrocagem do ilhéu fronteiro a São Jerônimo* — os furos para os tiros de dinamite alcançaram uma profundidade total de 488 metros, e a produção elevou-se a 1.633,800 m3 de pedra; *no guia — confluência Jacuí-Taquarí* — houve reparação de um trecho do enrocamento, abatido na última enchente, com o emprêgo de 68 m3 de pedra; *na construção dos espigões* — prosseguiram os trabalhos de construção do espigão número 3, com o emprêgo de 138 m3 de pedra, e iniciou-se a construção dos espigões ns. 4 e 6, nos quais foram empregados 282 e 22 metros cúbicos de pedra, respectivamente; *no guia corrente* — prosseguiu a sua construção; tendo o mesmo sido prolongado, pois, pelos efeitos produzidos pela enchente, tornou-se necessário dar-lhe maior extensão e elevar a cota de coroamento, empregando-se nessas obras um total de 1.123,800 m3 de pedra; *em serviços diversos* — se acham compreendidos os de reparação do compressor de ar e da lancha "Pelotas", os de reforma da balsa de transporte da pedra, de calafetação, da mudança de táboas de 2 botes, e os de construção de nova casa para abrigo do compressor.

d) Dragagem do arrôio "Padre Doutor" — Reiniciados em maio, prosseguiram regularmente os serviços de abertura do canal, o qual já se apresenta aberto em tôda a sua extensão (1.657 m), com uma largura na superfície de 11 metros em média e com uma profundidade de — 2,00, tendo sido escavados, pela draga "Mirim" e pelos dois drag-lines, um volume total de .. 12.941 metros cúbicos; o material encontrado — argila compacta.

PÔRTO DE SÃO BORJA

As obras do pôrto de São Borja constam de um cais em rampa, do edifício da Administração e de uma estrada de acesso, tendo sido o cais e o edifício

entregues ao Ministério da Fazenda, e a estrada, à Prefeitura Municipal de São Borja.

I — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	3.895	7.111	+ 3.306	136	59.044	+ 58.908
Internacional	597	242	— 355	1.564	71.734	+ 70.170
TOTAL	4.402	7.353	+ 2.951	1.700	130.778	+ 129.078

Assim, comparando-se o movimento de mercadorias no pôrto de São Borja em 1946 com o do ano anterior, verifica-se ter havido um aumento extraordinário na exportação, tanto na de cabotagem como para o estrangeiro, um aumento menor na importação de cabotagem e uma diminuição na do estrangeiro.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	813	1.534	+ 721	7.455	11.148	+ 3.693
Estrangeiros	38	122	+ 84	146	515	+ 369
TOTAL	851	1.656	+ 805	7.601	11.663	+ 4.062

Pelo quadro acima, verifica-se que houve um aumento bem sensível não só no número dos navios nacionais e estrangeiros que freqüentaram o pôrto de São Borja em 1946, como na tonelagem de registro dos mesmos, tomando-se como referência o movimento do ano anterior.

ESTADO DE MATO GROSSO E TERRITÓRIO DE PONTA PORÃ

Décimo Nono Distrito de Portos, Rios e Canais (DPRC-19)

Os serviços dêste Departamento no Estado de Mato Grosso e Território de Ponta Porã, continuaram durante o ano de 1946 afetos ao Décimo Nono Distrito de Portos, Rios e Canais. Foram bastante reduzidos os serviços executados na área sob a jurisdição dêste Distrito, devido à dificuldade de comunicações e à falta de pessoal técnico. Ainda durante o ano de 1946 não puderam ter início, como estava previsto, as obras de melhoramento do rio Cuiabá e dos portos da região.

BALANÇO DAS VERBAS

NATUREZA DA VERBA	DISTRIBUIDA	DISPENDIDA	SALDO
	Cr$	Cr$	Cr$
Pessoal	117.346,40	76.364,00	40.982,00
Material	39.500,00	5.844,20	33.655,80
Obras	10.000,00	—	10.000,00

PÔRTO DE CORUMBA'

I — CONSTRUÇÃO

O projeto e respectivo orçamento para execução das obras do pôrto de Corumbá foram aprovados pelo Decreto n.º 15.369, de 13 de abril de 1944, em substituição aos anteriormente aprovados pelos Decretos números 7.473, de 2 de julho de 1941 e 12.221, de 12 de abril de 1943.

Para as despesas com a execução dêste projeto foi aberto um crédito especial de Cr$ 6.000.000,00 pelo Decreto-lei n.º 3.115, de 13 de março de 1941, o qual se acha revigorado até o fim do exercício de 1946 pelo Decreto-lei n.º 6.802, de 17 de agôsto de 1944.

As obras foram entregues por concorrência à firma B. Dutra & Cia. Ltda., conforme o têrmo de ajuste assinado em 26 de setembro de 1944. As obras em aprêço não tiveram início em 1945 como estava previsto, tendo a firma contratante feito, apenas, a instalação de um escritório de emergência, verificações no fundo do rio, no local da construção do cais, com escafandro e roçada dos morrotes onde se pretendia fazer o empréstimo de atêrro.

Não se tendo verificado a ocorrência de arenito no local da construção do cais, nas profundidades indicadas para elaboração do projeto, está o assunto em estudos neste Departamento, não tendo ainda em 1946 sido realizada nenhuma obra.

II — ESTATÍSTICA

a) MOVIMENTO DE MERCADORIAS — Foram registrados os seguintes dados:

COMÉRCIO	IMPORTAÇÃO ton.		DIF.	EXPORTAÇÃO ton.		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Cabotagem	2.480	1.214	— 1.266	226	283	+ 57
Internacional	12.182	8.032	— 4.150	2.532	4.857	+ 2.325
TOTAL	14.662	9.246	— 5.416	2.758	5.140	+ 2.382

Comparando-se os dados de 1946 com os do ano anterior, verifica-se que houve considerável decréscimo na importação, devido em parte à paralisação quase completa de importação de farinha de trigo da República Argentina, notando-se, porém, um aumento na exportação, devido em parte à maior saída de ferro gusa.

b) MOVIMENTO DE NAVIOS — Foram registrados os seguintes dados:

NACIONALIDADE	QUANTIDADE		DIF.	TONELAGEM		DIF.
	1945	1946		1945	1946	
Brasileiros	598	557	— 41	63.680	59.556	— 4.124
Estrangeiros	9	2	— 7	1.499	275	— 1.224
TOTAL	607	559	— 48	65.179	59.831	— 5.348

Verifica-se pelo quadro acima que houve um considerável decréscimo no movimento de navios no pôrto de Corumbá, em 1946, em relação ao ano de 1945.

c) RECEITA — *Imposto adicional de 10% sôbre os direitos de importação* — A arrecadação feita em 1946 por conta dêste imposto subiu a Cr$ 37.581,60, notando-se, pois, uma diferença para menos de Cr$ 11.192,20 em relação à arrecadação do ano anterior, que foi de Cr$ 48.773,80.

III — ESTUDOS

a) Altura das águas do rio Paraguai — Conforme observações de altura do rio Paraguai feitas pelo Sexto Distrito Naval, sediado em Ladário, conclue-se terem sido durante o ano de 1946, de 4,155 m a maior cheia e 0,910 m a maior estiagem, verificadas respectivamente nos dias 15 de julho e 10 de agôsto.

De acôrdo com as observações feitas na ponte do Arsenal de Marinha de Ladário, desde o ano de 1900, a maior cheia verificada no rio Paraguai ocorreu em 20 de maio de 1905, atingindo as águas a altura de 6,665 m. e a maior estiagem ocorreu no dia 7 de outubro de 1909, atingindo as águas a altura de 0,210 metros.

b) Principais obstáculos à navegação — O quadro seguinte fornece as profundidades dos passos desde a foz do rio Apa até o Pôrto de Corumbá, observada pelos práticos da Marinha de Guerra, pertencentes à Base Naval de Ladário, na última viagem do n/m "Uruguai" do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, saído de Montevidéo em 29 de novembro de 1946 e chegado neste pôrto a 21 de dezembro de 1946.

DATA	PASSO	SONDAGEM		OBSERVAÇÕES
		HORAS	ALT. EM PÉS.	
16-12-46	Itapocuguassú	05,20	8	Em águas paraguaias
16-12-46	Confluência	06,15	10	» » »
17-12-46	Cambá Nopá	02,10	12	» » »
17-12-46	Guassú Cancha	09,10	15	» » »
17-12-46	Algodoal	15,00	12	Em águas brasileiras
17-12-46	Sombreiro	19,55	12	» » »
18-12-46	Pôrto Novo	19,30	17	» » »
18-12-46	Santa Fé	04,50	8,5	» » »
18-12-46	Biguá	05,15	9	» » »
18-12-46	Rebojo Grande	06,05	15	» » »
18-12-46	Rio Verde	06,45	12	» » »
18-12-46	Coimbra Passo	07,45	10	» » »
18-12-46	Piúvas	11,10	10	» » »
18-12-46	Conselho	14,40	12	» » »
20-12-46	Jacaré	08,00	11	» » »
20-12-46	Abrigo	12,25	13	» » »
20-12-46	Albuquerque	14,05	12	» » »
20-12-46	Tira Catinga	18,20	10.5	» » »
21-12-46	Formigueiro	05,00	13	» » »
21-12-46	Rabicho	07,00	9	» » »
21-12-46	Limoeiro	—	18	» » »
21-12-46	Corumbá (Pôrto)	—	—	Não foi sondado.

PROGRAMA DE ESTUDOS E OBRAS DE MELHORAMENTOS A SEREM REALIZADOS NOS PORTOS, RIOS E CANAIS, NO ANO DE 1947

Em serviços da natureza dos que são das atribuições dêste Departamento, principalmente no que diz respeito ao melhoramento das condições de navegabilidade dos rios, torna-se difícil estabelecer a programação dos trabalhos a realizar, pois que o cumprimento dêsse programa fica na dependência exclusiva das condições locais que foram verificadas.

Demais, para se poder apresentar sempre maior desenvolvimento dos serviços, necessário se torna que seja aumentado concomitantemente o aparelhamento disponível, do modo que os serviços possam ser feitos em condições econômicas.

Como não sòmente as verbas concedidas a êste Departamento para o exercício de 1947 são relativamente escassas, mas também o custo do aparelhamento sofreu uma considerável majoração, não será possível dar aos trabalhos um desenvolvimento muito mais amplo do que tiveram no ano de 1946, a que se refere o presente relatório.

A parte principal do programa dos trabalhos a serem empreendidos, é, sem dúvida, o plano geral de dragagem dos vários portos do País, vencendo assim um grande passo para o melhoramento das condições de acesso a êsses portos. A programação obedece a um aproveitamento justo das necessidades de cada local, reduzindo dêsse modo, a um mínimo, a fase preliminar dos trabalhos.

Em linhas gerais, o programa de obras de melhoramento e de estudos que será pôsto em execução, pode ser assim resumido:

No Estado do Amazonas e Territórios do Acre e Rio Branco, dando início aos melhoramentos da extensa via fluvial constituída pelo rio Amazonas e seus afluentes, deverão ser atacados os serviços de desobstrução dos igarapés da zona agro-pecuária de Janauacá e Alfredo Sá.

Nos Estados do Pará e Goiás e no Território do Amapá, deverão prosseguir os serviços de melhoramento nos diversos rios da ilha de Marajó e no lago Arari. Deverão ter início os melhoramentos do rio Tocantins, no trecho compreendido entre a cidade de Peixe e a de Pedro Afonso, inclusive com a construções de instalações de acostagem em Pôrto Nacional e Pedro Afonso.

Nos Estados do Maranhão e Piauí, deverão prosseguir os estudos e melhoramentos nos rios Mearim, Itapecurú e Parnaíba, bem como, se possível, ser estudada a interligação das bacias do Parnaíba e Tocantins. Ainda nesses Estados, deverão ter prosseguimento os serviços de fixação de dunas.

No Estado do Ceará, dever-se-á aguardar a conclusão dos estudos com-

plementares que estão sendo procedidos na enseada de Mucuripe, a fim de julgar da conveniência de prolongar o quebra-mar construído. As obras de defesa da praia de Iracema deverão ser incrementadas.

No Estado do Rio Grande do Norte, deverá ser prosseguida a construção do armazém frigorífico, o melhoramento do Furado das Conchas e a conservação dos espigões para regularização do canal de acesso ao pôrto, devendo ser iniciada a revisão dos estudos de Areia Branca.

No Estado da Paraíba, deverão ser iniciadas as obras de proteção das praias de Camalaú e Formosa, com a construção de espigões do tipo "Case", de madeira, e bem assim iniciada a construção do cais de Sanhauá.

No Estado de Pernambuco, deverão prosseguir os trabalhos de conservação das profundidades do canal de Goiana.

No Estado de Sergipe, deverão ser executados serviços de dragagem na barra, desde porém que se possa dispôr de aparelhamento adequado.

No Estado da Bahia, deverão ser prosseguidas as obras de defesa das cidades ribeirinhas e o melhoramento das condições de navegabilidade do rio São Francisco, as do rio Paraguaçú e as do Sul Bahiano. Do mesmo modo, modo, nos rios Ubú, Pardo e Jequitinhonha, deverão prosseguir os serviços de limpeza e desobstrução do rio, que já vem sendo executados de anos anteriores. No pôrto de Ilhéus, deverão ser feitos estudos complementares para ajuizar da melhor localização do pôrto, se na própria embocadura do rio Cachoeira, em que atualmente se encontra, se na enseada da Malhada. Deverão, também, ser procedida a retirada do tubo da draga "Bahia" e do casco do navio "Itacaré".

No Estado do Espírito Santo, deverão ser executados melhoramentos na barra do pôrto de Itapemirim.

No Estado do Rio de Janeiro, deverão prosseguir as obras nos portos de São João da Barra e Cabo Frio.

No Distrito Federal, deverão ser feitas sondagens geológicas no alinhamento do prolongamento do cais do pôrto do Rio de Janeiro e no do "pier".

No Estado do Paraná, deverão prosseguir as obras de melhoramento das condições de navegabilidade do rio Iguaçú, no trecho compreendido entre Pôrto Amazonas e Pôrto União.

No Estado de Santa Catarina, deverão prosseguir as obras de consolidação do molhe do pôrto de Laguna, de construção do pôrto de Itajaí, de construção do pôrto de São Francisco, os estudos dos portos de Imbituba e Florianópolis, de melhoramento das condições de navegabilidade do canal São Francisco-Joinvile e de fixação das dunas de Laguna.

No Estado do Rio Grande do Sul, deverão prosseguir as obras para construção do pôrto de Santa Vitória do Palmar e da respectiva estrada de acesso da cidade ao pôrto, bem como o melhoramento das condições de navegabilidade dos rios Jaguarão e Jacuí.

No Estado de Mato Grosso, deverão ter início as obras do pôrto de Corumbá e o melhoramento das condições de navegabilidade do rio São Lourenço.

ESTATÍSTICA

PORTOS ORGANIZADOS

Dados de utilidade para o público

Quadro I

Nº.	DESIGNAÇÃO	MANÁUS	BELÉM	NATAL	CABEDELO
1	Amplitude máxima da variação do nível	15,15 m	4,47	3,00 m	3,02 m
2	Largura do canal de acesso	1 559 m	120 a 150 m	170 m	60 m
3	Profundidade do canal em águas mínimas	34 m	9 a 10 m	6 m	6 m
4	Largura da bacia de evolução	2 500 m	250 m	250 m	300 m
5	Profundidade de cais acostável em águas mínimas	6 a 24 m	3 a 10 m	6,50 m	5 a 8 m
6	Extensão do cais acostável	1 313 m	1 860 m	400 m	400,20 m
7	Número de armazéns	20	15	2	2 int. 1. ext
8	Área total útil dos armazéns internos	19 529 m2	27 923 m2	3 552,5 m2	3 950 m2
9	Área total útil dos armazéns externos	—	2 196 m2	—	450 m2
10	Área total útil dos pátios	6 731 m2	4 600 m2	816 m2	5 533,5 m2
11	Área total útil de câmaras frigoríficas	—	—	—	—
12	Silos para trigo — número	—	—	—	—
	Silos para trigo — capacidade total	—	—	—	—
13	Tanques para combustíveis líquidos — número	—	25	6	—
	Tanques para combustíveis líquidos — capacidade total	—	64 184 m3	19 076 m3	—
14	Guindastes — número	12	23	4	5
	Guindastes — poder	2,5 a 7 t	0,5 a 42 t	1 a 5 t	1,5 a 7 t
15	Pontes rolantes — número	—	52	—	5
	Pontes rolantes — poder	—	1,5 t	—	1 a ½ t
16	Número e poder de cábreas	1 a 30 t	3 de 30 t	1 de 30 t	—
17	Carregadores mecânicos de trigo — número	—	—	—	—
	Carregadores mecânicos de trigo — capacidade horária	—	—	—	—
18	Carregadores mecânicos de café — número	—	—	—	—
	Carregadores mecânicos de café — capacidadchorária	—	—	—	—
19	Linhas férreas — extensão	—	6 000 m	1 000 m	2 320,85 m
	Linhas férreas — bitola	—	1,00 m	1,00 m	1,00 m
20	Número de locomotivas	—	1 de 40 HP	1	—
21	Número de vagões	—	—	6	16
22	Hidrantes — Número	—	30	2 (móveis)	—
	Hidrantes — Espaçamento	—	40 a 85 m	—	120 m
	Hidrantes — Descarga horária por hidrante	—	25 t	19 t	12 m3
23	Abastecimento de óleo — espaçamento dos registros	—	—	—	—
	Abastecimento de óleo — descarga dos registros	—	80 t	—	—
24	Número de fornecedores de carvão	—	—	—	—
25	Número de rebocadores	2	3	4	1
26	Potências dos mesmos	16 a 70 HP	240 a 600 HP	35 a 400 HP	250 HP

Os tanques constantes do n.º 13 pertencem a diversas Companhias importadoras de combustíveis, excetuadas 2 do pôrto de Natal que são da Base Naval.

Dos 15 armazéns do pôrto de Bélem, apenas 10 estão em tráfego.

(Continuação)

Nº	DESIGNAÇÃO	RECIFE	MACEIÓ	BAHIA	ILHÉUS
1	Amplitude máxima da variação do nível	1,70 m	2,75 m	3,10 m	2,40 m
2	Largura do canal de acesso	300 m	livre	200 m	1250 m
3	Profundidade do canal em águas mínimas	10 m	9 m	10 m	2,70 m
4	Largura da bacia de evolução	500 m	ilimitada	400 m	750 m
5	Profundidade de cais acostável em águas mínimas	4,5 a 10 m	6,50 a 8 m	2,20 a 10 m	2,40 m
6	Extensão do cais acostável	2 735,18 m	440 m	1 480 m	454 m
7	Número de armazéns	15 int. 2 ext.	2 int. 3 ext.	10 int.	4 int.
8	Área total útil dos armazéns internos	36 472, 5 m2	5 630,91 m2	15 844 m	3 537 m2
9	Área total útil dos armazéns externos	9 495,75 m2	4 500,47 m2	—	—
10	Área total útil dos pátios	7 137,38 m2	962,40 m2	5 820 m2	—
11	Área total útil de câmaras frigoríficas	484,86 m2	—	—	—
12	Silos para trigo — número	25	—	23	—
	Silos para trigo — capacidade total	9 360 t.	—	8 380 t.	—
13	Tanques para combustíveis líquidos — número	34	—	7	—
	Tanques para combustíveis líquidos — capacidade total	96 679 m3	—	18 371 m3	—
14	Guindastes — número	51	1	22	—
	Guindastes — poder	1,5 a 20 t.	2,5 t.	1,5 a 3 t.	—
15	Pontes rolantes — número	52	—	16	—
	Pontes rolantes — poder	1,5 t.	—	2 t.	—
16	Número e poder de cábreas	1 de 60 t.	—	1 de 120 t.	—
17	Carregadores mecânicos de trigo — número	1	—	1	—
	Carregadores mecânicos de trigo — capacidade horária	50 t.	—	36 t.	—
18	Carregadores mecânicos de café — número	—	—	—	—
	Carregadores mecânicos de café — capacidade horária	—	—	—	—
19	Linhas férreas — extensão	11 656 m	3 280 m	3 603 m	950 m
	Linhas férreas — bitola	1,00 m	1,00 m	1,00 m	1,00 m
20	Número de locomotivas	7	4	2	—
21	Número de vagões	53	31	10	—
22	Hidrantes — número	64	—	17	—
	Hidrantes — espaçamento	—	—	76 a 122 m	—
	Hidrantes — descarga horária por hidrante	50 m3	—	10 a 20 t.	—
23	Abastecimento de óleo — espaçamento dos registros	2 a 150 m	—	7 a 154 m	—
	Abastecimento de óleo — descarga dos registros	40 a 250 t.	—	50 a 300 t.	—
24	Número de fornecedores de carvão	3	—	2	—
25	Número de rebocadores	5	—	2	—
26	Potências dos mesmos	80 a 1 350 HP	—	150 a 320 HP	—

Os silos e o carregador mecânico de trigo do pôrto de Recife são da S.A. "Grandes Moinhos do Brasil". O pôrto dispõe de 2 carregadores mecânicos, sendo um para açúcar e outro para carvão.

Os silos e o carregador mecânico de trigo do pôrto da Bahia pertencem ao "Moinho Inglez". O pôrto dispõe de um carregador mecânico de cacau, com a capacidade horária de 1200 sacas.

(Continuação)

Nº.	DESIGNAÇÃO	VITÓRIA	RIO DE JANEIRO	NITERÓI	ANGRA DOS REIS
1	Amplitude máxima da variação do nivel	2,00 m	2,40 m	2,40 m	2,20 m
2	Largura do canal de acesso	80 m	300 m	5 m	280 m
3	Profundidade do canal em águas mínimas	7,50 m	10 m	5 m	8 m
4	Largura da bacia de evolução	100 a 200 m	250 m	200 m	600 m
5	Profundidade de cais acostável em águas mínimas	4,5 a 8,5 m	8 a 10,50 m	5 m	7,50 m
6	Extensão do cais acostável	812,16 m	4 726,88 m	300 m	300 m
7	Número de armazéns	4	21 int. 6 ext.	2 int.	2 int.
8	Área total útil dos armazéns internos	8 281 m2	66 375,00 m2	2 341 m2	6 228,68 m2
9	Área total útil dos armazéns externos	—	60 328,00 m2	—	—
10	Área total útil dos pátios	4 606 m2	33 200,00 m2	1 925 m2	2 342,68 m2
11	Área total útil de câmaras frigoríficas	—	460.000 caixas	—	—
12	Silos para trigo — número	—	—	—	—
	Silos para trigo — capacidade total	—	—	—	—
13	Tanques para combustíveis líquidos — número	—	79	—	—
	Tanques para combustíveis líquidos — capacidade total	—	327 397 m3	—	—
14	Guindastes — número	11	121	2	4
	Guindastes — poder	½ a 30 t.	1 a 25 t.	1,5 a 5 t.	1,5 a 5 t.
15	Pontes rolantes — número	8	152	4	2
	Pontes rolantes — poder	1,5 t.	1,5 t.	1,5 t.	1,5 t.
16	Número e poder de cábreas	1 de 80 t.	1 de 80 t.	—	—
17	Carregadores mecânicos de trigo — número	—	6	—	3
	Carregadores mecânicos de trigo — capacidade horária	—	350 a 450 t.	—	50 a 70 t.
18	Carregadores mecânicos de café — número	—	—	—	—
	Carregadores mecânicos de café — capacidade horária	—	—	—	—
19	Linhas férreas — extensão	4 432 m	43 516,50 m	2 200 m	1 000 m
	Linhas férreas — bitola	1m e 1,60 m	1 e 1,60 m	1,00 m	1,00 m
20	Número de locomotivas	—	13	—	1
21	Número de vagões	—	230	—	8
22	Hidrantes — número	8	67	11	8
	Hidrantes — espaçamento	—	70 m	8 m	41 m
	Hidrantes — descarga horária por hidrante	25 m3	30 a 40 m3	12 m3	8,5 m
23	Abastecimento de óleo — espaçamento dos registros	—	100 m	—	—
	Abastecimento de óleo — descarga dos registros	—	200 a 400 t.	—	—
24	Número de fornecedores de carvão	—	—	—	—
25	Número de rebocadores	3	—	—	—
26	Potências dos mesmos	75 a 250 HP	—	—	—

O pôrto de Vitória dispõe de 3 carregadores mecânicos de minérios, com a capacidade horária de 400 t.

A cábrea que serve ao pôrto do Rio de Janeiro pertence ao Ministério da Guerra.

(Continuação)

Nº	DESIGNAÇÃO	SANTOS	PARANAGUÁ	IMBITUBA	LAGUNA
1	Amplitude máxima da variação do nivel	2,70 m	3,20 m	0,70 m	1,18 m
2	Largura do canal de acesso	300 a 600 m	360 m	—	150 m
3	Profundidade do canal em águas minimas	8,70 m	5 m	—	4 m
4	Largura da bacia de evolução	650 m	340 m	3 200 m	150 m
5	Profundidade de cais acostável em águas minimas	7 a 11 m	5 a 8 m	5,20 m	8 m
6	Extensão do cais acostável	5 171,00 m	500 m	100 m	300 m
7	Número de armazéns	27 int. 25 ext.	3 int. 9 ext.	20 ext.	2 int.
8	Área total útil dos armazéns internos	58 423 m2	9 985 m2	—	1 992 m2
9	Área total útil dos armazéns externos	22 276 m2	5 768 m2	6 000 m2	—
10	Área total útil dos pátios	37 159,62 m2	3 220 m2	—	32 400m2
11	Área total útil de câmaras frigorificas	3 285,47 m2	—	—	—
12	Silos para trigo — número	22	—	—	—
	Silos para trigo — capacidade total	1 200 t.	—	—	—
13	Tanques para combustíveis liquidos — número	44	—	—	—
	Tanques para combustíveis liquidos — capacidade total	215 246,340 m3	—	—	—
14	Guindastes — número	142	6	8	4
	Guindastes — poder	0,5 a 30 t.	1,5 a 5 t.	5 a 10 t.	5 a 10 t.
15	Pontes rolantes — número	125	3	—	—
	Pontes rolantes — poder	0,5 a 2,5 t.	1,5 t.	—	—
16	Número e poder de cábreas	1 de 80 t.	1 de 30 t.	—	—
17	Carregadores mecânicos de trigo — número	6	—	—	—
	Carregadores mecânicos de trigo — capacidade horária	60 a 120 t.	—	—	—
18	Carregadores mecânicos de café — número	6	—	—	—
	Carregadores mecânicos de café — capacidade horária	2 000 sacas	—	—	—
19	Linhas férreas — extensão	85 536 m	8 984 m	3 000 m	5.000 m
	Linhas férreas — bitola	1m e 1,60 m	1,00 m	1,00 m	1,00 m
20	Número de locomotivas	26	2	4	3
21	Número de vagões	225	64	14	22
22	Hidrantes — número	172	13	3	14
	Hidrantes — espaçamento	20 a 30 m	29 a 52 m	—	30
	Hidrantes — descarga horária por hidrante	15 a 30 t.	10 m3	—	13 m3
23	Abastecimento de óleo — espaçamento dos registros	70 a 150 m	—	—	—
	Abastecimento de óleo — descarga dos registros	250 a 500 t.	—	—	—
24	Número de fornecedores de carvão	2	—	—	—
25	Número de rebocadores	5	—	—	1
26	Potências dos mesmos	80 a 1 600 HP	—	—	150 HP

(Conclusão)

Nº.	DESIGNAÇÃO	RIO GRANDE		PÔRTO ALEGRE	PELOTAS
		PÔRTO NOVO	PÔRTO ANTIGO		
1	Amplitude máxima da variação do nivel	0,74 m	—	3,03 m	3,36 m
2	Largura do canal de acesso	150 m	120 m	80 m	80 m
3	Profundidade do canal em águas mínimas	9 m	5	5,20 m	5,50 m
4	Largura da bacia de evolução	300 m	200 m	450 m	150 m
5	Profundidade de cais acostável em águas minimas	2 a 8 m	4,20 m	2 a 5,50 m	6 m
6	Extensão do cais acostável	1 770 m	638,20 m	2 893,60 m	434 m
7	Número de armazéns	10 int. 3 ext.	5 int.	17 int.	2 int. e 1 ext.
8	Área total útil dos armazéns internos	24 400 m2	900 m2	23 608,9 m2	2 761,52 m2
9	Áre total útil dos armazéns externos	2 400 m2	—	—	140,50 m2
10	Área total útil des pátios	170 000 m2	10 000 m2	8 565 m2	2 405,90 m2
11	Área total útil de câmaras frigoríficas	800 m2	—	3 258,90 m2	—
12	Silos para trigo — número	—	—	—	—
	Silos para trigo — capacidade total	—	—	—	—
13	Tanques para combustíveis líquidos — número	—	—	—	—
	Tanques para combustíveis líquidos — capacidade total	—	—	—	—
14	Guindastes — número	25	12	29	—
	Guindastes — poder	2,5 a 5 t.	2,5 a 5 t.	1,5 a 5 t.	—
15	Pontes rolantes — número	22	—	—	—
	Pontes rolantes — poder	2 t.	—	—	—
16	Número e poder de cábreas	1 de 90 t.	—	—	—
17	Carregadores mecânicos de trigo — número	—	—	—	—
	Carregadores mecânicos de trigo — capacidade horária	—	—	—	—
18	Carregadores mecânicos de café — número	—	—	—	—
	Carregadores mecânicos de café — capacidade horária	—	—	—	—
19	Linhas férreas — extensão	12 600 m	1 500 m	7 150 m	722,27 m
	Linhas férreas — bitola	1,00 m	1,00 m	1,00 m	1,00 m
20	Número de locomotivas	5	—	—	—
21	Número de vagões	50	—	—	—
22	Hidrantes — Número	—	—	16	1
	Hidrantes — Espaçamento	120 m	60 m	85 m	—
	Hidrantes — Descarga horária por hidrante	30 a 60 t.	30 a 60 t.	25 m3	5 m3
23	Abastecimento de óleo — espaçamento dos registros	—	—	—	—
	Abastecimento de óleo — descarga dos registros	—	—	—	—
24	Número de fornecedores de carvão	—	—	—	—
25	Número de rebocadores	3	—	—	—
26	Potências dos mesmos	300 a 700 HP	—	—	—

Quadro II

ENTO COMERCIAL							
EXPORTAÇÃO				TOTAL DA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	RENDA BRUTA DAS TAXAS	IMPOSTO ADICIONAL DE 10%	N.º DE ORDEM
Longo curso	Grande Cabotagem	Pequena Cabotagem	Total				
24.815	17.242	34.238	76.302	246.849	6.670.381,20	285.000,00	1
91.500	90.777	46.962	229.239	613.365	14.256.276,40	1.432.844,60	2
116.315	108.026	81.200	305.541	860.205	20.926.657,60	1.717.844,60	
15.787	32.641	—	48.428	141.100	—	120.189,60	3
25.195	11.547	—	36.742	50.115	—	37.895,70	4
—	—	2.126	2.126	2.126	—	—	5
—	902	—	902	5.166	—	—	6
1.622.455	284.554	174	1.907.183	4.803.550	220.127.717,80	45.486.847,20	22
98.617	100.166	—	198.777	305.820	4.711.037,70	370.219,00	23
33.933	74.777	—	108.710	140.291	—	—	24
135.334	151.603	3.657	290.594	341.956	—	11.200,10	25
37.095	83.049	1.073	121.217	163.148	—	57.736,50	26
255	45.596	1.824	47.675	76.650	—	5.767,10	27
100	333.769	4.698	338.567	342.181	5.488.854,05	—	28
1.822	160.286	10.392	172.500	192.504	2.673.141,40	—	29
210.586	297.128	256.620	746.334	2.149.030	18.261.250,50	2.673.260,20	30
1.172	87.190	56.801	145.163	365.018	2.841.515,20	29.248,10	31
214.852	121.521	119.987	456.360	1.015.981	15.730.785,40	831.082,00	32
71.734	—	59.044	130.778	138.131	—	—	33
2.427.949	1.739.639	514.270	4.681.858	10.034.230	269.834.302,05	49.465.360,20	
4.830	136	147	5.113	14.359	—	36.771,60	34
4.830	136	147	5.113	14.359	—	36.771,60	
3.682.676	3.189.538	1.256.826	8.120.040	20.094.373	508.022.157,43	103.140.195,80	
3.682.676	3.189.538	1.256.826	8.120.040	20.094.373	508.022.157,43	103.140.195,80	

MOVIMENTO ESTATISTICO DOS PORTOS DO BRASIL NO ANO DE 1946

Quadro II

Nº de ordem	Portos segundo as zonas	Movimento marítimo — Navios entrados — Longo curso	Navios entrados — Grande Cabotagem	Navios entrados — Pequena Cabotagem	Navios entrados — Total	Tonelagem de registro — Longo curso	Tonelagem de registro — Grande Cabotagem	Tonelagem de registro — Pequena Cabotagem	Tonelagem de registro — Total	Movimento comercial — Importação — Longo curso	Importação — Grande Cabotagem	Importação — Pequena Cabotagem	Importação — Total	Exportação — Longo curso	Exportação — Grande Cabotagem	Exportação — Pequena Cabotagem	Exportação — Total	Total da importação e exportação	Renda bruta das taxas	Imposto adicional de 10%	Nº de ordem
	NORTE																				
1	Manáos	1	29	802	832	500	148 850	110 728	259 187	5 055	69 617	94 066	169 538	24 816	17 242	34 238	76 302	246 840	6 070 381,20	285 000,00	1
2	Belém	141	302	268	711	436 468	257 116	83 287	776 871	141 856	116 529	125 741	384 126	91 500	90 777	46 962	229 239	613 365	14 236 270,40	1 432 844,60	2
	Soma parcial	142	331	1 070	1 543	436 968	405 773	193 515	1 036 058	147 911	186 146	220 707	554 664	116 316	108 026	81 200	305 541	860 205	20 926 651,60	1 717 844,61	
	NORDESTE																				
	Nordeste Ocidental																				
3	São Luís	48	112	3 009	3 169	128 150	242 850	78 285	448 815	7 406	20 808	55 008	82 672	15 787	32 641		48 428	141 100		120 180,60	3
4	Tutóia	58	17	202	307	107 686	63 716	4 301	175 703	3 678	11 695	—	15 373	25 195	11 547		36 742	59 115		37 915,70	4
5	Luís Correia			87	87			2 294	2 294						—	2 126	2 126	2 126			5
6	Parnaíba		217	29	246		6 213	400	6 613		4 261		4 261		902		902	5 163			6
	Nordeste Oriental																				
7	Camocim	18	2	276	296	57 530	5 428	7 703	70 661		3 221	2 821	6 042	20 878	6 246	617	27 741	33 783			7
8	Fortaleza	109	104	432	705	374 217	303 498	33 872	801 647	26 529	72 380	3 070	117 879	75 028	32 341	175	107 544	225 423		911 070,60	8
9	Aracati		5	73	78		23 233	2 872	26 105		606	96	706		7 875	469	8 344	9 050		—	9
10	Natal	32	224	46	302	161 724	381 464	628	543 816	5 430	33 818	283	39 549	2 679	26 025	562	29 266	68 806	915 693,80	96 019,30	10
11	Cabedelo	36	164	32	232	124 904	238 133	1 189	364 246	9 790	32 587	687	43 064	7 161	40 139	265	47 565	90 620	1 398 426,40	137 973,50	11
12	João Pessoa		397	30	427		19 795	1 024	20 819		14 042	18	14 060		10 616	661	11 277	25 337			12
13	Recife	314	1 160		1 474	116 905	1 004 078		2 120 983	411 072	219 809	109 243	740 114	93 488	351 022	19 883	464 993	1 205 107	23 327 500,70	3 508 809,40	13
14	Maceió	24	208	370	602	72 357	335 694	4 808	412 859	4 172	27 730	14 430	46 332	7 302	93 470	63	100 895	147 227	3 324 307,10	114 096,40	14
	Soma parcial	539	2 026	4 590	7 831	2 142 642	2 714 632	137 476	4 994 751	470 086	455 024	186 036	1 115 046	2 247 578	613 424	24 821	885 823	2 003 869	28 904 027,00	4 926 034,50	
	LESTE																				
	Leste Setentrional																				
15	Aracaju		377		377		51 776		51 776	462	19 500	54	20 016		37 035	83	37 118	57 134		2 555,10	15
16	Salvador	278	409	3 697	4 384	976 540	704 296	266 373	1 941 109	110 508	146 367	127 350	383 310	170 056	54 506	50 123	275 885	658 865	22 608 923,70	1 459 493,70	16
17	Ilhéus	40	84	619	743	86 208	15 970	81 465	183 643	1 354	8 544	24 141	34 039	72 282	30 307	36 217	118 806	152 845	4 735 479,58	—	17
	Leste Meridional																				
18	Vitória	89	373	299	761	232 600	163 027	19 980	416 607	11 859	59 273	5 025	82 078	104 561	62 268	4 897	168 725	245 803	7 136 330,80	58 164,40	18
19	Rio de Janeiro	1 206	2 059	302	3 627	3 523 579	2 009 268	41 578	5 574 425	1 420 157	1 419 466	282 577	4 122 200	326 071	543 777	94 055	1 163 903	5 286 103	151 046 238,60	45 460 931,00	19
20	Niterói									—	9 250	253 991	263 241		11 024	454 067	465 098	728 339	1 243 520,70	248,70	20
21	Angra dos Reis	26	55	54	135	79 588	12 183	7 501	99 832	7 512	11 832	10 739	30 091	14 035	389	140	14 470	42 564	906 677,40	11 872,101	21
	Soma parcial	1 099	3 354	4 041	8 094	5 299 187	2 957 304	417 206	8 671 752	2 560 067	1 674 234	704 374	4 930 675	886 004	719 313	636 388	2 240 705	7 181 080	188 297 170,78	40 093 264,90	
	SUL																				
22	Santos	639	1 680	55	2 374	3 109 385	1 145 561	3 086	4 258 032	2 171 760	724 508		2 896 267	1 122 437	284 554	374	1 407 181	4 303 448	220 127 717,80	45 480 847,20	22
23	Paranaguá	142	567		709	258 062	184 359		442 221	16 554	91 493		108 047	98 017	100 166		198 177	306 820	4 711 037,50	370 210,00	23
24	Antonina	1	122		123	29 443	107 05		136 448	1 828	29 153		31 381	33 933	74 771		108 710	140 291			24
25	Imbituba	104	700	1	805	403 372	358 712	49 657	871 741	2 623	34 849	13 860	51 332	135 334	151 163	3 657	290 154	341 486		11 290,10	25
26	São Francisco	79	344	27	425	34 257	108 59	3 085	146 503	9 345	26 737	1 809	41 891	35 195	83 049	1 073	121 317	163 148		57 736,50	26
27	Itajaí	1	275	2	278	800	65 257	13 482	79 569		23 291	3 084	26 375	355	45 506	1 814	47 675	76 050		5 767,10	27
28	Florianópolis		160	2	162		206 443	1 197	207 640		3 614		3 614	160	333 709	4 698	338 567	342 181	5 488 834,05		28
29	Laguna		79	17	96		109 200	6 974	116 183		18 361	1 643	20 004	1 872	169 286	10 342	172 500	192 504	2 673 141,40		29
30	Porto Alegre	204	200	13 427	13 831	272 788	388 181	503 279	1 166 208	83 830	248 690	1 053 030	1 384 550	210 581	296 328	259 620	746 529	2 149 630	18 261 270,50	2 673 291,20	30
31	Pelotas	11	12	414	437	3 600	388 828	63 276	447 704	6 779	56 031	159 045	219 855	1 172	87 190	56 801	145 163	365 018	2 841 513,20	29 248,10	31
32	Rio Grande	613	63	1 110	2 671	1 158 167	643 038	246 309	2 047 534	173 299	129 365	236 925	539 621	214 532	121 521	110 987	436 040	1 035 981	15 240 785,40	831 082,00	32
33	Santa Maria	122		1 514	1 636	515		11 148	11 663	242		7 111	7 353	71 734		59 044	130 778	138 131	—	—	33
	Soma parcial	2 410	5 182	17 484	25 076	5 030 390	3 490 084	877 029	9 400 498	2 437 009	1 397 104	1 493 230	5 352 342	2 427 939	1 799 890	514 270	4 681 858	10 034 230	200 834 302,05	49 465 310,20	
	[illegible]																				
34	[illegible]	29	—	500	529	14 239		46 521	60 760	8 032	1 214		9 246	4 830	136	147	5 113	14 359		36 771,60	34
	[illegible]	29		500	529	14 239		46 521	60 760	8 032	1 214		9 246	4 830	136	147	5 113	14 359		36 771,60	
	[illegible]	1 029	11 500	29 178	43 707	12 023 224	9 376 851	1 671 742	23 171 817	5 650 592	3 713 782	2 090 650	11 454 024	3 082 076	3 181 148	1 256 826	8 520 050	20 004 373	508 022 157,43	103 140 195,80	
	TOTAL GERAL	4 929	11 500	29 178	45 607	12 023 224	9 376 851	1 671 742	23 171 817	5 650 592	3 713 782	2 090 650	11 454 024	3 082 076	3 181 148	1 256 826	8 520 050	20 004 373	508 022 157,43	103 140 195,80	

MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES NOS PORTOS DO BRASIL NO ANO DE 1946

Quadro III

PORTOS	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES									TOTAL
	LONGO CURSO			GRANDE CABOTAGEM			PEQUENA CABOTAGEM			
	Nacionais	Estrangeiros	Soma	A motor	A vela	Soma	A motor	A vela	Soma	
Manáus	—	1	1	29	—	29	802	—	802	832
Belém	—	141	141	148	154	302	268	—	268	711
São Luís	—	48	48	112	—	112	367	2.642	3.009	3.169
Tutóia	—	38	38	46	21	67	9	10	19	30[illegible]
Luís Corrêa	—	—	—	—	—	—	—	87	87	87
Parnaíba	—	—	—	—	217	217	—	29	29	246
Camocim	—	18	18	2	—	2	—	276	276	29[illegible]
Fortaleza		109	109	164	—	164	—	432	432	70[illegible]
Aracati	—	—	—	5	—	5	—	73	73	78
Natal		32	32	121	103	224	—	46	46	30[illegible]
Cabedelo	2	34	36	126	38	164	—	32	32	232
João Pessoa	—	—	—	—	397	397	—	30	30	427
Recife	53	261	314	419	587	1.006	—	—	—	1.320
Maceió	1	23	24	147	121	268	1	369	370	662
Aracajú	—	—	—	122	255	377	—	—	—	377
Salvador	18	260	278	406	—	406	1.051	2.646	3.697	4.381
Ilhéus	—	40	40	49	35	84	341	278	619	743
Vitória	19	70	89	373	—	373	269	—	269	731
Rio de Janeiro	80	1.186	1.266	2.059	—	2.059	302	—	302	3.627
Niterói	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Angra dos Reis	8	18	26	55	—	55	54	—	54	135
Santos	55	904	959	1.679	1	1.680	35	—	35	2.674
Paranaguá	4	138	142	587	—	587	—	—	—	729
Antonina	2	34	36	522	—	522	—	—	—	558
São Francisco	5	99	104	499	1	500	132	—	132	736
Itajaí	—	59	59	344	—	344	22	—	22	425
Florianópolis	—	1	1	215	—	215	62	—	62	278
Imbituba	—	—	—	166	—	166	2		2	168
Laguna	—	—	—	276	—	276	37		37	313
Pôrto Alegre	—	281	281	230	—	230	13.427	—	13.427	13.938
Pelotas	—	11	11	286	26	312	614	—	614	937
Rio Grande	9	686	695	363	—	363	742	874	1.616	2.674
São Borja	—	53	53	126	—	126	243	69	312	491
Corumbá	—	—	122	—	—	—	1.335	199	1.534	1.656

MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES NOS PORTOS DO BRASIL NO ANO DE 1946

(Conclusão)

PORTOS	TONELAGEM DE REGISTRO									TOTAL
	LONGO CURSO			GRANDE CABOTAGEM			PEQUENA CABOTAGEM			
	Nacionais	Estrangeiros	Soma	A motor	A vela	Soma	A motor	A vela	Soma	
Manáus	—	300	300	148.659	—	148.659	110.228	—	110.228	259.187
Belém	—	436.468	436.468	252.254	4.862	257.116	83.287	—	83.287	776.871
São Luís	—	128.150	128.150	242.380	—	242.380	16.288	61.997	78.285	448.815
Tutóia	—	107.686	107.686	62.771	945	63.716	2.683	1.708	4.391	175.793
Luís Corrêa	—	—	—	—	—	—	—	2.294	2.294	2.294
Parnaíba	—	—	—	—	6.213	6.213	—	400	400	6.613
Camocim	—	57.530	57.530	5.528	—	5.528	—	7.703	7.703	70.761
Fortaleza	—	374.277	374.277	393.498	—	393.498	—	33.872	33.872	801.647
Aracatí	—	—	—	23.233	—	23.233	—	2.872	2.872	26.105
Natal	—	161.724	161.724	374.296	7.168	381.464	—	628	628	543.816
Cabedelo	5.274	119.640	124.914	236.155	1.978	238.133	—	1.199	1.199	364.246
João Pessoa	—	—	—	—	19.795	19.795	—	1.024	1.024	20.819
Recife	171.202	944.803	1.116.005	967.976	37.002	1.004.978	—	—	—	2.120.983
Maceió	2.760	69.597	72.357	333.430	2.264	335.694	130	4.678	4.808	412.859
Aracajú	—	—	—	34.149	17.627	51.776	—	—	—	51.776
Salvador	60.513	916.027	976.540	704.256	—	704.256	149.337	117.036	266.373	1.947.169
Ilhéus	—	86.508	86.508	13.046	2.924	15.970	68.080	13.385	81.465	183.943
Vitória	60.156	172.534	232.690	163.927	—	163.927	19.990	—	19.990	416.607
Rio de Janeiro	241.887	3.681.692	3.923.579	2.009.268	—	2.009.268	41.578	—	41.578	5.974.425
Niterói	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Angra dos Reis	35.700	44.168	79.868	12.163	—	12.163	7.801	—	7.801	99.832
Santos	181.859	2.927.526	3.109.385	1.145.161	400	1.145.561	2.736	350	3.086	4.258.032
Paranaguá	10.239	247.823	258.062	184.159	—	184.159	—	—	—	442.221
Antonina	4.583	24.860	29.443	107.005	—	107.005	—	—	—	136.448
São Francisco	10.324	153.048	163.372	158.614	118	158.732	49.657	—	49.657	371.761
Itajaí	—	34.257	134.257	108.591	—	108.591	3.655	—	3.655	146.503
Florianópolis	—	800	800	65.287	—	65.287	13.482	—	13.482	79.569
Imbituba	—	—	—	206.443	—	206.443	1.197	—	1.197	207.640
Laguna	—	—	—	109.209	—	109.209	6.974	—	6.974	116.183
Pôrto Alegre	—	272.788	272.788	388.181	—	388.181	505.239	—	505.239	1.166.208
Pelotas	—	3.600	3.600	380.858	—	380.858	63.276	—	63.276	447.734
Rio Grande	16.117	1.142.050	1.158.167	645.058	—	645.058	69.133	150.176	219.309	2.022.534
São Borja	—	16.790	16.790	119.747	—	119.747	34.961	10.208	45.169	181.706
Corumbá	—	515	515	—	—	—	5.601	5.547	11.148	11.663

MOVIMENTO DE MERCADORIAS

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS ORGANIZADOS

PORTOS	IMPORTAÇÃO				
	LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	
MANÁUS	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	TOTAL	—	—	—	—
BELÉM	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	TOTAL	—	—	—	—
SÃO LUÍS	Estados Unidos	4 610	São Paulo	6.732	—
	Inglaterra	2.731	Distrito Federal	6.329	—
	Portugal	54	Pará	6.312	—
	Índias Orientais Holandesas	7	Rio Grande do Sul	4.641	—
	Suiça	2	Pernambuco	2.905	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	1	Diversos	2.949	—
	TOTAL	7.405	—	29.868	—
TUTÓIA	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	TOTAL	—	—	—	—
LUÍS CORRÊA	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—
	TOTAL	—	—	—	—

POR PROCEDÊNCIA E DESTINO NO ANO DE 1946

Quadro IV

EXPORTAÇÃO

LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
DESTINO	TONELADAS	DESTINO	TONELADAS	
—	—	—	—	—
—	—	—	—	—
—	—	—	—	—

PORTOS	IMPORTAÇÃO				
	LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	
PARNAÍBA	—	—	Ceará	2.138	—
	—	—	Pará	796	—
	—	—	Pernambuco	599	—
	—	—	Maranhão	457	—
	—	—	Rio Grande do Norte	158	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	Diversos	116	—
	TOTAL	—	—	4.264	—
CAMOCIM	—	—	Pernambuco	2.078	2.821
	—	—	Pará	369	—
	—	—	Paraíba	264	—
	—	—	Maranhão	193	—
	—	—	Piauí	193	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	Diversos	124	—
	TOTAL	—	—	3.221	2.821
FORTALEZA	Estados Unidos	32.994	Distrito Federal	15.504	3.970
	Inglaterra	3.467	Pernambuco	13.750	—
	França	69	São Paulo	9.605	—
	. . . .	—	Maranhão	8.626	—
	. . . .	—	Pará	7.138	—
	. . . .	—	. . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	—	Diversos	22.577	—
	TOTAL	36.530	—	77.380	3.970
ARACATÍ	—	—	Paraíba	376	97
	—	—	Pernambuco	138	—
	—	—	Maranhão	59	—
	—	—	Distrito Federal	26	—
	—	—	Rio Grande do Norte	5	—
	—	—	. . .	—	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	Diversos	6	—
	TOTAL	—	—	610	97
NATAL	Estados Unidos	4 818	Rio Grande do Sul	7 495	283
	Inglaterra	618	Pernambuco	7 375	—
	Portugal	3	Distrito Federal	5.659	—
	. . . .	—	São Paulo	3.656	—
	. . . .	—	Pará	2.879	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	—	Diversos	6.758	—
	TOTAL	5.439	—	33.818	283

(Continuação)

EXPORTAÇÃO

LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
DESTINO	TONELADAS	DESTINO	TONELADAS	
—	—	Ceará	403	—
—	—	Rio Grande do Norte	258	—
—	—	Maranhão	191	—
—	—	Paraíba	23	—
—	—	Bahia	20	—
—	—	. . . .	—	—
—	—	. . . .	—	—
—	—	Diversos	7	—
—	—	—	902	—
Estados Unidos	16.352	São Paulo	1.693	617
Inglaterra	627	Bahia	1.283	—
França	350	Rio Grande do Sul	1.000	—
. . . .	—	Espírito Santo	865	—
. . . .	—	Piauí	830	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	3 549	Diversos	575	—
—	20 878	—	6.216	617
Estados Unidos	62.626	Distrito Federal	11.104	174
França	6.080	Amazonas	8.247	—
Belgica	2.978	São Paulo	6.008	—
Inglaterra	1.438	Pará	3.208	—
Dinamarca	555	Pernambuco	1.236	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	1.351	Diversos	2.538	—
—	75.028	—	32.341	174
—	—	Rio Grande do Sul	2.792	469
—	—	Bahia	1.894	—
—	—	São Paulo	1.122	—
—	—	Distrito Federal	999	—
—	—	Pernambuco	754	—
—	—	. . . .	—	—
—	—	. . . .	—	—
—	—	Diversos	315	—
—	—	—	7.876	469
Estados Unidos	1 231	Distrito Federal	11.836	562
Dinamarca	1.013	São Paulo	4.841	—
Espanha	368	Pará	3.062	—
Inglaterra	57	Rio Grande do Sul	1.482	—
Argentina	9	Maranhão	1.161	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	—	Diversos	3.643	—
—	2.678	—	26.025	562

PÔRTOS	IMPORTAÇÃO				
	LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	
CABEDELO	Estados Unidos	9.739	Rio Grande do Sul	8 638	687
	Inglaterra	50	Distrito Federal	8 026	—
	Portugal	1	São Paulo	7 411	—
	. . . .	—	Espírito Santo	1 095	—
	. . . .	—	Paraná	2 028	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	—	Diversos	—	—
	TOTAL	9.790	—	30 198	687
JOÃO PESSOA	—	—	Rio Grande do Norte	5 062	18
	—	—	Pernambuco	4 406	—
	—	—	Alagoas	3 133	—
	—	—	Ceará	1.249	—
	—	—	Bahia	193	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	Diversos	—	—
	TOTAL	—	—	14.043	18
RECIFE	Estados Unidos	203.317	Distrito Federal	53.749	109.233
	Venezuela	110.562	São Paulo	50.713	—
	Inglaterra	37.466	Rio Grande do Sul	48.936	—
	Cuba	16.286	Rio Grande do Norte	18.061	—
	Argentina	13.538	Pará	11 537	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	19.902	Diversos	36 812	—
	TOTAL	411.071	—	219 808	109.233
MACEIÓ	Estados Unidos	2.762	Distrito Federal	6 561	14.430
	Inglaterra	1.347	Rio Grande do Sul	6.331	—
	Itália	30	São Paulo	5.171	—
	Equador	28	Pernambuco	3.745	—
	Argentina	5	Rio Grande do Norte	2.451	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	—	Diversos	3 471	—
	TOTAL	4.172	—	27.730	14 430
ARACAJÚ	Estados Unidos	462	Distrito Federal	6.783	54
	. . . .	—	Bahia	5.581	—
	. . . .	—	São Paulo	3.429	—
	. . . .	—	Pernambuco	3.087	—
	. . . .	—	Paraná	282	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	—	Diversos	338	—
	TOTAL	462	—	19.500	54

(Continuação)

EXPORTAÇÃO

LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
DESTINO	TONELADAS	DESTINO	TONELADAS	
Estados Unidos	6.693	São Paulo	10.628	265
Belgica	364	Distrito Federal	9.809	—
Suiça	102	Amazonas	5.147	—
Inglaterra	2	Pará	4.863	—
. . . .	—	Rio Grande do Sul	3.514	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	—	Diversos	6.178	—
—	7.161	—	40.139	265
—	—	Ceará	5.409	661
—	—	Rio Grande do Norte	1.558	—
—	—	Pará	813	—
—	—	Sergipe	758	—
—	—	Alagoas	583	—
—	—	. . . .	—	—
—	—	. . . .	—	—
—	—	Diversos	1.495	—
—	—	—	10.616	661
Estados Unidos	52.225	Distrito Federal	101.296	19.883
Argentina	10.164	São Paulo	90.579	—
Espanha	6.544	Rio Grande do Sul	71.305	—
China	5.667	Pará	18.852	—
Mexico	3.506	Ceará	18.634	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	15.382	Diversos	50.956	—
—	93.488	—	351.622	19.883
Estados Unidos	2.506	São Paulo	32.953	63
Uruguai	1.800	Distrito Federal	26.967	—
Espanha	1.500	Rio Grande do Sul	20.704	—
Inglaterra	600	Paraná	6.907	—
Holanda	600	Minas Gerais	3.220	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	356	Diversos	2.719	—
—	7.362	—	93.470	63
—	—	Bahia	15.042	83
—	—	Distrito Federal	12.366	—
—	—	Paraná	3.583	—
—	—	Minas Gerais	1.699	—
—	—	São Paulo	1.385	—
—	—	. . . .	—	—
—	—	Diversos	2.959	—
—	—	—	37.034	83

PORTOS	IMPORTAÇÃO				
	LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	
SALVADOR	Estados Unidos	55.511	Distrito Federal	62.659	127.350
	Belgica	14.468	São Paulo	40.227	—
	Inglaterra	14.346	Rio Grande do Sul	17.886	—
	Mexico	10.185	Pernambuco	14.415	—
	Argentina	7.115	Paraíba	5.339	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	17.968	Diversos	5.841	—
	TOTAL	119.593	—	146.367	127.350
ILHÉUS	Estados Unidos	707	Sergipe	3.905	24 141
	Venezuela	615	Distrito Federal	3.282	—
	Portugal	20	Pernambuco	709	—
	Argentina	4	Ceará	327	—
	China	2	São Paulo	167	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	6	Diversos	154	—
	TOTAL	1 354	—	8.544	24 141
VITÓRIA	Estados Unidos	11.879	Distrito Federal	38.113	5.925
	. . . .	—	Rio Grande do Sul	15.090	—
	. . . .	—	São Paulo	2.452	—
	.	—	Bahia	1.459	—
	. . . .	—	Sergipe	1.140	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	—	Diversos	1.020	—
	TOTAL	11.879	—	59 274	5.925
RIO DE JANEIRO	Estados Unidos	906.660	Rio Grande do Sul	370.715	282 577
	Argentina	489.981	Santa Catarina	358.560	—
	Inglaterra	200 379	Pernambuco	168.082	—
	Trinidad	157.667	Estado do Rio	157 532	—
	Antilhas Holandesas	121.122	Paraná	76.784	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	544.347	Diversos	288 093	—
	TOTAL	2 420.156	—	1.419.466	282 577
NITERÓI	—	—	São Paulo	252 574	252.288
	—	—	Santa Catarina	2 234	—
	—	—	Rio Grande do Sul	2 037	—
	—	—	Distrito Federal	1.703	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	Diversos	2.369	—
	TOTAL	—	—	10.953	252 288

(Continuação)

EXPORTAÇÃO

LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
DESTINO	TONELADAS	DESTINO	TONELADAS	
Estados Unidos	76.669	Distrito Federal	23.501	50.122
Holanda	29.107	São Paulo	16.358	—
Espanha	21.486	Pernambuco	4.223	—
Argentina	10.311	Rio Grande do Sul	2.790	—
Itália	7.705	Paraná	2.290	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	32.677	Diversos	5.343	—
—	170.955	—	54.505	50.122
Estados Unidos	56.915	Distrito Federal	8.881	36.217
Holanda	5.396	Sergipe	510	—
Itália	3.703	Pernambuco	469	—
Argentina	2.807	São Paulo	229	—
Rússia	1.173	Ceará	178	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	2.288	Diversos	40	—
—	72.282	—	10.307	36.217
Argentina	31.113	Distrito Federal	14.793	1.697
Estados Unidos	23.351	Rio Grande do Sul	13.331	—
Austrália	21.992	Pernambuco	7.723	—
Inglaterra	17.722	Pará	6.308	—
Belgica	3.150	Ceará	4.675	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	7.432	Diversos	15.437	—
—	104.760	—	62.267	1.697
Estados Unidos	253.229	Rio Grande do Sul	136.471	94.055
Argentina	65.292	São Paulo	105.128	—
Inglaterra	41.857	Santa Catarina	86.914	—
Belgica	27.239	Rio Grande do Norte	45.040	—
França	14.315	Paraná	41.295	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	124.139	Diversos	128.929	—
—	526.071	—	543.777	94.055
—	—	Paraná	5.812	448.830
—	—	Distrito Federal	5.237	—
—	—	São Paulo	1.603	—
—	—	Santa Catarina	1.301	—
—	—	Rio Grande do Sul	1.161	—
—	—	. . . .	—	—
—	—	. . . .	—	—
—	—	Diversos	1.154	—
—	—	—	16.268	448.830

PORTOS	IMPORTAÇÃO				
	LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	
ANGRA DOS REIS	Estados Unidos	5 102	Distrito Federal	10.736	—
	Argentina	2.420	Paraná	6.497	—
	. . . .	—	Santa Catarina	2.965	—
	. . . .	—	Bahia	794	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	—	Diversos	1.577	—
	TOTAL	7.522	—	22.569	—
SANTOS	Estados Unidos	848.652	Santa Catarina	185.405	—
	Holanda	583.076	Rio Grande do Norte	181.642	—
	Argentina	144.720	Pernambuco	92.590	—
	Inglaterra	138.247	Rio Grande do Sul	86.613	—
	Venezuela	137.573	Paraná	50.278	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	319 531	Diversos	128.040	—
	TOTAL	2.171 799	—	724.568	—
PARANAGUÁ	Estados Unidos	7.337	Distrito Federal	49.593	—
	Argentina	6.854	Rio Grande do Norte	8.939	—
	Espanha	2.000	São Paulo	8.196	—
	Uruguai	351	Sergipe	4.911	—
	Portugal	10	Alagoas	4.697	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	1	Diversos	14.153	—
	TOTAL	16.553	—	90.489	—
ANTONINA	Argentina	1.828	Distrito Federal	16.145	—
	. . . .	—	São Paulo	7.974	—
	. . . .	—	Estado do Rio	3.308	—
	. . . .	—	Rio Grande do Norte	1.500	—
	. . . .	—	Santa Catarina	817	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	—	Diversos	9	—
	TOTAL	1.828	—	29.753	—
SÃO FRANCISCO	Argentina	2.621	Distrito Federal	22.880	13.889
	Estados Unidos	2	São Paulo	6.134	—
	. . . .	—	Estado do Rio	3.858	—
	. . . .	—	Rio Grande do Sul	753	—
	. . . .	—	Alagoas	600	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	—	Diversos	624	—
	TOTAL	2.623	—	34.849	13.889

(Continuação)

EXPORTAÇÃO

LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
DESTINO	TONELADAS	DESTINO	TONELADAS	
Estados Unidos	11.935	Distrito Federal	389	146
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	—	Diversos	—	—
—	11.935	—	389	146
Estados Unidos	573.763	Rio Grande do Sul	60.409	175
Inglaterra	214.527	Pernambuco	48.092	—
Belgica	93.149	Distrito Federal	34.044	—
Itália	89.826	Bahia	27.174	—
Argentina	86.653	Santa Catarina	24.346	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	564.537	Diversos	90.490	—
—	1.622.455	—	284.555	175
Argentina	29.494	Distrito Federal	61.283	—
Estados Unidos	23.403	São Paulo	23.011	—
Uruguai	18.306	Pernambuco	4.195	—
Africa do Sul	8.271	Bahia	3.059	—
Inglaterra	6.642	Rio Grande do Sul	2.114	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	12.495	Diversos	6.504	—
—	98.611	—	100.166	—
Argentina	21.433	Distrito Federal	37.221	—
Uruguai	7.730	São Paulo	27.861	—
África do Sul	3.818	Estado do Rio	3.438	—
Itália	951	Pernambuco	3.232	—
. . . .	—	Bahia	1.449	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	—	Diversos	1.576	—
—	33.932	—	74.777	—
Argentina	68.100	Distrito Federal	93.804	3.657
Africa do Sul	20.305	São Paulo	47.813	—
Belgica	10.889	Pernambuco	5.013	—
Estados Unidos	10.260	Bahia	1.948	—
Dinamarca	5.390	Estado do Rio	1.554	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	20.390	Diversos	1.474	—
—	135.334	—	151.603	3.657

PORTOS	IMPORTAÇÃO				
	LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	
ITAJAÍ	Suécia	1.863	Distrito Federal	27.770	1.869
	Estados Unidos	1.482	São Paulo	7.947	—
	. . . .	—	Rio Grande do Norte	883	—
	. . . .	—	Paraná	95	—
	. . . .	—	Paraíba	72	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	—	Diversos	—	—
	TOTAL	3.345	—	36.717	1.869
FLORIANÓPOLIS	—	—	Distrito Federal	14.966	3.684
	—	—	São Paulo	6.597	—
	—	—	Rio Grande	2.104	—
	—	—	Estado do Rio	1.135	—
	—	—	Paraná	306	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	Diversos	182	—
	TOTAL	—	—	25 290	3.684
IMBITUBA	—	—	Distrito Federal	3.392	—
	—	—	Estado do Rio	191	—
	—	—	São Paulo	31	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	Diversos	—	—
	TOTAL	—	—	3.614	—
LAGUNA	—	—	Estado do Rio	5.966	1 643
	—	—	São Paulo	4.021	—
	—	—	Distrito Federal	3.925	—
	—	—	Rio Grande do Norte	2.630	—
	—	—	Minas Gerais	741	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	. . . .	—	—
	—	—	Diversos	1.078	—
	TOTAL	—	—	18.361	1.643
PÔRTO ALEGRE	Estados Unidos	31.669	Distrito Federal	104.414	1.053.070
	Argentina	29.067	São Paulo	46.067	—
	Inglaterra	8.321	Pernambuco	32.247	—
	Chile	5.007	Rio Grande do Norte	30.981	—
	Holanda	3 345	Alagoas	10.661	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	6.121	Diversos	23.725	—
	TOTAL	83.530	—	248.095	1 053.070

(Continuação)

EXPORTAÇÃO

LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
DESTINO	TONELADAS	DESTINO	TONELADAS	
Argentina	25.866	Distrito Federal	64.117	1.074
Estados Unidos	10.115	São Paulo	15.305	—
Espanha	1.114	Rio Grande do Sul	2.922	—
. . . .	—	Paraná	705	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	—	Diversos	—	—
—	37.095	—	83.049	1.074
Argentina	255	São Paulo	23.439	1.824
. . . .	—	Distrito Federal	21.660	—
. . . .	—	Rio Grande do Sul	257	—
. . . .	—	Bahia	122	—
. . . .	—	Paraná	66	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	—	Diversos	52	—
—	255	—	45.596	1.824
Estados Unidos	100	Distrito Federal	271.513	4.698
. . . .	—	Estado do Rio	43.950	—
. . . .	—	Rio Grande do Sul	12.548	—
. . . .	—	São Paulo	5.758	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	—	Diversos	—	—
—	100	—	333.769	4.698
Estados Unidos	1.822	São Paulo	102.106	10.392
. . . .	—	Distrito Federal	31.840	—
. . . .	—	Estado do Rio	18.136	—
. . . .	—	Rio Grande do Sul	7.271	—
. . . .	—	Paraná	813	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	—	Diversos	117	—
—	1.822	—	160.286	10.392
Argentina	101.407	Distrito Federal	164.823	256.620
Estados Unidos	41.009	São Paulo	50.304	—
Dinamarca	19.330	Pernambuco	24.401	—
Belgica	7.926	Bahia	15.643	—
França	5.011	Espírito Santo	9.447	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	35.903	Diversos	32.509	—
—	210.586	—	297.127	256.620

PORTOS	IMPORTAÇÃO				
	LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	PROCEDÊNCIA	TONELADAS	
PELOTAS	Argentina	4.455	Pernambuco	16.503	159.045
	Inglaterra	275	Distrito Federal	14.375	—
	Portugal	39	São Paulo	8.889	—
	União Sul Africana	5	Estado do Rio	5.103	—
	Suécia	3	Alagoas	4 837	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	2	Diversos	6.324	—
	TOTAL	4.779	—	56.031	159.045
RIO GRANDE	Estados Unidos	76.805	Distrito Federal	36.385	256.926
	México	17.297	Pernambuco	33.133	—
	India Ocidental Holandesa	17.049	Rio Grande do Norte	27.268	—
	Inglaterra	16.828	Santa Catarina	18.685	—
	Belgica	12.347	São Paulo	5 191	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	32.972	Diversos	8.732	—
	TOTAL	173.298	—	129.394	256.926
SÃO BORJA	Argentina	53 219	—	—	7.111
	. . . .	—	—	—	—
	. . . .	—	—	—	—
	. . . .	—	—	—	—
	. . . .	—	—	—	—
	. . . .	—	—	—	—
	. . . .	—	—	—	—
	Diversos	—	—	—	—
	TOTAL	53.219	—	—	7.111
CORUMBÁ	Estados Unidos	3.618	Pernambuco	1.124	—
	Argentina	2.239	. . . .	—	—
	Uruguai	2.175	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—
	Diversos	—	Diversos	—	
	TOTAL	8.032	—	1 124	—

(Conclusão)

EXPORTAÇÃO

LONGO CURSO		GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM EM TONELADAS
DESTINO	TONELADAS	DESTINO	TONELADAS	
Estados Unidos	487	Distrito Federal	42.681	56.801
Rússia	229	São Paulo	13.961	—
Inglaterra	176	Pernambuco	9.095	—
Ilhas Malvinas	93	Estado do Rio	7.171	—
França	82	Espírito Santo	3.445	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	105	Diversos	10.837	—
—	1.172	—	87.190	56.801
Inglaterra	135.493	Distrito Federal	43.705	119.988
Rússia	12.114	São Paulo	30.011	—
Índia Inglesa	8.252	Pernambuco	17.447	—
Estados Unidos	5.594	Bahia	9.370	—
Grécia	5.212	Pará	3.844	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	48.187	Diversos	17.143	—
—	214.852	—	121.520	119.988
Argentina	71.734	— —	—	59.044
. . . .	—	— —	—	—
. . . .	—	— —	—	—
. . . .	—	— —	—	—
. . . .	—	— —	—	—
. . . .	—	— —	—	—
. . . .	—	— —	—	—
Diversos	—	— —	—	—
—	71.734	—	—	59.044
Argentina	4.350	Rio Grande do Sul	136	147
Uruguai	322	. . . .	—	—
Bolívia	157	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—
Diversos	1	Diversos	—	—
—	4.830	—	136	147

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS, NO ANO

PORTOS	IMPORTAÇÃO					
	DO ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
MANÁUS	Farinha de trigo	2.881	Açúcar	9.13[illegible]	Borracha	12.716
	Cimento	948	Farinha	5.014	Castanha	10.302
	Vinhos	196	Óleo	3.944	Madeira	6.835
	Maquinária	178	Sal	3.400	Juta	4.983
	Ferragem	134	Gasolina	2.770	Sôrva	3.457
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	1.618	Diversos	45.353	Diversos	56.673
	TOTAL	5.955	TOTAL	69.617	TOTAL	94.936
BELÉM	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	TOTAL	—	TOTAL	—	TOTAL	—
SÃO LUÍS	Cimento	3.245	Gasolina	3.208	Cereais	20.702
	Cereais	1.750	Tecidos	2.697	Babaçú	16.948
	Ferro	538	Querosene	2.608	Caroço de algodão	6.400
	Óleo	122	Ferro	1.642	Algodão	3.080
	Papel	27	Cereais	1.477	Algodão em pluma	2.582
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	1.718	Diversos	18.237	Diversos	5.746
	TOTAL	7.406	TOTAL	29.869	TOTAL	55.467
TUTÓIA	Cimento	1.288	Ferragem	1.743	—	—
	Ferragem	104	Alcool	1.138	—	—
	Soda cáustica	92	Açúcar	1.092	—	—
	. . . .	—	Tecidos	658	—	—
	. . . .	—	Café	266	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—	—
	Diversos	194	Diversos	6.798	—	—
	TOTAL	1.678	TOTAL	11.695	TOTAL	—
LUÍS CORRÊA	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
	TOTAL	—	TOTAL	—	TOTAL	—

COM AS TONELAGENS DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES, DE 1946

Quadro V

EXPORTAÇÃO

PARA O ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
Castanhas	6.493	Juta	5.185	Sal	3.744
Borracha	4.849	Borracha crepe	3.649	Açúcar	3.719
Sôrva	4.226	Borracha	2.426	Farinha	2.817
Madeira	3.524	Castanha	1.365	Vinhos e espíritos	2.234
Couros	1.043	Madeira	942	Querosene	1.552
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	4.680	Diversos	3.681	Diversos	20.172
TOTAL	24.815	TOTAL	17.248	TOTAL	34.238
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
Babaçú	8.912	Babaçú	11.879	—	—
Cereais	3.077	Cereais	11.117	—	—
Caroço de algodão	1.525	Tecidos	1.581		—
Óleo	1.051	Algodão	1.408	—	—
Tucum	632	Óleo	1.327	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	
Diversos	571	Diversos	5.319	—	—
TOTAL	15.768	TOTAL	32.631	TOTAL	—
Babaçú	4.500	Babaçú	6.779	—	—
Cêra de carnaúba	3.828	Algodão	781	—	—
Couros	903	Óleo de côco	529	—	—
Cêra	808	Cereais	298	—	—
Peles	19	Cêra de carnaúba	13	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
Diversos	15.137	Diversos	3.146	—	—
TOTAL	25.195	TOTAL	11.546	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
TOTAL	—	TOTAL	—	TOTAL	—

PORTOS	IMPORTAÇÃO					
	DO ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
PARNAÍBA	—	—	Açúcar	320	—	—
	—	—	Café	94	—	—
	—	—	Alcool	46	—	—
	—	—	Tecidos	18	—	—
	—	—	Ferragem	14	—	—
	—	—	. . . .	—	—	—
	—	—	. . . .	—	—	—
	—	—	Diversos	3.772	—	—
	TOTAL	—	TOTAL	4.264	—	—
CAMOCIM	—	—	Açúcar	1.435	Sal	1.975
	—	—	Querosene	612	Goma de mandioca	365
	—	—	Gasolina	361	Farinha de mandioca	34[illegible]
	—	—	Arroz	265	Café	36
	—	—	Cimento	144	Querosene	32
	—	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	—	Diversos	404	Diversos	72
	TOTAL	—	TOTAL	3 221	TOTAL	2 821
FORTALEZA	Gasolina	14.047	Arroz	9.420	Sal	3.161
	Farinha de trigo	12.346	Açúcar	9.248	Semente de oiticica	303
	Cimento	5.274	Madeira	7.374	Castanha do cajú	142
	Ferragem	1.774	Ferragem	7.155	Farinha de mandioca	97
	Automóveis e aces.	1.079	Café	5.914	Goma de mandioca	86
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	2.010	Diversos	38.269	Diversos	181
	TOTAL	36.530	TOTAL	77.380	TOTAL	3.970
ARACATI	—	—	Açúcar	230	Querosene	22
	—	—	Cimento	131	Sabão	17
	—	—	Alcool	51	Louça	12
	—	—	Resíduo de caroço de alg	48	Gasolina	8
	—	—	Bebida	29	Café	5
	—	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	—	Diversos	121	Diversos	33
	TOTAL	—	TOTAL	610	TOTAL	97
NATAL	Farinha de trigo	3.230	Charque	4.792	Sal	266
	Milho	610	Açúcar	4.383	Bebida	16
	Ferragem	503	Gasolina	2.595	Ferragem	1
	Gasolina	186	Ferragem	2.403	. . . .	—
	Automóveis	181	Madeira	2.334	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	729	Diversos	17.310	Diversos	—
	TOTAL	5.439	TOTAL	33.817	TOTAL	283

(Continuação)

EXPORTAÇÃO

PARA O ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
Mercadoria	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
—	—	Cereais	585	—	—
—	—	. . . .	—	—	—
—	—	. . . .	—	—	—
—	—	. . . .	—	—	—
—	—	. . . .	—	—	—
—	—	. . . .	—	—	—
—	—	. . . .	—	—	—
—	—	Diversos	317	—	—
TOTL	—	TOTAL	902	TOTAL	—
Semente de mamona	7.992	Sal	4.924	Sal	364
Farinha de mandioca	4.281	Semente de oiticica	559	Semente de oiticica	210
Milho	2.960	Goma de mandioca	229	Farinha de trigo	20
Goma de mandioca	2.726	Feijão	139	Castanha de cajú	4
Mamona	1.404	Farinha de mandioca	129	Banha	4
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	515	Diversos	266	Diversos	15
TOTAL	20.878	TOTAL	6.246	TOTAL	617
Semente de mamona	18.898	Sal	10.845	Açúcar	68
Farinha de mandioca	14.333	Algodão em pluma	9.772	Arame liso	31
Óleo de oiticica	12.112	Óleo de oiticica	751	Farinha de mandioca	22
Goma de mandioca	8.537	Tecido de algodão	678	Querosene	20
Milho	6.610	Magnesita calcinada	644	Farinha de trigo	15
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	14.538	Diversos	9.651	Diversos	18
TOTAL	75.028	TOTAL	32.341	TOTAL	174
—	—	Sal	6.187	Sal	429
—	—	Art. de palha de carnaúba	970	Farinha de mandioca	40
—	—	Algodão	490	. . . .	—
—	—	Cêra de carnaúba	64	. . . .	—
—	—	Açúcar	60	. . . .	—
—	—	. . . .	—	. . . .	—
—	—	. . . .	—	. . . .	—
—	—	Diversos	105	. . . .	—
TOTAL	—	TOTAL	7.876	TOTAL	469
Torta de algodão	1.013	Algodão	17.090	Açúcar	213
Oleo de algodão	447	Açúcar	5.305	Farinha de trigo	144
Algodão	386	Garrafas vazias	738	Farinha de mandioca	46
Semente de mamona	256	Caroço de algodão	475	Ferro	30
Resíduo de algodão	252	Ferragem	196	Café	25
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	324	Diversos	2.220	Diversos	104
TOTAL	2.678	TOTAL	26.024	TOTAL	562

PORTOS	IMPORTAÇÃO					
	DO ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
CABEDELO	Farinha de trigo	4.775	Feijão	5.614	Tecidos	512
	Carvão mineral	3.251	Café	3.666	. . . .	—
	Ferragem	1.261	Charque	3.188	. . . .	—
	Óleo	171	Madeira	2.992	. . . .	—
	Bacalháu	59	Bebida	2.737	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	273	Diversos	14.390	Diversos	175
	TOTAL	9.790	TOTAL	22.587	TOTAL	687
JOÃO PESSOA	—	—	Sal	5.842	—	—
	—	—	Arroz	2.981	—	—
	—	—	Cimento	2.161	—	—
	—	—	Açúcar	1.478	—	—
	—	—	Alcool	754	—	—
	—	—	. . . .	—	—	—
	—	—	. . . .	—	—	—
	—	—	Diversos	843	Diversos	18
	TOTAL	—	TOTAL	14.039	TOTAL	18
RECIFE	Óleo: diversos tipos	136.612	Charque	26.960	Açúcar	73.070
	Gasolina	65.836	Madeira	25.458	Lenha	9.777
	Farinha de trigo	39.076	Gêneros alimentícios	21.334	Cimento	8.485
	Querosene	35.056	Sal	18.556	Cal	6.336
	Ferragem	26.146	Ferragem	13.590	Côco	6.117
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	108.351	Diversos	113.900	Diversos	5.448
	TOTAL	411.071	TOTAL	219.808	TOTAL	109.233
MACEIÓ	Farinha de trigo	1.453	Estivas	4.997	Açúcar	9.607
	Cimento	1.262	Charque	4.271	Côco-fruto	4.023
	Ferragem	683	Sal	2.523	Caroço de algodão	325
	Ferro	344	Cimento	2.367	Estivas	183
	Automóveis	108	Ferragem	1.838	Milho	95
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	322	Diversos	11.634	Diversos	193
	TOTAL	4.172	TOTAL	27.730	TOTAL	14.430
ARACAJÚ	Cimento	345	Charque	1.412	Açúcar	54
	Enxôfre	61	Farinha de trigo	1.088	. . . .	—
	Cloreto de cal	37	Gasolina	928	. . . .	—
	. . . .	—	Querosene	550	. . . .	—
	. . . .	—	Café	319	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	19	Diversos	15.203	. . . .	—
	TOTAL	462	TOTAL	19.500	TOTAL	54

(Continuação)

EXPORTAÇÃO

PARA O ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
Semente de mamona	3.191	Algodão	15.847	Madeira	33
Farinha de mandioca	963	Açúcar	13.623	Ferragem	4
Algodão	769	Cimento	2.408	. . . .	—
Resíduos de algodão	600	Tecidos	867	. . . .	—
Peles de carneiro	304	Alcool	851	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	1.334	Diversos	6.543	Diversos	228
TOTAL	7.161	TOTAL	40.139	TOTAL	265
—	—	Açúcar	7.146	Madeira	225
—	—	Algodão	1.273	Açúcar	13
—	—	Alcool	887	Feijão	12
—	—	Cimento	815	Alcool	11
—	—	Sal	60	. . . .	—
—	—	. . . .	—	. . . .	—
—	—	. . . .	—	. . . .	—
—	—	Diversos	435	Diversos	400
TOTAL	—	TOTAL	10.616	TOTAL	661
Bagas de mamona	22.088	Açúcar	253.544	Óleo combustível	12.771
Algodão	15.824	Gêneros alimentícios	13.760	Óleo: diversos tipos	3.602
Açúcar	13.800	Gasolina	10.292	Adubos	1.180
Café	9.789	Tecidos	9.584	Ferragem	358
Óleo: diversos tipos	7.685	Querosene	9.174	Cal	138
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	24.302	Diversos	55.268	Diversos	1.834
TOTAL	93.488	TOTAL	351.622	TOTAL	19.883
Açúcar	3.300	Açúcar	80.174	Açúcar	30
Bagas de mamona	2.694	Côco-fruto	3.788	Cal	9
Milho	1.206	Tecidos	2.956	Algodão	7
Côco ralado	153	Alcool	1.826	Tecidos	3
Óleo de côco	96	Côco ralado	1.511	Querosene	2
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	9	Diversos	3.215	Diversos	12
TOTAL	7.362	TOTAL	93.470	TOTAL	63
	—	Açúcar	14.003	Sal	60
	—	Sal	13.721	Algodão	12
	—	Tecidos	1.809	. . . .	—
	—	Couros	1.414	. . . .	—
	—	Côco	885	. . . .	—
	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	Diversos	5.112	Diversos	11
TOTAL	—	TOTAL	37.034	TOTAL	83

PORTOS	IMPORTAÇÃO					
	DO ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
SALVADOR	Cimento	30.42[illegible]	Charque	6.600	Cacau	58.239
	Óleo combustivel	18.08[illegible]	Arroz	6.027	. . . .	—
	Farinha de trigo	13.521	Cimento	2.329	. . . .	—
	Carvão	7.360	Farinha de trigo	227	. . . .	—
	Trigo	2.854	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	47.340	Diversos	131.184	Diversos	69.120
	TOTAL	119.59[illegible]	TOTAL	146.367	TOTAL	127.370
ILHÉUS	Querosene	782	Gêneros alimentícios	4.014	Açúcar	6.154
	Gasolina	489	Açúcar	687	Gêneros alimentícios	2.573
	Gêneros alimentícios	26	Bebidas diversas	451	Gasolina	2.256
	Ferragem	15	Querosene	386	Querosene	1.163
	Bebidas diversas	8	Ferragem	229	Charque	994
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	34	Diversos	2.785	Diversos	11.001
	TOTAL	1.35[illegible]	TOTAL	8.544	TOTAL	24.141
VITÓRIA	Ferragem	7.048	Gasolina	9.273	Café	2.368
	Cimento	1.771	Arroz	8.039	Areia monazitica	1.225
	Gasolina	1.685	Sal	7.730	Madeira	874
	Farinha de trigo	500	Querosene	4.013	Farinha de mandioca	489
	Petróleo	245	Cerveja	2.605	Açúcar	144
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	630	Diversos	27.61[illegible]	Diversos	825
	TOTAL	11.879	TOTAL	59.27	TOTAL	5.925
RIO DE JANEIRO	Carvão	723.414	Carvão	291.425	Gasolina	102.828
	Gasolina	338.610	Madeira	267.707	Areia	50.139
	Óleo combustivel	189.381	Sal	131.431	Cimento	36.223
	Trigo	113.788	Café	58.935	Óleo combustivel	34.115
	Óleo lubrificante	68.500	Arroz	49.078	Querosene	13.452
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	986.454	Diversos	620.890	Diversos	45.820
	TOTAL	2.420.156	TOTAL	1.419.466	TOTAL	282.577
NITERÓI	—	—	Madeira	3.656	Mercadoria, fora do cais	248.682
	—	—	Milho	420	Açúcar	2.473
	—	—	. . . .	—	Madeira	759
	—	—	. . . .	—	Óleo	233
	—	—	. . . .	—	Sal	210
	—	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	—	Diversos	5.174	Diversos	1.634
	TOTAL	—	TOTAL	9.250	TOTAL	253.991

(Continuação)

EXPORTAÇÃO

PARA O ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
Cacau	63.023	Açúcar	6.820	—	—
Fumo	36.626	Cacau	1.999	—	—
Mamona	27.607	Café	1.409	—	—
Piaçava	3.775	Couros	1.151	—	—
Café	3.769	Piaçava	92	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
Diversos	36.164	Diversos	42.205	Diversos	50.122
TOTAL	170.955	TOTAL	54.507	TOTAL	50.122
Cacau	69.51	Derivados de cacau	583	Cacau	30.367
Derivados de cacau	2.76	Pia	41	Derivados de cacau	2.098
. . . .	—	Cacau	15	Couros	464
. . . .	—	Couros	3	Pia	47
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	1	Diversos	9.124	Diversos	3.241
TOTAL	72.282	TOTAL	10.307	TOTAL	36.217
Minério de ferro	41.397	Café	42.521	—	—
Café	34.670	Madeira	7.141	—	—
Ferro gusa	16.711	Feijão	5.461	—	—
Madeira	8.051	Milho	1.870	—	—
Milho	1.50	Ferro gusa	370	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
Diversos	2.431	Diversos	3.897	Diversos	1.697
TOTAL	104.760	TOTAL	62.267	TOTAL	1.697
Café	163.04	Café	45.998	Óleo combustível	30.851
Manganês	143.890	Gasolina	43.896	Carvão	14.848
Laranjas	82.76	Farinha de trigo	40.591	Madeira	2.427
Minério de ferro	22.540	Carvão	35.461	Farinha de trigo	2.212
Tecidos	10.28	Madeira	22.014	Cimento	2.183
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	102.447	Diversos	355.826	Diversos	41.534
TOTAL	526.071	TOTAL	543.777	TOTAL	94.055
—		Açúcar	8.692	Mercadoria fora do cais	448.518
—	—	Sal	1.797	Vidros	3.266
—	—	Sardinha	81	Sal	1.047
—	—	Vidros	3	Sardinha	270
—	—	. . . .	—	Açúcar	186
—	—	. . . .	—	. . . .	—
—	—	. . . .	—	. . . .	—
—	—	Diversos	458	Diversos	780
TOTAL	—	TOTAL	11.031	TOTAL	454.067

PORTOS	IMPORTAÇÃO					
	DO ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
ANGRA DOS REIS	Carvão	5.102	Madeira	9.905	Sal	9.832
	Trigo	2.420	Carvão	1.928	Sacaria	30
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	Diversos	872
	TOTAL	7.522	TOTAL	11.833	TOTAL	10.736
SANTOS	Óleo	314.004	Sal	169.682	—	—
	Gasolina	303.045	Madeira	116.336	—	—
	Carvão	169.540	Açúcar	115.951	—	—
	Cimento	122.576	Carvão	105.426	—	—
	Material de est. de ferro	117.582	Algodão	21.271	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—	—
	Diversos	1.145.052	Diversos	195.902	—	—
	TOTAL	2.171.799	TOTAL	724.568	TOTAL	—
PARANAGUÁ	Trigo em grão	2.330	Gasolina	8.148	Farinha de mandioca	10.453
	Cevada	167	Açúcar	3.404	Madeira	633
	Quebracho	124	Sal	3.391	Garrafas vazias	325
	Obras de vidro	2	Cimento	3.077	Carvão de coque	296
	. . . .	—	Ferros	2.407	Carvão mineral	200
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	—	Diversos	14.422	Diversos	1.982
	TOTAL	2.623	TOTAL	34.849	TOTAL	13.889
ANTONINA	Trigo	1.828	Gasolina	15.176	—	—
	. . . .	—	Sal	4.092	—	—
	. . . .	—	Óleo	2.019	—	—
	. . . .	—	Ferragem	1.633	—	—
	. . . .	—	Querosene	1.452	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—	—
	Diversos	—	Diversos	5.381	—	—
	TOTAL	1.828	TOTAL	29.753	TOTAL	—
SÃO FRANCISCO	Cimento	3.655	Açúcar	35.922	—	—
	Cevada	3.490	Sal	17.453	—	—
	Gasolina	2.470	Gasolina	13.785	—	—
	Sal	2.000	Ferragem	3.271	—	—
	Trigo em grão	1.431	Óleo	2.136	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—	—
	Diversos	3.507	Diversos	17.922	—	—
	TOTAL	16.553	TOTAL	90.489	—	—

(Continuação)

EXPORTAÇÃO					
PARA O ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
Café	11.935	Madeira	389	Madeira	146
....	—	....	—	....	—
....	—	....	—	....	—
....	—	....	—	....	—
....	—	....	—	....	—
....	—	....	—	....	—
....	—	....	—	....	—
TOTAL	11.935	TOTAL	389	TOTAL	146
Café	690.900	Charque	21.483	—	—
Algodão em rama	348.594	Drogas, produtos químicos	19.982	—	—
Milho	103.641	Madeira	16.477	—	—
Banana	95.721	Ferragem	15.798	—	—
Torta de caroço de algodão	69.585	Cimento	14.549	—	—
....	—	....	—	—	—
....	—	....	—	—	—
Diversos	314.014	Diversos	196.266	Diversos	175
TOTAL	1.622.455	TOTAL	284.555	TOTAL	175
Madeira	112.101	Madeira	137.860	Farinha de trigo	1.879
Erva Mate	10.975	Feijão	3.200	Sabão	545
Farinha de mandioca	10.192	Móveis	1.926	Bebidas	407
Fumo em fôlhas	1.594	Tambores vazios	1.656	Louças	179
Tapióca	212	Arroz	1.349	Farelo de trigo	131
....	—	....	—	....	—
....	—	....	—	....	—
Diversos	260	Diversos	5.612	Diversos	516
TOTAL	125.334	TOTAL	151.603	TOTAL	3.657
Madeira	21.142	Madeira	56.030	—	—
Erva-Mate	11.500	Taboinhas para caixas	10.287	—	—
Cabos de vassouras	975	Batatas	3.523	—	—
Banana	208	Cabos de vassouras	609	—	—
....	—	Erva-Mate	146	—	—
....	—	....	—	—	—
....	—	....	—	—	—
Diversos	108	Diversos	4.182	—	—
TOTAL	33.933	TOTAL	74.777	—	—
Madeira	28.188	Madeira	41.862	—	—
Café	23.706	Taboinhas para caixas	16.801	—	—
Erva-Mate	22.032	Batata	12.707	—	—
Banana	3.911	Fósforos	2.289	—	—
Cabos vassouras	1.189	Papel	2.172	—	—
....	—	....	—	—	—
....	—	....	—	—	—
Diversos	19.585	Diversos	24.335		—
TOTAL	98.611	TOTAL	100.166	TOTAL	—

PORTOS	IMPORTAÇÃO					
	DO ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
ITAJAÍ	Celulose	1.863	Gasolina	6.862	Fécula	1.445
	Cimento	86[illegible]	Sal	5.681	Trigo	212
	Óleo mineral	227	Cimento	2.603	Ferro	54
	Aço	12[illegible]	Algodão	3.510	Farelo	33
	Ferro	7[illegible]	Ferro	2.457	Madeira	21
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	196	Diversos	14.601	Diversos	104
	TOTAL	3.34[illegible]	TOTAL	36.717	TOTAL	1.869
FLORIANÓPOLIS	—	—	Ferro em obra	5.004	Carvão de pedra	2.055
	—	—	Gasolina	4.070	Farinha de trigo	993
	—	—	Açúcar	1.625	Sabão	300
	—	—	Cimento	1.466	Farelo de Milho	68
	—	—	Sal	1.033	Bebidas	65
	—	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	—	Diversos	12.092	Diversos	203
	TOTAL	—	TOTAL	25.290	TOTAL	3.684
IMBITUBA	—	—	Ferragem	699	—	—
	—	—	Kaolin	639	—	—
	—	—	Açúcar	424	—	—
	—	—	Sal	373	—	—
	—	—	Feno	220	—	—
	—	—	. . . .	—	—	—
	—	—	. . . .	—	—	—
	—	—	Diversos	1.259	—	—
	TOTAL	—	TOTAL	3.614	TOTAL	—
LAGUNA	—	—	Sal	4.020	Farinha de trigo	435
	—	—	Gasolina	2.987	Bebidas	251
	—	—	Cimento	1.086	Sabão	232
	—	—	Querosene	986	Açúcar	188
	—	—	Trilhos "Decauville"	929	Óleo	107
	—	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	—	. . . .	—	. . . .	—
	—	—	Diversos	8.353	Diversos	430
	TOTAL	—	TOTAL	18.361	TOTAL	1.643
RIO GRANDE	Carvão	37.036	Açúcar	33.535	Arroz	87.977
	Petróleo em bruto	36.460	Carvão	32.721	Carvão	66.625
	Cimento	33.568	Sal	25.173	Feijão	13.790
	Gasolina	25.252	Produtos químicos	2.960	Farinha de mandioca	6.284
	Material p/ Est. de Ferro	12.308	Máquinas e pertences	1.202	Fumo em fôlhas	5.566
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	28.675	Diversos	33.804	Diversos	76.684
	TOTAL	173.299	TOTAL	129.395	TOTAL	256.926

(Continuação)

EXPORTAÇÃO

PARA O ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
Madeira	26.868	Madeira	48.589	Madeira	619
Fécula	2.996	Fécula	11.431	Açúcar	177
Fumo	1.114	Arroz	5.156	Óleo mineral	107
Óleo vegetal	69	Banha	2.215	Fécula	81
Nó de pinho	20	Farinha de mandioca	1.743	Papel	26
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	28	Diversos	13.915	Diversos	64
TOTAL	37.095	TOTAL	83.049	TOTAL	1.074
Madeira	243	Madeira	36.528	Ferro em obra	357
Tapióca	12	Açúcar	2.221	Pregos	257
. . . .	—	Tapióca	1.798	Bebidas	87
. . . .	—	Farinha de mandioca	1.156	Cevada	75
. . . .	—	Arroz	834	Cimento	60
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	—	Diversos	3.059	Diversos	988
TOTAL	255	TOTAL	45.596	TOTAL	1.824
Farinha de mandioca	100	Carvão mineral	304.260	—	—
. . . .	—	Farinha de mandioca	24.357	—	—
. . . .	—	Madeira	1.003	—	—
. . . .	—	Fécula de mandioca	917	—	—
. . . .	—	Crina vegetal	672	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
. . . .	—	Diversos	2.554	Diversos	4.698
TOTAL	100	TOTAL	333.769	TOTAL	4.698
—	—	Carvão mineral	129.967	Farinha de mandioca	5.189
—	—	Farinha de mandioca	18.625	Carvão mineral	3.089
—	—	Banha de porco	2.489	Fécula de mandioca	1.845
—	—	Arroz	1.604	Garrafas vazias: devol.	127
—	—	Fécula de mandioca	1.537	Raspa de mandioca	86
—	—	. . . .	—	. . . .	—
—	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	1.822	Diversos	6.064	Diversos	65
TOTAL	1.822	TOTAL	160.286	TOTAL	10.392
Arroz	104.066	Charque	22.335	Inflamáveis	45.666
Conservas	16.697	Cebolas	20.078	Carvão	18.322
Cereais	16.073	Cereais	12.706	Cimento	16.210
Madeira branca	10.505	Lãs	7.862	Açúcar	7.525
Farinha de mandioca	7.864	Madeira branca	5.064	Óleos e lubrificantes	3.537
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	59.647	Diversos	53.476	Diversos	27.728
TOTAL	214.852	TOTAL	121.521	TOTAL	119.988

PORTOS	IMPORTAÇÃO					
	DO ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
PELOTAS	Trigo em grão	4.234	Açúcar	24.207	Carvão de pedra	91.827
	Prod. químicos e farm.	274	Sal	5.028	Arroz	39.226
	Conservas	25	Alimentos não especif.	3.648	Gasolina	3.730
	Ferro em obra	13	Café	3.150	Alimentos não especif.	3.390
	Bebidas	12	Prod. químicos e farm.	3.096	Mat. p. orig. vegetal	1.840
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	221	Diversos	16.902	Diversos	19.032
	TOTAL	4.779	TOTAL	56.031	TOTAL	159.045
PÔRTO ALEGRE	Cimento	14.957	Açúcar	42.696	Carvão	201.736
	Produtos químicos	10.817	Ferro e aço	34.410	Pedras e areia	156.251
	Ferro e aço	9.161	Sal	32.609	Arroz	132.867
	Gasolina	7.976	Produtos químicos	13.112	Lenha	129.971
	Trigo em grão	6.986	Querosene	12.352	Têlhas e tijolos	89.238
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
	Diversos	33.633	Diversos	112.916	Diversos	343.007
	TOTAL	83.530	TOTAL	248.095	TOTAL	1.053.070
SÃO BORJA	Farinha de trigo	238	—	—	Madeira	4.681
	Ovelhas: Runney Marsh	4	—	—	Arroz com casca	985
	. . . .	—	—	—	Feijão	404
	. . . .	—	—	—	. . . .	—
	. . . .	—	—	—	. . . .	—
	. . . .	—	—	—	. . . .	—
	. . . .	—	—	—	. . . .	—
	Diversos	—	—	—	Diversos	1.041
	TOTAL	242	TOTAL	—	TOTAL	7.111
CORUMBÁ	Trilhos e talas de aço	3.378	Açúcar	1.159	—	—
	Óleo de linhaça	1.972	Conservas	56	—	—
	Sal	1.860	. . . .	—	—	—
	Cimento	331	. . . .	—	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—	—
	. . . .	—	. . . .	—	—	—
	Diversos	18	Diversos	—	—	—
	TOTAL	7.559	TOTAL	1.215	—	—

(Conclusão)

EXPORTAÇÃO

PARA O ESTRANGEIRO		POR GRANDE CABOTAGEM		POR PEQUENA CABOTAGEM	
Mercadorias	t.	Mercadorias	t.	Mercadorias	t.
Couros verdes e salgados	321	Arroz	28.360	Arroz	18.312
Mat. primas de orig. animal	255	Feijão	13.985	Batata	7.340
Sebo e graxa	229	Batata	13.930	Alimentos não especificados	4.269
Matéria prima de orig. vegetal	111	Cebola	7.82	Adubo	3.955
Materiais de construção	93	Mat. primas de orig. vegetal	5.889	Alim. não esp. p. animais	3.613
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	165	Diversos	17.193	Diversos	19.312
TOTAL	1.172	TOTAL	87.192	TOTAL	56.801
Madeira	136.710	Arroz	74.501	Arroz	48.865
Farinha de mandioca	35.819	Vinho	41.305	Carvão	21.612
Fumo em fôlhas	14.565	Feijão	32.372	Gasolina	14.968
Arroz	11.040	Banha	22.785	Feijão	13.435
Obras de madeira	4.075	Farinha de mandioca	18.800	Açúcar	10.558
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
. . . .	—	. . . .	—	. . . .	—
Diversos	8.365	Diversos	107.364	Diversos	147.182
TOTAL	210.580	TOTAL	297.127	TOTAL	256.620
Madeira	71.734	—	—	Madeira	58.449
Táboas de pinho	390	—	—	Feijão	196
. . . .	—	—	—	Arroz com casca	118
. . . .	—	—	—	Milho	109
. . . .	—	—	—	Têlhas	6
. . . .	—	—	—	. . . .	—
. . . .	—	—	—	. . . .	—
Diversos	—	—	—	Diversos	167
TOTAL	72.124	—	—	TOTAL	59.045
Ferro gusa	2.850	Couros salgados	130	—	—
Manganês	1.500	. . . .	—	—	—
Dormentes de madeira	249	. . . .	—	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
. . . .	—	. . . .	—	—	—
Diversos	157	Diversos	—	Diversos	147
TOTAL	4.750	TOTAL	130	TOTAL	147

MOVIMENTO DE MERCADORIAS

PORTOS	ANOS	IMPORTAÇÃO								
		LONGO CURSO			CABOTAGEM			MOVIMENTO TOTAL		
		Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%
MANÁUS	1937	10.630	—	—	117.821	—	—	128.451	—	—
	1938	7.716	— 2.914	27,4	135.573	+ 17.752	15,1	143.289	+ 14.838	11,6
	1939	6.896	— 820	10,6	129.222	— 6.351	4,7	136.118	— 7.175	5,0
	1940	3.287	— 3.609	52,3	131.230	+ 2.008	1,6	134.517	— 1.601	1,2
	1941	2.579	— 708	21,5	138.220	+ 7.990	6,1	140.779	+ 6.282	4,7
	1942	1.805	— 774	30,0	136.635	— 1.585	1,1	138.440	— 2.359	1,6
	1943	7.413	+ 5.608	310,6	157.065	+ 20.430	14,9	164.478	+ 26.038	18,8
	1944	3.715	— 3.698	49,9	167.542	+ 10.477	6,6	171.257	+ 6.779	4,1
	1945	7.113	+ 3.398	91,5	161.395	— 6.148	3,7	168.508	— 2.750	1,6
	1946	5.955	— 1.158	16,3	164.583	+ 3.188	2,0	170.539	+ 2.031	1,2
BELÉM	1937	57.053	—	—	226.295	—	—	283.348	—	—
	1938	87.410	+ 30.357	8,2	238.917	+ 12.622	5,6	326.327	+ 42.979	15,2
	1939	109.826	+ 22.426	53,2	251.239	+ 12.322	5,2	361.075	+ 34.748	10,6
	1940	85.340	— 24.496	25,7	253.278	+ 2.039	0,8	338.618	— 22.457	6,2
	1941	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	1942	33.707	—	—	162.839	—	—	196.546	—	—
	1943	182.906	+ 147.199	442,6	321.064	+ 158.225	97,1	503.970	+ 307.424	156,1
	1944	180.148	— 2.758	1,5	332.989	+ 11.925	3,7	513.139	+ 9.167	1,8
	1945	144.390	— 35.758	19,8	228.784	— 104.205	31,3	373.174	— 139.963	27,3
	1946	114.349	— 30.041	20,8	208.312	— 20.472	8,9	322.661	— 50.513	13,5
NATAL	1937	10.436	—	—	34.836	—	—	45.252	—	—
	1938	4.680	— 5.736	55,1	23.369	— 11.467	32,9	28.049	— 17.203	38,0
	1939	3.066	— 1.614	34,5	23.468	+ 99	0,4	26.534	— 1.515	5,4
	1940	2.618	— 448	14,6	22.566	— 902	3,8	25.184	— 1.350	5,1
	1941	11.129	+ 8.511	8,5	26.280	+ 3.714	16,5	37.409	+ 12.225	48,5
	1942	8.331	— 2.798	25,1	36.439	+ 10.159	38,6	44.770	+ 7.361	19,6
	1943	721	— 7.610	91,3	41.588	+ 5.149	14,1	42.309	— 2.461	5,4
	1944	76	— 645	89,1	28.407	— 13.151	31,6	28.483	— 23.826	56,3
	1945	482	+ 406	534,2	25.112	— 3.295	11,6	25.594	— 2.889	10,1
	1946	5.429	+ 4.957	1.028,4	34.101	+ 8.989	35,8	39.540	+ 13.946	54,5
Cabedelo	1937	40.037	—	—	44.953	—	—	84.990	—	—
	1938	16.974	— 23.063	57,6	27.033	— 17.920	39,8	44.007	— 40.983	48,2
	1939	4.480	— 12.494	73,6	26.884	— 149	0,5	31.364	— 12.643	28,7
	1940	5.952	+ 1.472	32,8	29.589	+ 2.705	10,0	35.541	+ 4.177	13,3
	1941	9.692	+ 3.740	62,8	27.517	— 2.072	7,0	37.209	+ 1.668	4,6
	1942	7.922	— 1.770	18,2	26.488	— 1.029	3,7	34.410	— 2.799	7,5
	1943	6.228	— 1.694	27,1	26.453	— 35	0,1	32.631	— 1.779	5,1
	1944	7.580	+ 1.352	21,7	27.939	+ 1.486	5,6	35.519	+ 2.882	8,8
	1945	4.654	— 2.926	38,6	35.782	+ 7.843	28,1	40.436	+ 4.917	13,8
	1946	9.790	+ 5.136	110,3	33.274	— 2.508	7,0	43.064	+ 2.628	6,5
RECIFE	1937	316.189	—	—	197.422	—	—	513.611	—	—
	1938	314.802	— 1.387	0,4	156.715	— 40.707	20,6	471.517	— 42.094	8,2
	1939	351.957	+ 37.155	11,8	172.713	+ 16.198	10,3	524.870	+ 53.353	11,3
	1940	348.129	— 3.828	1,1	187.187	+ 14.274	8,3	535.316	+ 10.446	2,0
	1941	367.562	+ 19.433	5,6	264.436	+ 77.249	41,3	631.998	+ 96.682	18,1
	1942	442.602	+ 75.040	20,4	298.481	+ 34.045	12,9	741.083	+ 109.085	17,3
	1943	422.667	— 19.935	4,5	281.695	— 16.786	5,6	704.362	— 36.721	4,9
	1944	332.230	— 90.437	21,3	296.004	+ 14.309	5,0	618.234	— 86.128	12,5
	1945	427.611	+ 95.381	28,7	298.426	+ 2.422	0,8	726.037	+ 107.803	17,4
	1946	411.072	— 16.539	3,9	329.041	+ 30.615	10,3	740.113	+ 14.076	1,9

NO DECÊNIO 1937 — 1946

Quadro VI

EXPORTAÇÃO

LONGO CURSO			CABOTAGEM			MOVIMENTO TOTAL		
Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%
31.270	—	—	33.461	—	—	64.731	—	—
39.453	+ 8.183	26,2	32.037	— 1.424	4,3	71.490	+ 6.759	10,4
32.535	— 6.918	17,5	34.885	+ 2.848	8,9	67.420	— 4.070	5,7
31.930	— 605	1,9	37.611	+ 2.726	7,8	69.541	+ 2.121	3,1
21.343	— 10.587	64,5	40.116	+ 2.505	6,7	61.459	— 8.082	12,7
14.359	— 6.984	32,7	46.046	+ 5.930	14,7	60.405	— 1.054	1,7
15.839	+ 1.480	10,3	49.791	+ 3.745	8,1	65.630	+ 5.225	8,6
19.723	+ 3.884	24,5	52.981	+ 3.190	6,4	72.704	+ 7.074	10,7
17.724	— 1.999	10,1	43.641	— 7.340	13,9	63.365	— 9.339	12,8
24.815	+ 7.091	40,0	51.487	+ 7.846	18,0	76.302	+ 12.937	20,4
79.537	—	—	136.845	—	—	216.380	—	—
108.885	+ 29.348	36,0	141.053	+ 4.210	3,1	249.938	+ 33.558	15,5
122.203	+ 13.318	12,0	147.374	+ 6.321	4,5	269.577	+ 19.639	7,9
77.795	— 44.408	36,0	137.562	— 9.812	6,7	215.357	— 54.220	20,1
—	—	—	—	—	—	—	—	—
46.463	—	—	133.193	—	—	179.656	—	—
16.934	— 29.529	63,5	162.624	+ 29.431	22,0	179.558	— 98	0,1
25.360	+ 8.426	49,7	158.182	— 4.442	2,7	183.542	+ 3.984	2,2
23.882	— 1.478	5,8	142.322	— 15.860	10,0	166.204	— 17.338	9,4
77.133	+ 53.251	223,0	114.730	— 27.592	19,4	191.862	+ 25.658	15,4
22.421	—	—	16.210	—	—	38.291	—	—
22.051	— 370	1,7	16.108	— 132	0,8	38.529	+ 238	0,6
18.414	— 4.007	17,9	14.395	— 1.713	10,6	32.809	— 5.720	14,8
12.298	— 6.116	33,2	21.513	+ 7.118	49,4	33.811	+ 1.062	3,1
12.255	— 43	0,3	29.003	+ 7.490	34,8	41.258	+ 7.447	22,0
2.503	— 9.752	79,5	19.718	— 9.285	32,0	22.221	— 19.037	46,1
625	— 1.878	75,0	14.192	— 5.526	28,0	14.817	— 7.404	33,3
154	— 471	75,3	15.851	+ 1.659	11,7	16.105	— 1.288	8,6
1.028	+ 874	567,5	16.297	+ 446	2,8	17.325	+ 1.220	7,6
2.679	+ 1.651	160,6	16.587	+ 10.290	63,1	29.266	+ 11.941	68,9
52.339	—	—	39.122	—	—	91.461	—	—
44.858	— 7.481	14,2	46.215	+ 7.093	18,1	91.073	— 388	0,4
31.435	— 13.423	29,9	47.008	+ 793	1,7	78.443	— 12.930	14,1
26.328	— 5.107	16,2	55.885	+ 8.877	18,8	82.212	+ 3.770	4,8
17.373	— 8.955	34,0	68.709	+ 12.824	22,9	86.082	+ 3.869	4,7
7.580	— 9.793	56,3	52.571	— 16.138	23,4	60.151	— 25.931	30,1
4.007	— 3.573	47,1	26.046	— 26.525	50,4	30.053	— 30.098	50,0
11.780	+ 7.773	193,9	33.123	+ 7.077	27,1	44.903	+ 14.850	49,4
4.609	— 7.171	60,9	37.472	+ 4.349	13,1	42.081	— 2.822	6,3
7.161	+ 2.552	55,4	40.404	+ 2.932	78,2	47.565	+ 5.484	13,0
74.826	—	—	279.064	—	—	353.890	—	—
97.437	+ 22.611	30,2	245.964	— 33.100	11,9	443.401	+ 89.511	25,3
121.110	+ 23.673	24,3	431.831	+ 185.867	75,6	552.941	+ 109.540	27,4
92.014	— 29.096	24,0	436.729	+ 4.898	1,1	528.743	— 24.198	4,4
79.646	— 12.368	13,4	459.775	+ 23.046	5,3	539.421	+ 10.678	2,0
57.855	— 21.791	27,3	303.677	— 156.098	33,9	361.532	— 177.889	32,9
62.476	+ 4.621	7,9	329.762	+ 26.085	8,5	392.238	+ 30.706	8,5
89.379	+ 26.903	43,0	380.472	+ 50.710	15,3	469.851	+ 77.613	19,7
63.028	— 26.351	29,5	322.451	— 58.021	15,2	385.479	— 84.372	18,0
93.488	+ 30.460	48,3	371.505	+ 49.054	15,2	464.993	+ 79.514	20,6

PORTOS	ANOS	IMPORTAÇÃO								
		LONGO CURSO			CABOTAGEM			MOVIMENTO TOTAL		
		Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%
MACEIÓ	1937	6.472	—	—	50.423	—	—	56.895	—	—
	1938	3.380	— 3.092	47,8	53.535	+ 3.122	6,2	56.915	+ 20	0,0
	1939	3.198	— 182	5,4	41.657	— 11.878	22,2	44.855	— 12.060	21,2
	1940	1.672	— 1.526	47,7	36.509	— 5.148	12,4	38.181	— 6.674	14,9
	1941	3.067	+ 1.395	83,4	27.059	— 9.459	25,9	30.126	— 8.055	21,1
	1942	413	— 2.654	86,5	35.273	+ 8.214	30,4	35.686	+ 5.560	18,4
	1943	120	— 293	70,9	42.695	+ 7.422	21,0	42.815	+ 7.129	20,0
	1944	762	+ 642	535,0	47.237	+ 4.542	10,6	47.999	+ 5.184	12,1
	1945	662	— 100	13,1	48.070	+ 833	1,8	48.732	+ 733	1,5
	1946	4.172	+ 3.510	530,2	42.160	— 5.910	12,5	46.332	— 2.400	4,9
SALVADOR	1937	105.659	—	—	220.191	—	—	325.850	—	—
	1938	76.601	— 29.058	27,5	171.107	— 49.084	22,3	247.708	— 78.142	24,0
	1939	8..104	+ 4.503	5,9	270.781	+ 99.674	58,3	351.885	+ 104.177	42,1
	1940	71.816	— 9.268	11,5	253.675	— 17.106	6,3	325.491	— 26.394	7,5
	1941	78.246	+ 6.430	9,0	300.084	+ 46.409	18,3	378.330	+ 52.839	16,2
	1942	72.561	— 5.685	7,2	248.573	— 51.511	17,2	321.134	— 57.196	15,1
	1943	164.322	+ 91.761	126,4	277.493	+ 28.920	11,6	441.815	+ 120.681	37,5
	1944	137.726	— 24.596	14,9	275.665	— 1.828	0,6	415.391	— 26.424	5,9
	1945	107.275	— 30.451	22,1	247.689	— 27.976	10,1	354.964	— 60.427	14,5
	1946	119.593	+ 12.318	11,5	273.717	+ 26.028	10,5	393.310	+ 38.346	10,8
ILHÉUS	1937	—	—	—	41.448	—	—	41.448	—	—
	1938	84	—	—	36.704	— 4.744	11,4	36.788	— 4.660	11,4
	1939	77	— 7	8,3	42.414	+ 5.710	15,6	42.491	+ 5.703	15,5
	1940	129	+ 52	67,5	33.807	— 8.607	20,3	33.936	— 8.555	20,1
	1941	734	+ 605	468,9	36.460	+ 2.653	7,8	37.194	+ 3.258	9,6
	1942	—	—	—	31.193	— 5.267	6,9	31.193	— 5.267	6,9
	1943	121	—	—	27.521	— 3.672	11,7	27.642	— 3.551	14,5
	1944	212	+ 91	75,2	28.254	+ 733	2,6	28.466	+ 824	6,8
	1945	564	+ 352	166,0	29.722	+ 1.468	5,2	30.286	+ 1.820	6,4
	1946	1.354	+ 790	140,1	32.685	+ 2.963	9,9	34.039	+ 3.753	12,4
VITÓRIA	1937	1.952	—	—	69.230	—	—	71.182	—	—
	1938	2.001	+ 49	2,5	71.172	+ 1.942	2,5	73.173	+ 1.991	2,8
	1939	829	— 1.172	58,6	67.117	— 4.055	5,7	67.946	— 5.227	7,1
	1940	—	— 829	100,0	54.402	— 12.715	18,9	54.402	— 13.544	19,9
	1941	2.203	+ 2.203	—	65.341	+ 10.939	20,1	67.544	+ 13.142	24,2
	1942	—	—	—	46.236	— 19.105	29,2	46.236	— 19.105	29,2
	1943	—	—	—	41.411	— 4.825	10,4	41.411	— 4.825	10,4
	1944	8.272	+ 8.272	—	88.207	+ 46.896	113,2	96.479	+ 55.069	132,9
	1945	3.906	— 4.366	52,8	59.277	— 28.930	32,8	63.183	— 33.296	34,5
	1946	11.879	+ 7.973	109,5	65.200	+ 5.923	10,0	77.079	+ 13.896	22,0
RIO DE JANEIRO	1937	1.534.939	—	—	705.809	—	—	2.240.748	—	—
	1938	1.662.749	+ 127.810	8,3	889.123	+ 183.314	26,0	2.551.872	+ 311.124	13,9
	1939	1.429.172	— 233.577	14,0	1.012.774	+ 123.651	13,9	2.441.946	— 109.920	4,3
	1940	2.140.323	+ 711.151	49,8	1.436.803	+ 424.029	41,9	3.577.126	+ 135.180	5,5
	1941	2.101.676	— 38.647	1,8	1.475.830	+ 39.027	2,7	3.577.506	+ 389	0,0
	1942	1.518.913	— 682.765	27,7	1.459.432	— 16.398	1,1	2.978.345	— 599.161	16,7
	1943	1.763.904	+ 244.991	16,1	1.383.946	— 75.486	5,1	3.147.850	+ 169.505	5,6
	1944	1.949.123	+ 185.219	10,5	1.682.687	+ 298.741	21,5	3.631.810	+ 483.960	16,3
	1945	2.254.976	+ 305.853	15,7	1.606.170	— 76.517	4,5	3.861.146	+ 229.356	6,3
	1946	2.420.157	+ 165.181	7,3	1.702.042	+ 95.872	6,0	4.122.199	+ 261.053	6,8

(Continuação)

EXPORTAÇÃO											
LONGO CURSO				CABOTAGEM				MOVIMENTO TOTAL			
Toneladas	Dif.		%	Toneladas	Dif.		%	Toneladas	Dif.		%
13.294		—	—	78.586		—	—	78.586		—	—
28.837	+	15.543	116,9	80.155	+	14.863	22,8	108.992	+	30.406	38,7
35.936	+	7.099	24,6	129.239	+	49.084	61,2	165.175	+	56.183	51,5
38.862	+	2.926	8,1	103.719	—	25.520	19,7	142.581	—	22.594	13,7
15.917	—	22.945	59,0	105.698	+	1.979	1,9	121.615	—	20.966	14,7
19.192	+	3.275	20,6	65.466	—	40.232	38,1	84.658	—	36.957	30,4
1.204	—	17.988	93,7	82.022	+	16.556	25,2	83.226	—	1.432	1,6
20.385	+	19.181	1.593,1	101.601	+	19.579	23,8	121.986	+	38.760	46,5
11.045	—	9.346	45,8	95.750	—	5.843	5,8	106.803	—	15.183	12,4
7.362	—	3.683	33,3	93.533	—	2.225	2,3	100.895	—	5.908	5,5
167.497		—	—	130.074		—	—	297.571		—	—
176.241	+	8.744	5,2	94.589	—	35.485	27,3	270.830	—	26.741	9,0
186.379	+	10.138	5,8	91.289	—	3.300	13,5	277.668	+	6.838	2,5
152.262	—	34.117	18,3	110.106	+	18.817	20,6	262.368	—	15.300	5,5
205.953	+	53.691	35,3	138.559	+	28.453	25,8	344.512	+	82.144	50,6
131.080	—	74.873	36,4	120.441	—	18.118	13,1	251.521	—	92.991	26,9
186.551	+	55.471	42,3	115.641	—	4.800	3,9	302.192	+	50.671	20,1
153.466	—	33.085	17,7	140.345	+	24.704	21,3	293.811	—	18.381	6,0
128.771	—	24.695	16,1	129.047	—	11.298	8,1	257.818	—	35.993	12,2
170.956	+	42.185	32,6	104.628	—	24.419	18,9	275.584	+	17.766	7,0
42.866		—	—	28.038		—	—	70.904		—	—
43.928	+	1.062	2,5	39.798	+	11.760	41,9	83.726	+	12.822	18,1
32.295	—	11.633	26,5	52.376	+	12.578	31,6	84.671	+	845	1,0
29.815	—	2.480	7,7	52.151	—	225	0,4	81.966	—	2.705	3,2
29.647	—	168	0,6	57.119	+	4.968	9,5	86.766	+	4.800	5,9
14.121	—	15.526	52,3	42.887	—	14.232	24,9	57.008	—	29.758	34,2
8.886	—	5.235	37,0	84.440	+	41.553	96,8	93.326	+	36.318	63,7
29.596	+	20.710	233,0	49.619	—	34.821	41,2	79.215	—	14.111	15,1
43.509	+	13.913	47,0	29.792	—	19.827	40,0	73.301	—	5.914	7,5
72.282	+	28.773	66,1	46.525	+	16.733	56,2	118.807	+	45.506	62,1
70.875		—	—	35.533		—	—	106.408		—	—
90.971	+	20.096	28,4	28.866	—	6.657	18,4	119.837	+	13.429	12,6
87.192	—	3.779	4,2	25.348	—	3.518	12,2	112.540	—	7.297	6,1
81.106	—	6.086	7,0	24.173	—	1.175	4,6	105.279	—	7.281	6,5
142.512	+	61.406	75,7	20.220	—	3.953	16,4	162.732	+	57.453	54,6
90.553	—	51.957	36,4	20.512	+	292	1,4	111.067	—	51.665	31,7
85.618	—	4.937	5,4	18.968	—	1.544	7,5	104.586	—	6.481	5,8
148.159	+	62.541	73,0	30.843	+	11.876	62,6	179.002	+	74.416	71,1
176.054	+	27.895	18,8	32.369	+	1.526	4,9	208.423	+	29.421	16,4
104.760	—	71.294	40,5	63.964	+	31.595	97,6	168.724	—	39.699	19,0
722.811		—	—	342.226		—	—	1.115.037		—	—
924.061	+	151.250	19,6	355.784	+	13.558	4,0	1.279.845	+	164.806	14,8
999.248	+	75.187	8,1	409.553	+	53.569	15,1	1.408.501	+	128.756	10,1
777.664	—	221.584	22,2	518.819	+	109.466	26,7	1.296.483	—	112.018	8,0
1.109.117	+	331.463	42,6	631.368	+	112.549	21,7	1.740.485	+	444.002	34,2
801.656	—	307.461	27,7	615,049	—	19.681	3,0	1.452.705	—	287.780	15,9
766.695	—	34.961	4,3	598.733	—	16.316	2,6	1.365.428	—	87.277	6,0
496.606	—	270.089	35,2	688.756	+	90.023	15,0	1.185.362	—	180.066	13,1
733.860	+	237.254	47,8	673.706	—	15.050	2,2	1.407.566	+	222.204	18,7
526.072	—	207.788	28,3	637.832	—	35.874	5,3	1.163.904	—	243.662	17,3

PORTOS	ANOS	IMPORTAÇÃO								
		LONGO CURSO			CABOTAGEM			MOVIMENTO TOTAL		
		Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%
NITERÓI	1937	—	—	—	5.148	—	—	5.148	—	—
	1938	—	—	—	1.187	+ 39	0,8	5.187	+ 39	0,8
	1939	—	—	—	4.144	— 1.043	20,1	4.144	— 1.043	20,1
	1940	—	—	—	5.017	+ 873	21,1	5.017	+ 873	21,1
	1941	—	—	—	2.584	— 2.433	48,5	2.584	— 2.433	48,5
	1942	—	—	—	116.169	+ 113.585	4.395,7	116.169	+ 113.585	4.295,7
	1943	—	—	—	137.173	+ 21.004	18,0	137.173	+ 21.004	18,0
	1944	—	—	—	153.480	+ 16.307	11,8	153.480	+ 16.307	11,8
	1945	—	—	—	276.804	+ 123.324	80,4	276.804	+ 123.324	80,4
	1946	—	—	—	263.241	— 13.563	4,9	263.241	— 13.563	4,9
GRA DOS REIS	1937	20.591	—	—	8.599	—	—	29.190	—	—
	1938	12.866	— 7.725	37,5	11.718	+ 3.119	36,6	24.584	— 4.606	15,8
	1939	22.085	+ 9.219	71,7	31.765	+ 29.047	171,1	53.850	+ 29.266	119,1
	1940	17.764	— 4.321	24,5	16.372	— 19.393	48,5	34.136	— 19.714	36,6
	1941	10.731	— 7.033	39,6	20.220	+ 5.848	23,5	30.591	— 2.545	9,3
	1942	21.830	+ 11.099	103,5	16.365	— 3.855	19,1	38.195	+ 7.244	23,4
	1943	22.887	+ 1.057	4,9	27.539	+ 21.174	129,3	60.426	+ 22.231	58,2
	1944	36.787	+ 13.900	60,7	43.107	+ 5.568	14,6	79.894	+ 19.468	32,2
	1945	34.694	— 2.093	5,7	16.663	— 26.444	61,3	51.357	— 28.537	35,7
	1946	7.522	— 27.172	78,3	22.570	+ 5.907	35,4	30.092	— 21.265	41,4
SANTOS	1937	1.771.682	—	—	472.328	—	—	2.244.010	—	—
	1938	1.695.166	— 76.516	4,3	525.275	+ 52.937	11,2	2.220.431	— 23.576	1,1
	1939	1.768.007	+ 72.841	4,3	557.911	+ 32.636	6,2	2.325.918	+ 105.487	4,8
	1940	1.640.794	— 127.213	7,1	598.831	+ 40.920	7,3	2.239.625	— 86.293	3,7
	1941	1.644.124	+ 3.330	0,2	597.158	— 1.673	0,3	2.241.282	+ 1.657	0,1
	1942	1.101.496	— 542.628	33,0	559.868	— 37.290	6,2	1.661.364	— 579.918	25,8
	1943	1.070.788	— 30.708	2,7	579.509	+ 19.641	3,5	1.650.297	— 11.067	0,6
	1944	1.715.727	+ 644.939	60,2	849.505	+ 269.996	46,5	2.565.232	+ 914.935	55,4
	1945	1.774.138	+ 58.411	3,4	742.384	— 107.121	12,6	2.516.522	— 48.710	1,9
	1946	2.171.799	+ 397.661	22,4	724.568	— 17.816	2,4	2.896.367	+ 379.845	15,1
PARANAGUÁ	1937	31.313	—	—	34.972	—	—	66.285	—	—
	1938	10.286	— 21.027	67,2	35.128	+ 156	0,4	45.814	— 20.871	31,5
	1939	9.280	— 1.006	9,8	36.709	+ 1.581	4,5	45.989	+ 575	1,3
	1940	4.616	— 4.664	50,3	47.777	+ 11.068	30,2	52.393	+ 6.404	13,9
	1941	13.885	+ 9.269	200,8	50.285	+ 2.508	5,2	64.170	+ 11.777	22,5
	1942	5.610	— 8.275	59,6	58.076	+ 7.791	15,5	63.686	— 484	0,7
	1943	9.334	+ 3.724	66,3	49.718	— 8.358	14,3	59.052	— 4.634	7,2
	1944	18.346	+ 9.012	96,5	64.266	+ 14.548	29,2	82.612	+ 23.560	39,8
	1945	14.906	— 3.440	18,8	80.292	+ 16.026	24,9	95.198	+ 12.586	15,2
	1946	16.553	+ 1.647	11,0	90.489	+ 10.197	13,7	107.142	+ 11.844	12,4
LAGUNA	1937	—	—	—	9.785	—	—	9.785	—	—
	1938	—	—	—	10.079	— 294	3,0	19.079	+ 294	3,0
	1939	97	—	—	9.794	— 285	2,8	9.891	— 178	1,0
	1940	433	+ 336	349,5	9.733	— 61	0,6	10.166	+ 275	2,8
	1941	—	—	—	12.222	+ 2.489	25,6	12.222	+ 2.056	20,2
	1942	—	—	—	12.111	— 111	0,9	12.111	— 111	0,9
	1943	—	—	—	17.368	+ 5.257	43,4	17.368	+ 5.257	43,4
	1944	—	—	—	22.851	+ 5.483	22,4	22.851	+ 5.483	22,4
	1945	—	—	—	20.714	— 2.137	9,4	20.714	— 2.137	9,4
	1946	—	—	—	20.004	— 710	3,4	20.004	— 710	3,4

(Continuação)

EXPORTAÇÃO

LONGO CURSO			CABOTAGEM			MOVIMENTO TOTAL		
Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%
30		—	489	—	—	519	—	—
—	—	—	943	+ 45[illegible]	92,8	943	+ 454	87,4
			23[illegible]	— 710	75,[illegible]	23[illegible]	— 710	75,3
—		—	18[illegible]	— 4[illegible]	18,9	18[illegible]	— 4[illegible]	18,9
—		—	79	— 110	58,3	79	— 110	58,3
—	—	—	251.170	+ 251.091	317.836,7	251.170	+ 251.191	317.836,7
—	—	—	345.04[illegible]	+ 93.874	37,2	345.04	+ 93.874	37,2
—	—	—	331.069	— 13.97[illegible]	4,0	321.069	— 13.975	4,0
—			517.020	+ 185.957	56,2	517.920	+ 185.957	56,2
—	—	—	465.09[illegible]	— 51.92[illegible]	10,0	465.09[illegible]	— 51.928	10,0
49.210	—	—	673	—	—	49.891	—	—
39.610	— 9.70[illegible]	19,[illegible]	932	+ 25[illegible]	36,5	40.442	— 9.449	13,9
12.656	— 26.95[illegible]	67,[illegible]	745	— 187	30,1	13.401	— 27.041	66,9
17.361	+ 4.705	37,[illegible]	729	— 16	2,1	18.090	+ 4.689	35,0
17.750	+ 38[illegible]	2,[illegible]	1.365	+ 63[illegible]	67,3	19.115	+ 1.025	5,7
23.037	+ 5.287	29,[illegible]	523	— 842	61,7	23.560	+ 4.445	23,2
6.116	— 16.92[illegible]	37,4	5.69[illegible]	+ 5.170	998,5	11.60[illegible]	— 11.751	49,8
9.504	+ 3.38[illegible]	25,3	1.25[illegible]	— 4.43[illegible]	77,[illegible]	10.75[illegible]	— 851	8,6
5.845	— 3.65[illegible]	38,5	740	— 514	41,0	6.585	— 4.173	38,[illegible]
11.935	+ 6.090	104,2	535	— 205	27,7	12.470	+ 5.885	89,4
1.309.79[illegible]	—	—	183.162	—	—	1.492.958	—	—
1.661.389	+ 351.59[illegible]	26,8	203.16[illegible]	+ 20.00[illegible]	10,9	1.864.552	+ 371.594	24,9
1.733.259	+ 71.861	4,3	236.860	+ 33.69[illegible]	16,6	1.970.110	+ 105.558	5,7
1.303.997	— 429.25[illegible]	24,8	262.74[illegible]	+ 25.889	10,9	1.566.746	— 403.364	20,5
1.219.549	— 84.44[illegible]	6,5	298.660	+ 35.852	13,6	1.518.150	— 48.596	3,1
794.29[illegible]	— 425.25	34,9	352.42[illegible]	+ 52.82[illegible]	18,0	1.146.721	— 371.429	24,4
911.067	+ 116.77[illegible]	14,7	295.975	— 56.451	16,0	1.207.04[illegible]	+ 60.321	5,2
1.106.160	+ 195.09[illegible]	21,4	430.18[illegible]	+ 134.20[illegible]	45,3	1.536.34[illegible]	+ 329.300	27,2
1.226.712	+ 120.55[illegible]	10,9	309.761	— 120.421	28,0	1.536.473	+ 131	0,01
1.622.45[illegible]	+ 395.74[illegible]	32,3	284.70[illegible]	— 25.05[illegible]	8,1	1.907.164	+ 370.691	24,1
85.660	—	—	50.915	—	—	136.575	—	—
110.342	+ 24.68[illegible]	28,8	37.99[illegible]	— 12.917	25,4	148.340	+ 11.765	8,6
123.085	+ 12.74[illegible]	11,5	35.187	— 2.811	7,[illegible]	158.272	+ 9.932	6,7
116.13[illegible]	— 6.94[illegible]	5,6	45.37[illegible]	+ 10.183	28,9	161.508	+ 2.236	2,0
142.32[illegible]	+ 26.18[illegible]	22,5	67.10[illegible]	+ 21.731	47,9	209.42[illegible]	+ 47.918	29,7
112.29[illegible]	— 30.02[illegible]	21,1	74.66[illegible]	+ 7.562	11,2	186.960	— 22.466	10,7
94.56[illegible]	— 17.72[illegible]	15,7	100.05[illegible]	+ 25.39[illegible]	34,0	194.62[illegible]	+ 7.665	4,0
72.259	— 22.31[illegible]	23,5	106.85[illegible]	+ 6.79[illegible]	6,7	179.102	— 15.523	7,9
61.43[illegible]	— 10.81[illegible]	15,0	109.03[illegible]	+ 2.18[illegible]	2,0	170.466	— 8.636	4,8
98.611	+ 37.17[illegible]	60,5	100.16[illegible]	— 8.868	8,1	198.777	+ 28.311	16,6
176	—	—	17.357	—	—	17.533	—	—
2[illegible]	— 152	86,4	15.55[illegible]	— 1.80[illegible]	10,4	15.578	— 1.955	11,2
2[illegible]	— 1	4,2	24.767	+ 9.21[illegible]	59,2	24.790	+ 9.212	59,1
90[illegible]	+ 882	3.834,8	38.511	+ 13.74[illegible]	55,5	39.41[illegible]	+ 14.636	59,0
16.07[illegible]	+ 15.173	1.676,6	135.478	+ 96.967	251,8	151.55[illegible]	+ 112.140	284,5
1.19[illegible]	— 14.879	92,5	171,45	+ 35.979	26,5	172.65[illegible]	+ 21.100	13,9
—	—	—	161.549	— 9.908	5,7	161.549	— 11.107	6,5
—	—		185.35[illegible]	+ 23.807	3,8	185.356	+ 23.807	3,8
—	—		158.626	— 26.730	14,4	158.626	— 26.730	14,4
1.82[illegible]	—	—	170.67[illegible]	+ 12.052	7,6	172.500	+ 13.874	8,8

PORTOS	ANOS	IMPORTAÇÃO								
		LONGO CURSO			CABOTAGEM			MOVIMENTO TOTAL		
		Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%
IMBITUBA	1937	—	—	—	4.051	—	—	4.051	—	—
	1938	—	—	—	4.626	+ 575	14,2	4.626	+ 575	14,2
	1939	71	—	—	5.816	+ 1.190	25,7	5.887	+ 1.261	27,2
	1940	—	—	—	8.358	+ 2.542	43,7	8.358	+ 2.542	43,7
	1941	—	—	—	6.788	— 1.570	18,8	6.788	— 1.570	18,8
	1942	—	—	—	4.181	— 2.607	38,4	4.181	— 2.607	38,4
	1943	—	—	—	6.970	+ 2.789	66,7	6.970	+ 2.789	66,7
	1944	—	—	—	6.588	— 382	5,4	6.588	— 382	5,4
	1945	—	—	—	5.703	— 885	13,4	5.703	— 885	13,4
	1946	—	—	—	3.614	— 2.089	36,6	3.614	— 2.089	36,6
RIO GRANDE	1937	111.360	—	—	148.664	—	—	260.024	—	—
	1938	128.986	+ 17.626	15,8	168.629	+ 19.965	13,4	297.615	+ 37.591	14,5
	1939	99.596	— 29.390	22,8	170.523	+ 1.894	1,1	270.119	— 27.496	9,2
	1940	58.288	— 41.308	41,5	200.770	+ 30.247	17,7	259.058	— 11.061	4,1
	1941	46.108	— 12.180	20,9	221.758	+ 20.988	10,5	267.866	+ 8.808	3,4
	1942	22.586	— 21.522	46,7	293.618	+ 71.860	62,4	316.204	+ 48.338	18,0
	1943	46.067	+ 23.481	103,9	333.193	+ 39.575	13,4	379.260	+ 63.056	19,9
	1944	40.816	— 5.251	11,3	402.718	+ 69.525	20,8	443.534	+ 64.274	16,9
	1945	55.603	+ 14.787	36,2	370.319	— 32.399	8,0	425.922	— 17.612	4,0
	1946	173.299	+ 117.696	211,7	386.321	+ 16.002	4,3	559.620	+ 133.698	31,4
PÔRTO ALEGRE	1937	128.374	—	—	672.114	—	—	800.488	—	—
	1938	135.663	+ 7.289	5,7	895.859	+ 223.745	33,3	1.031.522	+ 231.034	28,9
	1939	98.379	— 37.284	27,5	1.018.529	+ 122.670	13,7	1.116.908	+ 85.386	8,3
	1940	110.542	+ 12.163	12,4	957.640	— 60.889	6,0	1.068.182	— 48.726	4,4
	1941	121.419	+ 10.887	9,8	925.427	— 32.213	3,4	1.046.846	— 21.336	2,0
	1942	48.030	— 73.389	60,4	949.551	+ 24.124	2,6	997.581	— 49.265	4,7
	1943	59.199	+ 11.169	23,2	812.234	— 137.317	14,4	871.433	— 126.148	12,6
	1944	65.352	+ 6.153	10,3	1.007.940	+ 195.706	24,0	1.073.292	+ 201.859	23,1
	1945	85.506	+ 20.154	30,8	1.102.757	— 94.817	9,4	1.188.863	+ 114.971	10,7
	1946	83.530	— 1.976	2,3	1.301.165	+ 198.408	17,9	1.384.695	+ 196.432	16,5
PELOTAS	1937	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	1938	2.164	—	—	66.616	—	—	68.780	—	—
	1939	17.777	+ 15.613	721,5	77.719	+ 11.103	16,7	95.496	+ 26.716	38,8
	1940	19.208	+ 1.431	8,0	196.139	+ 118.420	152,3	215.347	+ 119.851	125,5
	1941	18.139	— 1.069	5,6	229.757	+ 33.618	17,1	247.896	+ 32.549	15,1
	1942	12.017	— 6.122	33,7	261.022	+ 31.265	13,6	273.039	+ 25.143	10,1
	1943	17.841	+ 5.824	48,4	247.256	— 13.766	5,2	265.097	— 7.942	2,9
	1944	13.639	— 4.202	23,5	231.119	— 16.137	6,5	244.758	— 20.339	7,6
	1945	21.477	+ 7.838	57,5	242.697	+ 11.578	5,0	264.174	+ 19.416	7,9
	1946	4.779	— 16.698	77,7	215.076	— 27.621	11,4	219.855	— 44.319	16,8

(Conclusão)

EXPORTAÇÃO

LONGO CURSO			CABOTAGEM			MOVIMENTO TOTAL		
Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%	Toneladas	Dif.	%
—	—	—	91.684	—	—	91.684	—	—
—	—	—	112.834	+ 21.150	23,1	112.834	+ 21.150	23,1
—	—	—	111.404	— 1.430	1,3	111.404	— 1.430	1,3
—	—	—	119.704	+ 8.300	7,5	119.704	+ 8.300	7,5
—	—	—	111.361	— 8.343	7,0	111.361	— 8.343	7,0
—	—	—	192.411	+ 81.050	72,8	192.411	+ 81.050	72,8
—	—	—	308.328	+ 115.917	60,2	308.328	+ 115.917	60,2
—	—	—	398.862	+ 90.534	29,3	398.862	+ 90.534	29,3
—	—	—	364.750	— 34.112	8,6	364.750	— 34.112	8,6
100	—	—	338.467	— 26.283	7,2	238.567	— 26.183	7,2
76.984	—	—	133.544	—	—	210.528	—	—
75.739	— 1.245	1,6	131.921	— 1.623	1,2	207.660	— 2.868	1,4
79.029	+ 3.290	4,3	148.271	+ 16.350	12,4	227.300	+ 19.640	9,4
84.036	+ 5.007	6,3	133.410	— 14.861	10,0	217.446	— 9.854	4,3
75.473	— 8.563	10,2	131.373	— 2.037	1,5	206.846	— 10.600	4,9
112.672	+ 37.199	49,3	128.921	— 2.452	1,9	241.593	+ 34.747	16,8
130.572	+ 17.900	15,8	197.908	+ 68.987	53,5	328.480	+ 86.887	35,9
196.328	— 65.756	50,3	246.554	+ 48.646	27,3	442.882	+ 114.402	35,1
127.977	— 68.351	34,8	200.980	— 45.574	18,5	328.957	— 113.925	25,7
214.852	+ 86.875	67,9	241.509	+ 40.529	20,2	456.361	+ 127.404	38,7
53.780	—	—	449.048	—	—	502.828	—	—
78.303	+ 24.523	45,6	479.333	+ 30.285	6,7	557.636	+ 54.808	10,9
90.445	+ 12.142	15,5	573.037	+ 93.734	19,6	663.512	+ 105.876	19,0
52.739	— 37.706	41,7	614.894	+ 41.737	7,3	667.543	+ 4.031	0,6
45.948	— 6.791	12,9	552.958	— 61.846	10,1	598.906	— 68.637	10,3
123.970	+ 78.022	169,8	512.966	— 39.992	72,3	636.936	+ 38.030	6,3
99.444	— 24.526	19,7	389.189	— 123.777	24,1	488.623	— 148.503	20,2
69.656	— 29.788	29,9	474.873	+ 85.648	22,0	544.529	+ 55.869	11,4
78.498	+ 8.842	12,7	497.576	+ 22.703	4,8	576.074	+ 31.545	5,8
210.586	+ 132.088	168,3	553.748	+ 56.172	11,3	764.334	+ 188.260	32,7
—	—	—	—	—	—	—	—	—
10.315	—	—	99.863	—	—	110.180	—	—
11.829	+ 1.514	5,0	128.723	+ 28.858	28,9	139.552	+ 29.372	26,6
4.033	— 7.796	65,9	130.077	+ 1.254	1,1	134.110	— 5.542	3,9
917	— 3.116	77,3	112.720	— 17.357	13,3	113.637	— 20.573	15,3
15.792	+ 14.875	1.622,3	101.933	— 10.787	9,5	117.725	+ 4.088	3,6
2.199	— 13.692	86,7	82.803	— 19.130	18,7	84.963	— 32.822	27,8
523	— 1.577	75,0	114.684	+ 31.881	38,5	115.207	+ 30.304	35,6
1.127	+ 604	115,5	110.803	— 3.881	3,4	111.930	— 3.277	2,8
1.172	+ 45	4,0	143.991	+ 33.188	30,0	145.163	+ 33.233	30,0

QUADRO COMPARATIVO DA RECEITA DOS PORTOS NOS ANOS DE 1945 e 1946

Quadro VII

PORTOS SEGUNDO AS ZONAS	RENDA BRUTA DA EXPLORAÇÃO			IMPOSTO ADICIONAL DE 10%			RECEITA TOTAL		
	1945	1946	DIFERENÇA	1945	1946	DIFERENÇA	1945	1946	DIFERENÇA
NORTE									
Manáus	5.197.956,40	6.670.381,20	+ 1.472.424,80	81.004,10	285.000,00	+ 203.995,90	5.278.960,50	6.955.381,20	+ 1.676.420,70
Belém	16.395.776,60	14.256.276,40	— 2.139.500,20	668.186,10	1.432.844,60	+ 764.658,50	17.063.962,70	15.689.121,00	— 1.374.841,70
Soma parcial	21 593.733,00	20.926.657,60	— 667.075,40	749.190,20	1.717.844,60	+ 968.654,40	22 342.923,20	22.644.502,20	+ 301.579,00
NORDESTE									
Nordeste Ocidental									
São Luís	—	—	—	37.910,10	120.189,60	+ 82.279,50	37.910,10	120.189,60	+ 82.279,50
Tutóia	—	—	—	12.290,50	37.895,70	+ 25.605,20	12.290,50	37.895,70	+ 25.605,20
Luís Corrêa	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parnaíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nordeste Oriental									
Camocim	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fortaleza	—	—	—	495.731,30	911.070,60	+ 415.339,30	495.731,30	911.070,60	+ 415.339,30
Aracatí	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Natal	679.931,80	915.693,80	+ 235.762,00	6.487,20	96.019,30	+ 89.532,10	686.419,00	1.011.713,10	+ 325.294,10
Cabedelo	1.325.784,90	1.398.426,40	+ 72.641,50	36.084,80	137.973,50	+ 101.888,70	1.361.869,70	1.536.399,90	+ 174.530,20
João Pessoa	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	19.078 260,60	23.327.509,70	+ 4.249.249,10	2 974.251,00	3.508 809,40	+ 734.558,40	22.052.511,60	26.836.319,10	+ 4 783.807,50
Maceió	3.047.135,20	3.322.397,10	+ 275.261,90	39 517,40	114.996,40	+ 75.479,00	3.086.652,60	3.437.393,50	+ 350 740,90
Soma parcial	24 131.112,50	28.964 027.00	+ 4.832.914,50	3 602 272,30	4.926 954,50	+ 1 324 682,20	27 733 384,80	33 890.981,50	+ 6 157.596,70
LESTE									
Leste Setentrional									
Aracajú	—	—	—	637,30	2 555,10	+ 1.917,80	637,30	2.555,10	+ 1.917,80
Salvador	16 454 932,69	22.608.923,70	+ 6.153 991,01	761.966,10	1.459 493,70	+ 697.527,60	17.216.898,79	24.068.417,40	+ 6.251 518,61
Ilhéus	2.272 010,28	4.735.479,58	+ 2.463.469,30	—	—	—	2.272.010,28	4.735 479,58	+ 2 463.469,30

Leste Meredional										
Vitória	5.148.771,60	7.736.330,80	+ 2.587.559,20	22.530,70	58.164,40	+ 35.633,70	5.171.302,30	7.794.495,20	+ 2.623.192,90
Rio de Janeiro	103.993.589,30	151.046.238,60	+ 47.052.649,30	30.381.819,40	45.460.931,00	+ 15.079.111,60	134.375.408,70	196.507.169,60	+ 62.131.760,90
Niterói	1.084.075,70	1.263.520,70	+ 179.445,00	61,30	248,70	+ 187,40	1.084.137,00	1.263.769,40	+ 179.632,40
Angra dos Reis	702.841,00	906.677,40	+ 203.836,40	129.314,20	11.872,00	— 117.442,20	832.155,20	918.549,40	+ 86.394,20
Soma parcial	129.656.220,57	188.297.170,78	+ 58.640.950,21	31.296.329,00	46.993.264,90	+ 15.696.935,90	160.952.549,57	235.290.435,68	+ 74.337.886,11
SUL										
Santos	131.281.449,90	220.127.717,80	+ 88.846.267,90	31.577.329,50	45.486.847,20	+ 13.909.517,70	162.858.779,40	265.614.565,00	+102.755.785,60
Paranaguá	3.151.621,00	4.711.037,70	+ 1.559.416,70	309.879,70	370.219,00	+ 60.339,30	3.461.500,70	5.081.256,70	+ 1.619.756,00
Antonina	—	—	—	99.126,20	—	— 99.126,20	99.126,20	—	— 99.126,20
São Francisco	—	—	—	102.572,60	11.200,10	— 91.372,50	102.572,60	11.200,10	— 91.372,50
Itajaí	—	—	—	—	57.736,50	+ 57.736,50	—	57.736,50	+ 57.736,50
Florianópolis	—	—	—	898,70	5.767,10	+ 4.868,40	898,70	5.767,10	+ 4.868,40
Imbituba	4.562.736,70	5.488.854,05	+ 926.117,35	—	—	—	4.562.736,70	5.488.854,05	+ 926.117,35
Laguna	2.220.712,40	2.673.141,40	+ 452.429,00	—	—	—	2.220.712,40	2.673.141,40	+ 452.429,00
Pôrto Alegre	13.768.131,30	18.261.250,50	+ 4.493.119,20	1.122.276,20	2.673.260,20	+ 1.550.984,00	14.890.407,50	20.934.510,70	+ 6.044.103,20
Pelotas	2.560.544,20	2.841.515,20	+ 280.971,00	119.428,40	29.248,10	— 90.180,30	2.679.972,60	2.870.763,30	+ 190.790,70
Rio Grande	10.591.263,60	15.730.785,40	+ 5.139.521,80	191.865,90	831.082,00	+ 639.216,10	10.783.128,50	16.561.867,40	+ 5.778.738,90
São Borja	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Soma parcial	168.136.459,10	269.834.302,05	+101.697.842,95	33.523.377,20	49.465.360,20	+ 15.921.983,00	201.659.836,30	319.299.662,25	+117.639.825,95
Centro Oeste										
Corumbá	—	—	—	48.773,80	36.771,60	— 12.002,20	48.773,80	36.771,60	— 12.002,20
Soma parcial	—	—	—	48.773,80	36.771,60	— 12.002,20	48.773,80	36.771,60	— 12.002,20
SOMA TOTAL	343.517.525,17	508.022.157,43	+164.504.632,26	69.219.942,50	103.140.195,80	+ 33.920.253,30	412.737.467,67	611.162.353,23	+198.424.885,56

RECEITA DO IMPOSTO ADICIONAL DE 10% NOS PORTOS

Totalizada desde o início da arrecadação em 1-9-1934, até aos anos de 1941 e 1946, e em parcelas anuais no quinquênio 1942-1946.

Quadro VIII

N.º DE ORDEM	PORTOS	IMPOSTO ADICIONAL DE 10%						
		1934 - 1941	1942	1943	1944	1945	1946	1934 - 1946
	NORTE							
1	Manáus	2.144.663,12	95.600,20	87.716,80	123.239,00	81.004,10	285.000,00	2.817.223,22
2	Belém	7.090.724,10	513.760,50	656.350,20	806.586,60	668.186,10	1.432.844,60	11.168.452,10
	Soma parcial	9.235.387,22	609.360,70	744.067,00	929.825,60	749.190,20	1.717.844,60	13.985.675,32
	NORDESTE							
	Nordeste Ocidental							
3	São Luís	1.678.954,67	37.876,20	16.149,15	43.677,10	37.910,10	120.189,60	1.934.756,82
4	Tutóia	649.572,12	6.920,10	2.525,80	6.545,30	12.290,50	37.895,70	715.749,52
5	Luís Corrêa-Amarração	17.585,90	—	—	—	—	—	17.585,90
6	Parnaíba	—	—	—	—	—	—	—
	Nordeste Oriental							
7	Camocim	—	—	—	—	—	—	—
8	Fortaleza	5.501.339,10	204.862,70	159.033,60	340.005,50	495.731,30	911.070,60	7.612.012,80
9	Aracatí	—	—	—	—	—	—	—
10	Natal	1.460.731,50	45.001,40	54.993,60	2.296,70	6.487,20	96.019,30	1.665.529,70
11	Cabedêlo	3.194.316,80	48.099,60	20.405,90	89.072,60	36.084,80	137.973,50	3.525.953,20
12	João Pessôa	—	—	—	—	—	—	—
13	Recife	29.834.431,00	1.336.788,60	1.248.725,50	2.225.734,60	2.974.251,00	3.508.809,40	41.128.740,10
14	Maceió	1.884.303,00	23.687,50	9.188,70	33.358,70	39.517,40	114.996,40	2.105.051,70
	Soma parcial	44.221.234,09	1.703.236,10	1.511.022,25	2.740.690,50	3.602.272,30	4.926.954,50	58.705.409,74
	LESTE							
	Leste Setentrional							
15	Aracajú	346.170,60	3.689,80	94,80	206,40	637,30	2.555,10	353.354,00
16	Salvador	12.788.070,80	624.588,80	442.549,80	699.528,90	761.966,10	1.459.493,70	16.776.198,10
17	Ilhéus	—	—	—	—	—	—	—

	Leste Meridional							
18	Vitória	377.946,90	14.107,20	1.196,60	19.471,10	22.530,70	58.164,40	493.416,90
19	Rio de Janeiro	212.950.286,68	20.780.291,50	18.648.503,80	27.884.559,60	30.381.819,40	45.460.931,00	356.106.391,98
20	Niterói	2.747.973,90	19.860,80	234,70	107,30	61,30	248,70	2.768.486,70
21	Angra dos Reis	863.551,13	135.569,50	129.570,20	207.765,16	129.314,20	11.872,00	1.477.642,13
	Soma parcial	230.074.000,01	21.578.107,60	19.222.149,90	28.811.638,40	31.296.329,00	46.993.264,90	377.975.489,81
	SUL							
22	Santos	303.015.401,10	18.403.864,80	18.046.798,60	29.393.439,40	31.577.329,50	45.486.847,20	445.923.680,60
23	Paranaguá	2.662.381,30	87.157,10	151.477,80	438.737,50	309.879,70	370.219,00	4.019.852,40
24	Antonina	1.270.256,60	—	94.760,80	138.206,80	99.126,20	—	1.602.350,40
25	São Francisco	2.047.046,80	92.670,20	105.757,70	87.805,90	102.572,60	11.260,10	2.447.053,30
26	Itajaí	891.650,30	2.267,20	6.500,00	1.770,50	—	57.736,50	959.924,50
27	Florianópolis	1.509.144,70	9.727,10	328,20	20.286,90	898,70	5.767,10	1.546.152,70
28	Imbituba	—	—	—	—	—	—	—
29	Laguna	—	—	—	—	—	—	—
30	Pôrto Alegre	23.628.168,22	1.092.648,00	822.459,10	744.128,60	1.122.276,20	2.673.260,20	30.082.939,72
31	Pelotas	2.067.541,10	86.333,10	127.013,70	62.820,20	119.428,40	29.248,10	2.492.384,60
32	Rio Grande	7.932.648,30	295.473,90	346.884,90	269.131,40	191.865,90	831.082,00	9.867.086,40
33	São Borja	—	—	—	—	—	—	—
	Soma parcial	345.024.238,42	20.070.141,40	19.701.980,80	31.156.326,60	33.523.377,20	49.465.360,20	498.941.424,62
	Centro Oeste							
34	Corumbá	558.407,00	55.761,10	66.278,10	51.084,80	48.773,80	36.771,60	817.076,40
	Soma parcial	558.407,00	55.761,10	66.278,10	51.084,80	48.773,80	36.771,60	817.076,40
	SOMA GERAL	629.113.266,74	44.016.606,90	41.245.498,05	63.689.565,90	69.219.942,50	103.140.195,80	950.425.075,89

MOVIMENTO DE ENTRADA DE NAVIOS NO DECÊNIO 1937 — 194

Quadro IX

PORTOS	ANOS	LONGO CURSO		CABOTAGEM		MOVIMENTO TOTAL	
		Número	t. de registro	Número	t. de registro	Número	t. de registro
MANÁUS	1937	40	155.536	784	249.966	824	405.50
	1938	38	172.586	818	248.621	856	421.20
	1939	31	115.446	758	250.929	789	366.37
	1940	23	58.027	874	307.215	897	365.25
	1941	19	5.303	875	280.056	894	285.35
	1942	34	9.411	841	249.577	875	258.98
	1943	16	2.654	840	238.701	856	241.35
	1944	9	2.312	863	214.196	872	216.50
	1945	7	7.848	802	210.300	809	218.14
	1946	1	300	831	258.887	832	259.18
TOTAIS.....	.....	218	529.433	8.286	2.508.448	8.504	3.037.88
BELÉM	1937	241	610.978	819	545.890	1.060	1.156.86
	1938	268	748.823	743	508.230	1.011	1.257.05
	1939	253	672.406	905	550.519	1.158	1.222.92
	1940	205	467.047	804	572.340	1.009	1.039.38
	1941	177	304.372	736	549.360	913	853.73
	1942	102	214.206	693	491.304	795	705.51
	1943	116	257.698	604	404.481	720	662.17
	1944	97	231.350	666	387.257	763	618.60
	1945	90	219.751	611	366.043	701	585.77
	1946	141	436.468	570	340.403	711	776.87
TOTAIS.....	.....	1.690	4.163.079	7.151	4.715.827	8.841	8.878.90
SÃO LUÍS	1937	83	210.914	601	656.830	684	867.74
	1938	106	304.069	737	642.386	843	946.45
	1939	111	274.526	578	710.580	689	985.11
	1940	77	157.076	604	769.868	681	926.94
	1941	46	71.941	623	612.884	669	684.82
	1942	21	26.230	504	358.812	525	385.04
	1943	39	73.907	3.706	275.370	3.745	349.27
	1944	14	20.478	3.809	228.976	3.823	249.45
	1945	26	49.957	3.726	323.292	3.752	373.24
	1946	48	128.150	3.121	320.665	3.169	448.81
TOTAIS.....	.....	571	1.317.258	18.009	4.899.663	18.580	6.216.92
TUTÓIA	1937	60	139.186	129	119.464	189	258.65
	1938	69	179.845	260	144.898	329	324.74
	1939	73	188.531	256	140.778	329	329.30
	1940	63	110.856	246	129.592	309	240.44
	1941	43	48.218	254	106.946	297	155.16
	1942	22	32.202	234	71.121	256	103.32
	1943	9	19.977	162	17.113	171	37.09
	1944	6	18.121	46	16.208	52	34.32
	1945	13	35.900	121	28.140	134	64.04
	1946	38	107.686	269	68.107	307	175.79
TOTAIS.....	.....	396	880.522	1.977	842.367	2.373	1.722.88

(Continuação)

PORTOS	ANOS	LONGO CURSO		CABOTAGEM		MOVIMENTO TOTAL	
		Número	t. de registro	Número	t. de registro	Número	t. de registro
LUÍS CORRÊA	1937	2	6.338	121	3.469	123	9.807
	1938	—	—	91	1.678	91	1.678
	1939	—	—	54	1.222	54	1.222
	1940	—	—	45	1.056	45	1.056
	1941	—	—	51	1.490	51	1.490
	1942	—	—	73	2.579	73	2.579
	1943	—	—	75	1.812	75	1.812
	1944	—	—	88	3.252	88	3.252
	1945	—	—	63	2.147	63	2.147
	1946	—	—	87	2.294	87	2.294
TOTAIS.....	.....	2	6.338	748	20.999	750	27.337
PARNAÍBA	1937	—	—	—	—	—	—
	1938	—	—	—	—	—	—
	1939	—	—	—	—	—	—
	1940	—	—	—	—	—	—
	1941	—	—	—	—	—	—
	1942	—	—	—	—	—	—
	1943	—	—	—	—	—	—
	1944	—	—	—	—	—	—
	1945	—	—	—	—	—	—
	1946	—	—	246	6.613	246	6.613
TOTAIS.....	.....	—	—	246	6.613	246	6.613
CAMOCIM	1937	18	45.040	84	38.249	102	83.289
	1938	39	112.484	71	25.528	110	138.012
	1939	30	86.745	90	35.990	120	122.735
	1940	23	51.146	112	26.052	135	77.198
	1941	19	23.938	195	29.203	214	53.141
	1942	—	—	143	59.717	143	59.717
	1943	—	—	154	23.423	154	23.423
	1944	—	—	189	13.521	189	13.521
	1945	2	7.481	220	42.921	222	50.402
	1946	18	57.530	278	13.231	296	70.761
TOTAIS.....	.....	149	384.364	1.536	307.835	1.685	692.199
FORTALEZA	1937	143	384.824	502	806.365	645	1.191.189
	1938	146	418.310	491	739.803	637	1.158.113
	1939	154	411.427	536	770.551	690	1.181.978
	1940	129	261.893	561	861.075	690	1.122.968
	1941	97	170.468	607	884.519	704	1.054.987
	1942	44	78.590	512	584.559	556	663.149
	1943	34	105.924	475	280.809	509	386.733
	1944	27	88.219	514	223.688	541	311.907
	1945	36	131.920	606	342.107	642	474.027
	1946	109	374.277	596	427.370	705	801.647
TOTAIS.....	.....	919	2.425.852	5.400	5.920.846	6.319	8.346.698

(Continuação)

PORTOS	ANOS	LONGO CURSO		CABOTAGEM		MOVIMENTO TOTAL	
		Número	t. de registro	Número	t. de registro	Número	t. de registro
ARACATI	1937	1	3.064	56	55.810	57	58.874
	1938	3	9.491	37	50.458	40	59.949
	1939	—	—	42	45.296	42	45.296
	1940	—	—	59	75.980	59	75.980
	1941	—	—	73	80.015	73	80.015
	1942	—	—	77	52.136	77	52.136
	1943	—	—	90	28.521	90	28.521
	1944	—	—	98	14.057	98	14.057
	1945	—	—	69	20.098	69	20.098
	1946	—	—	78	26.105	78	26.105
TOTAIS		4	12.555	679	448.476	683	461.031
NATAL	1937	102	368.880	488	1.121.726	590	1.490.606
	1938	83	315.514	427	1.071.421	510	1.386.935
	1939	56	212.220	447	1.141.078	503	1.353.298
	1940	27	102.246	473	1.242.777	500	1.345.023
	1941	22	58.814	383	1.049.975	405	1.108.789
	1942	15	39.894	327	774.098	342	813.992
	1943	11	34.574	101	357.448	112	392.022
	1944	1	5.200	205	166.891	206	172.091
	1945	2	9.744	254	235.514	256	245.258
	1946	32	161.724	270	382.092	302	543.816
TOTAIS		351	1.308.810	3.375	7.543.020	3.726	8.851.830
CABEDELO	1937	127	339.743	375	599.922	502	939.665
	1938	114	293.943	365	548.925	479	842.868
	1939	101	267.726	377	628.144	478	895.870
	1940	73	184.260	382	675.153	455	859.413
	1941	60	151.599	354	498.922	414	650.321
	1942	20	58.341	253	297.282	273	355.623
	1943	7	18.848	119	80.768	126	99.616
	1944	7	22.089	96	78.706	103	100.795
	1945	7	21.441	191	124.178	198	145.619
	1946	36	124.914	196	239.332	232	364.246
TOTAIS		552	1.482.704	2.708	3.771.332	3.260	5.254.036
JOÃO PESSOA	1937	—	—	152	5.848	152	5.848
	1938	—	—	130	7.086	130	7.086
	1939	—	—	173	9.320	173	9.320
	1940	—	—	217	11.539	217	11.539
	1941	—	—	217	8.965	217	8.965
	1942	—	—	284	14.908	284	14.908
	1943	—	—	322	12.951	322	12.951
	1944	—	—	393	13.473	393	13.473
	1945	—	—	314	12.626	314	12.626
	1946	—	—	427	20.819	427	20.819
TOTAIS		—	—	2.629	117.535	2.629	117.535

(Continuação)

PORTOS	ANOS	LONGO CURSO		CABOTAGEM		MOVIMENTO TOTAL	
		Número	t. de registro	Número	t. de registro	Número	t. de registro
RECIFE	1937	527	2.495.231	1.019	1.468.347	1.546	3.962.578
	1938	539	2.567.042	1.114	1.443.220	1.653	4.010.262
	1939	521	2.511.295	1.319	1.518.121	1.840	4.029.416
	1940	449	1.394.640	1.316	1.611.307	1.765	3.005.947
	1941	404	1.087.816	1.331	1.519.816	1.735	2.607.632
	1942	295	845.627	1.139	1.293.713	1.434	2.139.340
	1943	201	707.445	929	782.814	1.130	1.490.259
	1944	182	664.336	796	706.759	978	1.371.095
	1945	252	876.631	887	760.901	1.139	1.637.532
	1946	314	1.116.005	1.006	1.004.978	1.320	2.120.983
TOTAIS.....	.....	3.684	14.266.068	10.856	12.109.976	14.540	26.376.044
MACEIÓ	1937	106	283.456	743	1.074.796	849	1.358.252
	1938	113	315.207	752	1.067.896	865	1.383.103
	1939	115	299.143	730	1.110.325	845	1.409.468
	1940	80	216.599	717	1.181.573	801	1.398.172
	1941	49	134.785	550	963.698	599	1.098.484
	1942	5	9.757	455	672.839	460	682.596
	1943	4	12.972	295	170.080	299	183.052
	1944	10	20.546	841	95.287	851	115.833
	1945	14	26.531	702	145.262	716	171.793
	1946	24	72.357	638	340.502	662	412.859
TOTAIS.....	.....	520	1.391.354	6.423	6.822.258	6.947	8.213.612
ARACAJÚ	1937	4	3.517	391	120.235	395	123.752
	1938	—	—	381	110.164	381	110.164
	1939	1	1.084	287	108.817	388	109.901
	1940	—	—	418	102.635	418	102.635
	1941	—	—	437	94.395	437	94.395
	1942	—	—	300	54.379	300	54.379
	1943	—	—	319	40.280	319	40.280
	1944	—	—	251	37.304	251	37.304
	1945	—	—	294	40.643	294	40.643
	1946	—	—	377	51.776	377	51.776
TOTAIS.....	.....	5	4.601	3.555	760.628	3.560	765.229
SALVADOR	1937	534	2.604.518	1.605	1.524.041	2.139	4.128.559
	1938	564	2.718.798	1.542	1.464.702	2.106	4.183.500
	1939	526	2.571.253	1.638	1.441.864	2.164	4.013.117
	1940	328	1.114.325	1 724	1.496.589	2.052	2.610.914
	1941	248	727.842	4.068	1.534.457	4.316	2.262.299
	1942	129	320.806	3.581	1.175.844	3.710	1.496.650
	1943	470	1.772.303	3.741	779.873	4.211	2.552.176
	1944	165	561.818	3.449	556.238	3.614	1.118.056
	1945	133	419.468	3.514	631.949	3.647	1.051.417
	1946	278	976.540	4.103	970.629	4.381	1.947.169
TOTAIS.....	.....	3.375	13.787.671	28.965	11.576.186	32.340	25.363.857

(Continuação)

PORTOS	ANOS	LONGO CURSO		CABOTAGEM		MOVIMENTO TOTAL	
		Número	t. de registro	Número	t. de registro	Número	t. de registro
ILHÉUS	1937	19	22.087	519	185.377	538	207.464
	1938	26	34.549	558	189.097	584	223.646
	1939	25	31.275	551	178.494	576	209.769
	1940	20	23.491	492	160.504	512	183.995
	1941	20	22.054	523	162.334	543	184.388
	1942	10	9.257	516	106.591	526	115.848
	1943	7	6.126	758	109.965	765	116.091
	1944	15	15.367	656	75.988	671	91.355
	1945	16	18.592	544	66.551	560	85.143
	1946	40	86.508	703	97.435	743	183.943
TOTAIS	.....	198	269.306	5.820	1.332.336	6.018	1.601.642
VITÓRIA	1937	250	781.027	1.271	816.278	1.521	1.600.305
	1938	297	938.432	1.272	852.556	1.569	1.790.988
	1939	233	757.705	1.131	754.138	1.364	1.511.843
	1940	101	312.813	988	688.018	1.089	1.000.831
	1941	77	231.999	980	552.013	1.057	784.012
	1942	40	128.796	681	263.887	721	392.683
	1943	19	57.676	654	121.023	673	178.699
	1944	29	100.789	793	114.448	822	215.237
	1945	41	134.939	623	111.745	664	246.684
	1946	89	232.690	642	183.917	731	416.607
TOTAIS	.....	1.176	3.679.866	9.035	4.458.023	10.211	8.137.889
RIO DE JANEIRO	1937	1.974	9.435.094	2.030	2.010.251	4.004	11.445.345
	1938	1.967	9.535.242	2.222	2.125.059	4.189	11.660.301
	1939	1.843	8.609.121	2.321	2.204.206	4.164	10.813.327
	1940	1.289	5.029.109	2.422	2.431.922	3.711	7.461.031
	1941	1.055	3.658.390	2.531	2.228.308	3.586	5.886.698
	1942	577	2.082.241	2.431	1.959.417	3.008	4.041.658
	1943	715	2.372.350	2.057	1.431.210	2.772	2.803.560
	1944	784	2.507.768	2.081	1.672.426	2.865	4.180.194
	1945	821	2.379.068	2.003	1.630.811	2.824	4.009.879
	1946	1.266	3.923.579	2.361	2.050.846	3.627	5.974.425
TOTAIS	.....	12.291	49.521.962	22.459	19.744.456	34.750	69.276.418
NITERÓI	1937	—	—	—	—	—	—
	1938	—	—	—	—	—	—
	1939	—	—	—	—	—	—
	1940	—	—	—	—	—	—
	1941	—	—	—	—	—	—
	1942	—	—	—	—	—	—
	1943	—	—	—	—	—	—
	1944	—	—	—	—	—	—
	1945	—	—	—	—	—	—
	1946	—	—	—	—	—	—
TOTAIS	—	—	—	—	—	—	—

(Continuação)

PORTOS	ANOS	LONGO CURSO		CABOTAGEM		MOVIMENTO TOTAL	
		Número	t. de registro	Número	t. de registro	Número	t. de registro
ANGRA DOS REIS	1937	132	400.936	111	61.278	243	462.214
	1938	139	335.059	140	96.465	279	431.524
	1939	—	—	—	—	—	—
	1940	60	155.326	146	106.706	206	262.032
	1941	40	112.744	106	74.790	146	187.534
	1942	34	77.221	96	49.196	130	126.417
	1943	19	3.395	119	50.590	138	53.985
	1944	—	—	—	—	—	—
	1945	26	39.216	91	13.774	117	52.990
	1946	26	79.868	109	19.964	135	99.832
TOTAIS.....	.....	476	1.203.765	918	472.763	1.394	1.676.528
SANTOS	1937	1.930	9.368.370	1.476	1.651.372	3.406	11.019.742
	1938	2.079	9.771.826	1.592	1.751.764	3.671	11.523.590
	1939	1.886	8.712.162	1.642	1.871.339	3.528	10.583.501
	1940	1.334	5.720.594	1.684	2.261.401	3.018	7.981.995
	1941	1.033	3.920.736	1.601	1.834.160	2.634	5.754.896
	1942	728	1.979.151	1.399	1.338.955	2.127	3.318.106
	1943	587	1.132.023	1.538	854.277	2.125	1.986.300
	1944	678	1.290.392	1.985	987.202	2.663	2.277.594
	1945	693	1.701.558	1.855	895.559	2.548	2.597.117
	1946	959	3.109.385	1.715	1.148.647	2.674	4.258.032
TOTAIS.....	.....	11.907	46.706.197	16.487	14.594.676	28.394	61.300.873
PARANAGUÁ	1937	149	372.787	651	456.510	800	829.297
	1938	180	456.828	679	447.359	859	904.187
	1939	135	333.350	646	432.194	781	765.544
	1940	103	233.228	709	479.685	812	712.913
	1941	145	212.666	578	375.818	723	588.484
	1942	174	132.615	500	281.019	674	413.634
	1943	141	96.186	662	224.456	803	320.642
	1944	156	124.695	601	196.374	757	321.069
	1945	125	110.747	657	184.582	782	295.329
	1946	142	258.662	587	184.159	729	442.221
TOTAIS.....	.....	1.450	2.331.164	6.270	3.262.156	7.720	5.593.320
ANTONINA	1937	—	—	—	—	—	—
	1938	—	—	—	—	—	—
	1939	42	65.935	468	302.410	510	368.345
	1940	42	52.329	528	320.906	570	373.235
	1941	—	—	—	—	—	—
	1942	77	45.291	304	120.011	381	165.302
	1943	59	22.363	334	84.163	393	106.529
	1944	98	57.821	422	64.772	520	122.593
	1945	72	44.545	425	73.692	497	118.237
	1946	36	29.443	522	107.005	558	136.448
TOTAIS.....	.....	426	317.730	3.003	1.072.959	3.429	1.390.689

(Continuação)

PORTOS	ANOS	LONGO CURSO		CABOTAGEM		MOVIMENTO TOTAL	
		Número	t. de registro	Número	t. de registro	Número	t. de registro
SÃO FRANCISCO	1937	152	499.053	782	270.051	934	769.104
	1938	119	297.724	804	251.260	923	548.984
	1939	107	238.823	976	289.903	1.083	528.726
	1940	75	162.172	789	216.877	864	379.049
	1941	138	122.768	777	252.436	915	375.204
	1942	152	88.494	634	211.734	786	300.228
	1943	145	75.696	544	158.444	689	234.140
	1944	140	88.530	546	159.026	686	247.556
	1945	134	91.863	610	167.445	744	259.308
	1946	104	163.372	632	208.389	736	371.761
TOTAIS.....	.....	1.266	1.828.495	7.094	2.185.565	8.360	4.014.060
ITAJAÍ	1937	—	—	765	162.035	565	162.035
	1938	—	—	546	164.111	546	164.111
	1939	—	—	536	171.109	536	171.109
	1940	—	—	461	161.096	461	161.096
	1941	—	—	473	153.664	473	153.664
	1942	38	10.574	419	97.822	457	108.396
	1943	9	2.312	434	98.357	443	100.669
	1944	25	6.208	414	98.344	439	104.552
	1945	21	9.380	363	87.911	394	97.291
	1946	59	34.257	366	112.246	425	146.503
TOTAIS.....	.....	162	62.731	4.777	1.306.695	4.739	1.369.426
FLORIANÓPOLIS	1937	35	117.290	724	226.586	759	343.876
	1938	54	302.670	638	223.457	692	526.127
	1939	37	211.060	590	218.957	627	430.017
	1940	—	—	644	240.028	644	240.028
	1941	—	—	630	236.990	630	236.990
	1942	7	1.797	580	211.590	587	213.387
	1943	—	—	552	211.710	552	211.710
	1944	10	9.363	537	219.734	547	229.097
	1945	10	2.369	544	241.179	554	243.548
	1946	1	800	277	78.769	278	79.569
TOTAIS.....	.....	154	645.349	5.716	2.109.000	5.870	2.754.349
IMBITUBA	1937	—	—	192	159.489	192	159.489
	1938	—	—	224	179.424	224	179.424
	1939	—	—	202	172.450	202	172.450
	1940	—	—	193	168.651	193	168.651
	1941	—	—	227	188.687	227	188.687
	1942	—	—	227	211.769	227	211.769
	1943	—	—	200	251.875	200	251.875
	1944	—	—	232	311.773	232	311.773
	1945	—	—	209	339.350	209	339.350
	1946	—	—	168	207.640	168	207.640
TOTAIS.....	.....	—	—	2.074	2.191.108	2.074	2.191.108

(Continuação)

PORTOS	ANOS	LONGO CURSO		CABOTAGEM		MOVIMENTO TOTAL	
		Número	t. de registro	Número	t. de registro	Número	t. de registro
LAGUNA	1937	—	—	160	25.458	160	25.458
	1938	—	—	144	24.364	144	24.364
	1939	—	—	150	30.539	150	30.539
	1940	2	558	172	37.907	174	38.495
	1941	44	17.762	299	83.780	343	101.542
	1942	4	784	343	115.346	347	116.130
	1943	—	—	327	100.121	327	100.121
	1944	—	—	333	105.737	333	105.737
	1945	—	—	308	94.402	308	94.402
	1946	—	—	313	116.183	313	116.183
TOTAIS.....	.....	50	19.134	2.549	7.338.837	2.599	752.971
PÔRTO ALEGRE	1937	75	138.875	11.434	1.153.990	11.509	1.292.865
	1938	90	165.841	14.613	1.282.542	14.703	1.448.383
	1939	90	139.046	15.106	1.348.202	15.196	1.487.248
	1940	66	56.830	14.049	1.314.227	14.115	1.371.057
	1941	80	53.519	12.797	1.094.227	12.877	1.147.746
	1942	77	43.117	11.249	801.906	11.326	845.023
	1943	142	54.940	11.512	667.552	11.654	722.502
	1944	150	59.255	11.240	742.393	11.390	801.648
	1945	202	78.853	12.039	819.499	12.241	898.352
	1946	281	272.788	13.657	893.420	13.928	1.166.208
TOTAIS.....	.....	1.253	1.063.064	127.696	10.117.968	128.949	11.181.032
PELOTAS	1937	—	—	—	—	—	—
	1938	26	35.240	1.116	799.915	1.142	835.155
	1939	19	15.722	1.091	809.619	1.110	825.341
	1940	31	17.926	1.122	868.418	1.153	886.344
	1941	36	17.297	1.194	692.751	1.230	710.048
	1942	16	7.340	997	318.507	1.013	325.847
	1943	40	13.061	790	338.145	830	351.206
	1944	35	13.659	798	287.889	833	301.548
	1945	38	19.150	976	378.479	1.014	397.629
	1946	11	3.600	926	444.134	937	447.734
TOTAIS.....	.....	252	142.995	9.010	4.937.857	9.262	5.080.852
RIO GRANDE	1937	382	1.469.659	1.808	1.503.338	2.190	2.972.997
	1938	397	1.537.809	2.028	1.598.992	2.425	3.136.801
	1939	371	1.264.013	2.406	1.639.452	2.777	2.903.465
	1940	307	753.225	2.184	1.740.294	2.491	2.493.519
	1941	295	386.906	1.930	1.382.458	2.225	1.769.364
	1942	255	310.414	2.055	1.107.649	2.310	1.418.063
	1943	373	324.074	1.567	716.612	1.940	1.040.686
	1944	442	458.400	1.991	841.371	2.433	1.299.771
	1945	481	420.791	1.907	910.305	2.388	1.331.096
	1946	695	1.158.167	1.979	864.367	2.674	2.022.534
TOTAIS.....	.....	3.998	8.083.458	19.855	12.304.838	23.853	20.388.296

(Continuação)

PORTOS	ANOS	LONGO CURSO		CABOTAGEM		MOVIMENTO TOTAL	
		Número	t. de registro	Número	t. de registro	Número	t. de registro
SÃO BORJA	1937	—	—	—	—	—	—
	1938	—	—	—	—	—	—
	1929	—	—	—	—	—	—
	1940	—	—	—	—	—	—
	1941	—	—	—	—	—	—
	1942	165	1.179	1.048	11.728	1.213	12.907
	1943	67	307	1.511	18.324	1.578	18.631
	1944	73	312	1.171	14.799	1.244	15.111
	1945	38	146	813	7.455	851	7.601
	1946	122	515	1.534	11.148	1.656	11.663
TOTAIS.....	.....	465	2.459	6.077	63.454	6.542	65.913
CORUMBÁ	1937	32	7.464	389	42.676	421	50.140
	1938	21	3.115	401	48.500	422	51.615
	1939	24	3.917	390	57.639	414	61.556
	1940	42	9.883	448	57.822	490	67.705
	1941	39	10.408	523	56.154	562	66.562
	1942	30	5.298	517	50.857	547	56.155
	1943	21	3.128	463	60.249	484	63.377
	1944	22	15.938	515	32.615	537	48.553
	1945	23	13.895	584	51.284	607	65.179
	1946	59	14.239	500	46.521	559	60.760
TOTAIS.....	.....	313	87.285	4.730	504.317	5.043	591.602

UTILIZAÇÃO D

PORTOS	CAPACIDADE DE ATRACAÇÃO		OCUPAÇÃO EM EXTENSÃO,		
	EM EXTENSÃO m - hora	EM PROFUNDIDADE m2 - hora	CALADO ATÉ 4,5	CALADO DE 4,5 A 6,0	CALADO DE 6,0 A 8,
Manáus	9.068.264,40	181.391.631,69	919.534,22	—	568.753
Belém	16.293.600,00	121.896.860,00	2.521.072,00	1.501.991,00	813.546
Natal	3.504.000,00	22.776.000,00	188.947,00	293.727,00	88.312
Cabedelo	3.505.752,00	28.046.016,00	72.973,00	157.512,00	47.981
Recife	23.960 176,80	205.904.130,40	508.412,00	3.227.005,00	1.666.182
Maceió	—	—	—	—	—
Salvador	12.964.800,00	100.890.400,00	2.188.089,00	2.063.352,00	1.590.658
Ilhéus	3.974.850,00	9.192.249,00	1.492.203,00	—	—
Vitória	7.114.580,00	52.023.085,00	808.558,00	461.873,00	420.625
Rio de Janeiro	41.408.520,00	364.768.590,00	8.217.984,00	5.760.140,00	4.738.125
Angra dos Reis	3.504.000,00	22.776.000,00	168.520,00	40.241,00	34.704
Santos	42.671.011,20	342.262.485,60	6.192.968,00	8.742.625,00	12.259.154
Paranaguá	4.380.000,00	32.415.600,00	1.712.019,00	957.078,00	92.502
Imbituba	876.000,00	6.132.000,00	41.629,00	323.193,00	171.092
Laguna	5.256.000,00	31.536.000,00	1.328.268,50	—	—
Rio Grande — Novo	15.042.672,00	107.464.176,00	3.371.837,50	2.990.400,60	1.958.171
Rio Grande - Antigo	5.590.632,00	23.290.654,34	1.069.288,80	—	—
Pôrto Alegre	25.348.155,00	93.812.110,00	9.456.101,00	1.261.758,00	—
Pelotas	3.762.864,00	22.577.184,00	620.698,25	236.973,55	—

APROVEITAMENTO ANUAL DO CAIS EM TONELADAS POR METRO CORRENTE

Quadro X

Anos	Manaus	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Belém	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Natal	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Cabedelo	Aproveit. do cais
1941	1 [illegible]	198 815	151	1 [illegible]	[illegible]	2[illegible]	190	66 791	168	190 20[illegible]	54 560	236
1942	1 [illegible]	[illegible] 399	173	1 [illegible]	688 528	[illegible]	190	57 155	141	190,20[illegible]	62 [illegible]	157
1943	1 [illegible]	211 061	156	1 [illegible]	699 629	[illegible]	190	71 188	441	190,20	80 422	201
1944	1 [illegible]	81 [illegible]	17[illegible]	1 [illegible]	[illegible] 658	2[illegible]	190	42 015	107	190 20	82 517	208
1945	[illegible]	[illegible] 440	1[illegible]	1 [illegible]	811 321	277	190	68 806	17[illegible]	190,20	81 629	227
Totais		1 151 627	877		2 800 211	1 511		284 157	701		405 563	1 027
Médias		[illegible] 526	175		562 062	302		56 831	140		82 173	205

Anos	Recife	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Maceió	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Salvador	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Ilhéus	Aproveit. do cais
1942	2 041	1 102 615	118	110	120 341	276	1 480	672 052	187	151	88 201	404
1943	2 061	1 096 630	135	11[illegible]	126 041	289	1 48[illegible]	714 917	502	151	120 900	266
1944	2 081	1 098 085	136	11[illegible]	169 985	387	1 480	707 272	177	151	107 681	207
1945	2 081	1 111 516	152	110	155 535	353	1 480	612 782	111	151	101 587	228
1946	2 061	1 295 096	189	110	117 227	715	1 48[illegible]	668 831	152	151	152 516	347
Totais		7 607 922	2 281		719 132	1 644		3 306 190	2 231		673 275	1 202
Médias		1 1[illegible] 7 1	15[illegible]		11[illegible] 8[illegible]	27		6[illegible] 288	117		111 [illegible]	292

Anos	Vitória	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Rio de Janeiro	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Angra dos Reis	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Santos	Aproveit. do cais
1942	571	157 398	275	1 226,68	1 131 690	918	300	61 735	206	5 031	2 808 085	558
1943	812	115 997	1[illegible]	1 226,68	4 511 278	955	300	72 235	241	5 031	2 837 339	567
1944	812	275 181	339	1 226,68	4 817 172	1 019	300	90 65[illegible]	302	5 031	4 191 574	815
1945	812	271 606	334	1 226,68	5 268 712	1 115	300	57 942	193	5 031	1 052 995	807
1946	812	245 804	303	1 226,68	5 298 104	1 119	300	12 562	142	5 171	1 403 531	929
Totais		1 066 191	1 131	—	21 116 317	5 146		325 136	1 084		18 623 524	3 676
Médias		291 278	280		1 883 261	1 029		65 027	217		3 724 701	735

Anos	Paranaguá	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Rio Grande	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Porto Alegre	Movim. de mercad.	Aproveit. do cais	Extensão do cais	Pelotas	Aproveit. do cais
1942	500	253 616	501	2 355	557 797	237	2 893	1 634 517	565	350	390 764	1 058
1943	500	253 677	507	2 355	507 710	490	2 893	1 360 036	470	360	350 000	972
1944	500	261 711	521	2 355	886 416	356	2 893	1 617 821	560	360	351 260	1 000
1945	500	265 061	531	2 355	751 879	321	2 893	1 761 357	610	360	376 104	1 045
1946	500	365 819	732	2 355	1 016 081	431	2 893	2 149 020	743	130	365 018	511
Totais	—	1 417 320	2 673		3 942 903	1 665		8 523 770	2 947		1 841 851	4 911
Médias	—	267 591	535		788 581	333		1 705 154	589	—	368 370	982

UTILIZAÇÃO DO CAIS NO ANO DE 1946

Quadro XI

PORTOS	CAPACIDADE DE ATRACAÇÃO		OCUPAÇÃO EM EXTENSÃO, METRO — HORA					DESOCUPAÇÃO EM EXTENSÃO METRO-HORA	OCUPAÇÃO EM PROFUNDIDADE METRO QUADRADO-HORA	COEFICIENTES PERCENTUAIS		
	EM EXTENSÃO m — hora	EM PROFUNDIDADE m2 — hora	CALADO ATÉ 4,5	CALADO DE 4,5 A 6,0	CALADO DE 6,0 A 8,0	CALADO ACIMA DE 8,0	TOTAL			OCUPAÇÃO EM EXTENSÃO	DESOCUPAÇÃO EM EXTENSÃO	OCUPAÇÃO EM PROFUNDIDADE
Manáus	9 068 264,40	181 391 631,60	919 534,22	—	568 753,38	180 876,18	1 669 163,7	7 399 100,62	7 671 660,93	18,4	81,6	4,2
Belém . . .	16 291 600,00	121 896 860,00	2 521 072,00	1 501 991,00	813 546,00	—	4 836 689,0	11 456 911,00	19 708 927,00	29,6	70,3	16,1
Natal . .	3 504 000,00	22 276 000,00	188 947,00	293 727,00	88 312,00		570 986,0	2 933 014,00	3 095 258,00	16,3	83,7	13,5
Cabedelo	3 505 752,00	28 046 016,00	72 973,00	157 542,00	47 981,00		278 466,68	3 227 285,00	4 274 001,00	7,9	92,1	15,2
Recife	23 060 176,70	207 904 130,40	508 412,00	3 227 005,00	1 665 182,00	8 037,03	7 409 636,00	18 550 540,80	29 263 609,49	22,6	77,4	14,2
Maceió .	—		—	—	—	—	—	—	—	—	—	-
Salvador	12 964 800,00	100 800 100,00	2 188 089,00	2 063 352,00	1 590 658,00	89 227,00	5,931,326,0	7 033 474,00	27 469 884,00	45,7	54,3	27,2
Ilhéus	3 974 850,00	9 192 240,00	1 492 203,00	—			1 192 201,00	2 482 647,00	2 437 046,00	37,5	62,5	26,5
Vitória .	7 114 580,00	52 023 085,00	808 558,00	461 873,00	420 625,00	6 651,00	1 697 707,00	5,416 873,00	7 774 673,00	23,6	76,4	14,9
Rio de Janeiro .	41 408 520,00	364 768 800,00	8 217 984,00	5,760 140,00	4 738 125,00	608 629,00	19,324 878,00	22 083 642,00	90 969 149,00	40,7	59,3	24,9
Angra dos Reis	3 504 000,00	22 776 096,00	168 520,00	40 244,00	34 704,00		243 965,0	3 260 035,00	957 873,100	6,9	93,1	4,2
Santos	42 671 011,20	342 262 485,60	6 192 968,00	8,742 625,00	12 259 154,00	5,907 249,00	33,101 996,00	9 569 015,20	228 015 050,74	77,6	22,4	66,6
Paranaguá .	4 380 000,00	32 415 600,00	1 712 019,00	957 678,00	92 502,00	—	2,761 599,00	1 618 401,00	11 172 067,00	63,1	36,9	34,5
Imbituba	876 000,00	6 132 000,00	41 629,00	323 193,00	171 092,00	—	537 914,00	340,086,00	3 050 417,43	61,2	38,8	49,7
Laguna. .	5 256 000,00	31 536 000,00	1 328 208,50	—	—	—	1 328 268,50	3 927 731,50	5 453 880,80	—	—	—
Rio Grande — Novo .	15 042 672,00	107 464 176,00	3 371 837,50	2 960 410,00	1 958 171,00	24 608,00	8 345 017,50	6 697 655,00	37 202 512,45	55,4	44,6	34,7
Rio Grande - Antigo	5 900 632,00	21 290 634,24	1 069 288,80	—	—	—	1 069 288,80	4 321 343,20	2 522 899,89	19,1	80,9	10,8
Pôrto Alegre	25 348 455,00	93 812 110,00	9 458 101,00	1 261 758,100	—	—	10 717 859,00	14 630 296,00	30 265 858,00	42,3	57,7	32,3
Pelotas	3 762 864,00	22 577 184,00	620 698,25	236 973,55	—	—	857 671,80	2 905 192,20	3 481 720,91	22,8	77,2	15,4

UTILIZAÇÃO DOS ARMAZÉNS NOS PORTOS ORGANIZADOS NO ANO DE 1946

Quadro XII

PORTOS	Nº. DE ARMAZÉNS	ÁREA, em m2			LOTAÇÃO ÚTIL, T.	MERCADORIAS, em quilos			% DA UTILIZAÇÃO	
		TOTAL	ÚTIL	OCUPADA MÉDIA		ENTRADA	SAÍDA	EXISTENTE	POR ÁREA	POR LOTAÇÃO
Manáus	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belém	10	391.560,00	308.796,00	113.550,73	617.592,00	304 871,047	289.464,765	109.228,376	35,8	18,7
Natal	2	—	52 422,00	29.933,00	104.844,00	59.940,423	62.668,200	31.045,174	49,5	50,5
Cabedelo	4	126.458,64	108.096,00	4.123,18	216.192,00	38.973,615	42.805,035	8.789,531	20,5	79,5
Recife	16	660.603,12	544 993,44	183.359,00	1.809.986,88	145 532,324	145.063,881	211.934,830	33,6	19,4
Maceió	5	111.146,76	101.495,40	1.409.784,00	202.990,80	46.662,363	46.025,491	120.995,529	13,9	59,6
Salvador	10	310.296,00	259.968,00	134.146,41	519.936,00	519.148,857	521.337,507	152.457,625	51,6	29,3
Ilhéus	5	66.660,00	45.600,00	23.085,65	91.200,00	137.433,283	138.265,689	52.564,278	50,6	57,6
Vitória	4	136.668,00	99.372,00	106.809,00	198.744,00	191.168,036	183.632,141	138.914,521	107,5	70,0
Rio de Janeiro	26	2.097.583,90	1.442.278,00	704 146,00	2.884.556,00	1.735.196,116	1.709.632,052	1.670.202,504	48,8	57,9
Niterói	2	46.416,00	40.092,00	1.622,90	80.184,00	22.051,211	23.930,535	9.808,316	4,0	12,2
Angra dos Reis	2	76.976,16	74.744,16	8.698,00	149.488,32	15.682,125	15.707,852	11.708,385	23,5	15,5
Santos	49	2.975.592,00	2.880.972,00	323.596,00	5.761.944,00	2.004.201,390	1.673.264,986	1.658.757,160	11,2	28,8
Paranaguá	3	124.080,00	119.820,00	417.022,90	239.640,00	140.999,657	112.289,022	40.652,191	34,8	33,9
Imbituba	2	7.212,00	7 212,00	8 512,33	14.424,00	10.711,275	10.426,905	17.024,711	118,0	118,0
Laguna	2	31.056,00	23.904,00	142.702,41	47.808,00	58.735,239	55.991,108	14.381,503	37,6	37,6
Rio Grande — Novo	11	298.480,00	282.315,00	181.171,66	564.630,00	402.564,143	400.729,467	211.807.939	64,2	37,5
Rio Grande — Antigo	5	48.088,20	42.660,00	8 682,62	85.320,00	34.498,033	34.843,080	8.682,621	20,3	10,2
Pórto Alegre	17	159.922,05	113 445,00	91 126,86	226.890,00	183 377,336	142.418,535	91.126,806	80,3	40,2
Pelotas	4	134.939,88	97 296,00	31 411,50	194 592,00	167.061,547	166 942,655	31 411,462	32,3	16,1

UTILIZAÇÃO DAS LINHAS FÉRREAS NO ANO DE 1946

Quadro XIII

PORTOS	NÚMERO DE TRENS	NÚMERO DE VAGÕES	LOTAÇÃO DOS TRENS, EM KG.		PERCENTAGEM UTILIZADA	PERCENTAGEM NÃO UTILIZADA
			TOTAL	UTILIZADA		
Natal	4	17	340,000	232,000	68,2	31,8
Recife	761	1.943	36.640,000	24.822.219	67,7	32,3
Maceió	3.398	9.719	162.318,000	46.816,890	28,8	71,2
Salvador	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro	7.333	63.802	7.639.669,000	1.791.203,689	23,4	76,6
Angra dos Reis	334	621	14.273,000	11.420,614	78,9	21,1
Santos	18.994	322.884	5.579.201,000	3.760.326,520	67,4	32,6
Paranaguá	720	10.106	224.500,000	134.398,520	60,0	40,0
Imbituba	1.143	17.130	342.600,000	338.630,102	98,8	1,2
Laguna	506	7.672	153.440,000	157.368,167	104,1	—
Rio Grande (P. Novo)	7.497	25.522	647.302,000	529.467,425	81,8	18,2
Rio Grande (P. Antigo)	—	91	2.548,000	575,254	22,6	77,4
Pôrto Alegre	412	2.254	49.773,000	21.788,269	43,8	56,2

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1951

M. FAZENDA
D.A.-NRA-GB
15118
CO[illegible]
[illegible]

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

Imp. Nacional —

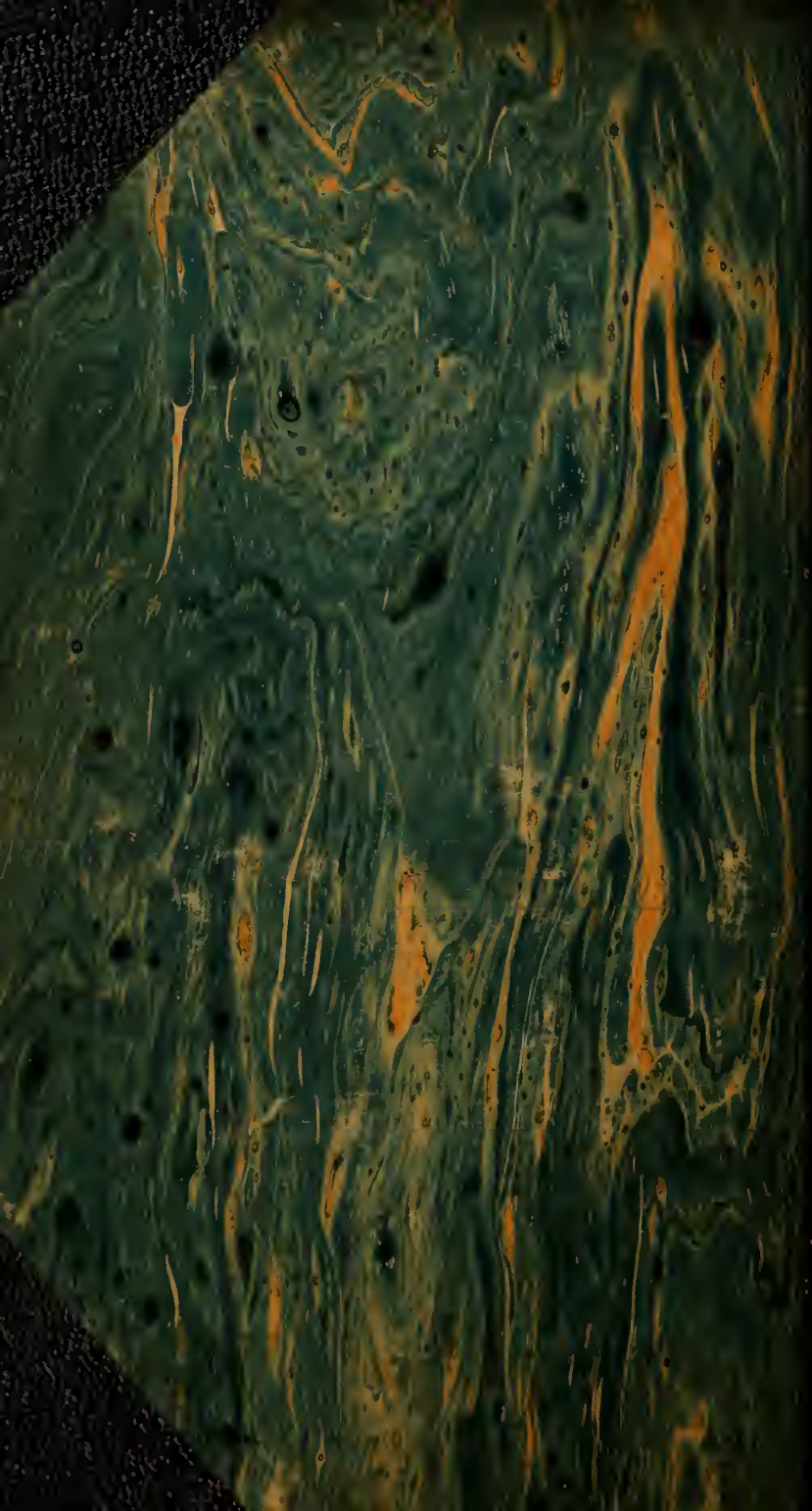
666-52

387.10981
R382

AUTOR Brasil. Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

TÍTULO Relatório- 1946.

Devolver em	NOME DO LEITOR

666 - 52 387.10981
R 382

Brasil . . .